

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DOUTORADO

MARCO ANTÔNIO MARTINS DA CRUZ

**CONFIGURAÇÕES DA INTERAÇÃO NA ORLA DA AVENIDA LITORÂNEA:
incorporação do espaço social das praias do litoral norte ao cotidiano em São Luís**



São Luís

2016

MARCO ANTÔNIO MARTINS DA CRUZ

**CONFIGURAÇÕES DA INTERAÇÃO NA ORLA DA AVENIDA LITORÂNEA:
incorporação do espaço social das praias do litoral norte ao cotidiano em São Luís**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Odval Alcântara Júnior

São Luís

2016

MARCO ANTÔNIO MARTINS DA CRUZ

**CONFIGURAÇÕES DA INTERAÇÃO NA ORLA DA AVENIDA LITORÂNEA:
incorporação do espaço social das praias do litoral norte ao cotidiano em São Luís**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Odval Alcântara Jr. (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Ilse Gomes Silva
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Márcio Aleandro Correia Teixeira
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Sérgio Figueiredo Ferretti
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Túlio Cunha Rossi
Universidade Federal do Maranhão

DEDICATÓRIA



A Alex Soares Filgueiras, *in memoriam*, que, com as batidas do *surf*, pegava e descia ondas e, com os aéreos do *kitesurf*, subia às alturas.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quatro anos do Curso de Doutorado muitos contribuíram direta e indiretamente para a conclusão desta tese. Espero poder mencionar todos nos limites dessas palavras de agradecimento.

Aos meus pais *in memoriam* Gilberto e Dária do Carmo, pelo eterno carinho, base na criação e perseverança no ensino da responsabilidade para com os afazeres diários.

À minha esposa Maria Lúcia e filhos Allan, Ricardo, Deborah e Renan, pelo apoio e compreensão nos momentos de afastamento para a redação deste estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo com a concessão de apoio financeiro, na forma de bolsa de estudo Demanda Social (DS), que contribuiu para a conclusão deste projeto no Curso de Doutorado.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Odval Alcântara Jr., pela orientação segura no percurso de pesquisa.

Aos professores da banca de qualificação de tese, doutores Túlio Cunha Rossi e Antônio José de Araújo Ferreira.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA, em especial a Igor Gastal Grill, Marcelo Domingos Sampaio Carneiro, Elizabeth Maria Beserra Coelho, Eliana Tavares dos Reis, Mundicarmo Maria Rocha Ferretti, Sergio Figueiredo Ferretti, que lecionaram as disciplinas cursadas, contribuindo em parte para a elaboração desta tese.

A Mary Lourdes Gonzaga Costa, secretária do PPGCSoc, pela permanente atenção.

A David Amorim, auxiliar da Secretaria do PPGCSoc, pelo bom atendimento.

A todos os amigos e colegas de turma do Doutorado, Ana Caroline, Cláudia, Diogo, Igor, Jascira, João Ricardo, Josédla, Karla Suzy, Kátia Núbia e Lenir, pelos sucessivos debates a respeito da presente tese.

“Meus amigos, Adeus! Já no horizonte
O fulgor da manhã se empurpurece:
É puro e branco o céu, - as ondas mansas,
- Favorável a brisa; - irei de novo
Sorver o ar puríssimo das ondas,
E na vasta amplidão dos céus e mares
De vago imaginar embriagar-me! [...]
Do naufrágio da vida há de arrojarm-me
À praia tão querida, que ora deixo,
Tal parte o desterrado: um dia as vagas
Hão de os seus restos rejeitar na praia,
Donde tão novo se partira, e onde
Procura a cinza fria achar jazigo”.

(Gonçalves Dias, Adeus aos meus amigos do
Maranhão – Primeiros cantos, 1846)

RESUMO

Este é um estudo sobre as fronteiras simbólicas estabelecidas pelos cidadãos no espaço social público contemporâneo das praias localizadas na Avenida Litorânea na cidade de São Luís. É investigada a formação histórica do espaço urbano de São Luís, desde os primeiros habitantes índios que se tem notícia ao tempo da conquista portuguesa, passando pelo núcleo pioneiro de origem europeia, ainda em forma de acampamento militar, posteriormente sucedido pela cidade mercantil dos palacetes do Centro na Praia Grande, à qual foram agregadas indústrias ao final do século XIX, até a urbe com o traçado moderno que se estende para o norte. Entende-se que, apesar de situada na linha do mar, os habitantes não concebiam a cidade como litorânea. Note-se que, até a primeira metade do século XX, a ampliação do perímetro urbano era voltada para o interior da ilha. São então analisadas as particularidades e as consequências deste processo de mudança no vetor de expansão da cidade, com o exame dos recursos acionados por seus habitantes em configurações interacionais que resultam na incorporação sociossimbólica dos espaços da orla norte ao cotidiano da dinâmica urbana. São examinados, por meio de revisão de literatura, conceitos como cidade, espaço, lugar, interação, sociabilidade, considerando-se em uma perspectiva teórica interacionista as ações que transcorrem no espaço social público. Ao final, em estudo de caso, por meio de observação direta e de entrevistas, são investigados os cursos das interações nas praias de São Marcos, Calhau e Olho-D'água, localizadas no litoral norte, no perímetro da Avenida Litorânea – icônica via para o acesso às praias – onde transcorrem as modalidades contemporâneas de sociabilidades praianas. Assim, são apreendidos os vínculos entre os cidadãos, que permitem ressignificar os articulados espaços físico, interacional e social na orla costeira norte de São Luís.

Palavras-chave: Orla. Configuração. Espaço. Interação. Sociabilidade.

ABSTRACT

This is a study of the symbolic boundaries set by city dwellers in the contemporary public social space of beaches located in the Litorânea Avenue in the city of São Luís. The historical formation in which passed the structure of the São Luís urban space is also investigated, from the earliest inhabitants Indians that we know at the time of the Portuguese conquest, through the pioneering core of European origin, even in the form of military camp, later succeeded by market town of palaces in Downtown Praia Grande, to which industries were added at the end of the nineteenth century, to the metropolis with modern layout extended northward. It is understood that, although located on the sea line, the inhabitants did not conceive the city as coastal. It is noted that, until the first half of the twentieth century, the expansion of the urban area was facing the interior of the island. The consequences and peculiarities of this change process in the city's expansion vector are then analyzed, with the examination of resources triggered by its inhabitants in interactional settings that result in socio symbolic incorporation of the physical spaces of the waterfront, into the daily urban dynamics. Through a literature review some concepts are examined, such as city, space, place, interaction, sociability, considering in an interactionist theoretical perspective actions that elapses in the public social space. Finally, in a case study, through direct observation and interviews, are investigated the courses of the interactions on the beaches of São Marcos, Calhau and Olho-D'água, located on the north coast, on the perimeter of the Litorânea Avenue – iconic route for access to the beaches – where elapses the contemporary forms of sociability seaside. Thus, the links between city dwellers are comprehended, which allow reframing meanings on the articulated physical, interactional and social spaces on the northern coastline of São Luís.

Keywords: Beachfront. Configuration. Space. Interaction. Sociability.

RÉSUMÉ

Ceci est une étude des frontières symboliques établies par les citoyens dans l'espace social public contemporain des plages situées dans l'Avenida Litorânea dans la ville de São Luís. Il a étudié la formation historique de l'espace urbain de São Luís, à partir des premiers habitants Indiens que nous connaissons l'époque de la conquête portugaise, à travers le noyau de pionnier d'origine européenne, dans la ville encore sous la forme de camp militaire, plus tard remplacé par la ville mercantile de palais du centre de Praia Grande, à laquelle les industries ont été ajoutées à la fin du XIXe siècle, à la métropole avec le moderne dessiné qui étend au nord. Il est entendu que, bien situé sur la ligne de la mer, les gens ne concevoient pas la ville comme côtière. Notez que, jusqu'à la première moitié du XXe siècle, l'expansion de la zone urbaine a été confrontée à l'intérieur de l'île. Ils sont ensuite analysées les particularités et les conséquences de ce processus de changement dans le vecteur de l'expansion de la ville, à l'examen des ressources déclenchée par ses habitants dans des configurations interactionnelles qui aboutissent à les incorporations sociosymboliques des espaces physiques du front de mer, dans la dynamique urbaine de tous les jours. Ils sont examinés, par la revue de la littérature, des concepts tels que la ville, l'espace, le lieu, l'interaction, la sociabilité, compte tenu d'une perspective théorique interactionniste l'actions écoulé dans l'espace social public. Enfin, dans l'étude de cas, par l'observation directe et des entretiens, il est examiné le cours des interactions sur les plages de São Marcos, Calhau et Olho-D'água, situées sur la côte nord, dans le périmètre de l'Avenida Litorânea – iconique route pour accès aux plages - où il y a les formes contemporaines de sociabilités sur les sables des plages. Ainsi, les liens entre les habitants de la ville sont saisis, qui permettent de recadrer les articulés espaces physique, interactionnel et social sur la côte nord de São Luís.

Mots clés: Ourlet. Configuration. Espace. Interaction. Sociabilité.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Preparação do cauim ao longo do tempo, séculos XVI e XX	49
Planta com a representação de São Luís em 1629.....	57
Pintura de Frans Post representando a vista de São Luís em 1647	59
Planta da cidade de São Luís em 1844	75
Vista do Centro de São Luís a partir do São Francisco em 1907.....	80
Vista panorâmica do bairro do Desterro em 1934.....	82
Vista da então recém construída Avenida Magalhães de Almeida em 1943.....	83
Vista da urbanização da Avenida Getúlio Vargas em 1938	84
Vista dos elegantes casarões da Avenida Getúlio Vargas ao final da década de 1940	86
Vista do Centro com a margem direita do rio Anil ainda desabitada no ano de 1949	87
Vista do Centro com a margem direita do rio Anil com construções baixas em 1973	88
Gráfico da População do Município de São Luís (1872 – 2015)	98
Gráfico da População do Município de São Luís e do Estado do Maranhão (1991-2015)...	100
Fotografias de satélite da ilha do Maranhão: ocupação em 1988 e em 2008	103
Representação do perfil topográfico das praias do litoral norte de São Luís.....	146
Mapa da ‘ilha de São Luís do Maranhão’ (1820) com a localização de praias do Centro.....	153
Mapa de São Luís e localização da Avenida Litorânea, detalhe em vermelho	158
Fotografia da orla antes da construção da Avenida Litorânea (1986).....	159
Fotografia com surfistas no acesso em construção à praia de São Marcos	160
Fotografia da construção da Avenida Litorânea, acesso à praia do Calhau	161
Fotografia da construção da Avenida Litorânea, acesso à rotatória do Calhau.....	162
Fotografia da Avenida Litorânea, atual acesso à rotatória do Calhau	163
Mapa de Zoneamento do Município de São Luís, com a orla em destaque	166
Mapa de São Luís com a localização da Avenida Litorânea	168
Fotografia de satélite com a localização da Avenida Litorânea e entorno	171

Mapa da Avenida Litorânea com a praia de São Marcos em detalhe.....	174
Gráfico da população residente em São Marcos, Censos Demográficos de 2000 e 2010.....	175
Fotografia panorâmica da praia de São Marcos	176
Fotografia de satélite do Parque Natural Municipal das Dunas em São Marcos	178
Vista parcial da praia de São Marcos com sociabilidades infantis.....	180
Vista parcial da praia de São Marcos com bombeiros salva-vidas.....	181
Gráfico da faixa etária dos entrevistados na praia de São Marcos	182
Gráfico do sexo dos entrevistados na praia de São Marcos	183
Gráfico da escolaridade dos entrevistados na praia de São Marcos	183
Gráfico dos meios de locomoção dos entrevistados na praia de São Marcos	185
Vista parcial da praia de São Marcos, com quiosques no calçadão	186
Vista da praia de São Marcos com atividade recreativa organizada	189
Fotografia de satélite da praia de São Marcos.....	190
Vista da praia de São Marcos, com aviso de praia com água imprópria.....	192
Gráfico dos acompanhantes dos entrevistados na praia de São Marcos.....	194
Gráfico das sociabilidades dos entrevistados na praia de São Marcos.....	194
Cenário de sociabilidades na praia de São Marcos ao anoitecer	195
Gráfico da frequência semanal dos entrevistados na praia de São Marcos	196
Bares e restaurantes localizados na praia do Calhau	198
Mapa com trecho da Avenida Litorânea, praia do Calhau	199
Fotografia de satélite da praia do Calhau	200
Gráfico da população residente no Calhau, Censos Demográficos de 2000 e 2010	201
Fotografia com calçadas irregulares em frente à praia do Calhau.....	202
Vista parcial da praia do Calhau com brinquedos e feira de artesanato	203
Vista panorâmica dos brinquedos e feira de artesanato na praia do Calhau.....	204
Vista do estacionamento da praia do Calhau nas proximidades do parquinho	205
Gráfico do sexo dos entrevistados na praia do Calhau.....	205
Gráfico da faixa etária dos entrevistados na praia do Calhau.....	206
Gráfico da escolaridade dos entrevistados na praia do Calhau	207
Gráfico dos meios de locomoção dos entrevistados na praia do Calhau.....	208

Passageiros banhistas deixando a praia do Calhau em tarde de domingo	209
Vista da praia do Calhau com vendedor ambulante e transeunte a cavalo na areia	212
Praia do Calhau com restaurante e vendedor ambulante	213
Praia do Calhau com restaurante e vendedor ambulante na areia	214
Frequentadores de restaurante na praia do Calhau	215
Vista da praia do Calhau com restaurante e vendedor ambulante	216
Sede do Batalhão de Bombeiros Marítimo – BBMar – na praia do Calhau.....	217
Gráfico dos acompanhantes dos entrevistados na praia do Calhau	218
Gráfico das sociabilidades dos entrevistados na praia do Calhau	218
Gráfico da frequência semanal dos entrevistados na praia do Calhau	219
Mapa com a localização da praia do Olho-D'água.....	222
Fotografia de satélite da praia do Olho-D'água	223
Gráfico da população residente no Olho-D'água, Censos Demográficos de 2000 e 2010 ...	224
Vista panorâmica da praia do Olho-D'água	225
Final da Avenida Litorânea com casas da comunidade da Prainha.....	227
Gráfico do sexo dos entrevistados na praia do Olho-D'água	229
Gráfico da faixa etária dos entrevistados na praia do Olho-D'água.....	230
Gráfico da escolaridade dos entrevistados na praia do Olho-D'água.....	231
Gráfico dos meios de locomoção dos entrevistados na praia do Olho-D'água	232
Vista do início da praia do Olho-D'água com bar na areia	234
Final da Avenida Litorânea, trecho sem bares e restaurantes.....	235
Gráfico das sociabilidades dos entrevistados na praia do Olho-D'água	236
Gráfico dos acompanhantes dos entrevistados na praia do Olho-D'água	236
Fotografia de barracas na praia do Olho-D'água.....	237
Fotografia das barracas derrubadas antes da demolição na praia do Olho-D'água.....	238
Gráfico da frequência semanal dos entrevistados na praia do Olho-D'água.....	239
Fotografia de barracas na praia do Olho-D'água.....	240
Vista parcial da praia do Olho-D'água	241
Surfistas no mar na praia do Olho-D'água	242
Banhistas e kitesurfistas na praia do Olho-D'água.....	243

Peladeiros na praia do Olho-D'água.....	244
Banhistas, barracas e motocicleta na praia do Olho-D'água	245
Vendedor ambulante de algodão-doce conduzindo motocicleta no Olho-D'água	246
Vendedor ambulante atrás de pilha de lixo no Olho-D'água	247
Gráfico da população residente em São Marcos, Calhau e Olho-D'água (2000 e 2010).....	249

LISTA DE TABELAS

Grupos locais Tupinambás do Maranhão no século XVI.....	41
Estabelecimentos têxteis no Maranhão por ano de instalação no século XIX.....	77
População de São Luís (1872 – 2015).....	97
População do Município de São Luís e do Estado do Maranhão (1991 – 2015)	99
População Residente Urbana e Rural em São Luís (1991 – 2010).....	101
População Residente no Maranhão (2010).....	101

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS	34
2.1	A Upaon-Açu das aldeias tupinambás.....	34
2.2	A cidade acampamento militar	50
2.3	A cidade mercantil portuária	64
2.4	A cidade moderna praiana	79
3	QUESTÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE O ESPAÇO SOCIAL PÚBLICO URBANO PRAIA	105
3.1	O espaço urbano enquanto cenário de interações e sociabilidades.....	105
3.2	A construção social do espaço público.....	136
3.3	O espaço social público praia na cidade insular	143
4	CONFIGURAÇÕES DA INTERAÇÃO NA ORLA DA AVENIDA LITORÂNEA	151
4.1	Configurações da interação na orla: apresentação	151
4.2	Configurações da interação na orla: o caso das praias da Avenida Litorânea	165
4.2.1	Introdução ao estudo de caso.....	165
4.2.2	A Praia de São Marcos	173
4.2.3	A Praia do Calhau.....	196
4.2.4	A Praia do Olho-D'água.....	220
5	CONCLUSÃO	251
	REFERÊNCIAS	261
	APÊNDICE	270

1 INTRODUÇÃO

Ao se divisar uma cidade situada no litoral, erguida em uma ilha, é possível supor, como afirma assertivamente o fotógrafo Felipe Goifman (1996, p. 102), que “sua inevitável relação com o mar torna-se um espelho de suas características”. Este entendimento, todavia, não condiz com a história da cidade de São Luís que, apenas recentemente, teve incorporados os territórios praianos ao seu cotidiano. A expansão urbana, que inicialmente excedeu os limites do Centro Antigo – locução empregada no Plano Diretor do Município de São Luís, lei nº 4.669, de 11 de outubro de 2006, artigo 70, parágrafo único –, ocorria no sentido do interior da ilha, na direção leste, reproduzindo na capital as preferências sociais de populações migrantes oriundas de outras regiões do estado do Maranhão.

Assim, “é possível contabilizar 350 anos (1615-1965) de urbanização tradicional, durante os quais é mantido o padrão da malha urbana originada com a conquista portuguesa e através do qual a cidade se reproduz no sentido do interior da ilha” (BURNETT, 2007, p. 192). A mudança na forma de ocupação urbana, na segunda metade do século XX, acostou ao litoral norte o habitante da cidade, de um modo diverso à tendência que predominava até então. O conjunto urbano teve seus limites estendidos na direção norte-nordeste, com a edificação de pontes sobre os rios Anil e Bacanga, nas décadas de 1960 e 1970. Constituiu-se, neste caso, conforme Ribeiro Júnior (2001, p. 109), “toda uma prática, tanto discursiva como realizadora, no sentido de dotar a capital maranhense de uma feição nova e moderna, preparada para a industrialização anunciada”.

Como relata Ferreira (2014, p. 52), naquele momento a produção do espaço em São Luís “mudou em relação ao corredor Centro-Anil, uma vez que o Estado enfatizou sua ação referente aos ‘meios de circulação materiais’, tornando viável a reprodução do espaço urbano via incorporação de novas áreas”. Reitere-se que, anteriormente, a dinâmica de expansão da cidade era voltada para o interior da ilha, no caminho da roça, no sentido geográfico a partir do Centro no rumo para o Leste. Surgiram então bairros que se foram ligando ao mapa urbano, como Monte Castelo, Apeadouro, João Paulo, Filipinho, Alemanha, Ivar Saldanha, Vila Palmeira, Jordoá, Sacavém, Outeiro da Cruz, Anil, Santos Dumont, Aurora. Daquele tempo em diante, no entanto, a orla norte tornou-se mais próxima com a construção de vias de acesso e o decorrente adensamento da população residente nos

loteamentos que se iam estabelecendo em bairros como São Francisco, Renascença, Ponta D'areia, Ponta do Farol, São Marcos e adjacências (BURNETT, 2007; FERREIRA, 2014).

Com a edificação da Avenida Litorânea na década de 1990, uma parcela maior da população da cidade de São Luís pôde afluir continuamente com facilidade à orla norte. As praias deste litoral foram então incorporadas sistematicamente às dinâmicas urbanas, atraindo de maneira crescente usuários que aspiravam ali exercitar práticas sociais diversas. Essas alterações no território provocaram simultâneas modificações na percepção dos espaços da cidade e na relação dos cidadãos com a urbe e entre si. Com a ocupação urbanística do litoral norte, empreendedores imobiliários e agentes públicos conferiam crescentemente à paisagem marítima valor material e simbólico. Neste sentido, o Relatório de Impacto Ambiental elaborado para a expansão da Avenida Litorânea em 2012, dispunha que a obra garantiria “um melhor aproveitamento do potencial paisagístico” (CONSPLAN, 2010, p. 33). Neste contexto, a orla já se apresentava como espaço social público segmentado, com diferentes usuários e modalidades de apropriações, onde se passava a expressar um estilo de vida urbano praiano em que é componente essencial a exposição social do corpo, seja na areia da praia, na água do mar, no calçadão ou nos bares e restaurantes. Não se pode compreender o espaço contemporâneo da cidade de São Luís sem incluir, portanto, a orla por onde tem avançado a ocupação há apenas trinta anos.

No âmbito desta introdução é oportuno assinalar o que motivou considerar as configurações das interações e sociabilidades localizadas nas praias da Avenida Litorânea na cidade de São Luís. Como afirmam Deslauriers e Kérisit (2010, p. 133), o pesquisador constrói “seu objeto a partir de uma rede de interesses que orientam sua escolha”. Além da curiosidade intelectual acerca dos estudos urbanos e do interacionismo desde a graduação, tem inquietado o pesquisador o fato de o Maranhão ser o segundo estado com o litoral mais extenso, ter sua capital situada em uma ilha, na qual apenas a partir do final da década de 1960 as praias foram incorporadas continuamente ao cotidiano.

Desta maneira, no presente estudo são examinadas as dimensões interacionais construídas simbolicamente a partir das quais os espaços sociais públicos das praias do litoral norte são incorporados ao cotidiano na cidade de São Luís – MA. A questão da pesquisa se coloca a partir de quais práticas sociais e sob quais condições interacionais os cidadãos, em

uma perspectiva de ajuntamentos¹, estabelecem, mantêm e tornam possíveis as ocupações contemporâneas da orla² em que se situa a Avenida Litorânea. Nesta tese, as praias são concebidas como espaços sociais públicos onde indivíduos em copresença constituem e sustentam determinadas sociabilidades, nas múltiplas formas em que se configura o intercurso da interação social. Segundo a perspectiva de Goffman (2009, p. 11), copresença significa “o período em que o indivíduo está na presença imediata dos outros”.

As praias pesquisadas estão, portanto, localizadas na Avenida Litorânea, importante via de circulação e acesso à região dos grandes empreendimentos do setor da construção civil e de incorporação de imóveis em São Luís. Três praias estão ali situadas e são analisadas comparativamente: São Marcos, Calhau e Olho-D’água. A praia de São Marcos, mais próxima ao Centro, foi a que recebeu o maior número de novos moradores no início do século XXI e com mais edifícios altos construídos ao redor das dunas tombadas como patrimônio natural e paisagístico. Ao lado de São Marcos está a praia do Calhau, que se apresenta menos verticalizada que a primeira, onde prevalecem habitações do tipo casas e edifícios, erguidos estes de frente para a orla com gabarito de até três pavimentos, atendendo à Lei de Zoneamento Municipal – lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992. A Avenida Litorânea encerra seu trajeto na praia do Olho-D’água; chega-se a ela também por outras ruas vicinais. Apesar de fazerem parte de um conjunto de praias na mesma cidade, há ritmos e comportamentos diferenciados de sociabilidades, conforme os dias e horários da semana, com a intervenção de diferentes e variados agentes.

Assim, as praias da Avenida Litorânea apresentam características que as tornam espaços sociais nos quais podem ser vivenciados e percebidos distintos modos de ser, de portar-se, de vestir-se. Há “pedaços” (MAGNANI, 2003, p. 12) da praia que são cotidianamente usados para atividades de lazer como reunir-se com a família, confraternizar com os amigos em um dia de diversão ocasional, festejar, tomar “banho de sol”, “pegar uma cor”, comer, beber, passear. Ocorre ainda o exercício de esportes como caminhar, correr, jogar

¹ O termo ajuntamento é utilizado para fazer referência a “qualquer conjunto de dois ou mais indivíduos, cujos membros incluem todos e apenas aqueles que estão na presença imediata uns dos outros num dado momento” (GOFFMAN, 2010, p. 28).

² Enquanto conceito, orla “é a linha de contato entre o mar e a terra. Utiliza-se comumente o termo orla marítima para designar esse contato” (GUERA, 2011, p. 455). Para as finalidades específicas deste estudo, no entanto, considera-se orla a extensão costeira limitada entre a praia de São Marcos, a praia do Calhau e o início da praia do Olho-D’água (praia do Caolho). Esta zona urbana é cortada pela Avenida Litorânea.

futebol, praticar voleibol, pedalar bicicleta, patinar, pescar, nadar, surfar, kitesurfar. Existem igualmente espaços para trabalhar, como as funções exercidas por salva-vidas, empregados e empresários de bares e restaurantes, hotéis e pousadas, prestadores de serviços e vendedores ambulantes.

Acrescente-se o tempo ao espaço, pois, como entende DaMatta (1997, p. 35), “não se pode, de fato, falar de espaço sem falar de tempo”. Há que se considerar então as ocasiões ordinárias e extraordinárias da vida social, pois, nas palavras de DaMatta (1997, p. 37), são “socialmente programadas e inventadas pela própria sociedade. Estas situações se definem pelo que usualmente chamamos de festas, cerimoniais, rituais, solenidades”. Nessas são verificados protestos, passeatas, caminhadas, competições, festivais. Na heterogeneidade de situações sociais, são notadas práticas que devem ser mantidas ou evitadas nas destinações reputadas como devidas aos espaços que são públicos.

Nas praias, onde prevalece a proximidade física em um determinado intervalo de tempo, ocorrem rituais transitórios de interação, sendo configurados espaços interacionais no momento em que as pessoas entram na presença imediata de outras. É o que Goffman (2011) nomeia de sociologia das ocasiões, compostas estas por indivíduos que se comportam de certas maneiras em um dado território. Esclarece Goffman (2011, p. 9) que na interação “estão envolvidos um breve período de tempo, uma extensão limitada no espaço, e os eventos são restritos àqueles que devem ser completados depois de iniciados”.

Assim sendo, no curso da exposição reflete-se como os indivíduos são condicionados em suas interações e sociabilidades pelo contexto social da copresença na medida em que se apropriam física e simbolicamente das praias situadas ao longo da Avenida Litorânea. A partir das perguntas que se sucedem, são respondidas questões centrais da pesquisa. Como se constituiu historicamente o espaço urbano de São Luís? Neste processo, como a orla tem sido incorporada socialmente? Como essa incorporação tem interferido com a significação simbólica do litoral onde está situada a Avenida Litorânea? Quais e como as práticas sociais de apropriação possibilitam a delimitação de territórios para determinados usos do espaço público das praias pelos cidadãos? Como são organizados esses espaços? São configurados rituais e padrões de conduta característicos? Eclodem conflitos interativos? Se afirmativo, quais? Há consensos ou vivas disputas pelo território? Como são mobilizados os

recursos³ que dispõem os indivíduos para manter as interações e sustentar as situações sociais? Há diferenças significativas nas práticas interacionais e sociabilidades na comparação entre o que acontece nas praias estudadas?

Desse modo, são investigados os espaços públicos urbanos onde prevalecem práticas interacionais exercitadas por indivíduos em copresença. Conforme Goffman (2010, p. 33), “a copresença deixa as pessoas singularmente acessíveis, disponíveis e sujeitas umas às outras”. Como entende ainda Lynch (2010, p. 1), “as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias [da cidade]. Não somos meros observadores desse espetáculo, mas parte dele; compartilhamos o mesmo palco com outros participantes”. Esta dinâmica cidadina entre copresentes é pensada a partir de conceitos como cidade, espaço, lugar, proximidade, distanciamento, interação, sociabilidade, configuração, ação e relação social, engajamento, situação social, ocasião social, espaço físico, espaço interacional, espaço social, ordem pública, espaço público, praia, território, pedaço. Em uma primeira etapa, são considerados no capítulo 3 para articulação com a construção teórica do objeto; na sequência, são aplicados à análise e à interpretação dos dados obtidos em campo no estudo de caso da Avenida Litorânea, de acordo com as questões de pesquisa propostas.

As praias são ambientes que possibilitam a aproximação entre os diferentes, onde são exercitadas interações e sociabilidades a partir de atividades decorrentes de momentos de lazer, de trabalho, de manifestações culturais e de práticas desportivas. Conforme sua localização, pode-se notar a presença constante de determinados frequentadores. Esses múltiplos e variados arranjos interacionais expressam a renovação social diária do espaço público urbano. Neste contexto de marcadas mudanças, a partir da Avenida Litorânea são investigadas as configurações interacionais que resultam na demarcação de espaços sociais nas praias e na construção territorial de sociabilidades na orla litorânea norte. Para isso, são também estudados os processos históricos de construção do espaço social do litoral, antes da conquista portuguesa e após a colonização lusitana da América, em um percurso diacrônico até o presente. No decurso do tempo, são comparados os diferentes usos sociais, resultantes dos significados atribuídos pelos habitantes da cidade aos espaços sociais públicos.

³ Recursos empregados pelos agentes visam “manter um senso coerente dos eventos centrais das trocas” (HERITAGE, 1999, p. 341). São construtos do senso comum com os quais os agentes interpretam e organizam suas situações de ação, envolvem a contextualidade das ações comuns, a observação de convenções normativas e o uso da linguagem (HERITAGE, 1999).

São, então, examinados os padrões de conduta que podem ser reconhecidos como característicos nas formas de revezamento que indivíduos e grupos costumam manter para organizar e definir espaços físicos, interacionais e sociais nas praias. Nesse caso, é possível distinguir consensos estabelecidos para a definição simbólica de territórios e os momentos de crise, com a eclosão de eventuais conflitos interacionais decorrentes de sociabilidades incompatíveis de exercício simultâneo na areia. Entre estas estão as resultantes de práticas desportivas como os jogos com bola, as relativas à companhia de animais, as provenientes de divergências entre as gerações, as que se originam no maior ou menor acesso ao transporte coletivo, as que se sucedem em razão das disputas por fregueses entre os que exercem o comércio na Avenida Litorânea ou as que consistem em ações judiciais pela posse da terra em seu entorno. Assim, são caracterizados os recursos que os cidadãos lançam mão nas interações para sustentar as situações sociais. O escopo é, portanto, contribuir com as discussões e debates sobre as formas de interação e sociabilidades instituídas para apropriação do espaço público urbano contemporâneo praia.

Os referenciais teóricos que proporcionam o embasamento para a construção do objeto de análise têm como principais fontes os aportes de autores que discutem as interações e sociabilidades, consideradas em uma perspectiva urbana. Para remeter o olhar e o pensar ao espaço cidadesco, empreende-se um exame teórico-conceitual que possibilite dotar o observador de recursos necessários à análise, pois, parafraseando Bourdieu (2007, p. 10), “o espectador desprovido do código específico sente-se submerso, ‘afogado’, diante do que lhe parece ser um caos de sons e de ritmos, de cores e de linhas, sem tom nem som”. Tal como pode acontecer quando se está em meio à profusão de interações e sociabilidades estabelecidas nos ajuntamentos entre copresentes no espaço público da praia.

Procedeu-se no capítulo 2 ao levantamento e exame da gênese e configuração dos espaços litorâneos existentes antes e depois da colonização portuguesa. Para isso, recorreu-se à literatura em história e antropologia. Contribuíram as leituras de autores como Botelho (2007), que debate e narra a história do Maranhão e da cidade de São Luís. Cunha (2006) em extensa obra, na qual figura como organizadora, apresenta as populações indígenas e sua distribuição no território. Ramos (1961) e Fernandes (1989) são também dois clássicos da antropologia citados, que buscam reconstituir aspectos culturais dos povos americanos ao tempo da conquista lusitana da América. Ainda como referências para a composição da análise, estão

incluídas obras de Ribeiro (2004) e (2008), que versam sobre as culturas de povos indígenas contemporâneos. Com os relatos sobre as sociabilidades dos índios antes, durante e depois da conquista propõe-se ampliar a possibilidade de compreensão da dinâmica social de apropriação da orla. Pois, conforme o Plano Diretor do Município de São Luís de 2006 – lei n.º. 4.669, de 11 de outubro de 2006 –, artigo 67, parágrafo único, que trata da política de conservação integrada, os “ambientes urbanos são valorizados pelos vestígios do passado já transformado, pelos registros do nível de desenvolvimento atual da sociedade e pelos registros autênticos do passado e do presente que representem soluções para problemas futuros” (SÃO LUÍS, 2006). Em seguida, é pensada a formação do espaço urbano de São Luís enquanto constituição da cidade acampamento militar, mercantil portuária e moderna praiana.

Por meio do debate no capítulo 3 acerca de questões teóricas e conceituais sobre o espaço social público urbano praia, são acionados, entre outros, textos clássicos e contemporâneos redigidos por Weber (1979; 2009) e Wirth (1979), sobretudo no que se refere à cidade. Com DaMatta (1997) e Saldanha (2005) é pensado também o espaço. Simmel (1979; 1986; 2006) permite tratar aspectos de sociabilidade; com a leitura de Elias (1994; 2008) são examinadas as configurações de grupos no espaço. Goffman (1983; 2009; 2010; 2011; 2012) com um arcabouço de concepções em torno do tema das situações sociais, a partir do qual Frehse (2008) discute o espaço físico, interacional e social. Os aportes teóricos de Sennett (2014) e de Habermas (2003), com suas diferenças, permitem refletir, sobretudo, sobre o espaço público; enquanto Augé (2010) considera o lugar. Urry (2007) faz referência ao espaço na sociedade do movimento.

A bibliografia com que se subsidiou a análise buscou esboçar o conhecimento dos escritos produzidos acerca da questão do fenômeno das interações e sociabilidades relacionadas com a incorporação e a demarcação de territórios pelos frequentadores do espaço social público, especialmente no que se pode associar ao tema das praias em contextos urbanos, como ocorre na cidade de São Luís. Importa agora detalhar em breves linhas a fundamentação teórica da pesquisa.

Inicialmente, é discutida a noção de cidade para contextualizar o urbano. Weber (1979) considera o conceito e as categorias de cidade. Entende ele que a cidade é o lugar mais amplo em que transcorrem as relações sociais. A par da tipologia que estabelece, explica que o conceito deve incluir um sentido político. Segundo Weber (1979, p. 76), “a cidade tem que se

apresentar como uma associação autônoma em algum nível, como um aglomerado com instituições políticas e administrativas especiais”. O conceito de cidade implica, então, a “cidadania” e a “comunidade urbana” (WEBER, 1979). Não basta, todavia, fazer menção apenas ao aspecto político. É preciso incluir também a proximidade física, a concentração de pessoas e a diversidade. O conceito deve vir então articulado à também clássica noção de Wirth referente à cidade, que a define como “um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1979, p. 96). A noção de heterogeneidade possibilita refletir sobre as interações que transcorrem no território urbano, em geral, e nas praias, especialmente, onde há grande quantidade de copresentes e uma variedade de práticas sociais.

Na obra de Simmel (2006), a noção de sociabilidade, com as formas de luta e oposição, auxilia pensar o intercurso de interações. De acordo com Simmel (2006, p. 65), “sociabilidade é a forma lúdica de sociação”. Por sua vez, “sociação é, sobretudo, interação” (SIMMEL, 2006, p. 71). Em consonância com seus interesses e valores, indivíduos e grupos asseguram, de certa forma, as condições para a manutenção da vida social. Essas concepções possibilitam o exame das condições em que as interações são estabelecidas e sustentadas no contexto do cotidiano metropolitano.

Para examinar as configurações da interação na orla, a perspectiva teórica de Elias (2008) é relevante. Destaca ele as noções de configuração e redes de interdependência nas relações sociais. O conceito de configuração refere-se ao “padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros” (ELIAS, 2008, p. 142). A configuração resulta em cadeias de interdependência entre seus componentes e, neste estudo, é empregada no exame das formas efetivas de interações sociais nas praias.

O conjunto teórico elaborado por Goffman também é acionado para a análise das interações e sociabilidades na praia. O espaço é concebido como território com delimitação geográfica e social. Destaca-se o conceito de situação social que, para Goffman (2010, p. 28), é o “ambiente espacial completo em que, ao adentrar, uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui. As situações começam quando o monitoramento mútuo ocorre, e prescrevem quando a penúltima pessoa sai”. Termo conexo é o de ocasião social, que é um “acontecimento, realização ou evento social mais amplo,

limitado no espaço e no tempo e tipicamente facilitado por equipamentos fixos” (GOFFMAN, 2010, p. 28). De acordo com Goffman (2010), uma ocasião social proporciona o contexto social estruturante no qual acontecem as situações, onde determinadas condutas tendem a ser consideradas como adequadas (GOFFMAN, 2010).

Noção que igualmente permite pensar a praia e o espaço público é a de ordem pública, vida pública ou ordem da interação – expressões equivalentes na teoria de Goffman. Para ele, ordem pública é aquela em que as “pessoas estão conscientes da presença de outras, elas podem funcionar não meramente como instrumentos físicos, mas também comunicativos” (GOFFMAN, 2010, p. 34). Ao interpretar a obra de Goffman, Joseph (2000, p. 93-94) sintetiza que este conceito se refere à “ordem fundada no direito de olhar, isto é, num princípio de acessibilidade e disponibilidade das pessoas presentes. Estas tendem, quando se expõem, a dominar as impressões que causam em outrem e a se observar enquanto agem”. Assim, são examinadas situações sociais que sobrevêm no espaço público da orla, no qual prevalece a ordem pública, onde se tem a percepção da presença de outras pessoas que influenciam o curso das interações. Conforme as ocasiões da vida social, sociabilidades e ritmos interativos tendem a ser reproduzidos em comportamentos reiterados.

Esclarece Frehse (2008) que Goffman concebe o espaço como uma configuração constituída pela interação de interações. Esta abstração teórico-metodológica, para Frehse (2008, p. 157), “é uma construção do sociólogo que permite compreender o que separa e une socialmente os indivíduos em grupos. Assume, assim, relevância uma concepção peculiar de espaço – propriamente, espaço social”. O espaço social existe simultaneamente com o espaço interacional. Este espaço é “configurado simbolicamente através de regras de conduta nas quais os indivíduos se orientam em copresença” (FREHSE, 2008, p. 157). Desta maneira, o exame do espaço interacional possibilita compreender o espaço social.

Outra perspectiva de análise com a qual se examina o espaço interacional é a de Magnani, que utiliza o termo pedaço para fazer menção a “um tipo particular de sociabilidade e apropriação do espaço urbano” (MAGNANI, 2003, p. 12). Na interpretação deste autor, as interações sociais estão situadas no “pedaço”, onde são estabelecidas redes de relações entre seus frequentadores. Conceito similar que também auxilia no estudo do espaço é o de região moral, formulado por Park (1979). Este é um local de reunião ou ponto de encontro, onde há diversão em que prepondera um código moral divergente. Pedaço e região moral permitem

cogitar acerca de interesses específicos e gostos que podem orientar a distribuição das pessoas em determinados espaços, como os trechos da praia. Ao se associarem àqueles que consideram seus pares, por expressarem gostos, preferências e atitudes similares, são demarcados pedaços no espaço social. Nas praias de São Marcos, Calhau e Olho-D'água o espaço social é fragmentado conforme os ajuntamentos constituídos sejam voltados para festas, jogos ou para as mais comezinhas reuniões familiares.

Para analisar então as ações sociais que ocorrem especificamente na orla, o espaço pode ser pensado enquanto fator concessivo a comportamentos, os quais estão propensos a ser produzidos e reproduzidos em certos lugares. A depender da maior ou menor regulação do espaço urbano, considera Mela (1999) as possibilidades da sub-regulação ou hiper-regulação permitir a expressão de um rol mais ou menos amplo de ações em determinados ambientes, territórios e regiões da cidade. Assim como acontece na praia, onde há um conjunto de ações, ritmos e trajes, socialmente reprovados ou aceitos, denotando um estilo de vida praiano com sua moralidade e estética. São exercitadas sociabilidades em que prevalece uma maior liberdade no portar-se diante dos demais, em atitudes marcadas pela eventualidade de excessiva descontração, mesmo entre casais à vista de tantos outros copresentes.

Para refletir sobre o exercício social dessas interdições e concessões interacionais, são relevantes as noções de espaço público e de espaço privado, discutidas também no capítulo 3 a partir das contribuições teóricas de Habermas (2003) e Sennett (2014). Informa (HABERMAS, 2003, p. 15) que o público e o privado são “categorias de origem grega que nos foram transmitidas em sua versão romana”. Conforme Habermas (2003), a esfera pública representa o debate livre entre iguais. O expoente da Escola de Frankfurt, ao confrontar os espaços de sociabilidades e interações, procura explicitar a importância social da esfera pública. Assegura que, nesta esfera, as coisas aparecem, tornam-se visíveis e acessíveis a todos. Sennett (2014) analisa em uma perspectiva histórica as divisões entre vida pública e vida privada. Considera as condutas e posturas das pessoas nos dois contextos, com as exigências sociais de então e as modificações pelas quais passaram estes terrenos da vida social.

Com subsídio nessas concepções, são pensados em sua essência os trechos da orla da Avenida Litorânea, enquanto espaços públicos crescentemente incorporados ao intercâmbio de práticas urbanas cotidianas e valorizados simbolicamente. Neles têm prevalecido no

decorso do tempo diferentes modos de situar-se e se portar diante dos outros copresentes, interagindo com indivíduos conhecidos nos ajuntamentos, mas devendo conviver também com desconhecidos. Na proporção em que se foi facilitando o acesso e aumentando a frequência à orla, passou-se a ter de ajustar formas de apropriações do espaço que viabilizassem o convívio na praia com a crescente multidão de visitantes de procedência variada.

Não se tratam apenas de novas práticas territoriais, mas estão incluídas relações interpessoais tradicionalmente antigas e reiteradas que assumem configurações diferentes na atualidade. São, assim, investigadas sociabilidades como as que têm a intermediação de equipamentos novos, como o *kitesurf*⁴ – modalidade esportiva que vem aumentando o número de praticantes, sobretudo nas capitais litorâneas dos estados nordestinos –, ou como os aparelhos fixados em pontos da Avenida Litorânea pela Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL) para o exercício físico desportivo. Práticas, hábitos e costumes que permitem o arranjo de novas sociabilidades, admitindo usos distintos dos de outrora. Os espaços interacionais, sociais e físicos são demarcados e modificados continuamente em suas configurações e incorporados à vida social na agora metrópole de praias, em que a presença à beira-mar é associada ao bem-estar, ligada ao prazer de sociabilidades ao ar livre e marcadas pela desportividade.

A metodologia utilizada para a elaboração da tese é composta por uma série de técnicas e procedimentos relacionados ao interacionismo e à microsociologia. Primeiramente, foram desenvolvidos de forma simultânea os estudos bibliográficos e a investigação de campo. Concomitantemente, foi feito o inventário dos espaços públicos – praças e praias – existentes em São Luís. Nesta etapa, a pesquisa foi empreendida em órgãos da Prefeitura Municipal de São Luís, como o Instituto da Cidade (INCID), que arquiva mapas e plantas do sítio urbano metropolitano. Documento relevante também foi o Plano Diretor do Município de São Luís, mencionado acima. Com estes procedimentos, buscou-se conhecer e identificar áreas do espaço público destinadas ao convívio e uso comum por seus frequentadores. Assim, foi elaborado o balanço das praças, pois nelas têm tradicionalmente transcorrido as interações e

⁴ De acordo com o Dicionário Ilustrado Novo Michaelis, a expressão *kitesurf* é composta pela composição das palavras *kite*, que significa na língua inglesa “papagaio de papel, arraia (brinquedo de criança)” (DICIONÁRIO ILUSTRADO NOVO MICHAELIS, 1974, p. 559), e *surf*, “ressaca, rebentação, onda” (DICIONÁRIO ILUSTRADO NOVO MICHAELIS, 1974, p. 929). Em uma tradução literal, *kitesurf* seria *surf* de pipa, referindo-se à ação de subir e descer ondas com uma prancha presa a um papagaio ou pipa.

sociabilidades no espaço público. Em seguida, passou-se a contemplar minuciosamente as praias, prestigiando na análise a orla de São Marcos, do Calhau e do Olho-D'água, onde está a Avenida Litorânea, objeto de estudo deste trabalho. O uso de mapas facilitou a percepção dos caminhos e cenários por onde se mover.

Na divisão das áreas pesquisadas, que contemplam zonas residenciais, turísticas e de proteção ambiental, foi usada como base para o estudo a lei municipal nº 3.253/1992, que trata do zoneamento do Município de São Luís. Mapas e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também subsidiaram a elaboração de gráficos e tabelas, com informações relativas à população do Município de São Luís datadas desde o último quarto do século XIX. Na análise referente ao tempo presente, são destacados dados estatísticos extraídos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. A partir de uma composição destes dois últimos censos, foi apurado o número de pessoas residentes nos bairros de São Marcos, Calhau e Olho-D'água. Para São Marcos foram somados os setores censitários 211130005000169, 211130005001089, 211130005000820; no Calhau foram agrupados os setores 211130005000170 e 211130005000821; para o trecho considerado do Olho-D'água foram reunidos os setores 211130005000259, 211130005000835, 211130005000836 e 211130005000837, conforme o documento CENSO DEMOGRÁFICO 2010: painel dos resultados do universo, setor censitário (IBGE, 2010).

Para operacionalizar a fase de estudo das rotinas da vida cotidiana nas praias, recorreu-se à observação direta dos ritmos conferidos pelos cidadãos a esses espaços. Quanto a este aspecto, notam Jaccoud e Mayer (2010, p. 285) que a observação direta é um procedimento aplicado à pesquisa sobre “um meio de vida: as práticas e as interações sociais”. Nesta etapa, com idas às praias, o pesquisador frequentou diariamente as praias de São Marcos, Calhau e Olho-D'água. Havia muito a ser visto em uma abundância de pessoas e ajuntamentos; como afirma Lynch (2010, p. 1), “a cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para ser explorados”. Desafio que perpassava também a observação estava “na possibilidade de generalizar a análise e ultrapassar as fronteiras dessa microssociologia” (JACCOUD; MAYER, 2010, p. 285). Deste modo, com a sequência das observações, foram identificadas práticas de agentes e ajuntamentos cujas situações nas praias permitissem estabelecer

inferências válidas para compreender as configurações das interações exercitadas no cotidiano do espaço social da orla norte.

O período de observação compreendeu o interstício de janeiro de 2014 a julho de 2015. Durante o período de dezenove meses foi empreendido o trabalho de observação direta. Como *habitué*, frequentador das praias de São Marcos, Calhau e Olho-D'água, esteve-se no cotidiano para conhecer e identificar interações efêmeras ou constantes, com usuários que compareciam esporadicamente ou que se repetiam ao longo dos dias, nas ocasiões ordinárias e extraordinárias do calendário.

Foi organizado e cumprido um cronograma para a observação, que contemplou todos os dias da semana em escala de dias alternados. Uma praia era observada durante a semana, começando por São Marcos, continuando pela praia do Calhau e concluindo com o Olho-D'água. Assim, semanalmente, as visitas foram feitas em um dia determinado, começando pelo domingo, perfazendo ao longo dos meses os dias da semana. A rotatividade permitiu acumular informações relevantes para subsidiar a análise sobre frequentadores e atividades preferencialmente praticadas. Os horários foram estabelecidos conforme os turnos diários – matutino, vespertino e noturno – em que se manteve o mesmo critério de revezamento para examinar como transcorrem determinadas sociabilidades nos espaços das praias. Sucessivamente, na primeira semana a visita era feita pela manhã, na segunda pela tarde e na terceira à noite. Quando se tratou do matutino, considerou-se o horário a partir das 6h até às 11h59min. O vespertino compreendeu o intervalo entre 12h – meio dia – e 17h59min. Situou-se o noturno entre às 18h e às 5h59min do dia seguinte.

Para sistematizar as observações, tomou-se como procedimento anotar as memórias em um caderno, que era o diário de campo, com as informações quanto aos lugares onde transcorriam as interações e pessoas copresentes. Existia receio da impressão que se poderia causar, portando um caderno no qual se escrevia; mas, no curso da investigação, o pesquisador não foi abordado por este motivo. A partir do que era notado na praia, procedia-se aos registros com a descrição de percepções, falas e conversas; seguida da posterior conversão do conteúdo para texto digitado, visando sistematizar e revisar o conjunto dos elementos colhidos e refletir sobre o tratamento a ser dado àquele material produzido, conforme o problema da pesquisa.

O calçadão, a areia, os bares, os restaurantes e os hotéis instalados ao longo da Avenida Litorânea foram selecionados como espaços a partir dos quais se iria observar. A escolha desses lugares deveu-se ao fato do que se buscava descrever, considerando cinco questões apontadas, conforme Jaccoud e Mayer (2010, p. 267-268),

Onde nós estamos? É a descrição do local (descrição do lugar, dos objetos, do ambiente);

Quem são os participantes? É a descrição dos participantes (seu nome, sua função, suas características, etc.);

Por que os participantes estão aí? É a descrição das finalidades e dos objetivos (as razões formais ou oficiais de sua presença nesse local, os outros motivos, etc.);

O que se passa? É a descrição da ação (os gestos, os discursos, as interações, etc.);

O que se repete e desde quando? É a descrição da duração e da frequência (história do grupo, frequência da ação, etc.).

Os espaços listados acima atraem um público constante, tornando possível o acompanhamento de sua frequência. A Avenida Litorânea apresenta-se, no entanto, fracionada, com um trecho inicial em São Marcos onde há pontos fixos, como bares e restaurantes, instalados próximos ao calçadão. Na praia seguinte, Calhau, estendem-se também bares e restaurantes para o passeio do outro lado da via; enquanto no Olho-D'água estão barracas construídas precariamente na areia. Ainda consoante Jaccoud e Mayer (2010, p. 267), um local de observação deve ser “um contexto no qual se produz um conjunto de fenômenos, e pode conter vários casos de interesse para o pesquisador”. Os hotéis situados na Avenida foram também observados. Ao final do período relatado o pesquisador hospedou-se por quatro dias em hotel situado na Avenida Litorânea. Neste último momento, foi possível acompanhar os ritmos diários, desde o despertar até o encerramento de atividades de um dia para retomar na manhã seguinte. Esta inclusão deveu-se à especificidade do público – viajantes e turistas –, optando-se por um exame que considerasse também estes locais de estadia na cidade que se foi voltando para o turismo.

Colheu-se material fotográfico nas praias, que resultou em imagens das interações e sociabilidades no contexto desse espaço social público. A câmera digital utilizada foi uma Nikon D3200. Neste acervo foram escolhidas as fotografias a incluir no trabalho. As imagens selecionadas foram ordenadas em uma sequência cuja posição em articulação com o texto possibilitasse a comparação de detalhes que se repetissem. Esta disposição permitiu notar pessoas [sem as identificar] em interações, expressando sociabilidades em momentos

espontâneos. A intenção era verificar a existência de padrões cotidianos de conduta característicos nos revezamentos feitos por indivíduos e ajuntamentos para selecionar, demarcar e estabelecer determinados espaços físicos da orla que, com a distribuição dos frequentadores, eram tornados também espaços interacionais e sociais.

Assim, a fotografia foi empregada como um recurso para investigar, na sequência das imagens, como transcorrem as interações e disputas na construção de sociabilidades e na organização do espaço social público da praia; desta maneira, possibilitando ainda assinalar determinadas práticas sociais, com o reconhecimento de identidades aparentes e conflitos interativos. Como explica Becker (2009, p. 61),

uma sequência fotográfica bem feita suporta um grande número de comparações e um grande número de interpretações, razão pela qual podemos continuar a atribuir cada vez mais significado ao que é, afinal, um pequeno número de imagens.

É preciso destacar que todas as imagens no conjunto “condicionam nossa compreensão da fotografia que estamos olhando neste instante. De fato, cada imagem influencia nossa compreensão de todas as outras”, como afirma Becker (2009, p. 48). Para indicar o que se deve observar na fotografia, além da problematização contida no texto, foram inseridas legendas que fazem referência ao local da imagem e o que se observou lá; mencionam-se também o autor e a data de sua produção.

As imagens dispostas não são apenas da lavra do autor. Há fotografia sobre as interações e sociabilidades dos povos indígenas. Com um olhar atento sobre ela, podem ser feitas comparações das sociabilidades em perspectiva sincrônica e diacrônica. Como na imagem/fotografia de preparação do cauim no século XX e a atividade de preparo da bebida há quatrocentos anos, segundo a percepção do colonizador de então que, em sua ação inicial, restringia sua presença ao litoral. Nesse sentido, a razão para buscar reconstruir o modo de ser e de viver dos índios do tronco tupinambá está no que escreveu Ribeiro (2008, p. 19), pois foram eles que “deram à nossa civilização a fórmula de sobrevivência nos trópicos”. Sem o conjunto dessas práticas, os maranhenses – como os brasileiros – não seriam o que são. Assim, visou-se incorporar à análise esses outros usos e costumes disseminados culturalmente. Deve-se esclarecer, desde logo, que comparações de diferenças e semelhanças não remetem necessariamente a uma evolução contínua, em que se suponha um evolucionismo naturalizado. Com a menção, intencionou-se, por conseguinte, compreender os longos processos socio-

históricos de construção de sociabilidades no espaço social do litoral, com reflexos que se podem estender a matizes de configurações interacionais verificadas no presente.

Estão inseridas também no trabalho reproduções de pinturas e fotografias dos espaços da cidade de São Luís em épocas diferentes de sua história. Com isso, podem ser localizadas, percebidas, comparadas e interpretadas as mudanças operadas na representação do espaço citadino durante os séculos. Plantas e mapas do passado e do presente acompanham o escopo em demonstrar as mudanças nas descrições e retratos do espaço urbano, sobretudo da orla. Em séculos anteriores, a disposição da imagem da cidade era feita a partir da vista do mar, com poucas construções em terra, já que a preocupação premente era servir para consulta e leitura por marinheiros no curso de navegações. No mapa constante na citada lei municipal nº 3.253/1992, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano em São Luís, de forma diversa, pode-se notar a preponderância da cidade. Assim, o espaço representado modifica-se socio-historicamente nas concepções e interpretações em mapas e plantas do sítio urbano.

Foram ainda realizadas entrevistas nas praias, com a opção pelo tipo semiestruturado (APÊNDICE), com perguntas abertas. As entrevistas foram elaboradas para atender o propósito de verificar as percepções dos frequentadores quanto ao que viam e como interpretavam suas experiências na praia. Considera Poupart (2010, p. 216) que “as condutas sociais não poderiam ser compreendidas, nem explicadas, fora da perspectiva dos atores sociais”. Assim, a eficácia da entrevista está associada a uma apuração do ponto de vista dos atores. Explica ainda Poupart (2010, p. 217) que a entrevista visa

apreender o sentido que os atores dão às suas condutas (os comportamentos não falam por si mesmos), a maneira como eles representam o mundo e como eles vivem sua situação, [...] como aqueles em melhor posição para falar disso.

Dessa maneira, foram aplicadas a uma centena de entrevistados, classificados em categorias e identificados como informantes com percepções diferentes, conforme a condição de banhistas, moradores dos bairros da orla norte, jovens, idosos, desportistas, jogadores de futebol e voleibol, ciclistas, surfistas, kitesurfistas, boêmios, turistas, vendedores e prestadores de serviço ambulantes, comerciários e comerciantes estabelecidos de bares e restaurantes, trabalhadores e empresários do setor hoteleiro, bombeiros salva-vidas, agentes de trânsito e policiais militares. Os entrevistados não foram identificados, por um imperativo de ordem

ética. A não identificação suscita uma maior possibilidade de colaboração por parte dos entrevistados, em razão de se sentirem à vontade quando se assegura o anonimato. Os prenomes são indicados quando transcritos trechos de diálogos e falas para permitir o conhecimento do sexo do informante, juntamente com sua idade e ocupação.

Com o propósito de examinar o espaço social das três praias, as entrevistas foram nelas distribuídas aos frequentadores, fracionando o total aplicado mencionado acima e, portanto, a amostra obtida, com 34 (trinta e quatro) entrevistas feitas em São Marcos, 33 (trinta e três) no Calhau e 33 (trinta e três) no Olho-D'água. A composição da entrevista contou com 26 (vinte e seis) quesitos, com os quais se procurou apurar o perfil do usuário. Em uma primeira parte – até o item 8 – foram feitas indagações de cunho socioeconômico, para caracterizar o entrevistado, entre os quesitos estavam sexo, estado civil, idade, escolaridade, profissão, bairro em que reside. A partir da pergunta 9, buscou-se reconhecer e refletir sobre aspectos relacionados à percepção dos modos de lidar e estar no espaço social da praia. Foram, então, os entrevistados inquiridos sobre o acesso e a permanência no local, as opções de lazer disponíveis, as práticas e as preferências na praia que pudessem evidenciar ao pesquisador a instituição de hábitos, as dimensões dos ajuntamentos decorrentes de estar ou não acompanhado enquanto na praia, bem como todas as demais possíveis implicações interpretativas que pudessem advir do conjunto de interações e sociabilidades estabelecidas naquele âmbito social observado. As respostas obtidas nas entrevistas são apresentadas e examinadas no capítulo 4, na análise das configurações da interação na orla da Avenida Litorânea.

Em seu conjunto, a estrutura da tese inclui, além desta INTRODUÇÃO, um capítulo intitulado FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS no qual são analisadas, a partir de um ponto de vista histórico, as modificações no cenário urbano em que a migração populacional contribuiu para a composição socioespacial da cidade, que, apesar de situada no litoral, expandiu-se primeiramente no rumo do interior da ilha. Inicia-se com a investigação dos espaços sociais de sociabilidade entre as populações que habitavam o litoral, antes da chegada do colonizador europeu. Em seguida, passa-se a considerar a cidade de feições europeias, que vai sendo erguida. Para a construção da cidade adota-se um mesmo padrão colonial, que, no entanto, apresenta outra orientação a partir da década de 1960, com uma indução modernizante de desenvolvimento urbano protagonizado por investimentos do

poder público no sistema viário e por novos modelos de acumulação do capital imobiliário. Com o exame do processo de urbanização de São Luís buscou-se evidenciar as mudanças nos vetores de expansão da cidade que, por mais de três séculos, induziram um alargamento do perímetro urbano voltado para o interior da ilha; a partir da segunda metade do século XX, constituíram-se, no entanto, as condições sociais direcionadas à ressignificação simbólica e à crescente incorporação do litoral norte à malha urbana e à vida cidadina.

O capítulo relativo às QUESTÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE O ESPAÇO SOCIAL PÚBLICO URBANO PRAIA é voltado à caracterização do espaço social urbano, com o exame de conceitos fundamentais para a pesquisa. Estudam-se do mesmo modo o espaço público e o espaço privado. São fixadas ainda as noções de orla e praia, enquanto espaços específicos que se investiga no conjunto da cidade.

Em outra seção do estudo – CONFIGURAÇÕES DA INTERAÇÃO NA ORLA DA AVENIDA LITORÂNEA – considera-se o caso das praias do litoral norte da cidade, onde são examinadas as configurações das interações sociais no espaço público. O capítulo consiste na análise etnográfica dos dados colhidos por meio das observações e das entrevistas na pesquisa de campo, com fundamento na bibliografia selecionada e nos conceitos destacados ao longo do texto. São assinaladas e discutidas as práticas interacionais que permitem o exercício de sociabilidades pelos cidadãos, com os consensos instituídos e os recursos acionados para a demarcação de territórios nos espaços interacional, social, físico e público das praias de São Marcos, Calhau e Olho-D'água, situadas ao longo da Avenida Litorânea.

Foi feito, portanto, o esforço de ir a campo, ir à praia, e estar lá foi como “uma experiência de cartão postal”, usando uma alegoria de Geertz (2009, p. 170). No entanto, como ele ainda afirmou, é o estar aqui, escrevendo e relatando, na condição de estudioso entre estudiosos, que faz com que a tese resultante da pesquisa empreendida seja lida, avaliada, julgada e, por ventura, citada e ensinada. Reitera-se, assim, o convite à leitura com toda a eventualidade de crítica e reflexão que possa suscitar o conteúdo da experiência vertido no texto redigido e impresso nas páginas seguintes.

2 FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE SÃO LUÍS

2.1 A Upaon-Açu das aldeias tupinambás

A área onde está situada hoje a cidade de São Luís passou por transformações nas formas de ocupação do território decorrentes das dinâmicas de apropriação do espaço ao longo do tempo. Diversos processos históricos de construção de sociabilidades transcorreram simultânea ou sucessivamente ao longo do litoral, contribuindo para fundar a São Luís dos dias presentes, seja antes da colonização europeia, quando havia marcada presença indígena, ou após a conquista portuguesa da América. A este respeito, considera assertivamente Araújo (2015b, p. 15) que, nas “beiradas da Baía de São Marcos, [...] a maioria dos moradores em quem não são encontrados traços fortes de índios, mas profunda mestiçagem de cores europeias, africanas e autóctones, levam a vida cotidiana muito próxima daqueles nativos recepcionistas da expedição francesa”. Nota ele ainda que

morenos e atarracados, alimentando-se quase que exclusivamente de farinha de mandioca, caranguejos pretos, pequenos camarões salgados e peixes secos, dormindo em redes sob tetos de folhas de palmeira com paredes de taipa, pescando a bordo de idênticas canoas e com igual técnica ‘barragem’, cultivando a mandioca em áreas desbravadas pelas sucessivas queimadas; é certo que vestem calções de *nylon* e suas mulheres usam comumente batom e celular no bolsinho de trás de calças jeans apertadíssimas. Seria necessário avançar mais em direção ao interior amazônico para topar com o saldo de tribos que se refugiaram por lá após a sofrida diáspora pelas encostas litorâneas do país. (ARAÚJO, 2015b, p. 15-16).

O percurso de análise acerca da formação do espaço urbano de São Luís se inicia com o exame do espaço físico, interacional e social no território ludovicense e, por extensão, no maranhense próximo, nos momentos anteriores e contemporâneos ao advento da presença dos europeus. Consideram-se as dinâmicas que caracterizam a história, que não flui de maneira linear, unidimensional e previsível, mas dialeticamente, por meio de confrontos e conflitos. As sociabilidades atuais têm parte de suas fontes socioculturais nas ações dos agentes que se foram estabelecendo na área compreendida hoje como ilha de São Luís ou ilha de Upaon-Açu, conforme topônimo considerado na seção 3.3.

Concorre para a reconstituição da vida social precedente e concomitante à conquista dos portugueses e a compreensão do ser tupinambá, a interpretação dos relatos de viajantes, missionários, escritores e etnógrafos. Entre uma das consequências que pode ser

preliminarmente apontada sobre esse processo histórico de disputas está a sucessão de nomes conferidos ao território, conforme a presença de seus habitantes tupinambás, franceses e portugueses. Cabe, portanto, esclarecer quanto à conotação das variadas designações, de acordo com os sentidos e significados aludidos ao longo do texto. O nome Upaon-Açu, com o qual se intitula esta seção, vem de sua origem tupi e significa “Ilha Grande” (BOTELHO, 2007, p. 15). Era esta a denominação dos tupinambás para a localidade. A expressão ilha do Maranhão, também citada, está de acordo com a escrita de Claude d’Abbeville, que acompanhou os invasores/colonizadores franceses. É uma referência em que se acentua o aspecto geográfico. Ao se mencionar ilha de São Luís, a atenção é direcionada aos portugueses e ressalta a importância da capital. Desta maneira, quando o nome da ilha aparece no texto escrito por vezes como ilha de Upaon-Açu, ilha do Maranhão e ilha de São Luís, o propósito é fazer remissões, sobretudo, a quem detinha então a hegemonia sobre as terras, se tupinambás, franceses ou portugueses.

Na época do contato, habitavam o litoral do Maranhão os “tupinambás (tapinambos, topinamba, tuppininbas de Hans Staden, tououpinamboult, de Léry)” (RAMOS, 1961, p. 52). Com relação a eles, pontua Ramos (1961, p. 52), “ocupavam toda a região costeira entre o rio Parnaíba e o rio Pará, e ainda as costas do Maranhão, o litoral brasileiro, do rio São Francisco a Camamu, os arredores da baía de Guanabara”. Deve-se também esclarecer que tupinambá é um termo genérico com o qual se faz referência a várias tribos tupis, que têm denominações locais em alguns pontos do território. A relevância em considerar os tupis do litoral decorre do fato de que “forneceram a quase totalidade das descrições e narrações dos viajantes, missionários e escritores dos primeiros tempos da colonização” (RAMOS, 1961, p. 54).

Dessa maneira, consoante o informado no parágrafo acima, é preciso destacar, preliminarmente, como ressalta Cunha (2006, p. 383), que se utiliza o termo tupinambá, “para designar todo o conjunto tupi da costa brasileira, que aparece comumente na literatura histórica como a denominação de uma entre várias outras ‘nações de gentios’ de língua Tupi”. Uma dificuldade que se apresentou desde os primeiros cronistas é a de precisar as principais unidades sociais com suas respectivas fronteiras, mormente em razão do nomadismo dessas populações.

Ressalta Carvalho (2014) que os maiores povoadores da costa norte, no século XVII, eram os tremembés, os tupinambás e os aroans. Assim, estariam eles distribuídos então

nos litorais do Ceará, Piauí e parte do Maranhão: em Camocim e a entrada do Rio Preguiças viviam os tremembés; no vale do Parnaíba, abaixo da entrada do Rio Poti até o delta, os charunás, parentes dos guararés de Aldeias Altas; e no vale do Itapecuru abaixo de Caxias e nos rios Monim e Icatu, os também aparentados caicaizes. Na Ilha do Maranhão viviam os tupinambás, fugidos há cerca de cem anos do litoral pernambucano [...]. Considerada a mais numerosa do litoral brasileiro, estavam bem dispersos na costa norte e até mesmo em áreas do vale amazônico. (CARVALHO, 2014, p. 24).

Para o estudo e a compreensão de aspectos da cultura dos tupis da costa, deve-se proceder à dupla tarefa, conforme Ramos (1961, p. 85), de “reconstituição das culturas das tribos desaparecidas, pela extinção ou pela assimilação, e a da pesquisa direta entre as tribos atualmente existentes”. São usados como fontes acerca dos grupos tupis que habitavam a costa brasileira nos dois primeiros séculos da conquista os relatos produzidos por testemunhos de época. Representam depoimentos de viajantes e missionários em correspondências e relatos das viagens às terras do que mais tarde passou a ser o Brasil. A partir desse conjunto de descrições, é possível compor um resgate histórico do que teria sido o modo de ser e viver dos tupis do início do processo de ocupação territorial pelos europeus.

Entre outros cujas narrativas ganharam notoriedade e que contribuíram para o conhecimento dos habitantes das então novas terras, estavam os padres jesuítas portugueses Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cardim, Simão de Vasconcelos; o historiador e cronista português Pero de Magalhães Gandavo; o colono português Gabriel Soares de Sousa; o mercenário alemão e prisioneiro, por nove meses, dos tupinambás Hans Staden; o frade franciscano francês André Thévet; o pastor e missionário calvinista francês Jean de Léry; os capuchinhos franceses Claude d’Abbeville e Yves Évreux (CUNHA, 2006; FERNANDES, 1989; RAMOS, 1961).

Apesar de toda a crítica que se possa fazer em razão das diferenças de procedência dos autores e da diversidade de suas observações, existem semelhanças que permitem inferir a validade de conclusões acerca de uma recomposição para fins analíticos dos modos de vida daqueles povos tupis. A propósito, em relação aos tupis da região costeira, “as crônicas deixam entrever um inegável ‘ar de familiaridade’ com os grupos tupis contemporâneos, a despeito das flagrantes dissimilaridades demográficas” (CUNHA, 2006, p. 381). Para Ribeiro

(2008, p. 19), a relevância desses estudos deve-se ao fato de que os tupinambás “transmitiram os inventos adaptativos que desenvolveram em milhares de anos e que se cristalizaram nas formas de caça, de pesca e, sobretudo, de lavoura”. Tratar do modo de vida e de sociabilidades dos índios é também, portanto, refletir sobre as práticas sociais do presente herdadas nas sucessões intergeracionais.

Essas populações que viviam na costa no período da conquista, para fugir dos colonizadores portugueses, migraram para o interior e para o norte, grande parte se miscigenou e aculturou-se com portugueses e negros, perfazendo a composição étnica das populações mestiças de mamelucos e cafuzos ou carafuzos. Assim, por exemplo, “os Caetés e Tupinambás fogem dos portugueses em direção ao Maranhão e ao Pará, [...] na direção litorânea sul-norte” (RAMOS, 1961, p. 62). Lembra também Araújo (2015b, p.150) que “as populações tremembés da faixa entre o Ceará e o Maranhão eram também chamados tapuias, um termo genérico para os índios não tupis e dominavam originalmente o litoral, tendo sido daí expulsos, com poucas exceções, no bojo da conquista tupi”.

Na percepção do colonizador sobre os povos que habitavam a região que hoje é o nordeste do Brasil, podia ser notado o distanciamento em relação aos povos do interior, chamados pelos tupis de tapuias [inimigos], que, por sua diversidade idiomática, representavam um desestímulo aos contatos com os europeus (CUNHA, 2006). Neste sentido, expressava-se Cardim (apud CUNHA, 2006, p. 432),

com os mais tapuias, não se pode fazer conversão por serem muito andejes e terem muitas e diferentes línguas dificultosas. Somente fica um remédio, se Deus Nosso Senhor não descobrir outro, e é havendo às mãos alguns filhos seus aprenderam a língua dos do mar [tupis do litoral], e servindo de intérpretes fará algum fruto ainda que com grande dificuldade.

Para Ribeiro (2001, p. 19), a “divisão dos índios do Brasil em tupi e tapuia prevaleceu muito tempo e servia para distinguir o grupo do litoral daqueles do sertão”. Os índios senhores do litoral eram, por conseguinte, sobretudo os tupinambás, que ocupavam a região da ilha do Maranhão no momento da conquista. Os tapuias, em constante guerra com os tupinambás, abandonaram a ilha. Segundo Lopez (2001, p. 82),

a conquista do litoral nada mais foi do que uma acirrada disputa pelos alimentos ali disponíveis, sobretudo das fontes de proteína animal – peixes, tartarugas, moluscos e crustáceos – [...] imprescindíveis na dieta dos habitantes americanos. Isso explica por

que os grupos mais numerosos, coesos e tecnologicamente melhor aparelhados venceram a disputa.

Foram, então, estabelecidas durante o primeiro século de ocupação relações de aproximação e intercâmbio ou de repulsa e hostilidade. Para o colonizador português, essa divisão servia à concorrência entre os europeus, na qual eram disputados parceiros nativos, seja visando a aquisição de pau-brasil, a fixação no território ou a escravização de índios. Do ponto de vista dos índios, as diversas procedências de europeus eram consideradas em sua lógica da vingança da guerra tupi. Segundo Cunha (2006, p. 385),

esse (des)encontro colonial, onde os europeus serviam à lógica dos conflitos interétnicos, e esses conflitos permitiam aos portugueses dividir para reinar, foi fatal para os tupis da costa, pois mesmo quando conseguiram reunir um número considerável de aldeias em ataques combinados a posições lusitanas – como ocorreu com a chamada “Confederação dos Tamoios” – tiveram que enfrentar índios fiéis aos colonizadores, e acabaram derrotados.

Deste modo, os tupinambás “localizaram-se na Ilha do Maranhão” (FERNANDES, 1989, p.43). Além desta ilha, habitaram Tapuytaperá, Cumã, Caeté e áreas do baixo Mearim, “de cujo espólio surgiram alguns dos primeiros núcleos coloniais portugueses no Maranhão” (ARAÚJO, 2015a, p. 149). Atualmente, essas terras fazem parte dos municípios litorâneos maranhenses de Guimarães (Cumã), Alcântara (Tapuytaperá), situados no litoral ocidental, e Primeira Cruz (Caeté), localizada do lado oriental, com São Luís ao centro. “De acordo com Abbeville, a união entre os grupos locais de Cumã, de Tapuytaperá e da Ilha era muito grande” (FERNANDES, 1989, p. 44). Conforme a disposição geográfica das aldeias percebe-se que formavam um cinturão ao redor da ilha grande; os navios vindos de fora passavam primeiramente por Caeté, antes de adentrar as baías ao redor de Upaon-Açu.

Os tupinambás cultivavam relações de guerra com as mais variadas tribos hostis – tapuias. Seus maiores inimigos na região deviam ser os tremembés. Os moradores da ilha de São Luís, de Tapuytaperá, de Cumã e de Caeté travavam ainda combates com os tabajaras. Lembra Fernandes (1989, p.44) que “os Tupinambás eram inimigos dos portugueses, favorecendo sempre as pretensões de seus amigos e aliados franceses” (FERNANDES, 1989, p.44). Com a expulsão dos franceses, “os Tupinambás do Maranhão e do Pará ficaram à mercê dos portugueses. Os contatos com estes tiveram consequências letais para os Tupinambás” (FERNANDES, 1989, p. 45).

Sobre a presença tupinambá na ilha de São Luís, segundo Abbeville (apud FERNANDES, p. 45-46), existiam na região insular “vinte e sete grupos locais importantes, contando ao todo 12.000 indivíduos, na época da conquista portuguesa”. Aduz Fernandes que

Abbeville ainda explica que os grupos locais de Tapuytaperá, Cumã e Caeté eram mais povoados que os da Ilha. Por seus dados verifica-se que os franceses conheciam mais de quarenta e um grupos locais nas áreas mencionadas. Portanto, viviam em Tapuytaperá, Cumã e Caeté no mínimo vinte ou vinte e cinco mil Tupinambás. Ao todo, tratando-se só das áreas conhecidas – Ilha, Tapuytaperá, Cumã e Caeté – existiam aproximadamente 35.000 indivíduos. (FERNANDES, 1989, pp. 45-46).

Pode-se então perceber as dimensões da população na região. Segundo esse relato, Upaon-Açu era menos povoada em comparação com as aldeias localizadas nas bordas oriental e ocidental do litoral. Narra Fernandes (1989, p. 46) que os tupinambás “eram pouco numerosos no fim do século XVII”. Naquele tempo, restavam apenas duas aldeias de índios tupinambás localizadas no Maranhão, na ilha de São Luís e em Tapuytaperá (Alcântara). Os que sobreviveram à conquista portuguesa retiraram-se para regiões afastadas da orla marítima. Conforme Fernandes (1989, p. 46), nos meados do século XVIII, “não se fazem mais referências [...]. Os que ficaram no litoral, convivendo com os brancos nas fazendas e vilas, ou morando nas aldeias, estavam praticamente exterminados”.

A título de ilustração, para se ter uma ideia acerca da redução da população dos índios tupinambás no litoral, conta Fernandes (1989, p. 47) que os jesuítas catequizaram os índios no Maranhão, depois da expulsão dos franceses, e reuniram na ilha de São Luís “os moradores dos seis grupos locais restantes na aldeia de São José. O abuso das autoridades, contudo, fez também com que estes fugissem para o sertão. Em 1694 a aldeia contava mais de 300 guerreiros Tupinambás”. Em 1730 a composição da população total era 265 indivíduos índios. “Em 1734 restavam 20 ou 25 índios” (FERNANDES, 1989, p. 47). Ocorreu, portanto, a miscigenação ou a fuga desses indivíduos rumo a outras áreas no interior do território.

No intento de dimensionar a contribuição da cultura tupinambá para a formação do que seria um *ethos* que ainda hoje compõe em parte os modos de ser e de viver de populações do litoral, parte-se do estudo do que ocorria com os espaços sociais dos primeiros habitantes da ilha de São Luís e região. Para isso, busca-se entender as configurações dos grupos locais, iniciando a análise de suas unidades maiores às menores. Esses grupos locais eram chamados também pelos cronistas antigos de aldeia, ou de taba, na linguagem tupi-guarani. Conforme

Fernandes (1989, p. 55), “é o grupo social que se coloca entre a menor unidade territorial, que é a maloca, e a unidade territorial inclusiva, a tribo”. Segundo Fernandes (1989, p. 55),

os vínculos primários que unem reciprocamente os indivíduos neste grupo são vicinais, envolvendo proximidade no espaço e coexistência no tempo. Do ponto de vista estrutural, o grupo local resulta da vida em comum permanente de diversos grupos familiares e constitui o elemento integrativo fundamental de que se compõe a tribo Tupinambá.

O padre Claude d’Abbeville (apud FERNANDES, 1989) elaborou um relatório em que listou os mais importantes grupos locais da região, incluindo os da ilha do Maranhão [São Luís] e os do continente (Tapuytaperá [Alcântara] e Cumã [Guimarães]), localizados do outro lado da baía de São Marcos, distante quilômetros e em menor número. Segundo ele, compunham grupos locais da ilha do Maranhão,

Timboi, Tapari, Carnaupió, Enaive, Itaendave, Araçui-Jeuve, Indotuve, Oatimbup, Junipará, Toroiépep, Januaré, Uarapirá, Poicupe, Eussauap, Maracanã Pisip, Taperuçu, Toroupê, Aquetene, Caranaive, Jeviree, Eucatu, Javiree-a-pequena, Uriuaçu-Eupê, Maiova, Pacuri-Euve, Evapar, Henriti-Euve” (FERNANDES, 1989, p. 57).

Note-se que em Upaon-Açu havia um maior número de grupos locais, no entanto, com uma população menor. Dentre esses grupos, Junipará era “considerado o ‘Quartel General’ Tupinambá” (ARAÚJO, 2015a, p. 47), onde vivia Japi Açu, o chefe mais afamado da ilha. Apesar da significativa presença tupinambá na orla no século XVI, os dados referentes ao quantitativo e à localização dos grupos locais mencionam apenas algumas áreas do litoral do Maranhão. A análise das informações permite inferir que era alto o número de grupos locais na ilha do Maranhão, em Tapuytaperá e em Cumã. Informa Araújo (2015a, p. 46) que “essas comunidades se distribuíam estrategicamente, formando um coeso cinturão em torno da grande baía de São Marcos de hoje”. Em razão do posicionamento desses grupos no território, é possível deduzir, de acordo com Araújo (2015a, p. 113), que “a densidade das aldeias tupinambás concentrava-se na região da Maioba, a Leste”. Essa ocupação interiorana foi reproduzida na primeira metade do século XX, quando a cidade passou por uma primeira expansão para além do centro de fundação, direcionada para o interior, seguindo o curso dos rios, que serviam para abastecimento de água, despejo de rejeitos e transporte.

Como a tabela a seguir mostra, “Abbeville situava na região compreendida entre a atual cidade de Guimarães e a Ilha de São Luís, inclusive, nada menos que 48 aldeias mais importantes” (FERNANDES, 1989, p. 58):

Tabela 1 – Grupos locais Tupinambás do Maranhão no século XVI

REGIÃO	GRUPOS LOCAIS
Ilha do Maranhão (São Luís)	27
Tapuytaperá (Alcântara)	10
Cumã (Guimarães)	11
TOTAL	48

Fonte: elaboração do autor com base nas estimativas feitas por Fernandes a partir das informações de Abbeville.

Essas aldeias ou tabas Tupis, com suas ocas ou malocas, eram organismos sociais ordenados, com suas rotinas e contornos espaciais. Seu território não se restringia ao núcleo residencial onde as malocas eram erguidas, naquilo que configurava a típica praça central retangular dos assentamentos tupis. Sua extensão era marcada pelos espaços em que se dava o exercício do conjunto de práticas da vida aldeã cotidiana, abrangendo “a roça, o espaço de caça e pesca, as reservas vegetais, os caminhos de terra e água” (RISÉRIO, 2012, p. 21). Sendo assim, a vida transcorria em um espaço social que incluía, além da oca e da ocará – praça –, outros espaços físicos próximos. Com relação à composição das aldeias tupinambás, informa Cunha (2006, p. 384) que possuíam

um número variável de malocas – em geral, de quatro a oito – dispostas em torno de um pátio central, possuíam, segundo os relatos da época, uma população e quinhentos até 2 ou 3 mil índios. A distância entre os diversos grupos locais não era uma constante, mas função das condições ecológicas e políticas de cada região.

A aldeia Tupinambá foi retratada em um conhecido desenho do artilheiro alemão Hans Staden, no qual aparecem as “malocas quadrangulares, delimitando a ocará central, a dupla série de estacadas, e os crânios dos inimigos mortos em combate espetados nos postes de entrada da taba” (RAMOS, 1961, p. 67). Descreve ainda Ramos (1961, p. 67) que “as vilas dos Tupinambás eram externamente defendidas por uma dupla paliçada, de troncos de árvores fixados no solo, a pequena distância uns dos outros, com um pequeno espaço apenas para as flechas dos arqueiros”. Sendo assim, nas aldeias havia o espaço das ocas, erguidas próximas

entre si e em torno da ocara; ao redor destas áreas cercadas decorriam os momentos ordinários da vida comunitária cotidiana. Além destes limites, buscavam-se os cursos d'água para banho e pesca, em rios e no mar, e transcorriam as expedições para a coleta de vegetais, a caça de animais e a captura de inimigos.

Como eram povos nômades, as aldeias eram erguidas e abandonadas depois de certo tempo. Esclarece Ramos (1961, p. 66) que, após permanecer por cinco a seis anos no mesmo lugar, “os tupinambás transportavam suas aldeias para outro ponto, conservando-lhes os nomes e características. Quando em viagem, construía também pequenos abrigos, de estacas e um teto de folhas de palmeira, onde passavam a noite”. Reproduziam então adiante a conformação aldeã. Nesse sentido, conclui Risério (2012, p. 22) que

uma coisa, no entanto, permanecia, atravessando o ciclo das mudanças. Era o nome da aldeia. E a permanência do nome, frente à impermanência do sítio, é em si mesma reveladora. Mostra que cada aldeia se via como uma entidade com personalidade própria, ciosa de seu caráter e autonomia. Ao carregar consigo seu nome, afirmava sua identidade.

São de Abbeville, segundo Fernandes (1989), as maiores referências feitas pelos autores dos séculos XVI e XVII sobre as articulações desses grupos locais em tribos. Conforme o padre capuchinho francês, os grupos locais no Maranhão se associavam com base na proximidade espacial. Estabeleciam entre eles relações de aliança e amizade no tratamento dos membros da mesma tribo, “formando uma só nação, uma confederação unida na guerra às demais nações inimigas” (ABBEVILLE apud FERNANDES, 1989, p. 72). Assim, no litoral ao redor da atual baía de São Marcos podia ser divisado um cinturão territorial habitado por tupinambás.

Essas aldeias ou grupos locais tupinambás eram compostos por números variáveis de subunidades vicinais, as malocas. As informações dos cronistas dos séculos XVI e XVII apontam para um quantitativo médio de quatro malocas por aldeia ou grupo local; de acordo com Abbeville (apud FERNANDES, 1989, p. 60), “as quatro casas assim dispostas, com a praça ao centro, formavam uma aldeia”. Apesar das controvérsias e da possibilidade da existência de grupos que apresentassem maior ou menor número dessas subunidades vicinais, pode-se admitir que quatro malocas era a composição mais comum dos grupos locais, alcançando eventualmente até sete (FERNANDES, 1989) ou ainda oito (CUNHA, 2006). No mesmo sentido, escreve Ramos (1961, p. 66) que

as habitações dos Tupinambás eram dispostas em grupos de quatro a sete, e construídas geralmente em morros na vizinhança dos rios e em região de terras cultiváveis. Estas casas (oca, maloca), limitavam uma praça ou terreno quadrangular, a ocará, onde se passavam os atos da vida social e religiosa da aldeia. Entre os Tupinambás, as casas eram geralmente retangulares e tinham grandes dimensões, cujas estimativas variam de cinquenta a duzentos metros, podendo abrigar famílias inteiras. A armação era feita de grossos troncos de árvores fincados ao solo; sobre eles dispunham as traves transversais ligadas por cipó. A parte superior da maloca era abaulada e o todo era coberto de alto a baixo com folhas de palmeira.

A palavra maloca procederia “de mar-r-oca, a casa de guerra, ‘rancharia de índios bravios’, segundo Theodoro Sampaio, em *O Tupi na geografia nacional*” (apud RISÉRIO, 2012, p. 22). Eram as malocas feitas inteiramente de madeira e folha “(‘tão compridas cada uma como esta nau capitânia’, na comparação de Caminha, descrevendo uma aldeia tupiniquim na região de Porto Seguro), dez de largura e cerca de cinco de altura” (RISÉRIO, 2012, p. 22). “A maloca quadrangular era o tipo mais disseminado entre os tupis do litoral”, de acordo com Ramos (1961, p. 66).

Como expresso acima, as malocas eram erguidas e dispostas de uma maneira que deixasse livre uma ampla e central área quadrangular. Segundo Fernandes (1989), vários autores fazem referência ao nome “terreiro” para designar esse espaço, entre eles Hans Staden e Gabriel Soares de Sousa. Cunha (2006, p. 384) prefere a expressão “pátio central”. Os índios nomeavam o espaço de ocará. Lembra Fernandes (1989, p. 61) que Abbeville definia esse espaço como “uma praça grande e bonita”. Ali transcorria grande parte das sociabilidades. Seja o espaço nomeado de ocará, praça, pátio ou terreiro, lá eram realizados “os sacrifícios rituais, os bailes e festas, e as reuniões do conselho dos chefes” (FERNANDES, 1989, p. 61). As ocarás seriam o espaço físico, interacional e social onde se desenvolviam vários eventos ordinários e extraordinários da vida social.

As malocas eram construídas conservando a distância de algumas dezenas de metros umas das outras, compondo o que seria, para Risério (2012), a malha aldeã. Risério descreve as malocas e a conformação de seu entorno, que era o espaço social onde transcorriam as sociabilidades. Como ele informa, possuíam as malocas

duas portas laterais, nas extremidades, e sua porta central dava justamente para o pátio da aldeia. [...] Fisicamente, elas se dispunham no terreno de modo a desenhar um espaço central de convívio, um terreiro ou praça de bom tamanho, que era o espaço dos grandes eventos sociais. [...] Era um espaço aberto, ponto de encontro, lugar de farras e festas, cantos e danças, recitais e ritos. (RISÉRIO, 2012, p. 25).

Mais do que a maloca em si, a descrição visa destacar o espaço central de convívio, no qual se passava grande parte da vida social. Ainda no que se refere à localização da aldeia, nas palavras do colono português Gabriel Soares de Sousa (apud RISÉRIO, 2012, p. 21), “quando um morubixaba partia para assentar sua aldeia, buscava ‘sempre um sítio alto e desabafado dos ventos, para que lhe lave as casas, e que tenha a água muito perto, e que a terra tenha disposição para de redor da aldeia fazerem suas roças e granjearias’”. Prossegue afirmando Risério que

a aldeia deveria se localizar em zona piscosa, beira de rio ou de mar, com abundância de aves e mamíferos, fartura de lenha para os fogos, sopro de ventos saudáveis e terra fértil para o plantio de algodão, do amendoim e da mandioca, sobre cujo crescimento os índios julgavam fazer-se sentir o influxo das plêiades.” (RISÉRIO, 2012, p. 21-22).

Assim, além dos espaços sociais centrais de convívio na ocara, locais para banhar e pescar eram valorizados entre eles, nos quais sucediam parte das interações e sociabilidades diárias. Relata Fernandes (1989) também que a maloca era composta de numerosos lares polígenos e tinha proporções consideráveis em largura e comprimento. Não se pode precisar com segurança como variava a quantidade de indivíduos conviventes em cada maloca. De acordo com Fernandes (1989, p. 64), “é provável que os limites demográficos mínimos sejam fornecidos pelos Tupinambás do Maranhão. Abbeville e Morais informam que em cada grupo local vivem 200, 300, 500, 600 e mais indivíduos”. Havia, assim, uma grande dispersão populacional que se estendia pelo litoral.

Os laços afetivos entre os habitantes das diversas aldeias eram diferenciados, conforme a maior proximidade entre seus moradores. A propósito, os liames “que prendiam os indivíduos uns aos outros, nos grupos locais, a julgar pelas descrições feitas pelos cronistas, eram muito mais íntimos e fortes entre os membros de uma maloca, do que entre os membros de malocas diferentes” (FERNANDES, 1989, p. 64).

Nesse mesmo ambiente da maloca conviviam seus vários moradores, sem separações por obstáculos físicos. Lembra Fernandes (1989) que, como era relatado pelos cronistas, não existia na maloca separação entre os lares polígenos. Cada família dispunha de uma área exclusiva, “chamada lanço ou rancho pelos autores quinhentistas” (FERNANDES, 1989, p. 64), onde viviam o marido, a mulher, os filhos do casal, os parentes e os cativos de

guerra. Em caso de família polígena, o chefe de família ficava alternadamente no lar da mulher “com que lidava e que lhe dava de comer” (STADEN apud FERNANDES, 1989, p. 65). Essa área variava entre quatro e sete metros de comprimento. No centro eram presas as redes a fortes pilares, ao redor ficavam os demais objetos da família, próximo à rede acendiam o fogo. A maloca era assim dividida

em cinquenta, sessenta ou setenta ranchos, distribuídos em pares, um defronte do outro, pelos dois lados da habitação. De tal modo, porém, que não existiam repartições internas. Os próprios tirantes demarcavam os limites de cada área. Por isso, escrevia Abbeville que ao entrar em uma maloca via-se tudo ‘de ponta a ponta’ (FERNANDES, 1989, p. 65).

Esses momentos de sociabilidade, cujos modos supostamente edênicos de comunhão comunitária causavam admiração, espanto e curiosidade aos europeus, decorriam, por conseguinte, no âmbito dos cursos d’água, na ocara e nas malocas. Ao fazer um relato na década de 1950 das casas dos índios tembés, em territórios entre o Maranhão e o Pará, Darcy Ribeiro expõe o que se pode chamar de uma estrutura das malocas no presente. Pode-se verificar que não diferem tanto das do passado na comparação com os relatos dos antigos cronistas. Segundo Ribeiro (2008, p. 115),

todas as casas [dos tembés] são de quatro águas, sem paredes externas e divisões internas. As cumeeiras dispostas arbitrariamente. Os ranchos comuns são construídos sobre seis vigas laterais, tendo, quase sempre, duas no meio que sustentam a cumeeira; às vezes são três, nos ranchos maiores. A casa do principal é sempre maior que as outras, mas raramente tem divisões internas.

Em suas expedições realizadas em 1949 e 1951, às aldeias dos urubus-kaapor, intencionava Ribeiro (2008, p. 17), em suas palavras, procurar os “descendentes dos velhos Tupinambás, que ocupavam quase toda a costa brasileira há quinhentos anos”. Nota Ribeiro que, além das beiradas dos rios, dos terreiros e das malocas, um espaço importante de sociabilidade entre os urubus-kaapor do Gurupi era a casa da farinha. Destaca que cada dia uma família diferente utilizava o forno para fazer sua farinha. Dessa maneira, ele explica que

o centro da vida na aldeia é a casa da farinha, o rancho tosco que abriga o forno de torrar farinha – uma peça redonda, que chega a dois metros de diâmetro, feita de cerâmica, pousada em pedaços de cupim que deixam espaços para atizar o fogo. (RIBEIRO, 2008, p. 127-128).

Assim como no século XX, a maloca tupinambá dos tempos da conquista e do começo do povoamento de São Luís, como importante espaço de sociabilidades, “era uma unidade de um grupo vicinal, a menor forma social Tupinambá de organização das relações sociais no espaço e no tempo” (FERNANDES, 1989, p. 68). Existia então como um grupo social ligado a outros grupos sociais, “parte de um sistema mais amplo de ajustamentos e controles sociais” (FERNANDES, 1989, p. 68). Dessa maneira, as malocas perfaziam em seu conjunto o espaço social onde prevaleciam sociabilidades com amplas possibilidades interacionais decorrentes da facilidade de acesso uns aos outros, pela inexistência de barreiras físicas. Os limites eram definidos, mormente, de modo simbólico a partir de determinadas ocasiões rituais e de atributos pessoais de chefia valorizados e reconhecidos socialmente a alguns indivíduos.

Neste sentido, aspecto também relevante na tentativa de reconstrução dos espaços de sociabilidade das aldeias é considerar a estrutura da chefia, que era difusa. Cada maloca tinha um “principal”, que exercia sua autoridade, dotado da capacidade de atrair e manter reunidos muitos parentes, com filhos e genros, e ainda com fama guerreira de grande matador e líder de guerreiros. Lembra Cunha (2006, p. 389) que “várias malocas aliadas formavam uma aldeia, assim como várias aldeias aliadas formavam um ‘conjunto multicomunitário’: mesma estrutura de ‘rede’, mesma instabilidade” (CUNHA, 2006, p. 389-390). Este conjunto multicomunitário expandia-se ou se contraía de acordo com as alianças. Os limites entre as aldeias não eram facilmente perceptíveis. Há controvérsias se existia hierarquia entre os principais de um grupo local ou se todos detinham frações equivalentes de poder. Como narrou Abbeville (apud CUNHA, 2006, p. 395),

no Maranhão havia de um até cinco principais por grupo local. A aldeia mais numerosa [Junipará], onde morava Japi Açu – o morubixaba de maior fama na ilha de São Luís –, contava com mais quatro chefes além dele (o tamanho das malocas e das aldeias era também função do prestígio de seus principais).

No litoral ou no sertão, a guerra era central na sociedade tupi. O complexo guerra e vingança chamou a atenção dos cronistas do início da conquista. Surpreendiam os colonizadores, entretanto, as razões alegadas para os conflitos. Abbeville (apud CUNHA, 2006, p. 390) afirmou que “é preciso primeiramente que se saiba que não fazem a guerra para conservar ou estender os limites de seu país, nem para enriquecer-se com os despojos de seus

inimigos, mas unicamente pela honra e pela vingança”. Nesse sentido, explica Ribeiro (2008, p. 18) que era propósito da guerra capturar prisioneiros que,

levados aos cerimoniais de antropofagia ritual, ensejavam as principais ocasiões de convivência das aldeias de cada região. Juntavam-se às centenas para comer, em comunhão, o cativo como um herói, cuja valentia queriam incorporar a si mesmos.

O propósito das incursões guerreiras era fazer prisioneiros para serem executados e comidos em praça pública. Era a ocasião extraordinária de sociabilidade festiva com primazia na vida social. “A vingança, assim, era socializada: era necessário que todos se vingassem”, conforme relato de Pero de Magalhães Gandavo (apud CUNHA, 2006, p. 391). Mas o ritual de execução poderia demorar meses para acontecer. Enquanto isso, o prisioneiro vivia na maloca de seu captor, que cedia uma irmã ou filha para esposa. “Significativamente, o termo tupinambá para cunhado e para inimigo é o mesmo – tobajara” (CUNHA, 2006, p. 391), como já aludido. O cativo podia ainda ser presenteado aos parentes ou ao filho do captor, para que fosse morto na praça pública – o cara –, conferindo reputação guerreira e nome ao executor.

O prisioneiro e sua execução eram centrais na vida social tupinambá. Nesse sentido, informa Cunha (2006, p. 391) que “a execução do prisioneiro permitia articular, portanto, os grupos locais em unidades maiores [...], reafirmando a aliança, ou a inimizade”. Assim, a morte ritual em praça pública e o banquete que se seguia permitiam instituir a ocasião social para a articulação dos grupos locais vizinhos. Segundo o padre jesuíta português Fernão Cardim (apud CUNHA, 2006, p. 391),

de todas as honras e gostos da vida, nenhum é tamanho para este gentio como matar e tomar nomes nas cabeças de seus contrários, nem entre eles há festas que cheguem às que fazem na morte dos que matam com grandes cerimônias.

De acordo com Cunha (2006, p. 391), “a festa começava alguns dias antes da execução propriamente dita, com a chegada dos convidados e o início das danças e cauinagens”. Além da dança e da cantoria, as festas e os principais atos da vida social dos tupis eram acompanhados de amplo consumo de cauim, bebida de teor alcoólico, “mais comumente feito de caju ou milho fermentado, podia ser feito também de mandioca” (RAMOS, 1961, p. 105). Sobre a festa afirma Ramos (1961, p. 104) que

os índios dançavam geralmente em roda, cantando em cadência e batendo com os pés no chão. Às vezes, em determinadas festas, podia haver exibições individuais, de um ou dois dançarinos que se destacavam do grupo. Quando um estava fatigado, era substituído por outro que saía da roda. Em todas as danças, as mulheres ficavam separadas dos homens. Mas cantavam e dançavam também, executando contorções e passos mais exagerados que os dos homens.

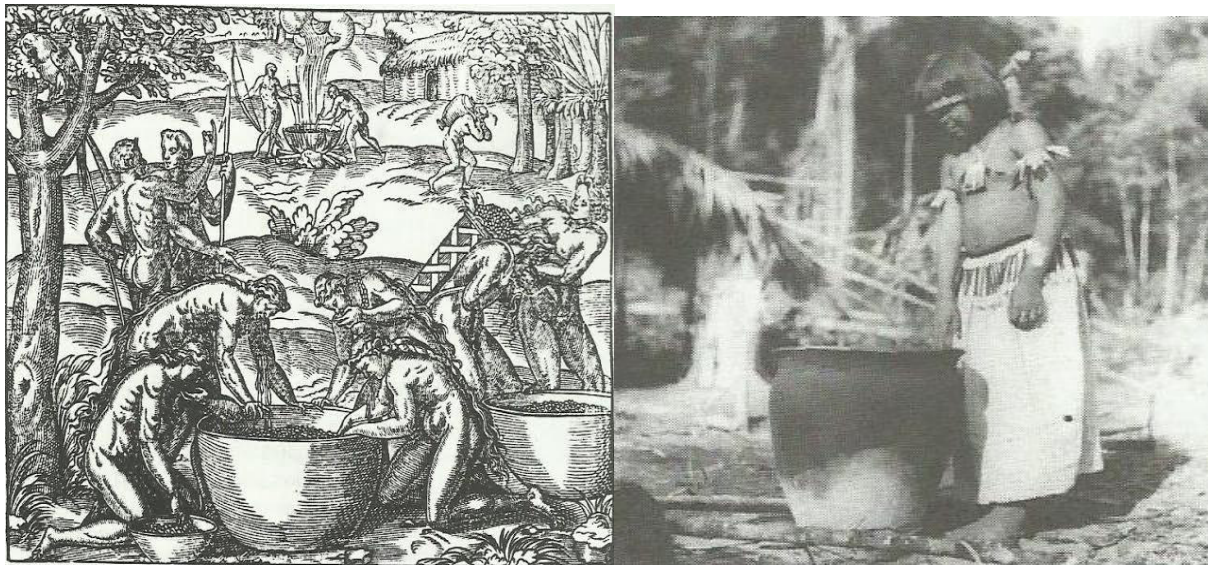
Nesse sentido, informa Ramos (1961, p. 105) que “as festas de cauim se realizavam por ocasião de ritos de passagem – nascimento, puberdade, casamento, ritos funerários – nas cerimônias de partida para a guerra, matança ritual do prisioneiro, enfim em todos os atos importantes da tribo”. Assim, o beber compunha parte importante das sociabilidades entre os tupinambás. Os eventos sociais em que se bebia o cauim podiam prolongar-se por mais de dois dias. Participavam os *kunumy-uaçu* (homens dos 15 aos 25 anos), os *aua* (homens dos 25 aos 40 anos), as *kugnammuçu* (mulheres dos 15 aos 25 anos), as *kugnam* (mulheres dos 25 aos 40 anos) (FERNANDES, 1989).

Atente-se que os *kunumy* (adolescentes do sexo masculino) e as *kugnatin* (adolescentes do sexo feminino) não bebiam; os primeiros a serem servidos eram os *thuyuae* (anciãos ou velhos do sexo masculino), que ficavam em suas redes, conversando e fumando (FERNANDES, 1989). Assinala Fernandes (1989, p. 240) que “os *thuyuae* recebiam homenagens especiais. Nas cauinagens, eram os primeiros a sentar-se e a ser servidos”. Tomavam parte também das festas as *uainuy* (anciãs ou velhas do sexo feminino) (FERNANDES, 1989). Há relatos de que muitas mulheres exageravam no consumo de bebida, como informa Ramos (1961, p. 105), “de acordo com textos antigos, os Tupinambás de ordinário tão calmos, entregavam-se nestas festas a verdadeiros excessos, onde eram frequentes as lutas corporais e liberdade sexual”.

Distinguiam-se, portanto, os espaços sociais que seriam para as sociabilidades dos velhos, dos jovens e dos adultos, com concessões ainda para expressão de excessos na bebida e na cantoria. Na figura 1 abaixo, incluídas lado a lado, estão imagens da preparação do cauim, à esquerda, pintura do século XVI, à direita, fotografia do século XX. Ao exercitar a leitura e a interpretação dos instantes reproduzidos nas gravuras, visualiza-se uma presença maior de sujeitos participantes na imagem do século XVI de interações e sociabilidades como cozinhar, conversar, carregar água e alimentos; este detalhe de copresença pode sugerir a existência de um número maior de integrantes naquelas situações sociais de outrora. Em comparação, a gravura do século XX pode fazer sugerir o triste tempo de decadência desses povos, então em

número menor de indivíduos, flagrante de um atual pálido reflexo e resquício de um passado em que eram os senhores destas terras.

Figura 1 – Preparação do cauim ao longo do tempo, séculos XVI e XX.



Fontes: pintura à esquerda do século XVI (CUNHA, 2006, p. 391); fotografia à direita do século XX (RIBEIRO, 2008, p. 594).

Quanto ao ritual de execução do prisioneiro, esclarece Cunha (2006, p. 391) que “a manhã fatal chegava com o fim do cauim na noite anterior: bebida e comida não se misturavam – para os Tupinambás uma coisa era cantar e beber, outra matar e comer”. Em síntese, o ritual de execução se processava da seguinte maneira:

levado ao terreiro, pintado e decorado, preso pela muçurana, o cativo esperava seu carrasco que, portando um diadema rubro e o manto de penas de íbis vermelha, aproximava-se de sua presa, imitando uma ave de rapina. Recebia a maça, a ibirapema, das mãos de um velho matador, e então tinha início o famoso diálogo ritual com a vítima. [...] Após esse breve “colóquio” em que cada parte reafirmava vinganças passadas e anunciava vinganças futuras, um golpe concreto e presente, desferido contra a nuca do cativo, rompia-lhe o crânio e lançava-o ao chão. (CUNHA, 2006, p. 391-392).

Observa Cunha (2006) que o único que não comia era o matador. Ficava ele temporariamente recluso e se privava de alguns tipos de alimentos e de determinadas atividades. Ao final do período de resguardo, o executor acrescentaria um novo nome, o que lhe permitiria ganhar fama a ser contada. O homicídio em praça pública também conferia honra à vítima, que deveria demonstrar coragem, em sua morte heroica. “Assim, se a execução

era promessa de imortalidade ao matador, para a vítima era passaporte e bilhete para uma ‘terra-sem-mal’” (CUNHA, 2006, p. 392).

A prática da execução ritual e a continuidade da vingança e da guerra eram fundamentais para a vida social Tupinambá. A única grande cerimônia coletiva tinha a morte guerreira do inimigo em seu centro. Os grupos sobreviventes hoje são diversos e já não experimentam essas mesmas sociabilidades. Entre os Urubus-Kaapor, por exemplo, a festa de nomeação, que se faz quando a criança começa a sentar, “é a maior cerimônia festiva” (RIBEIRO, 2008, p. 103).

De modo assertivo, resume Cunha (2006, p. 393) que “em menos de dois séculos, os numerosos Tupis foram varridos da costa brasileira – aqueles que não sucumbiram à violência, às epidemias e à fome fugiram para o interior”. Atualmente, em território maranhense vivem krikati; kanela; guajajara-tenetehara; guajá; urubu-kaapor (FEITOSA; TROVÃO, 2006). Mas uma grande quantidade de nações e etnias, como os tupinambás, presentes na região onde foi erguida a cidade de São Luís, desapareceu.

Ficou a memória que se busca resgatar, no caso deste estudo, ao examinar o espaço social tupinambá. Observa Cunha (2006, p. 20) que “ter uma identidade é ter uma memória própria. Por isso, a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades” (CUNHA, 2006, p. 20). Tratar da presença indígena na participação para a formação do espaço social de São Luís é cuidar dos “fragmentos de um tecido social cuja trama, muito mais complexa e abrangente, cobria provavelmente o território como um todo” (CUNHA, 2006, p. 12). Ao tempo do desembarque dos europeus, os tupinambás dominavam o litoral onde hoje estão São Luís e as demais cidades localizadas nos arredores das baías de São Marcos e de São José. A presença crescente dos portugueses alterou por completo a correlação de forças anteriormente existente entre os povos da costa do Maranhão. As vivas disputas entre portugueses e franceses marcaram o advento do que se pode chamar de cidade acampamento militar.

2.2 A cidade acampamento militar

A chegada dos portugueses ao território registrada pela Coroa portuguesa e reiteradamente ensinada nas lições de história ocorreu em 1500. A frota de Cabral avistou “o

que seria a terra brasileira em 21 de abril. Nessa data, houve apenas uma breve descida à terra e só no dia seguinte a frota ancoraria no litoral da Bahia, em Porto Seguro”(FAUSTO, 2013, p. 28). Não obstante, a construção de cidades pelos portugueses em territórios de sua futura colônia além-mar ainda iria tardar. Destaca Fausto (2013, p. 39) que o Brasil surgia “como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos”. Em um processo lento de fundação e construção de cidades, a ocupação efetiva do território teve início somente a partir da década de 1530, com a expedição de Martim Afonso de Sousa que, a mando de Dom João III, deveria estabelecer feitorias e povoamento no litoral. Disso decorreu, em 1532, a fundação da primeira cidade portuguesa na América, a Vila de São Vicente. Na década seguinte, em 1549, começou a ser erguida a cidade de Salvador, na baía de Todos os Santos (FAUSTO, 2013).

Os primeiros núcleos de concentração de população – locução indicativa da inexistência de centros urbanos na acepção de Wirth, mencionada no capítulo 3 –, durante o século XVI, nada mais foram do que arraiais com construções precárias feitas de barro, pau e palha. De acordo com Risério (2012, p. 48), “entre os tempos em que as aldeias indígenas reinaram nos litorais brasileiros e os dias em que as primeiras vilas surgiram nesta mesma linha litorânea, o que tivemos foram umas décadas de póvoas e aldeias luso-ameríndias”. Predominavam, então, populações indígenas em meio ao início da presença portuguesa na América.

No início da ocupação do litoral por franceses e portugueses, muito deve ter contribuído para o empreendimento colonizador o modo e os recursos então existentes para a construção de edificações. No limiar deste processo, as obras ainda eram executadas pelos conquistadores com o contingente de suas tropas. Com o tempo, a presença francesa – nos poucos anos – ou com o prolongamento da portuguesa, passou a existir uma aproximação maior com os habitantes aculturados índios tupis e tapuias, que serviam ao projeto lusitano de ocupação (FAUSTO, 2013). Trouxeram com eles seus modos de ser e viver que foram incorporados à vida cotidiana das aldeias e vilas construídas sob o mando dos europeus.

Inicialmente, com poucos colonos e uma população indígena que apresentava resistências à ocupação do território, os primeiros aglomerados populacionais encontraram dificuldades para vingar e prosperar. No Maranhão, o primeiro assentamento europeu, “a pequena póvoa de Nazaré, erguida onde hoje se encontra São Luís, sofreu com o cerco

indígena” (RISÉRIO, 2012, p. 78). A instalação desta feitoria nas terras do que viria a ser a capital do Maranhão decorreu da divisão do Brasil pelos portugueses em capitânias hereditárias, em 1534, quando a região foi doada por Dom João III a João de Barros, tesoureiro (BOTELHO, 2007). Foi o ensejo para a colonização de origem lusitana. A vila ou póvoa de Nazaré foi fundada na década de 1550 (RISÉRIO, 2012); era então constituída por edifícios precários e uma natureza ainda intacta e exuberante. O vilarejo, no entanto, foi abandonado ao final daquele decênio por razões como a resistência dos índios tupinambás, a falta de apoio oficial e a dificuldade de acesso à ilha (RISÉRIO, 2012). É preciso lembrar que, pelas estimativas dos cronistas quinhentistas, na ocasião deveria haver aproximadamente 12.000 índios distribuídos em 27 (vinte e sete) grupos locais na então Ilha de Upaon-Açu. Caso fosse considerado o total das áreas conhecidas no entorno da ilha, chegava-se a 35.000 indivíduos (FERNANDES, 1989), conforme examinado na seção 2.1.

Com o insucesso do empreendimento, novo donatário é beneficiado com a concessão da capitania. A este respeito, relata Araújo (2015a, p. 135) que o donatário sucessor, “Luís de Melo e Silva, fidalgo afeito à vida do mar [...] e que chegara por aqui com três navios e uma dúzia de caravelas (em 1539 ou 1554), teve o mesmo destino do anterior, nos baixios; tendo retornado mais tarde a Portugal”. Ocorreram ainda outras expedições, por mar e por terra, voltadas para o norte do Brasil. No começo do século XVII, todavia, “até a fixação dos franceses no Maranhão, os portugueses abandonaram por completo a costa norte” (ARAÚJO, 2015a, p. 136). Apenas voltaram a manifestar interesse quando parecia iminente a perda da região para os franceses.

No que se refere à conquista do território americano, autores como Holanda (1984), Freyre (2004) e Risério (2012) comparam as colonizações portuguesa e espanhola, notando diferentes critérios estabelecidos, se os havia, para a escolha dos sítios onde seriam erguidos os núcleos de povoamento. A propósito, para Risério (2012), talvez por uma questão de tradição cultural, ou pela opção geográfica que considere fatores climáticos relativos aos litorais do Atlântico português (úmido) e do Pacífico espanhol (desértico), a localização espacial das cidades portuguesas estava adstrita ao litoral, enquanto as da Espanha eram situadas no interior.

O litoral da América portuguesa era úmido com terras férteis, o que favorecia a agricultura da cana de açúcar para exportação. Devido a causas econômicas que assegurassem os lucros, os engenhos não ficavam por demais distantes dos portos. Desse modo,

a inserção no comércio internacional, com as exportações de açúcar, exigia estruturas portuárias, levando os lusos a fixar cidades na linha litorânea ou na proximidade do mar, como as que tinham em Portugal. (RISÉRIO, 2012, p. 81).

Outro paralelo que se pode traçar entre portugueses e espanhóis ao tempo do início da colonização é referente à existência de uma rede de centros urbanos. No Brasil isso não existia, ao contrário da América espanhola que apresentava cidades interligadas por conexões interurbanas. No caso brasileiro, as bases dessa estrutura urbana desconexa prevaleceram até o início do século XX. Quanto a isto, considera Risério (2012, p. 82) que,

se cidades mexicanas e peruanas apareciam interligadas, cada cidade brasileira parecia simplesmente ignorar as demais, voltadas todas, como estavam, não para as tramas internas da vida continental, mas para Lisboa.

Na segunda metade do século XVI, o norte era ainda uma região sem a presença ostensiva portuguesa, apesar de já existirem no território cidades como Salvador. Esta ausência despertou a cobiça com a perspectiva de ocupação, sobretudo por parte dos franceses. Em 1612, o francês Daniel de La Touche comandou uma missão para estabelecer a “França Equinocial”. Escoltado por aproximadamente quinhentos homens, a expedição chegou “ao Maranhão em 25 de julho de 1612” (ARAÚJO, 2015b, p. 16). No dia oito do mês de setembro – “data da natividade da imaculada Virgem Maria” (ARAÚJO, 2015a, p. 74) – daquele ano, inaugurou o forte no litoral da ilha de Upaon-Açu dos Tupinambás e fundou a cidade, que se passou a chamar *Saint-Louis*, como homenagem a Luís IX – patrono da França – e ao rei então ocupante do trono francês, Luís XIII, de acordo com os relatos dos padres “capuchinhos Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux” (FERNANDES, 1989, p. 10). A este respeito destaca Araújo (2015a, p. 78) que

a partir daquela data os nativos praianos e redondezas passariam a ser considerados cativos por lei, à vista do tamanho do rolo de papel amarelado com muitos artigos – já devidamente assinado, selado, carimbado com a insígnia francesa e arquivado, com várias cópias, em lugar bem seguro nas também frias e mofentas estantes francesas. Tudo isso para serem cumpridos cá nas beiradas tropicais maranhenses.

A cidade foi então fundada pelos franceses no local onde existia uma aldeia indígena. Os franceses, apelidados pelos tupinambás de ayrujubas, literalmente papagaios amarelos, “por serem eles todos arruivados, barbudos e tagarelas” (ARAÚJO, 2015b, p. 41), conseguiram estabelecer alianças com estes índios, que os ajudariam mais tarde na luta contra os portugueses e na construção de um povoado

formado por casas cobertas de folhas de pindoba, uma capela em meio às árvores e, no alto de um rochedo, a fortaleza, que, em homenagem ao rei menino da França, recebeu o nome de São Luís, designação que logo se aplicaria a toda a povoação. (RISÉRIO, 2012, p. 123).

O promontório com vista para a baía onde se construiu o pequeno forte era naquele tempo “conhecido pelo pouco convidativo nome de Montanha dos Canibais, referência aos tupinambás ou aos tapuias que se espalhavam por toda a região” (BUENO, 2013, p. 14). Acrescenta Araújo (2015a, p. 32) que ali “foram posicionados vinte potentes canhões de ferro coado apontando para o mar”. Com a finalidade de proporcionar melhor defesa, foram erguidas ainda outras guarnições militares. Desta maneira, os franceses construíram também

na ponta Norte (Ponta-D’areia), para proteção dos desembarques de passageiros e cargas; outro [forte] mais à frente noutra falésia, uma sentinela que antecipava o brado às armas; e mais outro a Leste, o Forte de São José do Itapari, de frente para a entrada da baía de Guaxenduba, outra passagem obrigatória para se alcançar o coração da Ilha. (RAMOS, 2003, p. 60).

Os portugueses e tabajaras venceram franceses e tupinambás na Batalha de Guaxenduba, na baía de São José, que, em “19 de novembro de 1614, amanheceu coalhada de embarcações à vela e a remo” (ARAÚJO, 2015b, p. 93). Ao final do combate, que durou das “10 às 16 horas” (MEIRELES apud ARAÚJO, 2015b, p. 94), os franceses “estavam batidos no campo da luta ou afogados na fuga” (ARAÚJO, 2015b, p. 95). Em 1615, os portugueses, sob o comando de Alexandre de Moura, expulsaram definitivamente os franceses. No ano seguinte, Jerônimo de Albuquerque foi nomeado capitão-mor da Capitania do Maranhão (BOTELHO, 2007).

Não se intenciona polemizar nestas páginas acerca da fundação francesa de São Luís, que pode ser pensada como elaboração e invenção de intelectuais maranhenses no início do século XX, com o propósito de conferir uma identidade distintiva à cidade no contexto brasileiro, conforme Lacroix (2008, p. 96),

a ideia da tradição francesa foi se avolumando no momento da formação republicana, em que símbolos, imagens e alegorias criadas pelas elites buscavam alicerçar sentimentos de coesão. Os mitos, assim como heróis, hinos e bandeiras conquistaram o imaginário republicano e cada região procurou firmar suas identificações.

De fato, existiam ocupações anteriores à presença francesa na ilha, como as aldeias dos tupinambás e a póvoa de Nazaré, mas a decadência destas povoações, juntamente com a conservação do nome e a instalação da principal construção que a propósito era então militar, erguida em suas bases por franceses, representam indícios que permitem concluir como gaulesa a origem da cidade.

Em que pese a controvérsia, com a vitória bélica sobre os franceses, a Coroa portuguesa firmou uma maior presença no norte. Conforme Risério (2012, p. 121), “a partir da tomada de São Luís, tem início um novo capítulo da história do Brasil: a conquista da Amazônia”. Naquele momento, Maranhão e Pará dirigiam e governavam a Amazônia. Era, assim, a oportunidade de refazer a póvoa. Ao final do século XVII, pode-se dizer que já havia uma preocupação em edificar benefícios urbanos, em um processo de modernização e aformoseamento de cunho europeu lusitano da cidade. Naquele tempo, não havia ainda a perspectiva de povoamento, que foi ocorrendo lentamente. “Assim é que, em 1616, de uma população de aproximadamente 500 habitantes, 313 é de soldados, estes últimos em número superior à Bahia (140) e Pernambuco (100)” (BOTELHO, 2007, p. 27). Os primeiros colonos habitantes do pequeno povoado instalavam-se em rústicas habitações na proximidade de familiares, amigos, companheiros de armas e ofícios, plantando e cuidando de suas pequenas roças e granjearias.

A par das poucas construções francesas, novo projeto urbano lusitano foi observado para aquele espaço, um plano geométrico, em grelha, apesar do relevo acidentado, que coube ao engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita. Buscou ele amoldar um núcleo urbano já estabelecido aos padrões instituídos pelas Leis das Índias. De acordo com Silva (apud RISÉRIO, 2012, p. 123),

a esse código urbanístico [...] correspondem o traçado ortogonal dos arruamentos que serviu de diretriz para a malha de expansão da cidade, a largura constante das ruas, sem distinção de categoria principal ou secundária, e a orientação de acordo com os pontos cardeais.

De certa maneira, a construção das primeiras vilas lusitanas no território da então colônia reproduzia também um urbanismo medieval português. Nesse sentido, lembra Holanda (1984, p. 75) que, no século XVI, “em São Vicente e Santos, ficavam as casas em tal desalinho, que o primeiro governador-geral do Brasil se queixava de não poder murar as duas vilas, pois isso acarretaria grandes trabalhos e muito dano aos moradores”.

Mais adiante no tempo, a partir do final do século XVII, considera Risério (2012, p. 91) que “o que tivemos, no Brasil, foi a construção ultramarina de réplicas das cidades lusitanas”. Por uma questão de matriz urbanística, no caso brasileiro, apresenta-se “a racionalidade dos conjuntos barrocos de Salvador, do Rio de Janeiro e de Alcântara, para não falar do elenco de vilas que se vai implantar na Amazônia” (RISÉRIO, 2012, P. 92).

Naquele momento, com o escopo de ocupação das terras na colônia na América, a Coroa portuguesa fazia a doação de terras a quem tivesse interesse em utilizá-las produtivamente, assim garantindo o povoamento. Era o instituto jurídico das cartas de data, que tratava “de doações de terras aos moradores pioneiros, os quais deram início ao cultivo daquela área [Centro Histórico ou Antigo] construindo moradias e outros prédios a partir dos quais se desenrolaram os primeiros eventos da história da província do Maranhão” (MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 12). Mota e Mantovani (1998) estudaram a construção do espaço urbano a partir das concessões de cartas de data sob a Lei das Sesmarias. Consideram eles que “a leitura das cartas nos permite acompanhar o processo de construção da cidade. Inicialmente, a malha urbana expressa as relações familiares que a articulam: os colonos vão se estabelecendo ao redor de parentes e de amigos” (MOTA, MANTOVANI, 1998, p. 18).

A planta a seguir – figura 2 – representa a cidade de São Luís ao final da década de 20 do século XVII. No primeiro século de colonização, o Maranhão apresentava uma incipiente estrutura urbana. No atlas de Albernaz, há também territórios e províncias de brancos e de índios, estes ainda em maior número naquele período histórico, em 1629. No espaço existiam vilarejos isolados na imensidão dos campos, fixados na orla próxima aos rios Itapecuru e Mearim. A perspectiva da imagem está invertida no que se refere aos pontos cardeais, com as ocupações do território assinaladas tendo o mar como base de observação, de onde partia a visão do colonizador. A capital, São Luís, era o maior núcleo de povoamento da região, “foi elevada à condição de Vila em 1621 e à categoria de cidade em 1677” (BOTELHO, 2007, p. 30), a qual na sua composição, conforme ainda relata Botelho (2007, p.

31), “estava circunscrita ao eixo Praia Grande e Desterro. Desenho urbano desordenado, ruas sem calçamento e casas de palha e pau a pique”.

Figura 2 – Planta com a representação de São Luís em 1629.



João Teixeira Albarnaz I, São Luís em planta de 1629. Arquivo digital da Biblioteca Nacional. Imagem parcial do "Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará" mostrando apenas a Cidade de São Luis e arredores. Fonte: <<http://bndigital.bn.br/artigos/pequeno-atlas-do-maranhao-e-grao-para/>> acesso em 11 de abril de 2015.

Desde a ocupação francesa eram conhecidas localidades “da ilha como São Francisco, Turu, Vinhais, Timbuba e, posteriormente, Araçagi e Cutim” (BOTELHO, 2007, p. 31). Em seu eixo inicial, no século XVII, em um espaço urbano ainda por ordenar, era possível notar em São Luís um alinhamento incipiente dos prédios. Francisco Frias de Mesquita, engenheiro fortificador, de acordo com as ordens do capitão-mor da Capitania do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, “desenhou a planta da cidade, definindo o traçado regular das ruas, além de construir uma casa para servir de modelo para as que seriam construídas posteriormente” (CARVALHO, 2005, p. 111).

Reitere-se que os núcleos de povoamento mais ao norte como São Luís viveram, por muito tempo, em isolamento geográfico, econômico e político, lidando com a falta de comunicação. Nota Risério (2012, p. 120) que “o norte vivia desconectado do corpo dinâmico do Brasil, a tal ponto que Portugal decidiu dividir sua colônia ultramarina em dois estados distintos: o do Brasil e o do Maranhão e Grão-Pará”. Dessa forma,

nos anos de 1620, a autonomia se impôs. Surgia o Estado do Maranhão e Grão-Pará (abarcando os atuais Amazonas, Ceará e Piauí), subordinado não ao Governo-Geral do Brasil, mas diretamente a Lisboa. Uma segunda América Portuguesa, com sede em São Luís. Mais tarde, já com o Marquês de Pombal no poder, reconhecendo-se que, em matéria de crescimento e dinamismo, São Luís ficara para trás, o quadro vai ser invertido. (RISÉRIO, 2012, p. 120).

Conforme a reprodução da pintura de Frans Post de 1647 – figura 3 –, no século XVII a cidade era voltada, sobretudo, para o movimento de carga e descarga ou embarque e desembarque no porto. Na aquarela podem ser observados navios, circundados pela vista das ainda poucas construções dispersas em um horizonte em que prevalecia o verde das matas. Destaca-se na imagem, além do posicionamento no litoral, a quantidade de embarcações ancoradas no porto no centro do quadro, denotando o pronunciado direcionamento das interações entre os moradores como voltadas para atividades marítimas ou que tivessem o mar como cenário. Assim, nos espaços sociais das proximidades do cais transcorriam as sociabilidades nas ocasiões ordinárias, em que se evidenciavam feitos associados à vida comunitária, e nos momentos extraordinários do calendário, como os dias santos e as festas populares. O nome *Maragnon* estampado acima da figura indica o topônimo pelo qual a localidade passava a ser conhecida.

Figura 3 – Pintura de Frans Post representando a vista de São Luís em 1647.



Fonte: BUENO, 2013, p. 23.

Durante o século XVIII surgiram em São Luís os primeiros conjuntos urbanos frutos de planejamento, com a construção de grupos de prédios a partir de um projeto comum. Considerados em conjunto, vários prédios assumiam ares de grandiosidade. Deve-se observar ainda que “esse conjunto não é obra do poder laico ou religioso, nem empreendedorismo de um membro da nobreza. Mas construção de comerciantes” (RISÉRIO, 2012, p. 93). Esta imponência das construções em conjunto adveio das atividades de negociantes importador-exportadores nas proximidades do porto, que residiam e trabalhavam no casario urbano edificado na Praia Grande e circunvizinhança, donde vem a referência à cidade mercantil portuária na seção 2.3 deste capítulo.

No entorno da região central e marco de fundação da cidade, no entanto, o alinhamento não se deu da mesma forma. À medida que se ia afastando das imediações da principal Rua Portugal, moradias eram erguidas sem o devido esmero, bairros iam surgindo sem a mesma disposição, com residências construídas em fileiras sem atender a mesma organização espacial. Esta irregularidade nas obras não era exclusiva de São Luís. Nas

construções de aglomerados urbanos no Brasil, muitas vezes não se observava uma regularidade. Neste sentido, informa Holanda (1984, p. 75) que

na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar.

Conclui, portanto, Holanda (1984, p. 76) sobre o desalinho das construções, que o “traçado geométrico jamais pôde alcançar, entre nós, a importância que veio a ter em terras da Coroa de Castela: não raro o desenvolvimento ulterior dos centros urbanos repeliu aqui esse esquema inicial para obedecer antes às sugestões topográficas”. Outro aspecto peculiar é o fato de que as ruas também tiveram seus nomes associados a ofícios e a atividades econômicas. Ruas do Centro de São Luís têm designações como Rua do Trapiche, Rua dos Catraieiros, Rua do Comércio, Rua dos Craveiros. Sobre esta nomenclatura, lembra Freyre (2004, p. 146-147) que

as ruas parece que tiveram nas cidades mais antigas do Brasil seu vago caráter sindicalista ou medievalista, em umas se achando estabelecidos, se não exclusivamente, de preferência, certa ordem de mecânicos, em outras, os negociantes de certo gênero – carne ou peixe, por exemplo. Ou de certa procedência: judeus ou ciganos. Os nomes mais antigos de ruas acusam sobrevivência, no Brasil, do sindicalismo ou do medievalismo das cidades portuguesas. Rua dos Toneleiros. Beco dos Ferreiros. Rua dos Pescadores. Rua dos Judeus. Rua dos Ourives. Rua dos Ciganos.

Estabeleciam-se então a par das distintas e opulentas moradas dos comerciantes da Praia Grande, outros prédios com estruturas mais simples e menos arrojadas em suas formas, agrupados conforme as ocupações e profissões dos que ali instalavam oficinas, produzindo um espaço social urbano em que os endereços nas ruas refletiam os modos de vida de seus proprietários e possuidores, como trapicheiros e catraieiros. Notam-se, assim, na composição deste sítio da cidade de São Luís, o peso e o valor dispensados às interações da vida social ligadas às atividades do porto e do comércio a ele relacionado.

Fator que exerceu igualmente influência sobre o início do povoamento, além do imperativo de proteção e segurança, era a necessidade de água. Quanto a este aspecto, observam Mota e Mantovani (1998, p. 18) que as habitações eram erguidas no entorno de “pontos vitais para a coletividade: inúmeros são os pedidos de terrenos no caminho das fontes,

próximo aos conventos”. Assim, a ocupação se inicia pela região do porto, “próxima do Forte, das igrejas, das fontes (devido à indisponibilidade de canalização de água)” (MOTA, MANTOVANI, 1998, p. 18). No final do século XVII e início do XVIII, verificavam-se, portanto, medidas para estabelecer a estrutura da cidade, a qual começava a ser dotada de espaços sociais como ruas, praças e prédios construídos atendendo determinados padrões de edificação.

Dessa maneira, o processo de configuração urbana esboçou mudanças ao longo do século XVIII. Em 1720, a população de São Luís não alcançava 1.400 habitantes (MOTA; MANTOVANI, 1998). Para Bernardo Berredo (apud BUENO, 2013, p. 31), contava a cidade naquele ano com 854 moradores. Apesar das divergências quanto aos números, o povoamento se desenvolveu lentamente. Naquele tempo, já era possível constatar maior zelo na determinação de “critérios na construção das moradias, como a exigência de que estas fossem cobertas de telhas e não palha”, como relatam Mota e Mantovani (1998, p. 19) ao examinar carta de data do ano de 1729. Desde então, verificava-se maior interesse pela elegância urbanística, que se foi tornando mais pronunciado no final do século.

Assim, diferente do que se observava anteriormente, era perceptível “a preocupação da administração municipal com o traçado da cidade, alinhamento das ruas, manutenção de quadras delineadas, feitura de calçadas, limpeza das estradas etc.” (MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 19). O núcleo urbano expandia-se com a “abertura de novos espaços e consolidação, em que beneficiários tardios ocupam os terrenos vazios” (MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 20); de modo que ocorria a incorporação de outros espaços à malha urbana, com os últimos lotes de imóveis ociosos passando a ter seus possuidores e proprietários.

Mas, em meados do século XVIII, São Luís era ainda uma vila em termos populacionais e urbanísticos. Observam Mota e Mantovani (1998, p. 22) que “a média de 5,1 cartas de data anuais emitidas pelo Senado da Câmara entre os anos de 1723 a 1760 constitui uma forte evidência da lentidão com que se deu o povoamento inicial”. Sintetizam também Mota e Mantovani (1998, p. 21) as etapas de expansão da cidade no período, destacando que

[...] até a década de sessenta do século XVIII a área urbana se projeta, a partir do núcleo inicial localizado próximo ao Forte e ao Cais, em direção ao Largo do Carmo. A seguir, o povoamento se dá no sentido Carmo-Desterro, atraídos pelo Convento

das Mercês e pela Fonte das Pedras. Mais tarde, a ocupação se orienta para o bairro do Egito, Rua do Ribeirão e cercanias da Casa de Recolhimento das Irmãs e da Igreja do Rosário dos Pretos, e algumas famílias também se dirigem para as proximidades da Igreja de São João. Já no final do século [XVIII], o povoamento se expande em diversas direções: ganha o rumo do Convento de Santo Antônio e Remédios e também o da Igreja de São Pantaleão e outras áreas já razoavelmente afastadas da que abrigava os primeiros prédios.

O sistema colonial representava um importante fator inibitório do crescimento das cidades. O setor dinâmico da economia era o agroexportador, tendo suas atividades situadas e desenvolvidas no campo. As vilas restringiam-se à função de entrepostos para o armazenamento de mercadorias que seriam exportadas pelo porto. Em tal contexto, prevalecia na vida social um *ethos* mais rural que urbano. A maioria da população da colônia não habitava centros urbanos, dedicando-se a atividades agrárias. Conseqüentemente, a maior parte do tempo estava em suas casas fora da cidade, apenas afluindo à vila para eventuais compras ou participação em festejos. Como esclarece Holanda (1984, p. 59),

os proprietários se descuidavam frequentemente de suas habitações urbanas, dedicando todo zelo à moradia rural, onde estava o principal de seus haveres e peças de luxo e onde podiam receber, com ostentosa generosidade, aos hóspedes e visitantes.

Deste modo, a moradia rural era o centro da vida social na Colônia. Por isso, mais bem cuidada e conservada quando o residente mantinha concomitante uma casa na cidade. Ressalta Holanda (1984, p. 58) que “nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral”. Somente no terceiro século de colonização, “a vida urbana, em certos lugares, parece adquirir mais caráter, com a prosperidade dos comerciantes reinóis, instalados nas cidades”, conforme destaca Holanda (1984, p. 59). No que se refere ao que ocorria em São Luís, pontua Costa (2015, p. 85) que

as casas apalacetadas ludovicenses, construídas no século XVIII e no início do século XIX, foram os principais símbolos da ascensão econômica e social do estado, mas ainda representam a fusão de duas tradicionais moradas: a do sobrado e a da chácara que, por vezes, se confundia com a da casa-grande.

Ao lado da primazia da vida rural, as sociabilidades tendiam a transcorrer com mais intensidade no interior das residências, no cotidiano doméstico, em um âmbito reservado mais ligado aos afazeres da casa. No período colonial conferia-se pouca importância ao espaço social público, como considerou Freyre (2004), segundo assinalado na seção 3.2 adiante, onde

se debate a construção social do espaço público. A propósito, nota Holanda (1984, p. 49) que, em 1735, no Maranhão, um governador lamentava

de que não vivia a gente em comum, mas em particular, sendo a casa de cada habitante ou de cada régulo uma verdadeira república, porque tinha os ofícios que a compõem, como pedreiros, carpinteiros, barbeiros, sangrador, pescador, etc.

Na primeira metade do século XVIII, a proeminência das atividades rurais era evidente. Mesmo na segunda metade deste século, esse conjunto de circunstâncias se mantinha, a vida urbana era incipiente, ou nos termos de Holanda (1984, p. 60), “a pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana”. Esse cenário começou a mudar ou sofreu alterações com a política de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal (FAUSTO, 2013). Como parte dos resultados de suas intervenções na vida econômica da metrópole portuguesa e de suas colônias, o Maranhão se beneficiou de um dinamismo no comércio e na lavoura para exportação, situando-se como importante província no século seguinte. Na avaliação de Fausto (2013, p. 95), a obra do Marquês de Pombal “realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço no sentido de tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento Metrópole-Colônia”.

Essas mudanças na administração pública e na economia são ratificadas com os estudos de Mota e Mantovani (1998) sobre a emissão de cartas de datas. As concessões ao longo dos anos evidenciam categorias diferentes de profissionais beneficiados com a medida. A partir da verificação desses atos, é possível inferir que a cidade de São Luís viveria também momentos diferenciados em relação à composição de seus habitantes. De acordo com a análise destes pesquisadores, até o início da administração pombalina a população da capital do Maranhão tinha ainda em sua constituição uma forte presença de militares, preocupados com os índios e as invasões estrangeiras. A partir de Pombal, a cidade passaria por um processo de maior dinamismo econômico, resultando na diversificação de sua gente e em reformulações urbanas. Neste sentido, segundo Mota e Mantovani (1998, p. 23),

no momento inicial, até mais ou menos 1760, temos ainda uma cidade-enclave, marcada pelas preocupações com índios e com a invasão estrangeira. Levando em consideração a profissão dos primeiros povoadores – soldados, capitães etc. – pode-se dizer que a cidade era pouco mais que um acampamento militar. Das cento e quatorze cartas emitidas na primeira fase estudada, quinze o foram em favor de

soldados, cinco de capitães – um dos quais capitão-mor – duas para alferes e uma a sargento-mor.

Ao longo do século XVIII, as sociabilidades dos habitantes da cidade decorriam de uma composição populacional basicamente formada por militares, artesãos e religiosos. Entre os artesãos estavam carpinteiros, ferreiros, pedreiros, calafetadores, alfaiates; em meio aos religiosos eram encontrados sacristães da Sé, procuradores de igreja, clérigos presbíteros, sacerdotes, padres e vigários. Destacam ainda Mota e Mantovani (1998, p. 24), que

o contingente de postulantes que proporcionalmente recebeu a maior quantidade de terra está representado pelos indivíduos ligados a algum ofício religioso; das cartas quantificadas, oito foram destinadas a padres, quatro a clérigos presbíteros, uma a procurador de uma igreja, e ainda outra ao sacristão da Sé.

Dessa maneira, era pouco diferenciado, até meados do século XVIII, o conjunto da sociedade ludovicense, que habitava então uma cidade com precária estrutura urbana. Sintetiza Ribeiro Júnior (2001, p. 63) que o espaço urbano “até 1750 era um todo espremido entre a Praia Grande, incluindo a área da hoje Avenida Pedro II, atingindo o Largo do Carmo e o Desterro, pouco além disso”. Por este restrito espaço social público transitavam, sobretudo, religiosos e militares, em uma época caracterizada pela religiosidade e pelos cuidados para garantir a segurança da colônia e a continuidade da colonização. Na segunda metade do referido século, todavia, foram implantadas medidas administrativas e econômicas, sob a orientação do Marquês de Pombal, que contribuiriam para configurar o que se nomeia adiante de cidade mercantil portuária.

2.3 A cidade mercantil portuária

A partir de 1751, implantava-se o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém. Conforme Botelho (2007, p. 57), naquele ano, Pombal “ampliou o Estado do Maranhão englobando o Pará, transferiu a capital para Belém e a nova denominação passou a ser Estado Colonial do Grão-Pará e Maranhão”. Repita-se que, entre as cidades brasileiras, como São Luís e Belém, praticamente não havia comunicação terrestre, estavam voltadas para o exterior, para Portugal. Neste contexto, indaga Risério (2012, p. 82), “que ligações efetivas existiam entre a Cidade da Bahia e São Luís do Maranhão? Ou entre Natal e Santos? Recife,

Belém do Pará e o Rio de Janeiro”? Quanto a esta prevalência de um povoamento litorâneo, esclarece Holanda (1984, p. 66) que os portugueses

criavam todas as dificuldades às entradas terra a dentro, receosos de que com isso se despovoasse a marinha. [...] Outra medida que parece destinada a conter a povoação no litoral é a que estipulam as cartas de doação das capitâneas, segundo as quais poderão os donatários edificar junto do mar e dos rios navegáveis quantas vilas quiserem.

Esse processo de colonização e ocupação litorânea do território acabou por gerar regiões fracamente povoadas no interior e pouco alcançadas por um modo de vida urbano. Circunstâncias estas que apenas começaram a mudar sistematicamente na segunda metade do século XX, como examinado à frente na seção 2.4. Como mencionado quando se tratou da cidade acampamento militar, Risério (2012), seguindo a linha de raciocínio de Holanda (1984), também considera o estilo litorâneo de colonização. Ao comparar o modo de colonização espanhol com o padrão português, atribui as origens dessas diferenças a fatores como ideologia, geografia e economia que atingiram a América espanhola após o período da conquista. Para ele,

na América Espanhola, as cidades foram situadas principalmente no interior dos territórios conquistados. [...] Na América Portuguesa, diversamente, não ocorreu uma ocupação imediata de terras interioranas. As cidades surgiram no litoral, com repercussões futuras em todas as dimensões da vida social e cultural do Brasil. (RISÉRIO, 2012, p. 76-77).

Reitere-se que a exploração do litoral pelos portugueses pode ter sido facilitada pela presença de habitantes que falavam o mesmo idioma, o tupi, conforme o examinado no item 2.1 deste capítulo. A propósito, considera Holanda (1984, p. 71) que “esse idioma, prontamente aprendido, domesticado e adaptado em alguns lugares, pelos jesuítas, às leis da sintaxe clássica, há de servir para o intercurso com os demais povos do país”.

Adiante, em 1755, “Pombal criou a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão” (FAUSTO, 2013, p. 96), com a intenção de dinamizar a economia da região. Como ilustrado a seguir, foi o momento da chegada de mais portugueses, da importação de escravos africanos, do crescimento da agroexportação e do enriquecimento de famílias locais que se dedicavam ao comércio. A instituição da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão teria franqueado

a possibilidade de crescimento econômico ao introduzir na região escravos, ferramentas, mantimentos e capital de custeio. Nos vinte anos de sua existência retirou o Maranhão da inexpressividade, tornando este Estado o mais próspero do final do século XVIII. (BOTELHO, 2007, p. 58).

No século XVIII, a cidade de São Luís foi, portanto, beneficiada com a instalação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que fornecia créditos aos agricultores para a aquisição de escravos e ferramentas, estimulando a “cultura do algodão, aproveitando a conjuntura internacional favorável, quando ocorre um aumento expressivo do consumo da fibra através da indústria têxtil europeia, sobretudo na Inglaterra” (LEÃO, 2011, p. 216). Na pesquisa sobre o desenvolvimento urbano de São Luís sob a Lei das Sesmarias, destacaram Mota e Mantovani (1998, p. 33) como importante ocasião histórica o interstício entre 1723 e 1760, que nomearam como “período de estabelecimento”. Naquela época, as autoridades municipais buscavam fixar e elevar uma população ainda escassa. Segundo Mota e Mantovani (1998, p. 33), por meio “das cartas de datas e sesmarias percebe-se que a prática dos primeiros colonos com relação à moradia consistia em se apropriar de um pedaço de chão e construir sua vivenda, sem qualquer legitimação que não fosse o trabalho de fazê-lo”.

Repita-se que, naquele contexto histórico, as principais cidades eram também portos voltados para a exportação, concentrando as maiores atividades da colônia. Na visão de Prado Jr. (1980, p. 115), “é à qualidade de entrepostos do comércio exportador que devem sua importância centros como o Rio de Janeiro, Bahia, Recife (Pernambuco), São Luís (Maranhão) e Belém (Pará)”. Explica ainda Prado Jr. (1980, p. 82) que

a primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior [...], data, ao que parece, de 1760, e provém do Maranhão que neste ano exporta 651 arrobas. [...] é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitanias. Deveu-se isto em particular à Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, concessionária desde 1756 do monopólio desse comércio. [...] A Companhia não colherá os melhores frutos do seu trabalho: extingue-se em 1777 com a cessação do seu privilégio que não é renovado. Mas o impulso estava dado, e o Maranhão continuará em sua marcha ascendente. Será ultrapassado mais tarde por Pernambuco e Bahia, que contavam ao se lançarem na empresa com recursos de gente e capitais muito mais amplos. Mas o Maranhão terá, pelo menos num momento, seu lugar no grande cenário da economia brasileira.

Ao final do século XVIII, por conseguinte, o Maranhão era uma das capitanias mais dinâmicas da colônia. Diversamente do período de dificuldades econômicas, anterior à

fundação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, passava-se a viver um bom momento. Como relata Botelho (2007, p. 69), “a produção continuou crescente, beneficiada pelos efeitos da Revolução Industrial, associada à guerra de independência dos Estados Unidos”. Ou seja, o grande impulso decorria do comércio com a Inglaterra, que vinha comprar algodão para sua então nascente e próspera indústria têxtil, pois a guerra de independência com suas colônias na América do Norte comprometeu negativamente o fornecimento de matéria prima. Dessa forma, “é no Maranhão que se dá a grande inserção do algodão no fim do século XVIII” (BOTELHO, 2007, p. 64). O Maranhão diferenciava-se, assim, do restante da colônia em razão da importância do algodão

para o desenvolvimento e a projeção econômica da região. [...] Em pouco tempo, o Maranhão atinge níveis de prosperidade jamais vistos, projetando-se com rapidez entre as principais capitanias da América portuguesa. (LEÃO, 2011, p. 216).

Como reflexo do sucesso econômico, sobrevinha o crescimento do povoamento que podia ser “comprovado pelo aumento significativo do volume das cartas de datas: de uma média de 5,1 concessões anuais registrada no primeiro período analisado[1723 a 1760], vê-se que nas últimas décadas [do século XVIII] já se altera significativamente o ritmo de emissão” (MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 25). Ao final do século XVIII as medidas tomadas pela Coroa portuguesa, durante a administração do Marquês de Pombal, visavam estimular o povoamento, como a política de incentivo à imigração para o Maranhão e o Pará a partir dos Açores. Juntaram-se, então, à população da cidade novos moradores. Neste sentido, em sua História do comércio no Maranhão ilustra Jerônimo Viveiros (apud MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 26) que “a Coroa de Portugal assinou, em abril de 1751, com Joseph Álvares Torres um contrato para o transporte de mil pessoas das Ilhas dos Açores para o Estado do Grão-Pará. [...] Não há notícia de leva maior que esta”.

Nas últimas quatro décadas do século XVIII, São Luís passava então por um período de expansão em sua infraestrutura urbana, com a construção de jardins, praças, ruas e estradas. Ressalta Marques que, entre 1761 e 1779, quando Joaquim de Melo e Póvoas, sobrinho do Marquês de Pombal, governou o Maranhão, houve um

período marcado pelas demolições/construções, entre as quais a que construiu um jardim pertencente ao Largo do Palácio, que hoje equivale à atual Praça Pedro II. Houve também a duplicação da área suburbana de São Luís, com a abertura da estrada [Rua Rio Branco] que interligava a Rua Larga (atual Rua Grande) e o Largo

dos Quartéis (atual Praça Deodoro), com a Ponta do Romeu (atual Praça dos Remédios ou Largo dos Amores). Em 1784, no governo de José Teles da Silva, iniciam-se as obras do aterro da Praia Grande. Nesse período, São Luís contava com aproximadamente 16.580 habitantes, distribuídos em 1482 fogos [residências de famílias], segundo registros do Vigário da freguesia. (MARQUES, 2002, p. 38).

Em síntese, entre 1750 e 1777, no período pombalino, portanto, foram construídas fontes e canalizados a água e o esgoto da cidade. Com relação ao impacto dessas reformas, Mota e Mantovani destacam o período que vai de 1760 a 1824. Para eles,

saindo do abandono em que se encontrava, São Luís, devido às suas atividades portuárias, passou a constituir-se em um espaço estratégico para o desenvolvimento então conhecido pela região. O espaço urbano inevitavelmente irá se alterar com as políticas de incentivo. Neste momento, as atividades urbanas se intensificam e a população se eleva e diversifica etnicamente. Uma das primeiras consequências deste fenômeno é a valorização dos chãos urbanos, pelo menos nas áreas sob a influência das atividades produtivas. (MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 37).

De modo semelhante se expressa Leão (2011, p. 216) ao afirmar que “entre 1760 e 1820, [...] a capitania torna-se um dos principais centros da economia colonial na América portuguesa, correspondente ao apogeu da economia algodoeira maranhense”. As autoridades municipais passam, assim, a controlar de modo mais seletivo a ocupação do espaço ao final do século XVIII e início do XIX. Começavam a prevalecer diversos e onerosos requisitos para a cessão de terrenos e lotes. Explicam Mota e Mantovani (1998, p. 49) que,

se antes, a orientação da Câmara era fixar moradores, as últimas décadas do século [XVIII] já manifestam um esforço no sentido de articular relações sociais, criar privilégios e – em suma – instaurar uma classe dominante entre os homens livres.

Um maior zelo pelo aformoseamento da cidade passava então a existir. Em uma comunicação ao Senado da Câmara, datada de 17 de dezembro de 1779, o Governador D. Antonio de Sales Noronha afirmou

ter presenciado no corpo da cidade muitas casas cobertas de pindoba e assim ordenava que não se concedessem chãos a pessoas sem possibilidade para fazerem edifícios nobres, e que quando fossem concedidos devia ser debaixo dessas condições. (MARQUES apud MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 40).

Se no começo do século XVIII as ordens religiosas figuravam entre os principais senhores de terras, ao seu término é possível verificar “um intenso processo de concentração de terrenos em mãos de particulares, e o núcleo urbano inicial se expande em vários bairros com vocações diferenciadas” (MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 42). Recorde-se que a

segunda metade do século XVIII marcou também um importante momento de mudança na composição dos habitantes da cidade. Além da mencionada imigração de açorianos, passava-se a verificar o ingresso em maior número de escravos negros provenientes da África. Parte deles era dirigida às atividades urbanas, outros mais, “os escravos do eito eram aqueles envolvidos na faina agrícola”, conforme Pereira (2009, p. 232). No Maranhão, o trabalho escravo urbano em maior volume acontecia em São Luís. Os escravos exerciam diferentes atividades na economia da cidade; segundo sintetiza Pereira (2009, p. 235),

os homens, entre outras ocupações, desempenhavam as de marinheiros, carregadores, estivadores, oficiais da construção civil, de marcenaria, de barbearia. As mulheres, por sua vez, ocupavam-se de serviços domésticos (cozinhar, lavar e passar), do comércio informal de alimentos (peixes, vísceras de gado, fruta e doces) e outros artigos. Cabe destacar que ainda eram parteiras e amas de leite, sobretudo de filhos dos que constituíam as classes dominantes.

Quanto à participação dos escravos na composição da população total, deve-se notar que “em percentuais, no ano de 1798, os escravos negros representavam 47% da população colonial e, em 1822, alcançavam 55%, excluindo-se os índios” (BOTELHO, 2007, p. 69). Naquele tempo, “a população branca representava somente 16%” (BOTELHO, 2007, p. 107). Além disso, esclarece Botelho (2007, p. 68) que, em

1779, o Maranhão possuía 31.722 pretos e 18.573 mulatos, sendo 12.000 peças introduzidas pela Companhia [Geral do Comércio] e cerca de 5.000 até o final do século XVIII. Em 1800, a população escrava era de 35.000 e 48.000 entre 1801 e 1820.

É preciso observar também que a importação de escravos foi crescendo até o começo dos anos de 1820, a partir daí apresentou uma diminuição. Juntamente com a escravidão, a economia agroexportadora representou fator fundamental para a ascensão econômica do Maranhão no século XIX. Neste sentido, conforme ilustra Botelho (2007, p. 70), “o comércio de escravos era bastante dinâmico em São Luís e algumas cidades do interior. O grande comerciante José Gonçalves da Silva, ‘O Barateiro’, por exemplo, chegou a possuir 1.500 escravos, o que demonstra inserção dessa mão de obra neste período”.

Em uma fase imediatamente pós-pombalina – fins do século XVIII – “os polos de atração populacional não são mais as igrejas e as fontes, mas as áreas portuárias e as ‘fábricas’, [...] a maioria era para o beneficiamento do couro e soque do arroz” (MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 27). O conjunto arquitetônico da cidade expandia-se, acompanhado

pela edificação e demarcação de áreas públicas como praças. Naquele período foi construído o que compõe hoje o Centro Antigo de São Luís. O espaço social público urbano passava a contar com a Praça do Comércio na Praia Grande, como área dotada de edifícios distintos, e voltada, sobretudo, ao comércio que se dinamizava.

No contexto histórico colonial do começo do século XIX, São Luís figurava entre as principais cidades, em meio a um incipiente conjunto de vilas e precários ajuntamentos semiurbanos. Neste aspecto, ratifica Prado Jr. (1980, p. 101) que “três daqueles núcleos são de grande importância: concentram-se em torno de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Dois outros seguem num segundo plano: Pará e Maranhão”. Assim, depois da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, o Maranhão aparecia, como a quarta mais próspera capitania, com São Luís assumindo posição de destaque entre os núcleos urbanos da colônia. Conforme pontua ainda Prado Jr. (apud MOTA; MANTOVANI, 1998, p. 28),

Rio de Janeiro, então já a capital, não passava de 50.144 habitantes; Bahia, 45.600; Recife, 30.000; S. Luís do Maranhão, 22.000; S. Paulo, 16.000. Estas cinco cidades (as demais não passavam de aldeias) representam apenas 5,7% da população total do país, ou seja, 2.852.000 habitantes.

Na virada para o século XIX, contava a colônia portuguesa na América, portanto, com uma população de aproximadamente três milhões de habitantes, que se concentravam ao longo do litoral. Na costa atlântica ou no interior do território, a dispersão do povoamento refletia na inexistência de uma rede interligada de cidades (HOLANDA, 1984; RISÉRIO, 2012). Quando necessário alcançar maiores distâncias, o transporte era feito por cabotagem, navegando ao longo da orla oceânica no sentido norte a sul.

Àquele tempo, investimentos ingleses eram direcionados para o Maranhão. Em razão do plantio e do comércio do algodão, para abastecer a indústria têxtil inglesa, comerciantes ingleses aportavam em maior quantidade na região. Informa Botelho (2007, p. 71) que, “a partir de 1808, se estabeleceram no Maranhão, sobretudo em São Luís, disputando espaço comercial com os portugueses, brasileiros e até franceses. Os ingleses fundaram várias casas comerciais na região central de São Luís”. O início do século XIX era um momento de mudanças na cidade, no qual, segundo Botelho (2007, p. 73),

além dos comerciantes ingleses, franceses também se estabeleceram no Maranhão, disputando o comércio de joias e bijuterias. Portugueses e brasileiros dominavam o comércio do arroz, do cravo e outros setores do comércio.

Em 1808, com a abertura dos portos ao comércio internacional, a cidade “experimentou uma relativa prosperidade material, verificada na exuberância da arquitetura de sobrados e casarões enriquecidos com azulejos portugueses” (PEREIRA, 2009, p. 237). Esclarece também Ribeiro Júnior (2001, p. 63-64) que, naquele período,

a cidade lançou-se a passar por reformas mais arrojadas. É aqui que efetivamente o sobrado azulejado e mirantado consolidou-se em meio à riqueza que abundava do algodão, alimentador das máquinas de fiação inglesas, condutoras da primeira Revolução Industrial, e do arroz e couro, estes com menor peso na balança comercial. Foi de 1804 a tentativa primeira de dotar as ruas de São Luís com calçamento, embora se creia que tal tentativa não se materializou, pois novas iniciativas no terceiro decênio é que parecem ter dado algum resultado, mas isto somente nas áreas nobres, o núcleo central da cidade. É a gestação da segregação espacial na urbe ludovicense.

Configurava-se o que Santana (2007, p.58) chama de “o primeiro perfil urbano de São Luís: uma ilha do arquipélago urbano-portuário que a colonização da América portuguesa produziu nas terras oceânicas do Brasil”. Naquela época, o Maranhão era “uma das mais ricas províncias do Brasil. [...] Na capital São Luís, tradicional reduto português, os filhos dos comerciantes ricos estudavam em Portugal” (REINALDO, 2014, p. 66). Com referência às transformações nos contornos urbanos de São Luís, informa Marques que

no século XIX, as ruas se encontravam pavimentadas; havia uma preocupação com o espaço público, ajardinaram-se e arborizaram-se os largos, e as fontes receberam cuidados especiais. Durante o governo de Manoel Rodrigues de Oliveira, a cidade passou por uma grande expansão física e de marcante melhoria nas construções. Ainda no século XIX, houve a preocupação em relação às condições das edificações. [...] A cidade se encontrava em um período áureo, sendo a Praia Grande um foco para expansão comercial. Em 1805, concluíram-se as obras da margem direita da Foz do Bacanga e a construção da Casa das Tulhas [atual Feira da Praia Grande]. A cidade continuava a crescer e passava por inúmeras reformas, tais como reformas em edifícios públicos, calçamento das ruas e a transformação do Largo do Carmo e Largo dos Leões em agradáveis passeios públicos (1822). (MARQUES, 2002, p. 39).

A cidade de São Luís era então composta por dois bairros, segundo Pereira (2009, p. 236), “a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Praia Grande) e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. No primeiro, residia a maior parte dos 30 mil habitantes da cidade. [...] O segundo bairro era mais extenso, mas com reduzido número de moradores”. Uma dezena de ruas perfazia o núcleo urbano da capital. Ainda conforme Pereira (2009, p. 236), a partir da Praia Grande

até a Praça da Igreja do Carmo existiam (e ainda existem) três vias paralelas ao mar – as ruas do Giz, da Estrela e da Palma – e sete perpendiculares, desde o Colégio dos Jesuítas (hoje Catedral da Sé) até o Desterro. Depois surgiram as ruas do Sol, da Paz e Grande.

Para o abastecimento da cidade com água potável, contavam entre as principais obras públicas as fontes e os chafarizes, com as construções da Fonte das Pedras e da Fonte do Ribeirão. Apesar desta pronunciada preocupação com o crescimento urbano, com a edificação e o aformoseamento de importantes espaços públicos, a região do litoral era vista como desterro, como fim das terras. Não existia o uso social reiterado do litoral e das praias para banhos, passeios ou outras modalidades de uso, senão para o descarte de dejetos, a pesca ou o carregamento e o descarregamento de canoas, bianas, barcos e navios. Corroborando Pereira (2009, p. 237) este entendimento quando afirma que, no bairro comercial da Praia Grande,

desenvolviam-se as atividades financeiras, comerciais e portuárias. Em meio à circulação de mercadorias, por muito tempo perdurou a atividade de escravos carregando ‘tigres’ e ‘cabungos’, isto é, recipientes contendo a vasa das casas, para serem despejados nas praias circundantes.

Habitava-se o litoral, o qual, no entanto, não era acionado como espaço social frequentado no cotidiano, onde poderiam ser exercitadas sociabilidades como passeios na orla, brincadeiras na areia, reuniões familiares e banhos de mar. Neste sentido, explica Freyre sobre aquele momento, que as praias

nas proximidades dos muros dos sobrados do Rio de Janeiro, de Salvador, do Recife, até os primeiros anos do século XIX eram lugares por onde não se podia passear, muito menos tomar banho salgado. Lugares onde se faziam despejos; onde se descarregavam os gordos barris transbordantes de excremento, o lixo e a porcaria das casas e das ruas; onde se atiravam bichos e negros mortos. O banho salgado é costume recente da fidalguia e da burguesia brasileira que, nos tempos coloniais e nos primeiros tempos da Independência, deu preferência ao banho de rio. “Praia” queria dizer então imundície. O rio é que era nobre. (FREYRE, 2004, p. 313).

De maneira diferente, a partir de fins do século XVIII, a nobreza europeia vinha promovendo o uso terapêutico da praia, chancelando e delimitando lugares para o que considerava banho curador, como narra O’Donnell (2013). Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, Dom João que já havia incorporado essa prática à sua rotina, costumava tomar banho de mar; o que, provavelmente, deveria causar algum espanto a uma população não dada a esses hábitos. Segundo O’Donnell (2013, p. 94), Dom João

pôs-se a tomar banhos na praia do Caju, em São Cristóvão, próximo à residência da família real na Quinta da Boa Vista. Iniciando um movimento que paulatinamente se alastraria cidade afora, ele depositava nas águas salgadas as esperanças de cura para seus ferimentos nas pernas, fazendo das águas limpas daquela região não incluída na rota portuária parte de sua rotina real.

Sobre São Luís, descreveu Henry Koster, também conhecido com o nome de Henrique da Costa, senhor de engenho e pintor português, filho de pais ingleses, em livro publicado em Londres no ano de 1816, com o título *Travels in Brazil*, no capítulo IX, no qual tratava de sua viagem ao Maranhão (*Voyage to Maranhão – St. Luiz*), que a cidade

é construída num terreno muito desigual, começando à beira d'água e se estendendo milha e meia na direção do nordeste. O espaço que ela ocupa podia conter muito mais habitantes do que atualmente conta, mas a cidade é edificada espaçosamente, compreendendo muitas ruas e praças. Com essa disposição o ar circula livremente, o que é realmente agradável para um clima tão quente. A situação para o oriente da ilha, sobre a margem dum enseada, quase exclui a brisa do mar e a torna menos sadia do que sendo maiormente exposta. A população pode ser computada em cerca de 12 mil pessoas ou mais, incluindo negros, proporcionalmente avultados e mesmo superiores em massa aos de Pernambuco. As ruas são, em sua maioria, calçadas, mas não há conservação. As casas são limpas e bonitas, tendo apenas um andar. O térreo é aproveitado pelos criados, lojas, armazéns, sem janelas como em Pernambuco. (KOSTER apud, BUENO, 2013, p. 27).

Assim, o aumento da urbanização, com a reorganização e distribuição de lotes residenciais urbanos, seguiu-se ao processo de crescimento da economia. Nesse contexto, esclarecem Mota e Mantovani (1998, p. 51) que “a regularidade dos lotes verificada antes – de 5 braças de frente por 15 de fundo – deu lugar a lotes urbanos de até cinquenta braças ou mais, cercado por outros de quinze braças, e inúmeros de cinco, quatro e até duas braças e meia de testada”. A estratificação social da população de São Luís, segundo explica Botelho (2007, p. 107), apresentava então

o bloco que comporá a base da pirâmide social será hegemônica pelo escravo, doméstico, mas será também composto por negros forros, mulatos, cafuzos, camponeses brancos, mamelucos, muitos dos quais vaqueiros e artesãos, soldados, pescadores e coletores, compreendendo 45% da população. Apesar de escravista, havia um certo número de homens livres pobres que eram índios e indolentes, que viviam em meio aos escravos. Por outro lado, o estrato médio é formado por pequenos fazendeiros, oficiais militares, artesãos independentes, burocratas e profissionais liberais, cerca de 12% da população. A classe dominante, que compreendia apenas 3% da população, era formada pelos altos escalões administrativos, aristocracia rural e comerciantes abastados. Contará também com uma classe de comerciantes franceses e ingleses vinculados ao comércio.

Em síntese, conforme aludido acima neste capítulo, a composição e o perfil populacional, bem como a estrutura urbana de São Luís, pouco se modificaram nos 200 anos de colonização que se seguiram da fundação da cidade, em 1612, até aproximadamente a independência política de Portugal, em 1822. Com uma população inicialmente estimada em 500 habitantes, em 1616, passou a contar com 1.500 residentes em 1720. Saltou para 16.000, no ano de 1780. Na época do rompimento com a metrópole portuguesa, contava com aproximadamente 22.000 moradores. No contexto urbano do Maranhão, na década de 1820, entre as maiores vilas estavam, de acordo com Botelho (2007, p. 73),

Alcântara com 3.000 habitantes, Caxias com 2.426 habitantes, Itapecuru que tinha 767 habitantes, Tutóia, com 760 moradores, Mearim com 680 moradores, Paço do Lumiar com 520 habitantes, Vinhais e Viana que possuíam 300 habitantes cada uma e Monção com 90 habitantes.

Mesmo com um relativo crescimento, de um modo geral, muitas atividades do cotidiano tinham suas práticas restritas ao dia, pois as cidades brasileiras do período eram escuras à noite. Freyre (2004, p. 146) informa que “sair de casa, nas cidades brasileiras dos princípios do século XIX, tinha seu quê de aventura. Tudo escuro; becos estreitos; poças de lama; ‘tigres’ estourados no meio da rua; bicho morto”. A esse respeito, afirma Perrotta (2015, p. 112), quanto aos hábitos na Corte, que

a ideia de lazer na cidade colonial era bastante limitada e quase sempre restrita ao ambiente doméstico. Na realidade, tratava-se mais de distrações do que de divertimentos. Fazer e receber visitas sociais, ler, costurar, jogar (baralho, tabuleiro, pão) e participar de comemorações familiares. Fora de casa, o evento social mais importante era a missa de domingo, espaço para opulência e distinção social.

Na planta a seguir – figura 4 –, datada de 1844, aparece o conjunto de construções hoje nomeado de Centro Histórico ou Centro Antigo, com o traçado ortogonal; à direita na imagem está o rio Bacanga, na parte inferior para a esquerda está o rio Anil. As informações relevantes na carta geográfica são restritas ao espaço de ruas e prédios da cidade edificadas até então, a partir do promontório onde está instalada a fortaleza que recebeu sucessivamente nomes como Forte de São Luís (construído e batizado pelos franceses), Forte São Felipe (rebatizado pelos portugueses), Palácio do Governo e, atualmente, Palácio dos Leões, denominação esta que se popularizou no século XX. Desta forma, pode-se verificar o que seria a cidade de então, situada em uma ponta de terra entre os rios Anil e Bacanga, com os espaços

em derredor praticamente desabitados. No contorno da ilha, na parte de cima da planta está a Praia da Madre de Deus; à direita, na embocadura do Bacanga está a Praia Grande e na borda inferior, na foz do rio Anil, está a Praia Pequena.

Figura 4 – Planta da cidade de São Luís em 1844.



Planta da cidade de São Luís – 1844.
Fonte: UNESCO/CEF. Patrimônio Mundial no Brasil, 2002.

Em viagem de promoção evangélica pelo nordeste do Brasil e pela Amazônia, na década de 1840, o missionário metodista norte-americano Daniel Parish Kidder fez um relato sobre a infraestrutura urbana de São Luís, narrando o que o havia impressionado. Deve-se destacar que a cidade era então a quarta do Império. A propósito, a cidade no último quarto do

século XIX, segundo Marques (2002, p. 40), contava “com sofisticado sistema de transporte urbano: o bonde. Possuía também companhias de luz, de limpeza urbana e água (com o abastecimento d’água feito através de seis chafarizes públicos)”.

A iluminação pública no centro da cidade, prossegue Marques (2002, p. 40), “era feita por aperfeiçoado sistema de gás, alimentado por via subterrânea”, serviço “implantado em 1863” (VAZ, 2014, 78). Nota-se, assim, a introdução de importantes melhorias urbanas em São Luís a partir de meados do século XIX. Desse modo, pontua Ribeiro Júnior (2001, p. 68) que, na segunda metade daquele século, foram empreendidas diversas iniciativas pioneiras para a organização da cidade, como

a construção de estradas ligando o bairro central (Praia Grande e adjacências) aos arrabaldes, como o João Paulo, através do “Caminho Grande” [hoje, Avenida Getúlio Vargas – prolongamento da Rua Grande], e estes entre si – João Paulo, Vinhais, Calhau; continuação das obras do Cais da Sagração, história de mais de meio século, de 1841 a 1909; criação da Cia. de Águas de São Luís, em 1874; assentamento de trilhos urbanos para bondes puxados por força animal.

Ao final do século XIX a embrionária indústria tornou a apresentar crescimento expressivo no Maranhão, com a instalação de um parque têxtil de expressão para as proporções daquele tempo. Naquela época, “o crescimento econômico da cidade de São Luís motivou a instalação de um importante parque industrial que, no fim do século XIX, foi classificado [...] como o quarto mais importante do país” (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 189). Se, antes, o comércio agroexportador foi relevante para a expansão do sítio urbano e a configuração da cidade, agora, a indústria passava a exercer este papel social de destaque na história de São Luís, contribuindo para a definição de limites de bairros. Neste aspecto, detalha Botelho (2007, p. 139) que,

entre 1875 e 1893, compunham o parque fabril maranhense 15 fábricas, sendo 10 em São Luís, 04 em Caxias e 01 em Codó. A Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa situava-se às margens do rio Anil e originou o bairro da Camboa; a Companhia de Tecidos do Rio Anil, situada a 10 km do centro, foi uma das mais importantes fábricas têxteis da província; a companhia fabril foi definidora no tocante aos limites do Centro de São Luís. A Companhia de Fiação e Tecido Cânhamo, localizada no final da Rua de São Pantaleão, produzia fibra extraída da canabis sativa (cânhamo) para produzir tecidos; a companhia de fiação e tecelagem São Luís, também localizada na Rua de São Pantaleão; a fábrica Santa Amélia, a Companhia de Laticínios Maranhenses.

Um dos que conduziu a instalação de indústrias naquele momento no Maranhão foi o industrial e empreendedor Cândido José Ribeiro, que adquiriu, modernizou e instalou fábricas na cidade. No setor da indústria têxtil, comprou duas fábricas,

uma de fios de algodão, chamada Fábrica de Fiação São Luís, localizada na Rua de São Pantaleão, próxima da Fábrica Cânhamo, hoje CEPRAMA (Centro de Artesanato do Maranhão), no bairro da Madre Deus. A outra fábrica, de tecelagem de algodão, foi denominada de Fábrica Santa Amélia, localizada na Rua das Crioulas, mais tarde intitulada Rua Cândido Ribeiro, em homenagem ao líder industrial. (GUIMARÃES et al., 2010, p. 53).

As fábricas São Luís e Santa Amélia funcionaram por mais de cinquenta anos, “representando as maiores indústrias têxteis do parque fabril do Norte e Nordeste do Brasil. As atividades das fábricas foram encerradas já na década de 70 do século XX” (GUIMARÃES et al., 2010, p. 54). A Fábrica de Fiação e Tecelagem Camboa “após as obras de reconstrução e modernização, em 20 de julho de 1931, voltou a funcionar [...], adquirida por compra, ao Banco do Brasil,” por Cândido Ribeiro (GUIMARÃES et al., 2010, p. 77). Na Tabela 2 a seguir pode-se verificar, em síntese, a instalação de fábricas no Maranhão, sobretudo na cidade de São Luís, no final do século XIX.

Tabela 2 – Estabelecimentos têxteis no Maranhão por ano de instalação no século XIX.

ANO DE INSTALAÇÃO	QUANTIDADE	NOME DOS ESTABELECIMENTOS
1890	02	Cia. Fiação e Tecidos Maranhenses S.A.
		Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa S.A.
1891	01	Cia. Fabril Maranhense S.A.
1892	02	Cia. Progresso Maranhense S.A.
		Cia. Laticínios Maranhenses S.A.
1893	03	Cia. Fiação e Tecidos Rio Anil S.A.
		Cia. Fiação e Tecidos Cânhamo S.A.
		Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton S.A.
1894	02	Cia. Fiação e Tecnologia São Luís S.A.
		Cia. Industrial Maranhense S.A.

Fonte: FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 151, adaptado.

Para compreender as dimensões socioeconômicas da indústria em São Luís, é relevante destacar a existência de “uma grande fábrica na época, que chegou a empregar seiscentos operários” (BOTELHO, 2007, p. 172). A cidade ostentava então a reputação de

a ‘Manchester Brasileira’, devido à imponência do seu parque têxtil. Colocava-se a capital entre as principais cidades brasileiras. Mas, [...] a indústria maranhense também entrou em decadência ainda nos primeiros anos do século XX. (BOTELHO, 2007, p. 141).

A instalação de fábricas favoreceu, portanto, o surgimento de bairros como o Anil, a Madre Deus e a Camboa, além do alargamento do perímetro urbano e a redefinição dos limites da cidade. A indústria têxtil, no auge, empregou expressivo contingente da mão de obra. A cidade passava a ter então “como limites urbanos a Rua dos Remédios, indo deste à Ponta do Romeu e do Passeio, e o Caminho Grande ou Estrada Real, que levava ao interior da Ilha” (MARQUES, 2002, p. 40). Assim sendo, as fábricas contribuíram para a formação e o alargamento da cidade, como destaca Ribeiro Júnior (2001, p. 71-72),

algumas das firmas, ao instalarem-se longe do núcleo central da capital, formado pelos bairros da Praia Grande-Desterro, Largo do Carmo, das ruas Grande, Afogados, Paz e Sol, atingindo, no máximo, as proximidades da hoje praça Mal. Deodoro e Largo dos Remédios, contribuíram, em muito, para a desconcentração demográfica e expansão das fronteiras citadinas. Dois exemplos são as firmas Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa e a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil. A primeira, situada às margens do rio Anil, próxima à baía de São Marcos, a pouco mais de 4 km do perímetro urbano. A última, mais ousada, teve suas instalações fincadas a 10 km do centro da cidade e fora situada também às margens do rio Anil, o que facilitava o transporte das matérias-primas e do produto acabado. Comprometeu-se em construir casas para alguns de seus empregados [...]. Por outro lado, acabou por forçar o operariado (na sua grande maioria mulheres) a instalar-se nas proximidades da unidade fabril.

Em síntese, o século XIX foi uma fase de grandes mudanças para o País, que passou de Colônia, a Reino Unido, depois a Império e, por fim, República. São Luís viveu esta instabilidade política, inclinando-se inicialmente aos interesses portugueses, que se sobressaiam com a quantidade de portugueses instalados nesta praça comercial e a maior proximidade física de Portugal, em comparação com outras cidades litorâneas. As atividades econômicas passaram também por oscilações importantes. Configurou-se uma expansão até meados do século, quando a economia entrou em decadência, e começou a caracterizar-se o distanciamento econômico em relação ao dinamismo do Centro-Sul do Brasil, que se foi industrializando a partir dos excedentes dos capitais gerados com a lavoura do café.

Ao longo do século XIX, a estrutura urbana de São Luís foi ampliada e consolidada em torno de um núcleo central típico, constituído com feitiço europeu, em que o comércio portuário era destaque em uma economia na qual prevaleciam atividades agrárias. A partir da década de 1870 sobreveio um incipiente surto industrializante, que pode ser reputado como um fator de alargamento do perímetro urbano e de mudança na perspectiva com que os habitantes viam as possibilidades para a expansão da cidade.

Apesar de situada nas proximidades do porto, com praias como Madre Deus e Desterro nas cercanias das habitações e comércios, a orla não era incorporada aos hábitos cotidianos citadinos. O litoral reputado como local para banhos estava distante, além dos Rios Bacanga e Anil. No espaço social público da ‘Cidade Antiga’ prestigiavam-se para sociabilidades os jardins e as praças, entre estas a principal era a Praça do Comércio na Praia Grande. Assim, a despeito do movimento do comércio ter como lugar distintivo o porto, o espaço da orla foi relegado à margem – escusas pelo trocadilho –, usado como via de transporte e descarte de dejetos. A expansão da cidade seguia então no rumo do interior da ilha, no caminho da roça, reproduzindo os modos de viver de uma população ruralizada em um estado agrário.

2.4 A cidade moderna praiana

Conforme acima examinado, no início do século XX, São Luís já não se restringia ao Centro, novas áreas haviam sido incorporadas com os investimentos em fábricas e a instalação de moradias para operários e seus familiares. A procura para compra e venda de lotes destinados a casas de veraneio, chácaras e sítios para passar temporadas de férias com localização mais afastada também alargou o raio de circulação viária na ilha (GUIMARÃES et al., 2010). Em outras localidades mais afastadas como Turu, Vinhais e São Francisco residiam sítiantes e pescadores. Na figura 5 a seguir está fotografia, datada de 1907, que retrata vista do Centro de São Luís a partir do ancoradouro do Sítio Pedreiras, localizado na margem direita do rio Anil no São Francisco. Na imagem são vistas pessoas a caminho do embarque nas canoas com as quais se fazia a travessia do rio, quando não existiam as pontes ligando o Centro ao São Francisco. Naquele tempo, o curso d’água representava um obstáculo que precisava ser diariamente superado para alcançar a cidade de então.

alimentos, que empregavam 3.105 operários em 1920. Ao longo da década de 1930, a quantidade de fábricas e operários permanece muito pouco alterada, e ainda diante da população economicamente ativa da região majoritariamente ocupada nas atividades agrícolas e extrativistas vegetais – esse número de operários era pouco significativo.

Infere-se daí o quadro de decadência social que sobressaía quando se examinavam a cidade e o estado. Nesta etapa da vida política nacional, a figura proeminente era Getúlio Dornelles Vargas, que presidiu a República nas sucessivas fases de governo provisório, constitucional e Estado Novo. Seu representante no Maranhão foi o interventor federal Paulo Martins da Sousa Ramos, que governou o Estado entre 1936 a 1945 (BOTELHO, 2007). De acordo com lição de Botelho (2007, p. 179-180), Ramos “enviou um relatório ao presidente afirmando que ‘no Maranhão, tudo está por fazer’. Propôs um ousado plano de reformas urbanas e obras públicas”.

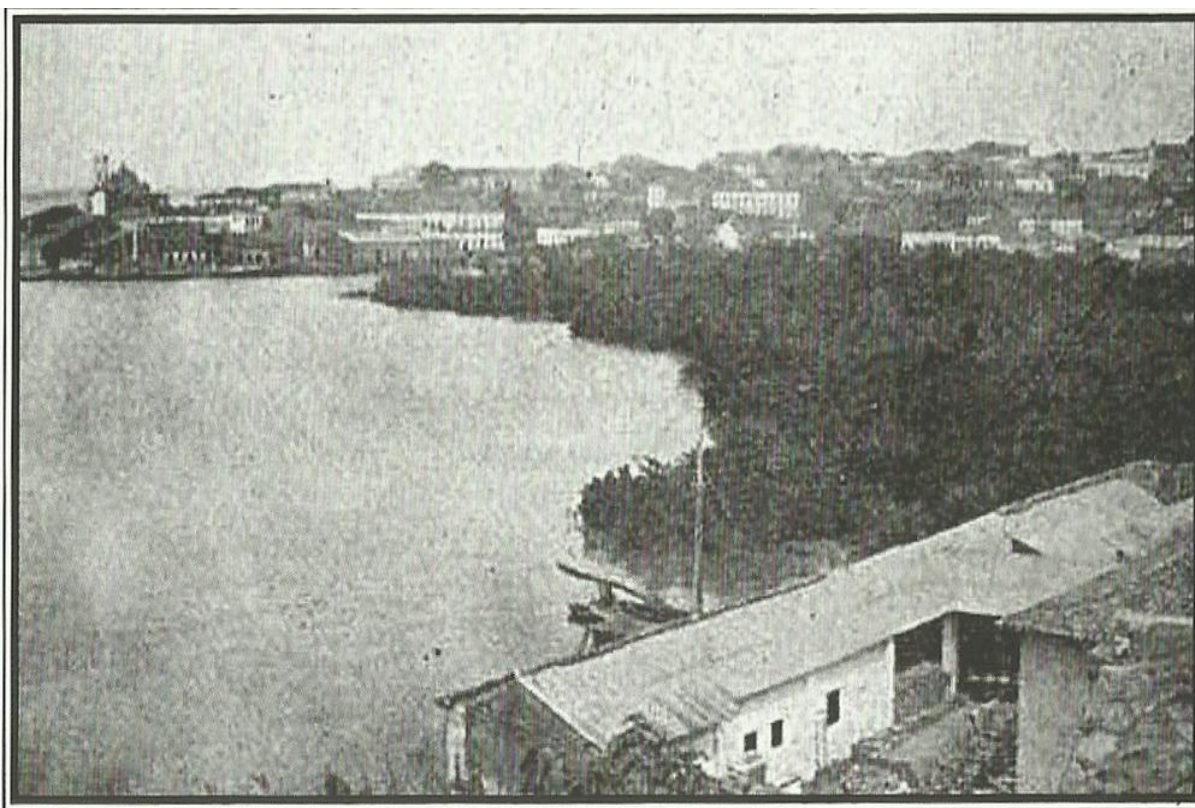
Em síntese, o conjunto de medidas incluídas no projeto de Ramos era direcionado ao propósito de modernizar a capital, por meio da execução de grandes obras em sua estrutura viária, “e, com isso, interferir radicalmente sobre a malha urbana colonial” (BURNETT, 2007, p. 178). O Centro, em sua conformação colonial, já não seria considerado condizente com a cidade que deveria contemplar espaços, em outros bairros, para abrigar a crescente população, melhorar seu sistema de mobilidade e atender aos anseios de modernização industrial. As ruas estreitas e tortuosas do Centro não possibilitariam levar a efeito as finalidades contidas nesse programa de intervenções urbanas e econômicas. Era preciso construir avenidas.

Na fotografia da figura 6 pode-se ver o panorama do bairro do Desterro, no ano de 1934, em momento precedente ao aterramento das praias do Desterro e da Madre Deus ali localizadas. O cenário antes das reformas modernizantes era composto por essas pequenas e pitorescas praias situadas nos arredores do Centro Antigo. Sua orla não era assinalada com obras que denotassem maior valorização daquela paisagem encoberta pela vegetação e pelos contornos sinuosos do litoral. O fim de terra ermo era mais um convite à solidão do que a momentos de sociabilidade em convivência. Conforme examinado adiante no capítulo 4, ir à praia é, sobretudo, uma ação que se pratica em companhia; o ir à orla ali não envolvia a atração de tantos outros, em um litoral não necessariamente associado então à diversão, mas ao trabalho de pesca e ao descarte de dejetos. A predileção por trechos do litoral estava relacionada a praias mais afastadas para os lados do Bacanga (praia da Guia e do Boqueirão) e

do Anil (Olho-D'água e Ponta D'areia), não aquele local próximo às casas e ao comércio. Como expresso na narrativa de *O mulato* de Aluízio Azevedo (2010, p. 21), romance publicado em fins do século XIX,

fazia preguiça estar ali. A viração do Bacanga refrescava o ar da varanda e dava ao ambiente um tom morno e aprazível. [...] Lá defronte, nas margens opostas do rio, a silenciosa vegetação do Anjo da Guarda estava a provocar boas sextas sobre o capim, debaixo das mangueiras.

Figura 6 – Vista panorâmica do bairro do Desterro em 1934.



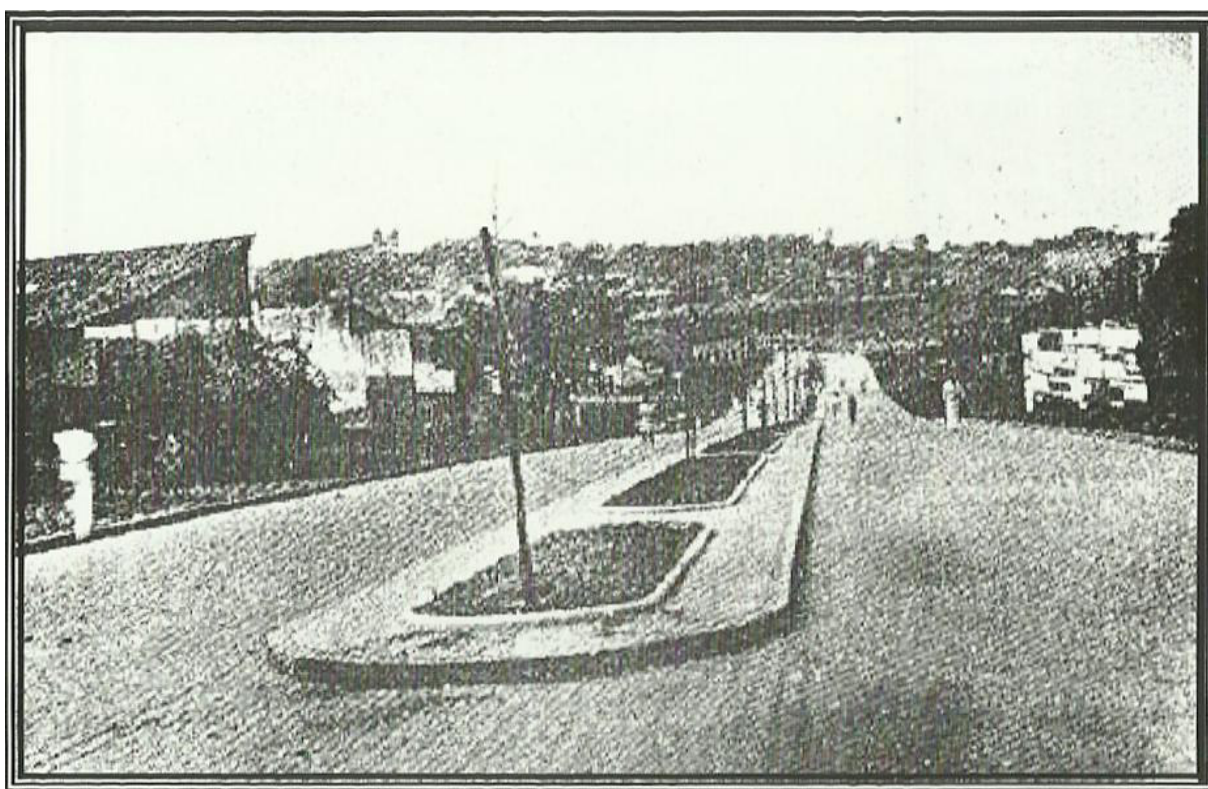
Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 28.

Naquele período de oito anos, o prefeito nomeado para auxiliar o interventor foi Pedro Neiva de Santana que, em tempo de centralização política, concluiu importantes obras na cidade (BURNETT, 2007). A propósito, na figura 7 a seguir está fotografia de 1943, com a então recém-inaugurada Avenida 10 de novembro, nome em homenagem à data do movimento político de instituição do Estado Novo getulista. Posteriormente, a via passou a chamar-se Magalhães de Almeida, como tributo ao jurista maranhense. Observe-se na imagem o retilíneo do traçado e a largura da via, ainda sem os prédios após a demolição do casario

colonial que existia para o alargamento do leito da rua. Em poucos anos, na década seguinte, já estavam estabelecidos comerciantes nos prédios erguidos em estilo moderno ao longo do novo *boulevard*, diferente da concepção das ruas estreitas do Centro; nas palavras de Burnett (2007, p. 178),

a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, um bulevar haussmaniano, construído sobre os escombros dos casarões – num período de valorização relativa dos monumentos, mas de nenhuma atenção aos conjuntos arquitetônicos –, é a maior obra conferidora de ares cosmopolitas ao centro da cidade e de atendimento às exigências da circulação veicular.

Figura 7 – Vista da então recém construída Avenida Magalhães de Almeida em 1943.

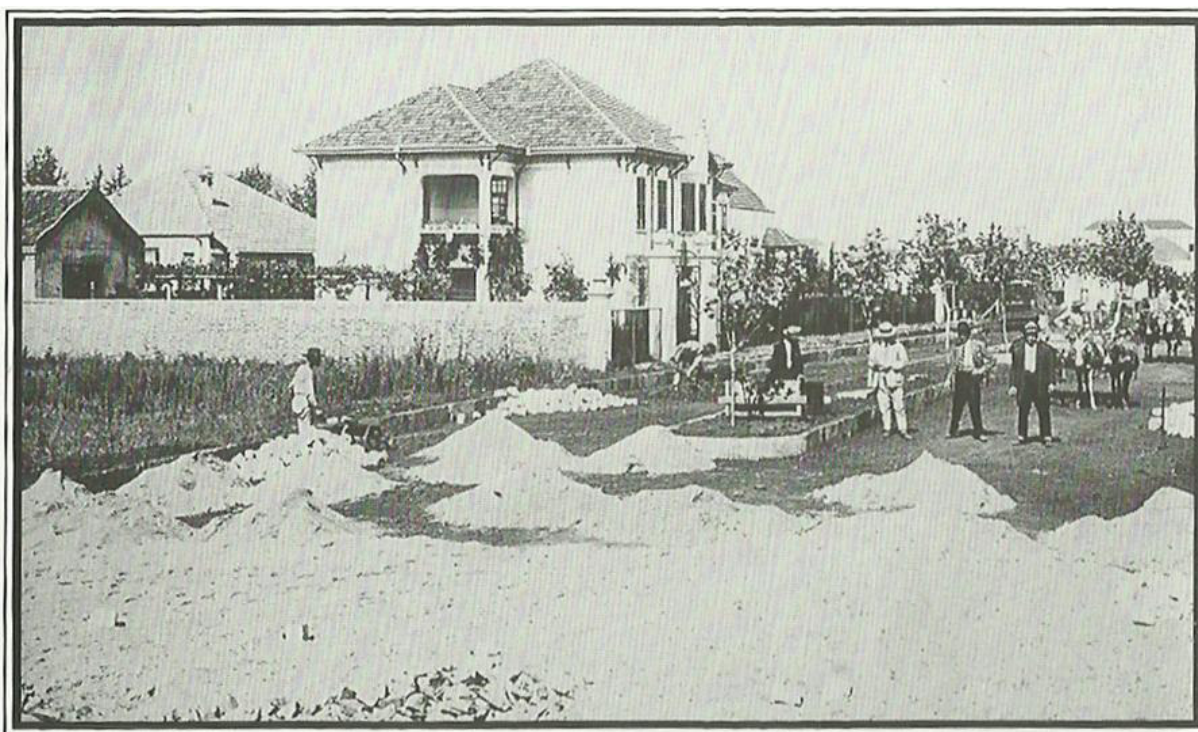


Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 324.

O casario com padrões arquitetônicos clássicos permaneceu em grande parte de pé e sem significativas alterações. Foi também o tempo em que a expansão urbana vinha tomando o rumo do antigo Caminho Grande. Conforme a avaliação de Burnett (2007, p. 178), isso se deveu à “delimitação geográfica imposta pelos rios Anil e Bacanga, a expansão urbana é obrigada a seguir pelo antigo Caminho Grande, modernizado por Paulo Ramos e inaugurado

como Avenida Getúlio Vargas”. Como constava na nomenclatura – Caminho –, era uma estrada mal projetada, desnivelada e com pedras na pista, a única saída do Centro da capital para o interior da ilha. Na figura 8, em fotografia datada de 1938, pode ser vista a obra de urbanização, com o arruamento desta importante via que pavimentava o rumo à cidade moderna que se almejava erguer.

Figura 8 – Vista da urbanização da Avenida Getúlio Vargas em 1938.



Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 280.

Assim, a expansão na direção do Monte Castelo a Cohab-Anil significou uma nova tendência de ampliação da malha urbana para além do Centro. Segundo Burnett (2007, p. 178-179), era “a consolidação do novo eixo de crescimento da cidade, [...] representa a primeira extrapolação urbana dos limites do centro histórico e estabiliza a nova direção que São Luís manterá para seu crescimento, nos próximos trinta anos”. Esta era a região da cidade escolhida para a construção de sítios, chácaras e casas de veraneio para residência de famílias abastadas, que, identificadas então com um *ethos* que valorizava a vida no campo, deixavam o Centro e buscavam locais mais aprazíveis e bucólicos na estação de férias à procura de ar puro e temperaturas mais amenas. Como exemplo estava o industrial Cândido Ribeiro, que adquiriu

em 1927 um sítio no que hoje é a Avenida Santos Dumont; entre os relatos familiares constam que

os dias de férias no [sítio] Eldorado tornavam-se inesquecíveis e passavam rapidamente, terminando com a volta às aulas, quando as famílias retornavam ao centro da cidade, deixando suas casas de temporadas com seus caseiros. O caminho de volta à cidade era uma trilha arenosa até o Outeiro da Cruz. Os carros de rodas ainda raiadas e aros finos, muitas vezes atolavam na areia, e todos desciam para ajudar a desatolar e seguir viagem. Do Outeiro da Cruz até o centro da cidade, o calçamento de pedras irregulares facilitava mais o tráfego, mas, a viagem continuava longa e cansativa. (GUIMARÃES et al., 2010, p. 128).

Nas três décadas seguintes, com a urbanização, ocorre a mudança de moradores para bairros como Monte Castelo, Fátima, João Paulo, Filipinho, Sacavém, Vila Palmeira, Santo Antônio, Anil, Cohab. Com a nova passagem, pessoas trilhavam indo e vindo. A cidade já não se restringia apenas ao Centro inicial do promontório margeado pelos rios Anil e Bacanga. Para Burnett (2007, p. 179), “com tal corredor de circulação, rápido e moderno, de acesso ao centro, para lá se deslocam as residências de uma parcela da camada populacional mais rica, que construirá tipologias arquitetônicas ecléticas e mesmo modernistas”.

Na figura 9, em fotografia do final da década de 1940, está a Avenida Getúlio Vargas, onde ricos comerciantes e industriais, como Cândido Ribeiro, erguiam elegantes casarões para os quais se mudaram em um tempo anterior à expansão urbana na direção da orla norte. O anseio por novos ares e modernidade era vertido em construções residenciais, seguindo eclético estilo moderno com o que se visava demonstrar a distinção de seus proprietários. Uma residência mais arrojada que a outra, todas distantes da orla, situadas em vizinhança que adentrava o território da ilha. Note-se, além do feitio das casas, a largura e o retilíneo da via, edificada atendendo concepção diferente do urbanismo das estreitas ruas do Centro da cidade; passava a incluir amplas calçadas para o passeio dos pedestres e postes para iluminação pública que possibilitavam melhor circulação viária mesmo à noite. Quem tinha condições financeiras, aspirava residir nas imediações da nova avenida, marca de progresso e de modernidade da capital do Maranhão. Era o alvorecer da cidade moderna. A partir da segunda metade da década de 1940, empreendimentos imobiliários como a Cidade Balneária do Olho-D’água (1945) e a Vila Balneária do Jardim Paulista (1950), também no bairro do Olho-D’água, confirmam “a tendência de consolidação daquele local de veraneio e expõe as

razões dos constantes serviços de recuperação e melhoria de acesso, empreendidos pela Prefeitura” (BURNETT, 2007, p. 181).

Figura 9 – Vista dos elegantes casarões da Avenida Getúlio Vargas ao final da década de 1940.



Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 279.

Desse modo, acessível a partir da Avenida Getúlio Vargas, o bairro litorâneo do Olho-D'água representou “o primeiro polo de expansão para além do rio Anil e já demonstra a intenção de alguns setores de alta renda de buscar outros espaços de moradia que não o centro” (BURNETT, 2007, p. 181). A figura 10 – fotografia de 1949 – exhibe vista com o prédio que abrigava a Estação Ferroviária João Pessoa no Centro, com a margem direita do rio Anil ainda sem construções e sem pontes fluviais interligando os lados. Caracterizava-se então a inserção do planejamento no projeto moderno de São Luís. Ao largo da estação, cujos trens eram conduzidos até ali, seguia-se a Avenida Beira-Mar, construída observando também o padrão retiforme. Assim, edificava-se nas bordas do núcleo central antigo a cidade que se modernizava e doravante avistava continuamente o outro lado do rio Anil, vislumbrando a Ponta D'areia, situada além do contíguo, mas ainda pouco acessível e praticamente desabitado São Francisco, então localidade onde residiam sitiantes e pescadores.

Figura 10 – Vista do Centro com a margem direita do rio Anil ainda desabitada no ano de 1949.



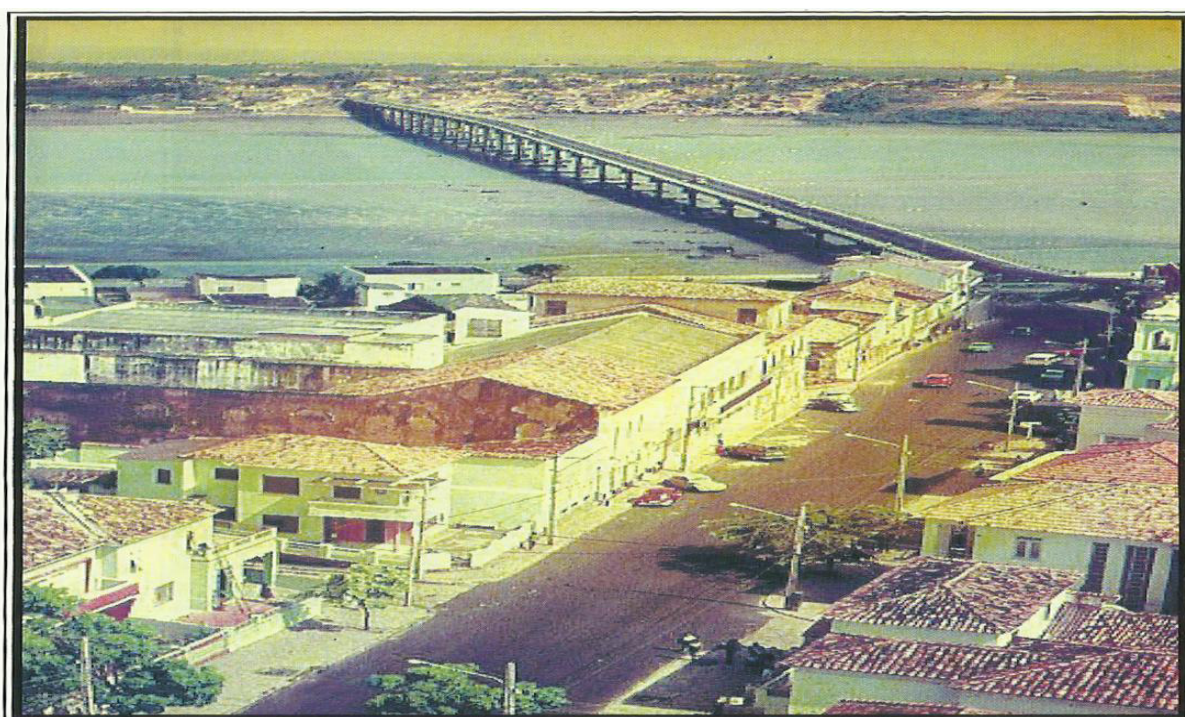
Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 27.

Na década de 1960 para dar sequência à Avenida Getúlio Vargas, eram finalizadas a Avenida Kennedy, a Avenida João Pessoa e a Avenida dos Franceses, com as configurações atuais. Em 1968, foi concluída a construção da Ponte do Caratatiua, a primeira a cruzar o rio Anil, permitindo chegar mais rapidamente à praia do Olho-D'água (BURNETT, 2007). Neste sentido, destacam Feitosa e Trovão (2006, p. 190) que

a expansão urbana da cidade de São Luís foi, por muitas décadas, limitada pelas dificuldades de transposição dos braços de mar do Anil, que foram superadas com a construção das pontes Newton Belo, José Sarney, Bandeira Tribuzi, Hilton Rodrigues e Sarney Filho, que facilitaram o acesso à zona norte do município, onde se situam as praias, do braço de mar do Bacanga cuja construção da barragem homônima possibilitou o acesso à zona oeste, onde foi construído o complexo portuário.

Dessa maneira, a inauguração da Ponte do São Francisco, no ano de 1969, batizada oficialmente como Ponte Governador José Sarney, “possibilitou a ligação da cidade de então (hodiernamente, Centro Histórico) com o São Francisco e daí para a faixa de praias compreendida entre a Ponta D’areia e Calhau” (FERREIRA, 2014, p. 52). Os novos acessos facilitados com a construção destas pontes representaram “maiores possibilidades de se materializar a reprodução do espaço urbano e do capital, haja vista a valorização das terras localizadas nos mencionados setores” (FERREIRA, 2014, p. 52). Na figura 11 abaixo, fotografia de 1973 na qual se podem avistar poucas construções no bairro do São Francisco, que será sistematicamente ocupado; outrora pouco habitado, passou a atrair uma população crescente.

Figura 11 – Vista do Centro com a margem direita do rio Anil com construções baixas em 1973.



Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 77.

Também no ano de 1970, foi erigida a barragem sobre o rio Bacanga, possibilitando a entrada por terra à região sul e ao porto. Para melhorar a circulação no entorno do Centro, foi iniciada em 1972, e concluída em 1985, a construção do Anel Viário do Centro Histórico; neste contexto, destaca Ferreira (2014) que, em 1981, foi inaugurada a Ponte

Bandeira Tribuzzi, ligando o Centro aos bairros de Jaracati, Calhau e demais do litoral norte. A propósito, relata Ferreira (2014, p. 87) que, em 1982, foram registrados onze loteamentos em São Luís,

os quais se concentraram na orla marítima do setor Norte (em que se localizam 8), mais precisamente na faixa de praias entre o Calhau e Olho-D'água: Bela Vista, Boa Vista, Master Incosa, Jardim Primavera, Jardim Atlântico, Loteamento Brasil, Jardim Paulista, Jardim Eldorado) e também a Nordeste (Parque Zelândia).

Assim, no período que se inicia a partir de meados da década de 1960 e prossegue nos anos 1970, até o início do decênio de 1980, o padrão urbanístico da cidade passa por grandes mudanças. Ocorre um deslocamento maior para as regiões mais próximas das praias, ao norte e ao sul do Centro. Os grandes projetos de desenvolvimento ao tempo do “milagre econômico”, na década de 1970, representaram importante fator para o crescimento espetacular, quando “a cidade de São Luís tornou-se área atrativa de grande contingente populacional, fato que provocou intensa aceleração dos processos de expansão urbana e de crescimento demográfico” (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 190).

Na zona oeste da cidade, foi construído o Porto do Itaqui, as obras foram iniciadas em 1966 e o primeiro trecho – berço 102 – inaugurado em 1972⁵. Foram grandemente superados os manguezais, os bancos de areia e a dependência das marés, que deixaram de representar perigos na mesma escala que em séculos anteriores para chegar à terra. A partir de então,

vários navios atracados na entrada da baía de São Marcos compõem a paisagem atual para quem passa, a qualquer hora, pela Avenida Litorânea, em São Luís. Cerca de 25 a 35 embarcações diariamente aguardam a vez do rebocador de apoio portuário da marinha para conduzi-los através do citado canal até os portos da capital – terminais do Itaqui, da Ponta da Madeira (da companhia Vale) e da Alumar. (ARAÚJO, 2015a, p. 139).

Na década de 1970, até o início dos anos de 1980, foi também planejado e instalado o Distrito Industrial de São Luís, situado a sudoeste da ilha, no bairro do Tibiri, distante dezoito quilômetros do Porto do Itaqui. Esclarecem Feitosa e Trovão (2006, p. 190) que a construção do Distrito serviu “para abrigar os complexos industriais e portuários previstos para as décadas seguintes, dentre os quais se destacam o da ALUMAR e o da Companhia Vale”. De acordo com a visão de então, ter um distrito industrial representava a

⁵ Fonte: Disponível em: <<http://www.emap.ma.gov.br/portodoitaqui/histórico>>. Acesso em 27 dez. 2015.

possibilidade de reunir e ter um polo de desenvolvimento industrial. Segundo Carvalho (2009, p. 45), o Distrito Industrial de São Luís

teve seu primeiro traçado baseado no Decreto Estadual nº 3.589, de 28 de novembro de 1974, que delimitava a área industrial do Itaqui-Bacanga. Posteriormente, o Decreto Estadual nº 3.840, de 22 de abril de 1977, determina como industrial a área do Tibiri-Pedrinhas. A obrigatória adequação do Distrito Industrial de São Luís à legislação ambiental, com as áreas Itaqui-Bacanga e Tibiri-Pedrinhas unificadas em um só Distrito, resultou na formulação do Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980.

A partir da década de 1970 é ampliada a incorporação da área litorânea ao conjunto da cidade. As ações de planejamento e gestão urbanas são direcionadas, conforme Burnett (2007, p. 185), “não apenas pelo imenso mercado a ser explorado, mas também pelas possibilidades de erigir, finalmente, a sonhada São Luís moderna, a das amplas avenidas e das edificações contemporâneas”. Era o tempo em que os novos núcleos modernos de centralidade urbana estavam começando a ocupar no imaginário da cidade o espaço que outrora tinha sido do tradicional centro de comércio da Praia Grande. Neste sentido, esclarece Castells (2006, p. 313) que “o centro urbano, como a cidade, é produto: por conseguinte, ele exprime as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna”. O centro simbólico é resultado dos amplos processos sociais de valoração contidos e inscritos no espaço. Discute Castells o centro de trocas e o centro lúdico; comparando os dois afirma que

o centro de trocas, enquanto expressão do processo de expansão urbana durante a fase de industrialização, de divisão social do trabalho, e especificação funcional e de ocupação do solo conforme a lei do mercado; o centro lúdico, enquanto expressão do processo de formação de uma sociedade valorizando, de maneira crescente, o consumo, com diferenciação espacial dos lazeres segundo a dicotomia cidade/natureza, correspondendo a uma separação definitiva do habitat e do trabalho, e a uma organização horizontal da cultura, ao mesmo tempo de massa e fortemente privada. (CASTELLS, 2006, p. 314).

Aos poucos, se foi consolidando em São Luís um novo centro simbólico, situado nos bairros localizados ao norte da cidade. A Praia Grande com suas adjacências foi suplantada na cartografia urbana de São Luís por outra lógica de centralidade. Triunfava a ótica da metrópole moderna, na qual os condomínios verticalizados careciam de acesso por largas avenidas, por onde transitariam com mais fluidez automóveis, nas proximidades dos locais voltados ao consumo, à diversão e ao lazer. Seria preciso também articular meios para preservar o então decadente centro originário.

Assim, em 1974 é aprovado o Plano Diretor, visando preservar o Centro Histórico e regular a ocupação do território mais próximo às praias. Nessa época, começava a atração sistemática de moradores de rendas médias desejosos em residir no bairro do São Francisco, com o estímulo de empresas do ramo imobiliário. Era iniciada também a construção de residências unifamiliares e condomínios edilícios nos areais da Ponta D'areia e da Ponta do Farol. Processo este que se desenvolveu com maior intensidade e plenitude na região que compunha o novo polo urbano – Renascença e Calhau –, sobretudo em razão da implantação de avenidas dotadas com infraestrutura urbana (BURNETT, 2007; FERREIRA, 2014). Diferente do São Francisco, que foi habitado por famílias de baixa renda compostas por sítiantes e pescadores desde antes da inauguração das pontes, as glebas de Renascença e Calhau não eram edificadas, o que facilitou os primeiros projetos e construções, atraindo a atenção e os investimentos do capital imobiliário. Sobre esse processo de formação de uma nova área nobre na cidade e as contradições que encerra, nota Ribeiro Júnior (2001, p. 92) que

houve também edificação de conjuntos residenciais (Basa, Renascença e Conj. São Francisco, por exemplo), estes logicamente em atendimento à procura do segmento social de renda média [...]. Todavia, esta iniciativa segregacionista não impediu que pioneiras palafitas ali resistissem, provocando o capricho de uma elite que se recolheu para mais longe: São Marcos, Calhau e Olho-D'água.

Em 1983, foi implantado o Centro de Lançamento de Alcântara, neste município vizinho, que também atraiu para a cidade de São Luís novos moradores que iriam compor as equipes técnicas daquele Núcleo Espacial da Aeronáutica. Explica Burnett (2007, p. 183) que o crescimento de São Luís estava então ligado

a um amplo programa de descentralização produtiva brasileira que tem no capital internacional o principal destinatário e incluirá finalmente as obras do Porto do Itaqui, aberto em 1971, a planta industrial da Alumar, iniciada em agosto de 1980, e a construção do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, destino final da ferrovia Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, em 1985.

Em 1986, foi o início das atividades do Tropical Shopping, na Avenida Colares Moreira (Renascença), via para o tráfego de veículos resultante do recente à época prolongamento da Avenida Castelo Branco (São Francisco), que, a partir da Ponte do São Francisco, permitia o acesso ao bairro. Como pioneiro empreendimento comercial desta natureza na cidade, naquele momento, representou a configuração de “núcleo do primeiro, mas não do último, bairro residencial de alta renda, com decisiva influência nos modos de

ocupação da área litorânea” (BURNETT, 2007, p. 188). É significativo que, em seu conjunto, a oferta de serviços era incipiente na cidade de São Luís até o início da década de 1990, com os novos bairros situados ao norte contando então com poucos estabelecimentos em funcionamento. Neste sentido, aponta Ferreira (2014, p. 95) que

até 1976, no setor Norte de São Luís existiam somente dois hotéis (Sofitel 4 Rodas e o São Francisco); na década de oitenta construíram-se outros quatro: Pindorama, La Ravardière, Praia Mar e Skina Palace Hotel. Na Avenida Marechal Castelo Branco [bairro do São Francisco], em 1988, havia apenas uma agência bancária da Caixa Econômica Federal, enquanto em 1993 se instalaram mais quatro: Banco do Estado do Maranhão (BEM), Bradesco, Itaú e Econômico.

Enquanto em outras cidades do Brasil e do mundo o setor de serviços, nele incluídos os hotéis, contribuía para a atração de turistas, em São Luís a instalação de grandes empreendimentos hoteleiros é atividade recente. Esclarece Perrotta (2015, p. 36-37) que “entre o final do século XIX e os anos 1910, grandes hotéis de luxo já estavam instalados em locais pitorescos mundo afora, mesmo quando distantes de cidades turísticas, pois eles eram o atrativo em si”. Mas a rede hoteleira, que oferece parte relevante de serviços em uma cidade aberta à visitação e ao turismo, só contava em São Luís até a década de 1970 com

o Hotel Central (1946), o Lord Hotel (1972), o São Luís Palace Hotel (1970) e o Olho-D’água Palace Hotel (inaugurado em 1969 e que teve suas portas fechadas em 1973), com estruturas logísticas modestas em relação aos padrões nacionais e internacionais exigidos. (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 125).

O turismo é uma decorrência da modernidade e São Luís tardava a se tornar moderna. No final dos anos 1970 e na década seguinte, instalaram-se na cidade hotéis de padrões alto e médio, que podiam atender bem a um público maior e mais exigente. Era o momento em que se pode afirmar que a capital do Maranhão, conforme a expressão de Perrotta (2015, p. 103), se “turistificava” com a institucionalização do turismo. Entre os estabelecimentos hoteleiros, com categoria do serviço e ano de início das operações estavam então,

Hotel São Francisco (3 estrelas/1975); Hotel 4 Rodas (5 estrelas/1976); Hotel Vila Rica (5 estrelas/1980); Solar do Carmo Pousada (2 estrelas/1979); Athenas Palace Hotel (1 estrela/1979); Hotel Ponta D’areia (3 estrelas/1981); Praia Mar Hotel (3 estrelas/1985); Panorama Palace Hotel (3 estrelas/1986); La Ravardière (3 estrelas/1990). (RIBEIRO Júnior, 2001, p. 125).

Em 1992, foi promulgado o Plano Diretor do Município de São Luís – lei n° 3.252, de 29 de dezembro de 1992 – que tratava do desenvolvimento econômico e previa ações para o tardio fomento específico ao turismo. Entre as diversas medidas gerais de promoção a este setor, incluídas no artigo 59, estavam (SÃO LUÍS, 1997, p. 69),

- II – Estímulo ao turismo interno nacional e internacional, com o estabelecimento de áreas de interesse turístico e de critérios para sua proteção e utilização e melhorias das condições de limpeza urbana, segurança, transporte e informação; [...]
- VII – Implantação de equipamentos urbanos de apoio ao turismo; [...]
- IX – Criação, recuperação e construção de eventos de lazer e praças.

No Plano Diretor de 2006 – lei n° 4.669, de 11 de outubro de 2006 –, constam objetivos gerais no artigo 3°; dentre os quais no inciso VII é feita referência ao incentivo ao “desenvolvimento do turismo sustentável, aproveitando o potencial ambiental, cultural e paisagístico” (SÃO LUÍS, 2006). Adiante, no artigo 6°, entre as diretrizes da política de desenvolvimento urbano municipal está no VIII “a implantação da infraestrutura necessária e adequada ao desenvolvimento turístico do município” (SÃO LUÍS, 2006).

Na transição para o século XXI, o outrora vetor de expansão urbana do Monte Castelo e adjacências passava a sofrer um lento e contínuo processo de decadência, com um progressivo esvaziamento em razão da mudança de muitos de seus moradores para as novas áreas mais próximas às praias. O declínio do bairro tem seu marco no caso do Clube Jaguarema. Destaca Burnett (2007, p. 192) que “a longa agonia e a lamentada ruína do Clube Jaguarema, *point* da São Luís dos anos dourados, é a mais eloquente consequência da mudança de vetor dessa expansão urbana”. É significativo e emblemático que em 11 de maio de 2006 o Clube foi vendido em leilão para saldar dívidas trabalhistas e arrematado por uma incorporadora imobiliária⁶. Assim, conclui Burnett (2007, p. 192) que a Avenida Getúlio Vargas “de local mais perto das praias, fica instantaneamente mais longe e com um sistema viário obsoleto e congestionado se comparado às largas avenidas implantadas em áreas de baixa densidade populacional”.

Simultaneamente, o Centro sofre um contínuo esvaziamento também dos órgãos públicos, sobretudo estaduais, que são transferidos para os novos bairros. Assim, deixaram os

⁶ Fonte: CLUBE JAGUAREMA É VENDIDO. Disponível em: <<http://imirante.com/sao-luis/noticias/2006/05/11/clube-jaguarema-e-vendido-em-leilao-por-decisao-da-justica.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2015.

antigos prédios do Centro e mudaram para o Calhau, com a construção de novas e modernas sedes, conforme o ano: o Fórum (1990), o Centro Administrativo do Estado (1994), a Secretaria de Estado da Saúde (1996), a Ordem dos Advogados do Brasil (2001), o Tribunal de Contas do Estado (2002), a Secretaria de Estado da Fazenda (2005) e, posteriormente, a Assembleia Legislativa (2006), conforme os registros nas placas descerradas nas solenidades de inauguração destes edifícios e fixadas em seus átrios de entrada.

Ao fazer um balanço do período compreendido entre os anos de 1930 e o início da década de 1970, é possível constatar o processo de expansão, no qual São Luís teve sua população triplicada. A cidade passou de 70 mil para 265 mil habitantes, de acordo com os dados do Censo Populacional 1970 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse aumento ou mesmo *boom* continuou nas décadas seguintes e, a partir dos anos 1990 até a década de 2010, a população do município saltou para mais de um milhão de habitantes.

A rápida expansão urbana decorreu, em parte, da intensa migração do campo com direção à capital, consequência da concentração da propriedade e posse de terras, dos conflitos agrários então suscitados e das precárias condições de vida dos pequenos posseiros nos interiores do estado do Maranhão. Para Ribeiro Júnior (2001, p. 85-86), “no Maranhão, a ocupação agrária desordenada trouxe inúmeros conflitos no campo, redundando no êxodo rural, servindo esta cidade [São Luís] como um dos centros absorvedores da massa de trabalhadores excluídos da propriedade ou posse da terra”. O êxodo rural, que acarretou o crescimento desordenado com favelização da cidade, foi um processo comum às metrópoles brasileiras no período, resultado do déficit habitacional não satisfeito pelo poder de gestão que não supriu a demanda por moradias existente à época.

Assim, a intensidade do fluxo migratório direcionado antes prioritariamente ao Centro-Sul do País se reduziu, seguido de um crescimento do deslocamento voltado para a capital, um centro regional que exercia e exerce atração sobre moradores dos interiores. Em estudo que resultou no Perfil do Aglomerado Urbano da Ilha de São Luís, documento elaborado pela Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), datado de 1983, no volume 2, p. 35, consta que “grosso modo, em todas as áreas de população predominantemente pobre, excetuando-se a área de cortiços do Centro de São Luís, predominava a procedência rural, entre os que moravam anteriormente em outro lugar, fora da Ilha” (SEPLAN apud RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 102). Dessa maneira, verificou-se a mudança para São Luís de um grande

contingente populacional oriundo dos interiores do Maranhão. Este processo migratório resultou em uma expansão territorialmente alongada da cidade. Nesse sentido, destaca Ribeiro Júnior (2001, p. 89) que “São Luís abrigou parcela crescente da população migrante do campo, o que a fez espriar-se urbanisticamente”. Confirma ainda Ferreira (2014, p. 62) ao notar que se revelava

um ritmo acelerado quanto ao incremento demográfico (32,15% no período 1950-60; 67,72% entre 1960-70; 69,29% em 1970-80), o qual refletia o poder de atração da cidade, que, por sua vez, apresentou como principais facetas o aumento da participação da população migrante sobre o total, bem como a ascendência de palafitas e áreas de ocupação.

Para situar e dimensionar o problema da degradação das condições de vida e moradia na cidade, “em 1969, diante de uma população estimada em 251.389 habitantes, aproximadamente 40.000 destes residiam em palafitas, que representavam, em termos proporcionais, cerca de 16% daquele número estimado” (BOTELHO, 2007, p. 192). Seja tomando como referência a população ou a quantidade de domicílios, ao consultar dados consolidados em números absolutos e relativos resultantes de pesquisas do IBGE e de institutos congêneres idôneos, pode-se verificar que, dentre as habitações da ilha, uma proporção significativa era construída precariamente. Neste sentido, aduz Ferreira (2014, p. 119) que “do total de domicílios permanentes ocupados (277.153 unidades) em 2010, o censo demográfico do IBGE revelou que 61.845 ou 22,31% eram aglomerados subnormais”. É relevante, portanto, destacar as ocupações e bairros em que o espaço construído apresenta “casas enfileiradas, alinhadas ou desalinhadas, construídas de barro e palha ou com resíduo material de atividades citadinas (caixotes de madeira e folhas e zinco), abrigam famílias de trabalhadores” (SANTANA, 2007, p. 65). Entre as regiões e ocupações em que prevalecem habitações ditas como subnormais, lista Santana as seguintes,

Jaracati, Menino Jesus de Praga, Nova Divinéia, Sol e Mar, Novo Angelim, Vila Isabel Cafeteira, João Rebelo, Santos Dumont, Vila Luizão, Matadouro, Vila Brasil, Vila Alegria, Vila Izabel, Vila Sarney, Vila Pavão Filho, Santa Clara, São Bernardo, João de Deus, Santa Cruz, Vera Cruz, Vila Pirapora, Vila Nova, Vila Maranhão, Parque Jair, Vila Mauro Fecury I e II, Alto da Esperança, Vila Bacanga, Vila dos Frades, Bom Jesus, Vila Lobão, Vila Roseana, Japão (IPASE de baixo), Cidade Olímpica, Ilhinha, Vila Cruzado, Morro do Urubu, Cantinho do Céu, Residencial 2000. (SANTANA, 2007, p. 65).

No início do século XXI, já se havia consolidado um processo de expansão urbana para além do Centro Histórico ou Centro Antigo – expressão esta conforme o parágrafo único do artigo 70 do Plano Diretor de 2006 –, área que foi perdendo população residente de modo mais intenso a partir da década de 1970, com o referido crescimento alongado da cidade em todas as direções: norte-sul, leste-oeste. Nesta época, iniciou-se também o processo de verticalização do espaço urbano de São Luís, evidenciando “contornos mais arrojados à arquitetura da cidade, mormente na área da Ponta D’areia, São Francisco e Renascença, valorizando o terreno situado nessas zonas nobres” (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 125). Ao seguir uma tendência na urbanização brasileira e mundial, o capital financeiro/imobiliário em sua estratégia de reprodução, passou atuar na construção de edifícios residenciais e comerciais com doze ou mais pavimentos. A propósito, observa Ferreira (2014, p. 98) que,

até o final da década de setenta do século XX, as construções verticalizadas na capital maranhense eram pontuais, como os edifícios Governador Mattos Carvalho (1953), Associação Comercial/Hotel Central (1955), João Goulart (1957), Caiçara (1961), Bancários (1962) e São Marcos (1974), localizados no centro da cidade e que, à exceção desse último, contrastavam com os sobradões coloniais dos séculos XVII a XVIII.

Em síntese, ao analisar o crescimento demográfico e urbano de São Luís, constatou-se um período inicial, que durou até a década de 1920, caracterizado por pequenas mudanças no núcleo colonial urbano originário. A partir dos anos de 1930, iniciava-se o processo de construção urbana que iria resultar na configuração da cidade moderna. Não há, todavia, dados consolidados desta década, pois mesmo com a previsão do V Recenseamento Geral da população, este não se efetivou por razões de ordem política, que determinaram sua não realização naquele período⁷. Viviam-se o que entrou para a história como a depressão econômica do capitalismo. Este foi mais um fator a contribuir para a ruptura da vida política nacional. Os entreveros na sucessão presidencial representaram o momento de crise de hegemonia das oligarquias, o que culminou na Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Dornelles Vargas (BOTELHO, 2007; BURNETT, 2007; FAUSTO, 2013). A expansão urbana de São Luís no período não é maior em razão do destino do fluxo migratório estar mais direcionado, naquele momento, para o Centro-Sul do País.

⁷ Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

Como examinado acima nesta seção, durante a década de 1950, verificou-se uma aceleração do crescimento da população do município de São Luís. Novos bairros foram então fundados. A partir dos anos de 1960, avenidas e pontes foram construídas. A cidade crescia em todas as direções, mudando sua configuração urbana colonial precedente. No decênio de 1970, intensificou-se o crescimento urbano e populacional, “surge toda uma prática, tanto discursiva como realizadora, no sentido de dotar a capital maranhense de uma feição nova e moderna, preparada para a industrialização anunciada” (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 109). Estas novas práticas discursivas contribuíram, portanto, como fator para o direcionamento do fluxo migratório à capital do estado do Maranhão. Os projetos de desenvolvimento econômico e a incorporação da orla litorânea norte marcaram essa etapa histórica da cidade. As mudanças apuradas na composição da população residente, que refletiam a expansão urbana de São Luís, podem ser verificadas na série histórica que consta na Tabela 3 a seguir.

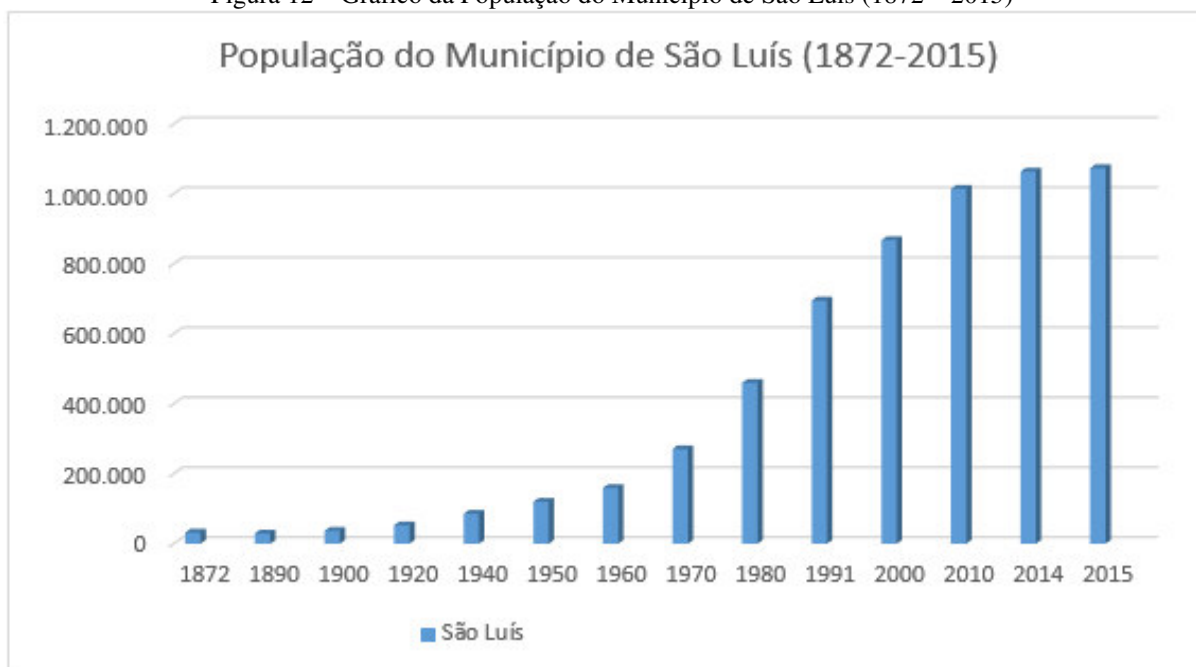
Tabela 3 – População de São Luís (1872 – 2015)

População do Município	
Período	São Luís
1872	31.604
1890	29.308
1900	36.798
1920	52.929
1940	85.583
1950	119.785
1960	159.628
1970	270.651
1980	460.320
1991	696.371
2000	868.047
2010	1.014.837
2014	1.064.197 [projeção]
2015	1.073.893 [projeção]

Fontes: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: IBGE, Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. v.54, 1994. Para 2014, Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014, publicadas no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2014. Para 2015, Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2015.

O gráfico referente à população do município de São Luís, apurada entre os anos de 1872 e 2015 – figura 12 –, permite verificar o grande crescimento populacional em números absolutos ao longo do século XX. Notam-se décadas de fraco aumento no último quarto do século XIX. A partir da década de 1970, diversamente de uma tendência anteriormente constatada, a população passava a expandir-se em ritmo acelerado, conforme se pode visualizar com o maior comprimento das colunas assinaladas em azul ao final do período, alcançando a cifra de 1.000.000 de habitantes em 2010.

Figura 12 – Gráfico da População do Município de São Luís (1872 – 2015)



Fontes: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. Até 1991, tabela extraída de: IBGE, Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. v.54, 1994. Para 2014, Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014, publicadas no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2014. Para 2015, Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2015.

Com base na Tabela 4, informada com dados oriundos de estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se avaliar a intensidade do ritmo de crescimento do município de São Luís nos últimos trinta anos. Nestas décadas, a população do município passou de 460.320 (1980) para 1.014.837 (2010), o que representa um aumento de

mais 100%. Para o ano de 2014, a projeção publicada em 1º de julho daquele ano era de 1.064.197, o que representou um acréscimo populacional de 49.360, em quatro anos, ou 12.340 habitantes a mais por ano (POPULAÇÃO BRASILEIRA E DOS MUNICÍPIOS ESTIMATIVAS/IBGE, 2014). No ano de 2015, conforme a projeção anual do IBGE publicada em 1º de julho deste ano, a população do município era de 1.073.893, ocupando São Luís a 15ª posição entre os municípios mais populosos do país. Se forem consideradas apenas as cidades litorâneas brasileiras, passa a ocupar o 7º lugar (POPULAÇÃO RESIDENTE ENVIADA AO TCU-ESTIMATIVAS-2001-2015/IBGE, 2015).

Na década de 1990, a população crescia em média 20.161,4 habitantes por ano. No início do século XXI (2000-2010), a população de São Luís aumentava segundo um quociente anual de 14.679 habitantes; na década pós-censo de 2010, trabalhou-se para os primeiros cinco anos com uma projeção na qual se estimava um crescimento anual de 11.811,2 habitantes para a capital do estado do Maranhão, cálculo que se foi reduzindo gradualmente, de acordo com os números do IBGE (2015). Apesar de os dados refletirem, no médio prazo, uma diminuição no ritmo de crescimento vegetativo, permanecerá o processo de expansão da cidade e de aumento de sua população em números relativos e absolutos. Os dados que subsidiaram a elaboração da Tabela 4 abaixo estão também expressos na forma do Gráfico da figura 13, ambos tratam da comparação dos números referentes à população do município de São Luís com a do estado do Maranhão, entre os anos de 1991 e 2015.

Tabela 4 – População do Município de São Luís e do Estado do Maranhão (1991 – 2015)

População	1991	2000	2010	2014 ⁸	2015 ⁹	Crescimento 1991 - 2000	Crescimento 2000 - 2010
São Luís	696.371	868.047	1.014.837	1.064.197	1.073.893	3,05	1,50
Maranhão	4.930.275	5.651.475	6.569.683	6.850.884	6.904.241	1,54	1,52

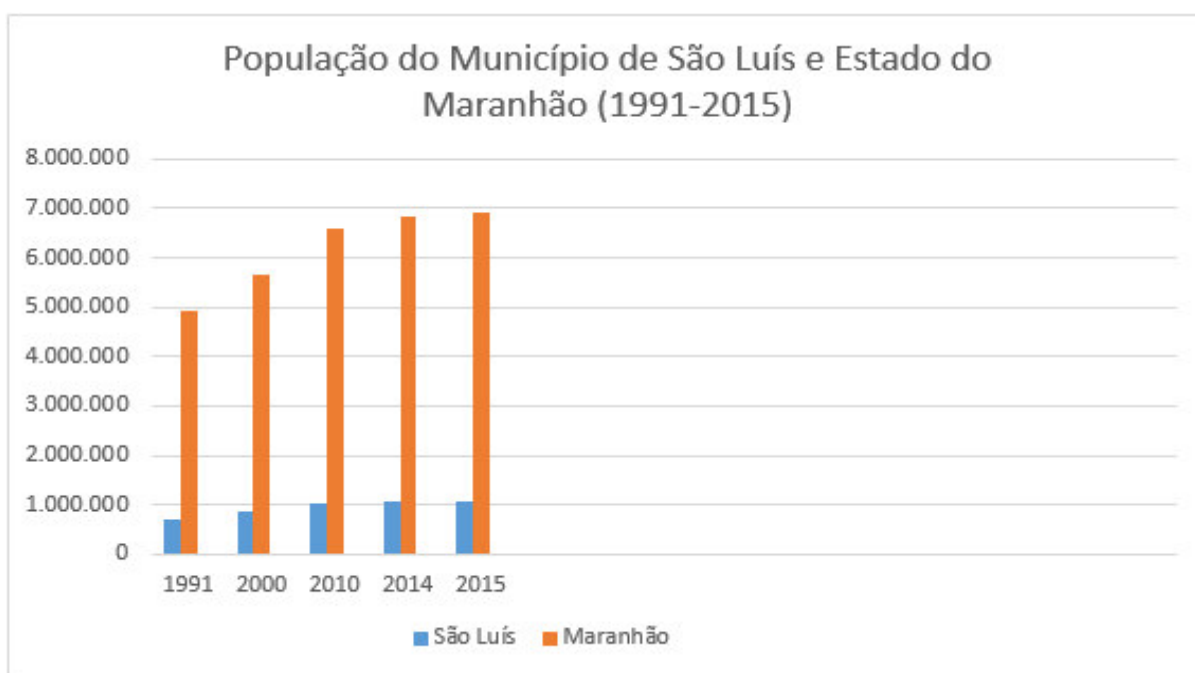
Fonte: elaboração do autor a partir de dados do IBGE.

⁸ Estimativas para 2014, Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014, publicadas no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2014.

⁹ Estimativas de população residente para 2015, Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2015.

Pode-se notar o forte acréscimo populacional, tanto em nível municipal quanto estadual. Neste período de vinte e cinco anos, a população do Maranhão ampliou-se em dois milhões de habitantes. É mais facilmente percebido o aumento na esfera do estado pelo alongamento das colunas na cor marrom. Proporcionalmente, o município teve, no entanto, uma expansão populacional maior, com aproximadamente 350.000 novos moradores, apesar de não se mostrar tão visível na representação gráfica das colunas em tom azul.

Figura 13 – Gráfico da População do Município de São Luís e do Estado do Maranhão (1991 – 2015)



Fonte: elaboração do autor a partir de dados do IBGE.

Ao observar a Tabela 5 a seguir, elaborada com bases em dados dos Censos Demográficos do IBGE, concluídos em 1991 e 2010, é possível inferir o quanto se urbanizou a população do município de São Luís. Com um índice de urbanização de 35,4% em 1991, apresenta o indicador de 94,5% de população urbana em 2010. Em um lapso temporal de vinte anos, o perfil de urbanização se inverteu. De acordo com o Censo de 2010, São Luís é avaliada como um município com alto índice de urbanização: 94,5% de sua população residem em zona urbana. Os dados referentes a 1991 foram citados também no Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Prolongamento da Avenida Litorânea (CONSPLAN, 2010, p. 21),

concluído em 2010 pela CONSPLAN – Consultoria e Planejamento Limitada –, elaborado para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura de São Luís (SEMOSP). Em termos de estrutura da cidade, o período contemporâneo das duas últimas décadas (1990-2010) tem sido de incorporações imobiliárias e verticalização nos chamados bairros nobres e próximos à orla atlântica, conexo à expansão alongada da malha urbana, com infraestrutura precária, nos bairros periféricos. Como afirmado, esta configuração citadina começou a se esboçar de modo mais pronunciado a partir da década de 1990, assumindo feições marcantes nos decênios seguintes.

Tabela 5 – População Residente Urbana e Rural em São Luís (1991 – 2010)

População Residente	População Absoluta em 1991	Percentual da População em 1991	População Absoluta em 2010	Percentual da População em 2010
População Residente Total	696.371	100%	1.014.837	100%
População Urbana	246.244	35,4%	958.522	94,5%
População Rural	450.127	64,6%	56.315	5,5%

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do IBGE.

Com a Tabela 6, elaborada também a partir de números do Censo do IBGE de 2010, procura-se demonstrar a população residente urbana e rural em números absolutos e relativos no Maranhão, com o propósito de estabelecer comparações entre a capital e o restante do estado. Apesar das mudanças recentes, o Maranhão apresenta-se ainda como a unidade da Federação com maior população rural. O percentual já foi maior no passado, mas continua elevado. São Luís é a cidade de maior população e a mais urbanizada.

Tabela 6 – População Residente no Maranhão (2010)¹⁰

População Residente	População Absoluta	Percentual da População
População Residente Total	6.569.683	100%
População Urbana	4.142.043	63,1%
População Rural	2.427.640	36,9%

Fonte: IBGE

¹⁰ Fonte: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

Essas mudanças, entre outros reflexos, fizeram sentir a pressão sobre o sistema de mobilidade viária e transporte público urbano para atender de maneira satisfatória os usuários dos meios de circulação e das vias de trânsito. Segundo dados¹¹ do IBGE, a frota de veículos da cidade em 2014 era de 3.962 ônibus; 1.414 micro-ônibus; 85.331 motocicletas; 184.576 automóveis, o que comporia neste caso uma média de 5,7 habitantes por automóvel e de 268,6 passageiros por ônibus. O crescimento da frota de automóveis e motocicletas representa um desafio premente aos órgãos com atribuições e competências legais para gerir o trânsito e os transportes, como a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) e o Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (DETRAN-MA).

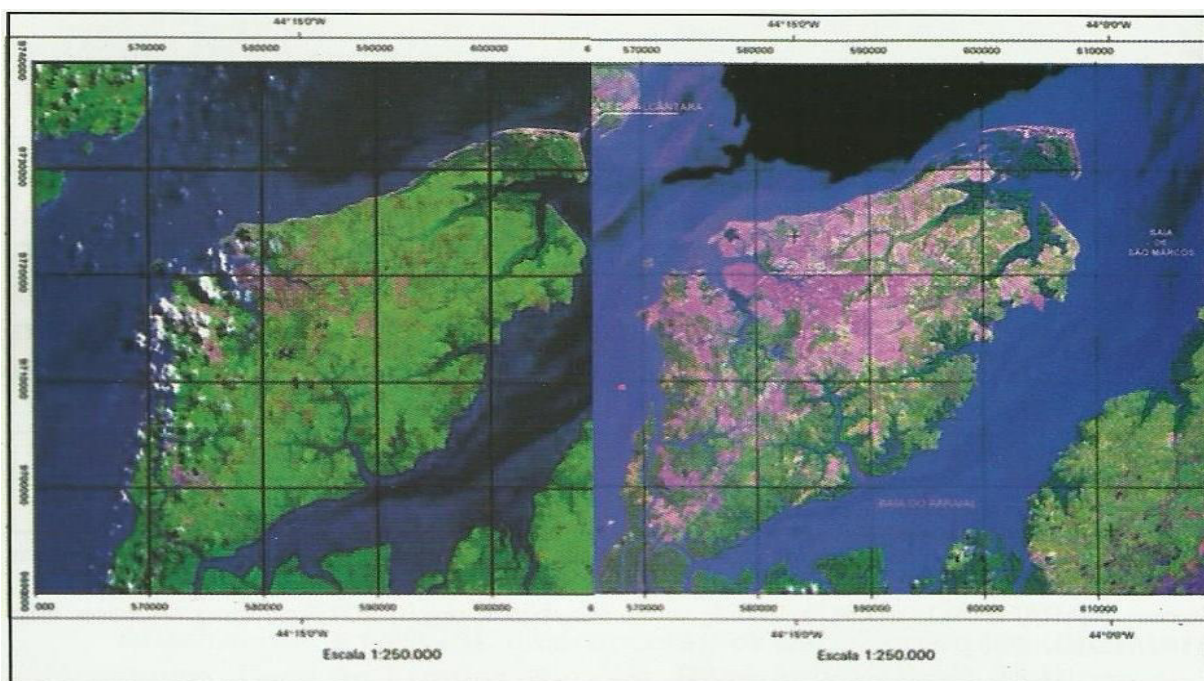
Para evidenciar a intensidade da expansão urbana, na figura 14 estão duas fotografias de satélite da ilha do Maranhão, expostas em paralelo para fins de comparação da ocupação do espaço, entre os anos de 1988, fotografia da esquerda, e 2008, imagem à direita. É possível notar o desmatamento, com a redução das áreas em verde, o que reflete as dimensões da rápida ampliação da malha urbana em um período marcado de vinte anos. Ao fazer um balanço sobre o ritmo da produção do espaço urbano, sintetiza Ferreira (2014, p. 110) que

o crescimento horizontal se acelerou no período atual (sobretudo entre 1971-1996; 2000-2010), pois foram incorporados mais 308,76 km², o que representa um incremento de 5,518% em relação aos dois períodos iniciais (1612-1950 e 1951-1970). Isso implica, que de 1612 até 2010, foi nos últimos 40 anos que se materializaram 94,77% do total (325,80 km²) da área efetivamente ocupada e correspondente a 55,69% das terras emersas (584,94 km²), havendo um pico entre 1971-1988, decorrente do dinamismo econômico e urbano em curso.

Neste contexto, entre as variadas mudanças no mapa da ilha, destaca-se aqui o lado insular ocidental, com os espaços de maior ocupação assinalados em gradações de tons lilás, que partem em duas principais direções, ordenadas em diferentes tempos de produção que se articulam: a expansão pioneira, que extrapolou os limites do Centro e tomou o sentido da Avenida Getúlio Vargas, no rumo do interior, de oeste para leste (em matiz mais forte); a extensão contemporânea, em que o sentido segue para o litoral norte, para o norte-nordeste a partir do Centro Antigo ou Centro Histórico (em coloração mais suave).

¹¹ Fonte: Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/46VVW>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

Figura 14 – Fotografias de satélite da ilha do Maranhão: ocupação em 1988 [esquerda] e em 2008 [direita].



Fonte: FERREIRA, 2014, p. 126.

O espaço da orla marítima, antes dissociado do cotidiano, passou a contar com um número maior de residentes e frequentadores, conforme os dados do IBGE, examinados neste e no capítulo 4. Seja em razão do acesso mais fácil às praias ou em decorrência do aumento da construção de residências uni e multifamiliares nas proximidades, que contribuiu para a fixação de moradores em seu entorno, o habitante da cidade moderna passou a interagir mais nos espaços sociais da orla atlântica. Diferente das sociabilidades do tempo em que se buscava o interior da ilha, contemporaneamente, visam-se as praias, sobretudo as do litoral norte, mais acessíveis e próximas. Vivem-se, assim, formas praianas de sociabilidade, como não se havia visto antes na história de São Luís. Como reflexo dessas transformações, não só o espaço físico mudou, mas também a composição dos espaços interacionais e sociais urbanos. Parcela do espaço público orla começou então a exercer uma atração diferenciada ao convívio. Quanto às variações em relação ao mesmo poder que deixou de ter o Centro, em termos de atividades de lazer, reitera-se o entendimento de Castells (2006, p. 323), para quem

é preciso partir de uma dicotomia natureza/técnica ou campo/cidade no lazer, o que pode facilmente corresponder ao par dia/noite. Na medida em que o lazer ‘natural’ se desenvolve cada vez mais, há uma perda de rapidez da atração do centro em termos de lazer.

Apesar de litorânea, com seu Centro Histórico ou Centro Antigo situado na linha do mar e entre as fozes de dois rios – Anil e Bacanga –, São Luís não foi praiana ao longo de mais de trezentos anos de sua história. As praias eram arrabaldes e como tais consideradas na cidade em que prevalecia, como principal atividade econômica, o comércio situado nas proximidades do porto e estreitamente associado a interesses oriundos do interior rural, seguido, no último quarto do século XIX, pela implantação de indústrias no contexto urbano. Iniciava-se então uma primeira fase de expansão urbana para além do Centro, em direção ao interior da ilha. Essa tendência, todavia, mudou com as configurações assumidas pela ideia de modernidade, com reflexos mais acentuados sobretudo ao final do século XX. Como enfatiza Castells (2006, p. 182), “o espaço urbano é estruturado, [...] e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social”. Como afirma assertivamente Ferreira (2014, p. 97),

sobressaíam-se até a década de 1970, o Monte Castelo (Avenida Getúlio Vargas) e o João Paulo (Avenida João Pessoa); posteriormente, tal fato intensificou-se devido à incorporação de novas áreas ao espaço urbano, como, por exemplo, o São Francisco (Avenida Castelo Branco), [...] sendo que, atualmente, a mais emblemática é a faixa Ponta D’areia-Olho-D’água (Avenida dos Holandeses), onde, atualmente, estão sendo instalados os principais empreendimentos verticalizados residenciais e comerciais da capital maranhense.

Assim, na virada para o século XXI, novos espaços costeiros localizados no perímetro urbano de São Luís foram apropriados de modo mais intenso para o trabalho, a residência e o lazer por uma população crescente de procedência diversificada. O processo de construção das “formas espaciais” – na expressão de Castells (2006, p. 47) – acompanhou o conjunto dessas mudanças sociais. A edificação da Avenida Litorânea facilitou o acesso e contribuiu para a maior copresença nos espaços sociais públicos da orla norte, outrora pouco habitados e desvalorizados, compartilhados agora em sociabilidades cidadinas praianas. Teorias e conceitos que auxiliam o exame das dinâmicas que configuram as interações decorrentes dessa incorporação do espaço social das praias do litoral norte de São Luís às experiências cotidianas contemporâneas são considerados no capítulo seguinte.

3 QUESTÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS SOBRE O ESPAÇO SOCIAL PÚBLICO URBANO PRAIA

3.1 O espaço urbano enquanto cenário de interações e sociabilidades

As práticas interacionais e as sociabilidades aqui analisadas transcorrem em determinado espaço, o qual, em um sentido amplo, é nomeado cidade. No âmbito urbano são entabulados contatos sociais com suas especificidades, que resultam também em relações sociais peculiares. Em texto já clássico, datado da década de 1930, Wirth (1979, p. 96) considera a cidade, para fins de seu programa de análise sociológica, como “um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos”. Infere-se deste conceito que são atributos da cidade o adensamento populacional, a proximidade física e a diversidade dos residentes. À medida que ocorre a expansão urbana, passa-se a conviver com uma pluralidade de outros concidadãos com os quais são compartilhados valores ou com os quais não se comungam afinidades.

Nesse espaço urbano é estabelecido cotidianamente o trânsito – caracterizado pelo ingresso, permanência e saída – de cidadãos que se vão revezando em ações, configurando interações que se renovam diariamente. São Luís, que outrora tinha em suas praças espaços para vivências públicas, a partir da segunda metade do século XX tem as praias continuamente incorporadas enquanto espaço social. Atualmente, a capital do Maranhão apresenta a praia como *locus* singular para o exercício de sociabilidades, segmento da cidade cuja extensão de maior apropriação diária contemporânea está na orla norte, onde se situa a Avenida Litorânea. No espaço público, com o acesso franqueado, o compartilhar para fins de uso deve ser negociado entre sujeitos que muitas vezes estão a uma curta distância, mas são desconhecidos, em contatos que tendem a ser nas eventualidades dos encontros “impessoais, superficiais, transitórios e segmentários”, no sentido que destaca Wirth (1979, p. 101). Disso pode decorrer “a reserva, a indiferença e o ar blasé que os habitantes da cidade manifestam em suas relações” (WIRTH, 1979, p. 101), como modo de assimilar as expectativas dos copresentes.

Ainda que prevaleça uma relativa proximidade física, afastamentos interacionais e sociais podem ser mantidos. Os copresentes ali estão na condição de observados observadores, que casualmente se reconhecem. Simmel considera que essa atitude blasé tem sua localização

nas grandes cidades. Para ele, na atitude blasé “os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e à forma da vida metropolitana” (SIMMEL, 1979, p. 17). É um estado de ânimo no qual surge “a incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada” (SIMMEL, 1979, p. 16). Esta atitude de reserva entre os habitantes da cidade, segundo Simmel (1979, p. 17), “é não apenas a indiferença, mas, mais frequentemente do que nos damos conta, é uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas, que redundarão em ódio e luta no momento de um contato mais próximo”. Para Simmel (1979, p. 18), essa atitude de reserva e indiferença que “aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização”. Pode-se, portanto, entender aspectos peculiares da vida social diária no âmbito da cidade a partir dos modos de maior ou menor reserva com que os cidadãos interagem com a finalidade de fazer uso dos espaços urbanos.

Quando também analisou circunstâncias relativas à proximidade física e indiferença interacional, Goffman (2010, p. 172) considerou o que chamou de “desatenção civil”, como atitude de respeito e deferência para com os copresentes. Esta prática interacional refere-se ao aparentar não se importar com os que estão naquele ambiente no campo de visão uns dos outros, não encarando fixamente ou confrontando os demais, demonstrando um aparente sentimento de deferência, que permite evitar conflitos e manter o convívio. Para compartilhar o espaço urbano são necessárias atitudes de respeito e de certa reserva ou de desatenção civil, sobretudo, no trato com estranhos. É representada pela atitude de olhar, mas dissimular a visão do acontecido, apesar da circunstancial pequena distância.

Com a entrada facilitada e a permanência assegurada, são grandes as possibilidades de sociabilidades na praia. Não obstante a relativa amplitude dos espaços na areia, indivíduos e grupos eventualmente reúnem-se e aglutinam-se uns em proximidade dos outros, relegando partes da praia quando não se tem em determinados momentos a presença de outros banhistas, como no fragmento de entrevista informou frequentadora do bar e restaurante Farol em São Marcos:

- *Você vem sozinha ou acompanhada? Se acompanhada, com quem?*
 - *Venho sempre com mais alguém.*
 - *Quando vem à praia você se estabelece sempre no mesmo local?*
 - *Ficamos aonde (sic) já tem gente.*
- (Maria, 26 anos, agente administrativo).

Determinados espaços urbanos para onde se direcionam grandes contingentes de usuários podem ter acirrados conflitos interacionais, como os que acontecem nos dias de maior frequência à praia, como os domingos, com a intercorrência de esbarrões, deslealdade na sequência da fila para sentar-se às mesas nos lotados bares e restaurantes. O excesso de estímulos, decorrentes estes da copresença de uma diversidade de indivíduos e grupos de procedências variadas, deve ser harmonizado. A multiplicidade de interações simultâneas possíveis tornam os espaços da cidade favoráveis à ocorrência diuturna de potenciais conflitos.

Além dos espaços livres, outro traço da vida urbana é a prevalência do espaço projetado e edificado, carregado de objetos criados por engenheiros, arquitetos, planejadores urbanos, construtores, operários. A propósito, lembra Wirth (1979, p. 103) que na vida urbana existe “a tendência de adquirir e desenvolver uma sensibilidade a um mundo de artefatos e somos progressivamente distanciados, cada vez mais, do mundo da natureza”. Neste aspecto em particular – certo alheamento à natureza –, o estar no espaço da praia é receber a influência da natureza enquanto fator essencial para o conjunto de interações que são ali situadas. No caso da orla norte de São Luís, o natural foi articulado ao projeto urbanista edificado pela engenharia, com o que se construiu a Avenida que tem atraído banhistas ao litoral citadino.

Como destaca DaMatta (1997, p. 63), “é estudando o espaço de uma sociedade que se pode lançar luz sobre questões tão importantes como o seu sistema ritual e o modo pelo qual ela faz sua dinâmica”. Assim, contribui o exame das intrincadas e sutis negociações acionadas para o uso do espaço em que se sucedem as interações com a compreensão das atitudes e maneiras com que são instituídos os espaços sociais. A construção da Avenida possibilitou intensificar a apropriação social de espaços antes pouco incorporados ao cotidiano urbano.

Neste sentido, com referência à interpretação do significado genérico com o qual comumente é feita referência ao espaço, esclarece DaMatta (1997, p.32), que este “é demarcado quando alguém estabelece fronteiras, separando um pedaço de chão do outro”. Assinalar limites urbanos tem contribuído para a atração de usuários a determinados espaços como os das praias, que passam a contar com âmbitos melhor definidos dentro dos quais transcorrem as interações. De forma semelhante, considera Saldanha (2005) que as

demarcações feitas no território têm por finalidade assinalar lugares com o propósito de possibilitar a convivência social. Explica ainda Saldanha que

o 'organiza-se', desde as primeiras experiências grupais do ser humano, foi sempre, em parte ao menos, um problema de distinguir lugares, valorizando uns e abandonando ou evitando outros, e de construir espaços, demarcando porções do território e amontoando pedras com fim simbólico ou utilitário. (SALDANHA, 2005, p.20).

Em resumo, pode-se considerar, portanto, que se intenciona com demarcações físicas e simbólicas viabilizar o uso de frações do espaço para determinadas interações e sociabilidades. No caso da praia, indivíduos e grupos reservam com sua permanência certos trechos edificadas da orla. Como mencionado acima, os limites então estabelecidos são constantemente ajustados e revisados por meio de procedimentos padrões que são cotidianamente reproduzidos. Os partícipes dos diversos ajuntamentos próximos tendem a observar, respeitar e colaborar com a conservação dos limites ou, em situações de tensão, desarmonia e conflito, disputar, confrontar, desfazer e restabelecer marcos espaciais e simbólicos. Em determinados usos institucionais, por exemplo, entidades assinalam espaços na praia voltados a eventos, em que se exercitam certas sociabilidades, aos quais comparece um grande público de associados e convidados, como os que o Serviço Social do Comércio (SESC) organiza por ocasião das férias na praia de São Marcos, observados durante a pesquisa e examinados no capítulo 4. Outros momentos são caracterizados por relativa tensão, como aqueles em que um grupo pode ser obrigado a deixar o espaço do jogo de bola, em razão de coação física ou moral, e ter de fazer concessões a outro grupo com maior número de componentes que quer o mesmo espaço para seu jogo.

O propósito preliminar, ao localizar atores no espaço, é dotar o estudo com referenciais teóricos e metodológicos que permitam refletir, discutir, analisar e compreender as configurações que vão assumindo as interações com as demarcações do espaço social público da orla em situações sociais nas quais têm atuado os frequentadores das praias. A propósito, em suas reflexões sobre o que compõe a teoria do espaço, afirma Castells (2006, p. 181-182) ser o espaço “a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica”. Pode-se, por conseguinte, perceber mudanças nos contornos que indivíduos e grupos imprimem no decurso do tempo ao espaço do litoral. Com efeito, considera ainda Castells (2006, p. 181) em sua análise que o espaço é

um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social.

O espaço do litoral norte tem sido incorporado e ressignificado no decurso do tempo. Nesse contexto, cabe à sociologia buscar refletir sobre o sentido e o alcance dessas mudanças. Como define Weber (2009, p. 3), sociologia significa “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”. Ação social que, para Weber (2009, p. 3), constitui “uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por estes em seu curso”. Em um espaço onde há a presença simultânea, mesmo que transitória, de vários agentes que se comportam tendo em vista seus interesses em confronto ou em consonância com outros que ali também se encontram, contemplar a ação social na análise empreendida possibilita discutir os móveis sensíveis das interações situadas, no caso do presente estudo, na orla da Avenida Litorânea. Weber (2009, p. 15) considera ainda, em síntese, que a ação social pode ser determinada:

1) de modo racional, referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado.

Adverte Weber (2009, p. 16), no entanto, que essas maneiras de o agente conduzir a ação social “de modo algum representam uma classificação completa de todos os tipos de orientação possíveis, senão tipos conceitualmente puros, criados para fins sociológicos, dos quais a ação real se aproxima [e se compõe] mais ou menos”. Essas referências teóricas fundamentais representam importantes instrumentos analíticos para interpretar o curso das ações sociais e dos comportamentos. Ao longo do trecho da orla servido pela Avenida Litorânea, variados são os contextos nos quais ocorrem as ações sociais. Freqüentadores de procedências diversas estabelecem interações e sociabilidades observadas nos muitos ajuntamentos; as origens destes podem estar orientadas por ações afetivas e racionais, conforme os propósitos iniciais por eles visados.

Para refletir sobre o diversificado público copresente na orla, de acordo com as observações diretas efetivadas no curso da pesquisa de campo, os frequentadores podem ser diferenciados segundo seus principais escopos para estar na Avenida do litoral, e identificados enquanto banhistas, moradores, turistas, desportistas (surfistas, kitesurfistas, jogadores de futebol e de voleibol, corredores, caminhantes, ciclistas), prestadores de serviços e vendedores ambulantes, comerciários e comerciantes estabelecidos de bares e restaurantes, trabalhadores e empresários do setor hoteleiro, bombeiros salva-vidas, policiais militares, guardas municipais e, à noite, aumenta a presença de um contingente de boêmios. Visam finalidades casualmente distintas que, em determinadas ocasiões, se articulam de modo convergente ou divergente. Entre as primeiras pode ser citada aquela em que banhistas usam mesas dos bares situados na areia para tomar banho de sol e consomem bebidas vendidas pelos comerciantes destes estabelecimentos; ou quando policiais militares e bombeiros salva-vidas desempenham missões conjuntas para a guarda e proteção aos banhistas. Como potenciais desavenças estão incluídas as disputas nas formas de concorrência por fregueses pelos prestadores de serviços e vendedores ambulantes, que incessantemente circulam oferecendo suas mercadorias e préstimos. Quando se perguntou nas entrevistas aos frequentadores sobre os critérios de escolha que os levaram a preferir ir àquele espaço específico da praia, entre as respostas mencionadas e discutidas no capítulo 4 está a busca de diversão, mas aparecem também na amostra respondentes que indicam o propósito de compra de refeições nas lanchonetes, bares e restaurantes, a prática de atividades esportivas, o encontro com pessoas copresentes.

Em toda a extensão da Litorânea há instalados bares e restaurantes, com exceção do novo trecho, com cerca de 500 metros, situado ao final da Avenida, no Olho-D'água, inaugurado em 2012, como informado e analisado no capítulo 4. A presença destes comércios torna possível a articulação de ações em que se destacam inicialmente os fins econômicos por parte daqueles que aí trabalham. Mas esta modalidade de serviço também cativa uma clientela ampla, cujas sociabilidades são examinadas adiante de maneira mais detida no capítulo 4. Em resumo, conforme os horários e os dias da semana, ao se indagar durante a pesquisa o critério de escolha utilizado para frequentar a praia em que se estava, foi possível notar as atividades que têm exercido preponderante atração a um público crescente que visita de modo habitual o espaço orla. Pela manhã, além do banho de mar, é comum o caminhar, a corrida e a prática de atividades desportivas nos equipamentos instalados pela Secretaria de Estado do Esporte e

Lazer (SEDEL) em pontos do calçadão da Avenida. À medida que avança a noite, toda a Litorânea tem seu acesso multiplicado pela oferta de opções de diversão e lazer. Assim, os motivos para a frequência podem ser considerados como afetivos e racionais comerciais.

A maior presença de moradores nas imediações da Litorânea, com o consequente surgimento de uma vizinhança, outrora praticamente inexistente, pode ser constatada ao consultar os dados estatísticos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes às últimas duas décadas. Segundo os resultados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 realizados pelo Instituto, a população residente nos domicílios situados no entorno da Avenida Litorânea, nos trechos dos bairros de São Marcos, Calhau e Olho-D'água, examinados nesta tese, conforme a metodologia detalhada na Introdução, saltou de 2.591, no ano 2000 (IBGE, 2003), para 7.479, em 2010 (IBGE, 2010); o que representa um acréscimo populacional de quase 300% em uma década. Dados esses examinados em pormenores no capítulo 4, onde são consideradas as configurações das interações e sociabilidades nos espaços da orla oceânica Norte da cidade.

Frações dessa nova vizinhança, para lutar por melhorias urbanas em defesa de interesses comuns, fundaram associações e entidades de moradores. De acordo com os critérios definidos no artigo 1º da lei municipal nº 3.514, de 04 de julho de 1996¹², algumas delas foram declaradas como de utilidade pública, visto que têm “o fim conclusivo de servir desinteressadamente à coletividade”. O Anexo I desta lei menciona as associações às quais confere a qualidade de utilidade pública; entre elas, seis estão localizadas nos bairros do litoral e adjacências, como:

Associação dos Moradores do Bairro da Divinéia de Olho-D'água (bairro Olho-D'água); Associação Santa Terezinha (bairro Ponta D'areia); União dos Moradores da Vila Litorânea – Olho-D'água (Olho-D'água); Clube de Mães "Tereza Murad", do Bairro Ponta do Farol (bairro Ponta do Farol); Associação dos Moradores do Bairro Calhau (bairro Calhau); Casa da Amizade de São Luís – Rotary (bairro Ponta D'areia).

O destaque a essas associações neste estudo decorre do fato de a constituição da vizinhança ser um reflexo da crescente atração que passou a exercer a orla, que se expandiu

12 Fonte: Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ma/s/sao-luis/lei-ordinaria/1996/352/3514/leiordinaria-n-3514-1996-estabelece-criterios-para-declaracao-de-utilidade-publica-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

em sua ocupação sem, no entanto, ter provida uma infraestrutura urbana necessária de base asfáltica nas ruas, abastecimento de água e instalação de rede pública para a coleta de esgotos domésticos, com reflexo na poluição das águas das praias. A luta em forma de exigência de oferta a contento desses serviços básicos aos moradores é parte também das sociabilidades na orla.

Assim, as ações sociais que decorrem das interações desse complexo de agentes com suas motivações suscitam relações sociais. Na concepção de Weber (2009, p. 16), a relação social refere-se ao “comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência”. Certamente, no caso empírico dessas associações de moradores, não significa que exista necessariamente uma reciprocidade entre os envolvidos na relação social; os sentidos presentes podem estar ligados a atividades diversas e a estímulos variados. Para Weber, ainda assim, existiria um tácito acordo mútuo, pois, mesmo que unilateralmente, o agente pressuponha “determinada atitude do parceiro perante a própria pessoa [...] e oriente por essa expectativa sua ação, o que pode ter, e na maioria das vezes terá, consequências para o curso da ação e a forma da relação” (WEBER, 2009, p. 17).

Também segundo Weber (2009, p. 25), “uma relação social denomina-se ‘relação comunitária’ quando e na medida em que a atitude na ação social [...] repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”. Nessas relações sociais comunitárias prevalecem comportamentos em que o conteúdo compartilhado é associado à vida em parte do bairro, expressos por meio de eventos sociais e pela emissão e encaminhamento de pautas reivindicatórias às autoridades em defesa de direitos. Como ocorre com a comunidade da Prainha no Olho-D’água - tratada no capítulo 4 -, cujos moradores defendem seus direitos de permanecer na vizinhança da Avenida Litorânea, a despeito de tentativas de remoção de suas casas por autoridades da União, como o Serviço de Patrimônio da União (SPU) e o Ministério Público Federal (MPF).

A propósito desses aparentes antagonismos, Simmel (1986) considera a luta como uma forma elementar de socialização e uma das mais vivas interações constituídas entre os indivíduos, apesar de poder parecer uma forma de dissociação. A luta está presente em todos os momentos da vida. Nas palavras dele (SIMMEL, 1986, p. 265, tradução nossa),

se toda ação recíproca entre homens é uma socialização, a luta, que constitui uma das mais vivas ações recíprocas e que é logicamente impossível de limitar a um indivíduo, há de constituir necessariamente uma socialização¹³.

Ainda segundo Simmel (1986, p. 271, tradução nossa), “o que nesta vida aparece imediatamente como dissociação, é, na realidade, uma das formas elementares de socialização¹⁴”. Assim, conforme os interesses visados, as disputas convertem-se em formas efetivas de estar com e para outros, permitem também assegurar a continuidade dos fluxos da vida social. A luta, que em determinadas ocasiões assume a forma de oposição, não seria, portanto, um fator social negativo, pois pode ser concebida como um meio para permitir a convivência. Explica Simmel (1986) que o direito e a força de se opor em determinadas relações sociais, tornam suportável o convívio. Nas palavras de Simmel (1986, p. 270, tradução nossa),

a oposição de um elemento frente a outro em uma mesma sociedade, não é um fator social meramente negativo, mesmo porque muitas vezes é o único meio que torna possível a convivência com personalidades propriamente intoleráveis. Se não tivéssemos a força e o poder de nos opormos à tirania e ao egoísmo, ao capricho e à falta de tato, não suportaríamos relações tão dolorosas, mas nos veríamos impulsionados a recursos de desespero, que certamente destruiriam a relação, mas precisamente por isso não seriam “luta”¹⁵.

Tanto as demandas dos moradores dos bairros circunvizinhos, quanto as formas de oposição nas disputas por espaço na areia, assinalam interações que possibilitam a continuidade diária do compartilhar o espaço da orla. Além de a luta, na forma de oposição, permitir impor limites às condutas, possibilita o convívio. Neste sentido, concebe Simmel (1986, p. 270, tradução nossa) que

a oposição nos proporciona interiores satisfações, distração e alívio, assim como, em outras circunstâncias psicológicas, a humildade e a paciência. Nossa oposição provoca em nós o sentimento de não estarmos completamente oprimidos; permite-

¹³ Texto de Simmel (1986, p. 265) na versão em espanhol: *si toda acción recíproca entre hombres es una socialización, la lucha, que constituye una de las más vivas acciones recíprocas y que es lógicamente imposible de limitar a un individuo, ha de constituir necesariamente una socialización.*

¹⁴ Texto de Simmel (1986, p. 271) na versão em espanhol: *lo que en esta vida aparece inmediatamente como disociación, es, en realidad, una de las formas elementales de socialización.*

¹⁵ Texto de Simmel (1986, p. 270) na versão em espanhol: *la oposición de un elemento frente a otro en una misma sociedad, no es un factor social meramente negativo, aunque sólo sea porque muchas veces es el único medio que hace posible la convivencia con personalidades propiamente intolerables. Si no tuviéramos fuerza y derecho que oponer a la tiranía y al egoísmo, al capricho y a la falta de tacto, no soportaríamos relaciones tan dolorosas, sino que nos veríamos impulsionados a recursos de desesperación, que ciertamente destruirían la relación, pero precisamente por eso no serían “lucha”.*

nos tomar consciência de nossa força e proporciona, assim, vivacidade a certas relações que, sem esta compensação, de modo algum suportaríamos¹⁶.

Dessa maneira, o reclamar da altura do volume de um equipamento que reproduz músicas ou de jogadores afoitos nos lances com bola, permite manter a sequência das ações e proximidade física de usuários da orla. Por isso, em um amplo alcance, a luta torna também possível a vida na cidade grande, na qual muitos indivíduos entram em contato diariamente e estabelecem convivências breves ou duradouras. Segundo Simmel *in verbis*,

sem esta aversão, resulta inimaginável a vida na cidade grande, que nos põe diariamente em contato com muitas pessoas. Toda a organização interior desta vida urbana baseia-se em uma gradação extraordinariamente variada de simpatias, indiferenças e aversões, mais ou menos breves e duradouras. (SIMMEL, 1986, p. 270-271, tradução nossa)¹⁷.

As discussões mais acaloradas ou as disputas com intensidade acirrada podem ser também compreendidas com o conceito equivalente de luta de Weber. Para ele, “uma relação social denomina-se luta quando as ações se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros” (WEBER, 2009, p. 23). Contestações veladas ou declaradas a determinadas ocupações de trechos da praia podem resultar na prevalência de modos de apropriação e uso daquele espaço público. Sintetiza Weber (2009, p. 24) que toda luta ou concorrência “leva, em longo prazo, finalmente à ‘seleção’ daqueles que possuem em maior grau as qualidades pessoais mais importantes, em média, para triunfar na luta”. Em situações assim, pode-se indagar sobre a medida de temperança que se deve ter quando se está nas imediações de alguma atividade cujos praticantes desejam mais espaço do que dispõem, alargando o raio de sua ação. Jogos com bola ou som em volume elevado são exemplos de potenciais conflitos e brigas, cujos meandros são delineados no capítulo 4.

Contribuem as idiosincrasias constituídas não apenas individual, mas, sobretudo, socialmente, para aproximações e afastamentos. Como se pode sugerir ao pensar no que atrai

16 Texto de Simmel (1986, p. 270) na versão em espanhol: *la oposición nos proporciona interiores satisfacciones, distracción y alivio, exactamente como, en otras circunstancias psicológicas, la humildad y la paciencia. Nuestra oposición provoca en nosotros el sentimiento de no estar completamente oprimidos; nos permite adquirir conciencia de nuestra fuerza y proporciona así vivacidad a ciertas relaciones que, sin esta compensación, en modo alguno soportaríamos.*

17 Texto de Simmel (1986, p. 270-271) na versão em espanhol: *sin esta aversión, resulta inimaginable la vida de la gran ciudad, que nos pone diariamente en contacto con muchas gentes. Toda la organización interior de esta vida urbana descansa en una gradación extraordinariamente variada de simpatías, indiferencias y aversiones, más o menos breves y duraderas.*

determinados frequentadores a um determinado evento em que se apresenta um cantor em bares da orla que contam com música ao vivo. Em suas múltiplas formas, a interação decorre de impulsos ou de tentativas de se alcançar determinadas finalidades inicialmente almeçadas. Como afirmado acima, essas motivações são “fatores da sociação apenas quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro” (SIMMEL, 2006, p. 60). Dessa maneira, para Simmel (2006, p. 60-61),

a sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana.

Reitera-se a citação feita na Introdução, de acordo com a qual a sociabilidade é “a forma lúdica de sociação” (SIMMEL, 2006, p. 65). Pela sociabilidade “ninguém pode em princípio encontrar sua satisfação à custa de sentimentos alheios totalmente opostos aos seus” (SIMMEL, 2006, p. 69). Os indivíduos devem garantir uns aos outros os valores sociais que favoreçam a sociabilidade, a qual resulta da satisfação de sentimentos semelhantes ou homogêneos e não antagônicos, adversos ou heterogêneos. As sociabilidades são “microformas sociais categorizadas a partir de quadros sociais” (ALCÂNTARA JR, 2011, p. 133). Gestos, atitudes e comportamentos devem contribuir para a expressão de correspondência às intenções do outro, tornando possível, assim, a aproximação e o desenvolvimento de um processo fundamental de trocas sociais.

Determinadas práticas interativas, cujos padrões são reproduzidos nas praias, garantem a sequência do curso da sociabilidade. Como afirma Simmel (2006, p. 72), “todas as formas de interação e sociação entre os seres humanos [...] tudo isso, na seriedade da realidade, está imbuído de conteúdos intencionais”. Neste sentido, com a demonstração de respeito aos que tomam parte na interação, é obtida aprovação social que resulta como um convite ou acordo tácito para principiar o intercâmbio e o prosseguimento do curso da sociabilidade, seja por meio do emprego de recursos intencionais como intervalos rituais de silêncio nas deixas que se amoldam às circunstâncias nos momentos da fala ou por respostas civis e expressas em tom de cortesia e gentileza, entre outros tantos expedientes interacionais que favoreçam a aproximação. Na avaliação dos usuários, registrada nas entrevistas analisadas no capítulo 4, as

praias têm de melhor seus espaços, entenda-se locais para sociabilidades; incidindo, todavia, na amostra ponderações em que são reputados como perigosos em razão de práticas de roubos, relatadas como ocorrendo ao longo do calçadão da Avenida.

Com as sociabilidades, os espaços físicos são negociados e demarcados socialmente entre os pretendentes de maneira individual ou coletiva, de forma interindividual, entre indivíduos e grupos ou a partir de intercâmbios entre grupos e grupos. Assim, as ações individuais e coletivas podem também ser pensadas a partir do que Simmel nomeia de configurações, que representam as formas que assumem na vida social os agrupamentos que se misturam com a existência dos indivíduos neles envolvidos. Afinal, assertivamente escreve Simmel (2006, p. 18) que a sociedade é “o nome para um círculo de indivíduos que estão, de uma maneira determinada, ligados uns aos outros por efeito das relações mútuas, e que, por isso, podem ser caracterizados como uma unidade”.

Conceitos igualmente cabíveis para estudar a pluralidade de práticas sociais na praia são uso e costume, tratados também por Weber, que distingue os dois termos. Para Weber (2009, p. 18), uso é “a probabilidade efetivamente dada a uma regularidade na orientação da ação social, quando e na medida em que a probabilidade dessa regularidade, dentro de determinado círculo de pessoas, está dada unicamente pelo exercício efetivo”. O uso está associado, portanto, a regularidades na orientação da ação social, expressando um exercício efetivo, para determinado círculo de pessoas, mas é um tipo de norma de conduta não obrigatória. Paralelamente, segundo Weber (2009, p. 18), “chamamos o uso costume, quando o exercício se baseia no hábito inveterado”. Quem em suas ações não se orienta pelos costumes sancionados em determinado espaço social, age de modo impróprio e, portanto, inconveniente, causando a provável resistência dos demais. As disputas voltadas para a apropriação de espaços para os variados usos que os frequentadores pretendem dar aos espaços da praia podem estar relacionadas a uma equivocada ou mesmo a uma ausência de percepção das convenções que são estabelecidas costumeiramente, são aceitas e prevalecem entre usuários reiterados. Comportamentos desviantes desses arranjos normativos consuetudinários podem acarretar vivas contendas com as quais se buscam a prevalência de sociabilidades no espaço da orla. É contínuo e reiterado esse processo de sociabilidades nas areias, em que se intenciona estar na praia e ali apoderar-se, apropriar-se ou apossar-se

transitória e precariamente de determinados espaços aos quais são conferidas destinações sociais específicas.

O espaço social público urbano praia – caracterizado na seção 3.3 – é uma ambiência que origina a manifestação de comportamentos em razão dos recursos ao dispor de seus frequentadores. Nesse sentido, pontua Mela (1999, p. 203) o fato de que nas metrópoles contemporâneas há espaços a partir dos quais se pode pensar o problema do condicionamento comportamental. Assim, para ele, os espaços da cidade podem ser percebidos como hiper-regulados e sub-regulados. Os espaços urbanos hiper-regulados são aqueles “nos quais os graus de liberdade de ação social tendem a ser reduzidos, por efeito de uma conformação física que canaliza o comportamento ao longo de um canal preestabelecido” (MELA, 1999, p. 203). Representam lugares que, segundo Mela (1999, p. 203), “podem ter o efeito de induzir um comportamento uniforme e programado antecipadamente, para maximizar a eficiência funcional e reduzir os riscos”. Como exemplos estão as prisões e os hospitais psiquiátricos, que organizam totalmente a vida dos indivíduos e também supermercados e discotecas, que são projetados para o desenvolvimento de uma função específica.

De modo diverso, os espaços sub-regulados são “ambientes de função incerta, lugares residuais ou ainda zonas de transição entre o espaço público e o privado, edifícios abandonados, etc.” (MELA, 1999, p. 203). São espaços que podem ser apropriados de maneiras diferentes, pois apresentam relativa ausência de regras de uso e de comportamento. A falta de controle pode favorecer a expressividade, a aventura, o jogo, mas, destaca Mela (1999, p. 203), que essa característica “pode impedir um uso por parte de indivíduos fracos (anciãos, crianças), que se sentem ameaçados pela ausência de vigilância e pelas tentativas de apropriação dos indivíduos fortes“. Neste aspecto, o Plano Diretor do Município de São Luís de 1992, com o propósito de programar a política de desenvolvimento urbano e efetivar a função social da cidade, fixava objetivos sociais em seu artigo 9º, que incluía no inciso VIII “a provisão de facilidades aos cidadãos idosos, na fruição da cidade, em seus equipamentos públicos e em seus serviços” (SÃO LUÍS, 1997, p. 60). Desta forma, contemplava a proteção a idosos. O atual Plano Diretor – lei nº 4.669, de 11 de outubro de 2006 – no artigo 2º estabelece importantes definições para a execução da lei. Assim, dispõe que

Art. 2º. Para efeito desta Lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:

[...] XI – ACESSIBILIDADE é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, dos sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (SÃO LUÍS, 2006).

A propósito, considerando ainda os vulneráveis – entre estes os idosos –, o legislador municipal listou no Plano Diretor de 1992, artigo 14, XI, como diretriz social “a elaboração e a manutenção de programas de atividades de [...] lazer, destinadas a cidadãos idosos” (SÃO LUÍS, 1997, p. 61). O Plano Diretor em vigor, no inciso I do artigo 2º, considera a função social da cidade com a qual se deve assegurar a plena realização dos direitos de todos os cidadãos ao lazer e à acessibilidade, entre outras garantias (SÃO LUÍS, 2006). Nesse sentido, Mela (1999, p. 204) vislumbra o risco de a metrópole contemporânea

ver, no seu interior, uma multiplicação de ambientes hiper-regulados, intervalados de partes de cidade sub-reguladas, tudo isto em detrimento do espaço público ‘normal’, ou seja, em que é garantida a liberdade e variedade dos comportamentos de todos os indivíduos, fortes ou fracos.

A praia é um espaço sub-regulado no qual prevalece a natureza em amplas faixas de areia, onde pessoas se reúnem para momentos de brinquedo, diversão, desportividade e lazer, o que, entretanto, não se assegura a todos. Em depoimento durante a entrevista, uma banhista na praia de São Marcos queixou-se do que percebia como desrespeito aos idosos na orla:

- *O que você [a senhora] poderia dizer sobre esta praia?*
 - *Muito bonita, mas aqui pensam que velho está fora do prazo de validade.*
 - *Por que?*
 - *Os jovens agem como se a gente estivesse morta.*
 (Raimunda, 74 anos, aposentada).

Ainda conforme a perspectiva de análise do espaço urbano elaborada por Mela, além das variáveis culturais, as circunstâncias relativas ao ambiente interferem em momentos como a ocupação de lugares no espaço. Assim, ele cogita hipóteses acerca de critérios acionados pelos banhistas para acomodação em determinado trecho da praia. Ilustra Mela (1999, p. 201) a situação em que

de manhã, quando ela [a praia] se encontra ainda vazia, surge o primeiro, que se senta diante de uma parede (para não ter ninguém atrás de si), ou a curta distância do mar (para não ter ninguém à frente) ou ainda no centro da praia. A escolha dos que vão chegando depois é condicionada pela dos primeiros e regulada por alguns rituais: por exemplo, pode registrar-se uma troca de sinais de saudação entre o primeiro

banhista e um casal, que se juntam pouco depois. Com base em mensagens codificadas, transmitidas nesse intercâmbio, o casal pode decidir sentar-se perto ou longe. O aspecto da ocupação subsequente do areal dependerá do êxito dos rituais precedentes e das várias manifestações do instinto territorial, exibidas pelos recém-chegados.

Estes aspectos, na construção teórica de Elias (1994) são considerados com as noções de configuração¹⁸ e de teias ou redes de interdependência, que permitem pensar as ações e relações sociais que estabelecem indivíduos e grupos. Segundo ele, “conceitos como ‘família’ ou ‘escola’ referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, a configurações específicas que as pessoas formam umas com as outras” (ELIAS, 2008, p. 13). Esses dois constructos teóricos podem ser significativos no estudo dos espaços das praias para analisar as condutas dos conjuntos formados pelas pessoas envolvidas em ações implicadas umas às outras na sequência de interações.

Elias esclarece o sentido de configuração ao informar que ela é uma criação ao mesmo tempo de todos e de cada um dos participantes de um conjunto de pessoas, representando padrões mutáveis que são mantidos entre os indivíduos interdependentes. Nos termos de Elias (2008, p. 142), configuração é “o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros”. A configuração representa, portanto, os padrões variáveis de comportamento em articuladas redes de interdependência entre aqueles em interação, tanto aliados quanto adversários. Na praia o conceito permite fazer referência aos copresentes que mutuamente exercem influências sobre as condutas dos que estão próximos fisicamente.

Acrescenta Elias que a aproximação entre indivíduos ocorre “para a realização de toda uma gama de necessidades emocionais” (ELIAS, 2008, p. 148). Assim, sujeitos em cadeias de interdependência se envolvem por motivos emocionais e afetivos, a partir de um processo de reconhecimento de afinidades, estabelecendo no espaço das praias da cidade

¹⁸ Na nota do tradutor Renato Marques de Oliveira (SCOTT, 2009) informa que Elias usou os vocábulos configuração e figuração, priorizando inicialmente em seus escritos o termo configuração. Posteriormente, optou pela palavra figuração. Segundo Scott (*apud* OLIVEIRA, 2009, p. 83), configuração foi escolhida “para fazer frente ao termo parsoniano ‘sistema’. [...] No latim, o prefixo ‘con’ significa exatamente ‘com’, ou seja, se figuração quer dizer ‘padrão’, ‘con-figuração’ queria dizer ‘com padrão’. Assim, uma vez que o objetivo do autor era entender o padrão em si, o prefixo passou a ser visto como redundante e ele preferiu o uso de figuração”.

relacionamentos com quem consideram seus assemelhados. É possível, assim, examinar o quanto há de consciência no processo diário do exercício de escolhas.

Neste caso, torna-se relevante avaliar o conhecimento pelos agentes do conjunto de circunstâncias a partir das quais atuam ou percebem o que está em jogo nas opções expressas em preferências e constituição de parcerias, que têm como resultado prático a formação de conjuntos e a demarcação do espaço nas praias. Nesse contexto, defende Giddens (2003, p. 433) que “o espaço não é uma dimensão vazia ao longo da qual os agrupamentos sociais vão sendo estruturados, mas deve ser considerado em função do seu envolvimento na constituição de sistemas de interação”. A partir das observações efetivadas, puderam-se priorizar sistemas de interação com sociabilidades direcionadas, sobretudo, ao lazer em grupos de familiares e de amigos, às práticas desportivas coletivas [futebol, voleibol] e individuais [caminhada, ginástica/treinamento funcional, corrida, ciclismo, patinação, surf, *kitesurf*,] e ao comércio, cujo exercício na orla se dá em bares, restaurantes, hotéis e por ambulantes.

Dessa maneira, quando os espaços físicos das praias são disputados, empregam os copresentes estratégias para garantir usos conforme seus interesses e conveniências. Como notado nas observações diretas, nos grupos de lazer os que chegam mais cedo à orla se estabelecem onde melhor for de seu agrado, prevalecendo maior margem de escolha e imprevisto. Quanto às práticas desportivas, há pedaços reservados por seus integrantes em rotineiros exercícios semanais, sobressaindo um senso de organização. Conflitos podem advir quando indivíduos e grupos cruzam em disputas as circunscrições postas simbolicamente para o curso legítimo das sociabilidades, que devem ser exercitadas por seus membros dentro dos limites tácita ou expressamente autorizados. Em síntese, as interações não se passam necessariamente em estabilidade, mas a moderação de tensões depende do grau de reconhecimento da legitimidade implicitamente negociada para sancionar as apropriações de parcelas dos espaços da praia, seja no ‘campo’ do jogo de bola, seja no ‘salão’ do restaurante na areia.

As condições e consequências dessas interações e sociabilidades instituídas nas praias devem ser cogitadas enquanto decorrência de momentos cotidianos que transcorrem no espaço social. Neste contexto, ao discutir o espaço dos estilos de vida, Bourdieu (2007, p. 162) explica que o espaço social é uma representação abstrata, que, elaborada “à maneira de um mapa, proporciona uma visão panorâmica, um ponto de vista sobre o conjunto dos pontos a

partir dos quais os agentes comuns [...] lançam seu olhar sobre o mundo social”. No espaço social prevalecem gostos que, para Bourdieu, permitem converter as coisas em sinais distintos e distintivos, relativos a estilos de vida e preferências culturais. Essas afinidades eletivas, como Bourdieu (2007) as nomeia, são por ele consideradas como referências para o julgamento de gostos e preferências, com as quais se apreciam ou depreciam, e se encontram no sistema de sinais – maneiras, postura, pronúncia, vestuário, forma de andar. Afirma, assim, Bourdieu (2007, p. 225) que as afinidades eletivas têm sua base na

decifração inconsciente de traços expressivos em que cada um só adquire sentido e valor no interior do sistema de suas variações segundo as classes (basta pensar nas formas do riso ou do sorriso repertoriadas pela linguagem comum). O gosto é o que emparelha e assemelha coisas e pessoas que se ligam bem e entre as quais existe um mútuo acordo.

Ainda que os encontros sejam superficiais e passageiros, os copresentes na orla estão inseridos em ajuntamentos com estilos de vida e valores, em que há preferências coletivas e códigos de reciprocidade entre seus integrantes, compondo uma identidade social. As posições no espaço social têm a ver, portanto, com comportamentos e maneiras de se portar com elegância ou deselegância, fineza ou grosseria; bem como com os cuidados com a aparência e o corpo. Na pesquisa buscou-se identificar esses sinais distintivos. Entre os que foram notados e reconhecidos durante as observações podem ser apontados, em síntese, o esmero com a boa forma nos corpos atléticos e bronzeados, exibidos sem recato em eventos direcionados ao público jovem; o requinte em roupas esportivas finas nos restaurantes da Litorânea.

No decurso das entrevistas perguntou-se aos frequentadores da orla sobre os critérios de escolha utilizados para ir a determinada praia e o que costumam fazer quando ali estão. As respostas são examinadas no capítulo 4 e estão agrupadas conforme importem na expressão de preferências sociais relacionadas à copresença no litoral norte de São Luís. De uma maneira geral, as concordâncias ou divergências de gostos, predileções e escolhas entre pessoas são representadas por atos que expressem simpatia/antipatia, amizade/inimizade, atração/repulsa nos espaços sociais. Com base nessas afinidades são escolhidos ajuntamentos aos quais se aproximar nos espaços sociais das praias, decidindo por onde transitar e permanecer nos momentos à beira-mar para exercitar as sociabilidades reputadas praianas, configurando perfis de usuários entre as praias pesquisadas.

Assim, o espaço estabelecido e sancionado para o desenvolvimento de determinadas práticas é pensado como circunscrito socialmente, mas também delimitado geograficamente. Em espaços públicos como as praias, em que são franqueados de forma ampla o acesso e a visibilidade, pessoas ingressam e permanecem em pontos diferentes durante um período de tempo em copresença de outras, que observam e são ao mesmo tempo observadas em decorrência de se entreolharem. Quanto a este sentido da visão e ao olhar, pontua Goffman, remetendo ao texto de *Soziologie* da autoria de Simmel (apud GOFFMAN, 2010, p. 105-106), que “dos órgãos de sentido especiais, o olho tem uma função singularmente sociológica. A união e interação dos indivíduos se baseiam em olhadelas mútuas [...] diferentemente da simples visão ou observação do outro”. Os presentes são, portanto, vistos, interagem, conversam, brincam, jogam, entre outras possibilidades. Com a finalidade de compreender a natureza desses acontecimentos, Goffman também analisa a interação social, que, para ele, “pode ser, em sentido estrito, identificada como a que transparece exclusivamente em situações sociais, isto é, em ambientes em que dois ou mais indivíduos estão fisicamente um na presença do outro¹⁹” (GOFFMAN, 1982, p. 2, tradução nossa).

A propósito, ele faz menção ao termo situação, que trata do “ambiente espacial completo em que, ao o adentrar, uma pessoa se torna um membro do ajuntamento que está presente, ou que então se constitui” (GOFFMAN, 2010, p. 28). Dessa maneira, uma situação social pode ser entendida, no sentido que Goffman a ela quis atribuir, segundo Joseph (2000, p. 94), como “o espaço-tempo definido convencionalmente onde duas ou mais pessoa estão copresentes ou comunicam e controlam mutuamente suas aparências, sua linguagem corporal e suas atividades”. A situação é, portanto, antes de tudo, um contexto social, ambiente com os recursos disponíveis, no qual ocorrem as relações sociais e onde são estabelecidas as interações e os engajamentos, com os sentimentos de pertencimento, territorialidades e fronteiras de convivência. No caso da praia, é a ambiência no entorno da areia onde se assentam para uma estada transitória indivíduos e grupos em busca de momentos aprazíveis ao ar livre, com diversão, jogos ou tranquilidade, e de ocasiões oportunas para captar serviços e auferir proveito econômico.

¹⁹ Texto de Goffman (1982, p. 2) no original em inglês: *can be identified narrowly as that which uniquely transpires in social situations, that is, environments in which two or more individuals are physically in one another response presence.*

Nesse ambiente, pessoas acomodam-se próximas umas das outras no espaço, em aglomerações nomeadas por Goffman (2010) como ajuntamentos. Os engajamentos ou envolvimento transcorrem em variadas situações sociais. Acontecem entre conhecidos e desconhecidos; entre integrantes de díades e grupos com mais de dois componentes. O engajamento é entendido por Goffman (apud JOSEPH, 2000, p. 93) como a

obrigação social que uma pessoa se impõe quando se envolve em um papel ou em uma ação conjunta e cuja intensidade varia da distração ao entusiasmo, conforme as outras obrigações que lhe caibam em outras cenas.

Assim, o estar na praia favorece uma multiplicidade de engajamentos simultâneos ou sucedâneos, na companhia de familiares, amigos, conhecidos ou em presença de desconhecidos. Nas entrevistas quando se inquiriu se vem sozinho(a) ou acompanhado(a) e, se acompanhado(a), com quem, apurou-se nas respostas que compõem os dados da amostra que os presentes à praia afirmaram que vêm, sobretudo, em companhia de outros. Em menor incidência há os que vêm sós. Desta maneira, o ir e o situar-se na praia são, sobretudo, vivências que transcorrem em copresença. Os números absolutos e relativos são apresentados e examinados em suas particularidades no capítulo 4 adiante.

De acordo com tal entendimento, incluiu-se ainda o conceito análogo de equipe de representação ou equipe, que permitiu empreender a investigação de grupos em interação nas praias, indicando “qualquer grupo de indivíduos que cooperem na encenação de uma rotina particular” (GOFFMAN, 2009, p. 78). Nas interações existem equipes em que se manifestam engajamentos sociais nos quais são estabelecidas convivências cotidianas com parceiros que se vinculam em razão da proximidade, com uns agindo em função dos outros, ainda que não de maneira expressa. Ao se tomar banho de sol, expondo-se indolentemente na areia, além do presumível pretendido bronzeamento, pode-se indagar o quanto se atrai o olhar, a contemplação e a admiração. Quando perguntada sobre o que costuma fazer nos momentos que está na praia, uma banhista na areia em dependências do bar e restaurante Normandie afirmou que veio “se bronzear para causar” (Joseane, 24 anos, promotora comercial); entenda-se o implícito [ou o explícito] – admiração, como se pôde inferir na sequência de sua fala após as anotações feitas na folha da entrevista. Ao se pôr à vista, conta-se neste caso que seja notado o que se intenciona mostrar. Não se propõe nos limites desta análise generalizar, pois se comparece também ao espaço da praia sem necessariamente querer exhibir-se. Atitudes

significativas nas interações, pois contribuem para o estabelecimento de sociabilidades. Para isso, a copresença em equipes possibilita o curso aos acontecimentos, quando o espaço se converte em cenário. Em atividades esportivas exercitadas na areia, como o futebol e o voleibol, ou no calçadão, como a patinação e o *skate*, ou na água, como o *surf* e o *kitesurf*, contribuem os praticantes da atividade e a plateia que assiste para as dinâmicas das interações e sociabilidades praianas.

Nesse contexto, Goffman emprega ainda o conceito de ordem pública, relevante para este estudo. Ordem pública denota o momento “quando pessoas estão conscientes da presença de outras, elas podem funcionar não meramente como instrumentos físicos, mas também comunicativos” (GOFFMAN, 2010, p. 34). Na construção teórica de Goffman, a ordem pública está, segundo esclarece Joseph (2000, p. 93),

fundada no direito de olhar, isto é, num princípio de acessibilidade e disponibilidade das pessoas presentes. Estas tendem, quando se expõem, a dominar as impressões que causam em outrem e a de se observar enquanto agem.

Influenciam, portanto, com ou sem intenção, a percepção dos outros a seu respeito, como o fez a banhista Joseane, mencionada acima. É do interesse do indivíduo regular a conduta dos outros, sobretudo no que se refere ao modo como é tratado por eles. A este curso da interação pode ser dado o nome de gerenciamento de impressões, por meio do qual Goffman (2009) apresenta a metáfora dramaturgica para o entendimento da ordem da interação na vida social. Resumidamente, as equipes de representação levam em conta em suas interações a copresença na ordem pública.

Quando analisa os elementos rituais da interação, trata Goffman do conceito *face-work*, traduzido nas diversas edições de sua obra para a língua portuguesa como fachada ou figuração. Esclarece que “a fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (GOFFMAN, 2011, p. 14). Não é apenas a aparência, a estampa, a figura, o visual ou o retrato, mas, principalmente, o somatório de atributos morais que perfazem a reputação que se pretende ostentar, condição essencial ou pré-requisito para as interações, em que são expressas maneiras de agir e reagir nas ocasiões sociais de copresença.

Deve-se notar que a palavra figuração na obra de Goffman não tem o mesmo sentido que a ela atribuiu Elias. Em síntese, figuração/fachada é “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem

que ela assumiu durante um contato particular” (GOFFMAN, 2011, p. 13). A linha está relacionada a uma sequência de atitudes desempenhadas pela pessoa, demonstrando às demais presentes sinais de orientação e envolvimento na interação. Assim, de acordo com Goffman (2011, p.13), linha é

um padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela [a pessoa] expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria. Não importa que a pessoa pretenda assumir uma linha ou não, ela sempre o fará na prática. Os outros participantes pressupõem que ela assumiu uma posição mais ou menos voluntariamente, de forma que se ela quiser ser capaz de lidar com a resposta delas a ela, ela precisará levar em consideração a impressão que eles possivelmente formaram sobre ela.

Sendo assim, na ordem pública em que os indivíduos se expõem nas ocasiões sociais, em copresença nas equipes de representação, orientam suas ações ponderando também os predicados morais que pleiteiam para si. São percebidas, por exemplo, em atitudes de exibição que eventualmente provocam reações dos demais copresentes com interjeições populares em que se indaga se alguém “quer se aparecer” (*sic*), como nas jogadas com bola em que um jogador abusou de suas habilidades em lance com adversário e que resultou em conflito entre os participantes, observado pelo pesquisador em partida de futebol na praia do Olho-D’água em fevereiro de 2015.

Com certas atitudes ratificam-se ou denegam-se convites à aproximação, segundo as expectativas em relação aos outros interlocutores que o indivíduo gera com suas ações públicas. Goffman (2010) nomeia essas maneiras de agir ou de atuar como gerenciamento da copresença no curso da interação social. Esta pode ser de dois tipos: focada ou não focada/desfocada. A interação focada é aquela em “pessoas se juntam e cooperam abertamente para manter um único foco de atenção, tipicamente se revezando na fala” (GOFFMAN, 2010, p. 35). Refere-se a expressões ou atitudes que demonstrem uma atenção respeitosa pelo envolvimento com o outro. A interação não focada/desfocada é a que “se recolhe informações sobre outra pessoa ao se olhar de relance para ela, ainda que apenas momentaneamente, quando ela entra e sai do campo de visão” (GOFFMAN, 2010, p. 34). É alusiva à gestão de atitudes entre copresentes; a presença do outro não aparece como evidente naquele momento.

Nas observações em campo no que se refere a atitudes como o olhar, o não olhar diretamente, o fingir não olhar, atentou-se para os detalhes entendidos como relevantes e significativos à conservação pelos interagentes das condições necessárias para a continuidade

da interação. O curso das interações pode conduzir ao desfazimento dessa orientação e incidir em rupturas, como foi o caso de encaradas acintosas entre adversários na partida de futebol na praia do Olho-D'água relatada acima. Assim, para estabelecer interações e preservar situações sociais, determinados recursos práticos – aparências, atitudes, expressões, linguagem verbal e corporal, convenções normativas – são empregados e controlados. No caso, os contextos específicos nos quais elas se desenvolvem estão na praia em ocorrências como as que Goffman analisou com o conceito de ocasião social que, para ele,

é um acontecimento, realização ou evento social mais amplo, limitado no espaço e no tempo [...]; fornece o contexto social estruturante em que muitas situações e seus ajuntamentos têm probabilidade de se formarem, dissolverem e reformarem, e um padrão de conduta tende a ser reconhecido como padrão apropriado e (frequentemente) oficial. (GOFFMAN, 2010, p.28).

De acordo com Goffman (2010, p. 28), são exemplos de ocasiões sociais “uma festa social, um dia de trabalho num escritório, um piquenique, ou uma noite no teatro”. Dessa maneira, a ida e a copresença na praia são compreendidas como ocasiões sociais em que há padrões e expectativas de comportamentos ditos praianos. Goffman ressalta, no entanto, que a percepção de uma ocasião social pelo indivíduo pode variar conforme seu papel na atividade e seus critérios de valor para julgar o que ocorre. Assim, argumenta ele que “os torcedores rivais num jogo de futebol não vivenciam o ‘mesmo’ jogo e que aquilo que torna uma festa agradável para um participante que recebe muita atenção é exatamente o que a torna chata para outro participante que recebe pouca atenção” (GOFFMAN, 2012, p. 32-33). Deste modo, Goffman discute também a perspectiva dos atores. Sempre ilustrando com exemplos, ele afirma que

quando os papéis dos que participam numa atividade são diferenciados – o que ocorre frequentemente – a visão que uma pessoa tem daquilo que está ocorrendo será provavelmente muito diferente da visão de outra. Em certo sentido, aquilo que para o golfista é jogo para o *caddy* [carregador dos tacos de golfe] é trabalho. Interesses diferentes produzirão relevâncias motivacionais diferentes. (GOFFMAN, 2012, p. 31).

Sendo assim, em ocasiões sociais situadas na praia, a percepção e o sentido da experiência interacional vão depender das posições sociais e dos papéis a desempenhar. Conforme estas diferenças, um mesmo momento é assimilado diversamente por um jogador de voleibol praticando seu esporte próximo a um comensal que degusta petiscos bebendo na

companhia de outros em um bar situado na areia. No intuito de apreender o que se pode chamar de sentido da experiência interacional situada, apoiando-se em fontes como cartuns, histórias em quadrinhos, romances, cinema e teatro, Goffman (2012) elabora também o conceito de *frame*, que pode ser traduzido como quadro, enquadramento, moldura, esquema, fazendo referência à dimensão relacional do significado. Considera ele que

as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão ‘análise de quadros’ é um slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência. (GOFFMAN, 2012, p. 34).

No que denomina de análise de quadros, Goffman se propõe a examinar a estrutura da experiência interacional que têm os indivíduos em qualquer momento da vida social. O quadro é, portanto, uma metáfora para o que se pode entender por meio de palavras e expressões como “cenário”, “contexto”, “pano de fundo”. Permite inferir que aquilo que está acontecendo em uma determinada interação é regido por regras ou princípios implícitos, tácitos, não declarados, a partir do que se dá o transcurso da interação. Isso nem sempre se mostra com clareza para a percepção dos envolvidos, pois muitas vezes, como afirmado acima, os copresentes têm a deliberada intenção de esconder, modificar ou confundir a compreensão acerca do que está acontecendo.

Goffman (2012) analisa as maneiras pelas quais as situações sociais são interpretadas pelos indivíduos, que projetam quadros ou definições de realidade. No que se refere às praias, o quadro, o contexto ou o cenário é representado pelo conjunto de circunstâncias resultantes da interpretação do que define aquela situação de estar na orla e o engajamento em determinadas ações próprias a serem exercitadas naquele espaço, como banhar, jogar, lancha ou trabalhar. Goffman evidencia que as características notadas nas outras pessoas não são meros traços de personalidade, mas encenação de papéis, negociados em interação social. Logo, o que se organiza é a composição entre os atos e atividades temporárias que transcorrem entre diferentes pessoas copresentes. Considera, em resumo, o que chama de microssociologia. Nestes termos, revela ele que sua

preocupação ao longo dos anos tem sido a de promover o reconhecimento deste domínio face a face como analiticamente viável - um domínio que poderia ser

intitulado, na falta de outro nome, a ordem de interação - um domínio cujo método preferencial de estudo é a microanálise²⁰. (GOFFMAN, 1982, p. 2, tradução nossa).

Desse modo, Goffman faz um “percurso de microssociologia”, nas sintéticas palavras de Joseph (2000, p. 91), tendo uma preocupação com a interação interpessoal e a análise de situações sociais. Assim sendo, Goffman centra suas preocupações no processo de definição de situação e construção da interação. Esse é o foco da análise que se aplica à compreensão dos processos interacionais que se vão estabelecendo nos ajuntamentos ao longo das praias situadas na orla norte da Avenida Litorânea. Com as entrevistas foram identificados escopos como lazer, desportividade e trabalho nas apropriações e demarcações físicas e simbólicas dos espaços sociais em que se exercitam sociabilidades praianas, que têm a orla como cenário.

Esclarece também Joseph (2000, p. 8) que “a microssociologia pretende fazer a sociologia dessas circunstâncias [momentos, contextos e situações] e analisar a organização social desses encontros como uma ordem de fenômenos sociais que têm sua história específica”. Desta maneira, uma situação social “funciona como uma ‘configuração pontual’ destinada a ilustrar uma lógica estrutural (da reprodução, da dominação ou da mudança) propondo-lhe uma vinheta local” (JOSEPH, 2000, p. 9). Deve-se anotar ainda que Goffman (1982, p.2) empregou a expressão analítica “ordem da interação”, em que aplicou o termo ordem no sentido de um determinado domínio ou tipo particular de atividade, sem implicações concernentes ao quanto ordeiramente flui a interação.

Em um balanço da obra de Goffman, Frehse avalia a relevância teórica das categorias analíticas construídas por ele visando uma interpretação “alternativa do papel do espaço físico nas relações sociais” (FREHSE, 2008, p. 157). Esse arcabouço de conceitos possibilita compreender as relações dos indivíduos não apenas entre si, mas também no que se refere a lugares onde são delimitadas as situações da vida social – como na hipótese de exame das sociabilidades na praia. Como afirmado anteriormente, o espaço é um fator a ser destacado e analisado na atribuição de significados para os estilos de agir e pensar. Desse modo, pode-se considerar também que interações específicas ocorrem em determinados espaços, como as praias, por exemplo.

²⁰Texto de Goffman (1982, p. 2) no original em inglês: *my concern over the years has been to promote acceptance of this face-to-face domain as an analytically viable one – a domain which might be titled, for want of any happy name, the interaction order – a domain whose preferred method of study is microanalysis.*

Entende Frehse (2008, p. 162) que o espaço físico não constitui apenas cenário físico de interações, mas é “condicionante físico, signo e idioma de interações que localizam, de diferentes modos, os indivíduos interacional e, assim, socialmente”. Compete, portanto, ao sociólogo “etnografar a realidade empírica distinguindo analítica, conceitual e, assim, teoricamente as regras de conduta que medeiam essas interações” (FREHSE, 2008, p. 162). A etnografia empreendida é apresentada no capítulo 4, relativo aos resultados dos estudos sobre as configurações da interação na orla, em que se buscou interpretar, compreender e aprender sobre como se instituiu contemporaneamente na cidade de São Luís, em sua Avenida Litorânea, um *ethos* praiano, com seus hábitos e costumes.

A ambiência na qual se dá a vida social transcorre no espaço, que pode ser pensado, percebido e entendido nos aspectos físico, interacional e social. Goffman remete ao espaço quando considera o ambiente físico da vida social, com o intuito de compreender a estrutura normativa das interações e emprega o termo ordem da interação, conforme ressaltado supra. Ao esclarecer o significado desse conceito, entende-se que o espaço no sentido físico refere-se ao “ambiente físico em que a vida social se dá” (FREHSE, 2008, p. 155). Outro espaço – interacional – é configurado simbolicamente por meio “das regras de conduta nas quais os indivíduos se orientam, em copresença” (FREHSE, 2008, p. 157). O espaço interacional revela o espaço social. Assim, distâncias interacionais revelam distâncias sociais. O espaço social seria demarcado por posições, e o espaço interacional seria demarcado por ajuntamentos (FREHSE, 2008). O espaço social seria “uma abstração teórico-metodológica, construção do sociólogo que permite compreender o que separa e une socialmente os indivíduos em grupos” (FREHSE, 2008, p. 157). Conclui Frehse (2008, p. 158) que a obra de Goffman

sobre as interações não conversacionais sugere que os espaços interacional e social constituem, na verdade, dois poderosos pressupostos do esquema interpretativo desenvolvido pelo autor para desvendar a estrutura normativa das interações. Se os indivíduos, ao interagirem, se expressam e manejam as impressões de seus interlocutores a respeito deles visando a manter determinado *self*, tais expressões e impressões localizam o indivíduo na própria interação e na estrutura social por localizarem-no no espaço interacional e no social.

Garfinkel também considera as demarcações simbólicas instituídas por quem intenciona ocupar e usar parcelas do espaço físico para sociabilidades. Os limites assim definidos são ajustados e revisados por meio de regras e padrões, que são reproduzidos

conforme os “cenários de negócios cotidianos organizados” (GARFINKEL, 2008, p.1, tradução nossa), no original em inglês, ele escreve “*settings of organized everyday affairs*”, onde a palavra ‘organizados’ [*organized*] refere-se a ‘negócios’ [*affairs*]. Garfinkel concebe então que, na vida cotidiana, as interações e sociabilidades transcorrem em certo espaço, com território delimitado. Esta noção de territorialidade está associada a um espaço físico determinado, ao qual se tem acesso para ingressos e saídas. A permissão para o trânsito, a chegada e a permanência são garantidas com o emprego de estratégias que visem demonstrar o quanto algum pretendente à admissão nesse espaço é bem-vindo ou é considerado indesejado e percebido como intruso. Nas demarcações do espaço objetos e atitudes denotam em marcos físicos e simbólicos o quanto é franqueada a aproximação e a intromissão em determinado ajuntamento. O indivíduo deve ser portador de atributos reconhecidos para o ingresso sem ter a pecha de intrometido e receber a denegação de acesso, ainda que em espaços abertos como a praia.

Do mesmo modo, Magnani participa de discussões teóricas relativas a expressões como cenário, território ou espaço onde transcorrem as interações e sociabilidades. Entende ele que as interações sociais são localizadas no que chama de “pedaço”, o qual se refere a “um tipo particular de sociabilidade e apropriação do espaço urbano” (MAGNANI, 2003, p. 12). Magnani compreende que o pedaço é composto pelo que seriam seus dois elementos essenciais, o espaço e a rede de relações sociais que ali se situa (MAGNANI, 2003). Na orla da praia o espaço é representado por parcelas do calçadão, da areia, da água, dos bares e restaurantes, dos quiosques, dos hotéis e as redes específicas de relações sociais que são neles estabelecidas. Para Magnani, está delineado no pedaço um núcleo com bordas em seu entorno. Explica ele a respeito destes contornos demarcatórios, que

alguns pontos de referência delimitam seu núcleo. [...] No núcleo do ‘pedaço’, enfim, estão localizados alguns serviços básicos – locomoção, abastecimento, informação, culto, entretenimento – que fazem dele ponto de encontro e passagem obrigatórios. (MAGNANI, 2003, p. 115).

Esclarece ainda em que termos compreende os limites do pedaço, ao afirmar que “enquanto o núcleo do ‘pedaço’ apresenta um contorno nítido, suas bordas são fluidas e não possuem uma delimitação territorial precisa” (MAGNANI, 2003, p. 116). Essas bordas assinalam os pontos de contatos com outros pedaços que também estão dispersos pela orla. Na

concepção de Magnani, além da presença no espaço, ser do pedaço significa estar inserido em uma rede específica de relações. Pois, não basta “morar perto ou frequentar com certa assiduidade esses lugares: para ser do ‘pedaço’ é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência” (MAGNANI, 2003, p. 115). De modo assertivo, esclarece que

pertencer ao ‘pedaço’ significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância; o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade [...]. Pessoas de ‘pedaços’ diferentes, ou alguém em trânsito por um ‘pedaço’ que não o seu, são muito cautelosas: o conflito, a hostilidade estão sempre latentes, pois todo lugar fora do ‘pedaço’ é aquela parte desconhecida do mapa e, portanto, do perigo. (MAGNANI, 2003, p. 116).

Assim, no espaço físico – “pedaço” – encontra-se uma determinada rede de relações sociais que se constitui em um local e para ali são atraídos indivíduos com atributos semelhantes ou compartilhados, que conferem a ele a qualidade de ponto de encontro. No pedaço é desenvolvida uma sociabilidade básica e estável, na qual o sentimento de pertencer ou de estar vinculado envolve a frequência, ratificando afetos e identidades individuais, personalíssimas e sociais. A construção social da rede de relações sociais é marcada pela conservação e sustentação das situações de interação, o que implica o cumprimento de regras de lealdade, baseadas em atitudes como cumplicidade e convivência respeitosa. Há uma grande quantidade de pedaços ao longo das praias situadas na Avenida Litorânea. Esses pedaços são demarcados simbolicamente na orla norte, onde banhistas se congregam em ajuntamentos com propósitos direcionados ao exercício de sociabilidades como conversações, comensalidades, esportismos. Nota-se então a presença de públicos que para lá fluem e ali se concentram perfazendo, portanto, os pedaços.

Nesse sentido, conceito próximo ao de pedaço, formulado por Magnani, é o de região moral, concebido por Park. Esta noção ajuda a pensar nos pontos de encontro ou no “pedaço” como trata Magnani. Com diferenças entre os autores, explica Park (1979) que a região moral é um lugar de reunião ou ponto de encontro, no qual prevalece um código moral divergente, onde ocorrem periodicamente formas de diversão segundo gostos, temperamentos, paixões ou interesses que têm suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo, decorrendo de uma arte, como a música, ou de um esporte, como a corrida de cavalos. Segundo Park (1979, p. 64), “é inevitável que indivíduos que buscam as mesmas formas de

diversão, quer sejam proporcionadas por corrida de cavalos ou pela ópera, devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares”. Explica ele que, nesta organização diferenciada da vida social urbana, a população não se distribui por interesses ocupacionais ou por condições econômicas, mas se segrega de acordo com outros interesses específicos, como gostos e temperamentos, como mencionado acima. Uma dessas predileções é a musical, com regiões em que comparece um público para ouvir músicas em estilos como reggae, pop rock, forró, sertanejo, samba. É possível ainda os bilharistas aficionados em sinuca reunirem-se em determinados bares na orla para a prática deste jogo dito de salão.

Zonas da cidade ou bairros são passíveis de avaliação como regiões morais. A propósito, considera Park (1979, p. 64) que “cada vizinhança, sob as influências que tendem a distribuir e a segregar as populações citadinas, pode assumir o caráter de uma ‘região moral’. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades”. Park esclarece, todavia, que região moral não se refere necessariamente a um lugar de criminosos ou anormais. A comunidade da Prainha representa essa acepção de bairro ou zona da cidade como região moral, em razão das condições sociais de vulnerabilidade e da ameaça perene de remoção de suas casas. Assim, a noção de região moral teria sido proposta para se aplicar, nas palavras de Park (1979, p. 66),

a regiões onde prevaleça um código moral divergente, por uma região em que as pessoas que a habitam são dominadas, de uma maneira que as pessoas normalmente não o são, por um gosto, por uma paixão, ou por algum interesse que tem suas raízes diretamente na natureza original do indivíduo.

Acrescenta-se também à análise a noção de lugar. Para Augé (2010), a concepção de espaço é mais abstrata que lugar, denotando este maior especificidade e concretude. A esse respeito, Augé (2010, p. 51) apresenta o que seria o lugar antropológico, que para ele é a

construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar. [...] O lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem os observa.

O conceito de lugar antropológico, para Augé (2010), faz-se completo pela fala que inclui trocas de senhas advindas da convivência e de uma intimidade de parceiros de códigos linguísticos. Esse lugar pode fazer referência a passagens, caminhos, ou a largos e

centros comerciais, religiosos ou políticos com possibilidade de maior permanência. O que Augé (2010, p. 55) chama de lugar antropológico abrange *in verbis*

por um lado, itinerários, eixos ou caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados pelos homens e, por outro lado, em cruzamentos e praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem, que desenharam, conferindo-lhes, às vezes, vastas proporções para satisfazer principalmente, nos mercados, necessidades do intercâmbio econômico, e, enfim, centros mais ou menos monumentais, sejam eles religiosos ou políticos, construídos por certos homens e que definem, em troca, um espaço e fronteiras além das quais outros homens se definem como outros, em relação a outros centros e outros espaços.

Enquanto lugares com acesso livre e franqueado, onde em situações sociais de permanências indivíduos e grupos entabulam sociabilidades, as praias foram também estudadas e pesquisadas a partir deste referencial teórico. Encontros, reuniões e intercâmbios associados a um sentimento de pertencimento, caracterizam esse lugar, o qual tem ao menos três características comuns, ele é “identitário, relacional e histórico” (AUGÉ, 2010, p. 52). A partir desta perspectiva, buscou-se compreender em que medida a frequência constante a um trecho ou lugar da praia e as sociabilidades lá então estabelecidas contribuíram para a formação de uma identidade com os que ali também passam parte de seu tempo. O conceito de lugar de Augé destaca, portanto, aspectos como identidades e posse de códigos específicos de linguagem. Neste sentido, há lugares ao longo da orla da Avenida Litorânea onde se pode reconhecer a expressão de características identitárias próprias como as relativas aos praticantes de um esporte ou àqueles que vão para apreciar um estilo musical específico.

Considerou-se ainda o fato de os espaços urbanos contemporâneos serem produzidos e reproduzidos com o auxílio do uso dos recursos das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) na vida cotidiana. Ir à praia, fazer ou combinar uma caminhada, uma corrida, uma pedalada de bicicleta ou um encontro na Litorânea podem ser agilizados com o emprego de utensílios eletrônicos. Atualmente, as inovações tecnológicas representam importantes instrumentos para associações. Como outrora a construção de pontes e a urbanização de avenidas permitiram o avanço da cidade em direções antes escolhidas como opção alternativa de destino motivada por um relativo sentimento de aventura só para chegar lá; no presente, os caminhos são abertos também com a maior rapidez em que as notícias são veiculadas. Este conjunto de circunstâncias pode ser apontado como o ensejo para a

incorporação de outros espaços à malha da cidade, resultando também na frequência facilitada à área praiana.

Nesse sentido, prenuncia Augé (2010, p. 110), que não há mais “análise dos indivíduos que possa ignorar por onde eles transitam”. Enquanto espaço para o trânsito, a Avenida Litorânea, com suas pistas, calçada e ciclovia, alargou a possibilidade de acesso a outros espaços do município de São Luís e representou um fator que se somou à edificação da cidade moderna. Destaca Miralles-Guasch (2002, p. 28, tradução nossa) que “para que a cidade moderna funcione é necessário que tudo circule, que tudo flua, desde o capital até a água, desde a energia até a população²¹”. Fisicamente a distância espacial é a mesma, mas ocorreu um processo de aproximação pelo advento da melhoria nos caminhos para a orla. O antes distante lá, cada vez mais passou a ser vivido, pensado e representado como cá. Assim, a facilidade de alcance permitiu a afluência de viandantes, com o crescimento no movimento conjunto de pedestres e veículos e a incorporação dos espaços sociais da orla litorânea norte ao cotidiano, em que os cidadãos passaram a exercitar sociabilidades com configurações tipicamente praianas, nas quais prevalecem modos e comportamentos relacionados ao estar à beira-mar.

No início do século XX, já considerava Park as possibilidades de mudança que os avanços no sistema de transportes poderiam suscitar. O potencial de transformação representado por esses meios de locomoção significou ir mais longe à busca de outras oportunidades de trabalho ou de diversão. Como explica Park (1979, p. 46),

os métodos modernos de transporte e de comunicação urbanos [...] têm mudado rápida e silenciosamente nos últimos anos a organização social e industrial da cidade moderna. Multiplicando os subúrbios residenciais e tornando possíveis os grandes magazines [...]. Essas mudanças na organização industrial e na distribuição da população têm sido acompanhadas pelas mudanças correspondentes nos hábitos, sentimentos e caráter da população urbana.

Com novos trajetos, novas marchas passaram a ser possíveis e foram incorporadas às práticas sociais urbanas. Em São Luís a construção de vias para a ligação do litoral norte à malha da cidade é componente de um processo de transformação do espaço urbano. Park, antes de Augé, considerou que o transporte e a comunicação representaram fatores para a

²¹ Texto de Miralles-Guasch (2002, p. 28) no original em espanhol: *para que la ciudad moderna funcione es necesario que todo circule, que todo fluya, desde el capital hasta el agua, dese la energía hasta la población.*

mudança social, por ele chamada de “mobilização do homem individual” (PARK, 1979, p. 62). Assim, as modificações no sistema viário dão formas à cidade moderna.

A partir do paradigma do movimento, da mobilidade e da comunicação, Urry considera espaços específicos nos quais determinados grupos se reúnem, estabelecendo certos tipos de sociabilidade. Entre outros, cita ele praias, praças e complexos de lazer onde transcorrem encontros face a face. Segundo Urry (2007, p. 37, tradução nossa),

tais mobilidades muitas vezes também implicam distintos espaços sociais ou nós onde esses encontros cara a cara acontecem, tais como estações, hotéis, autoestradas, resorts, aeroportos, esquinas, shoppings, estações de metrô, ônibus, praças públicas, complexos de lazer, cidades cosmopolitas, **praias**, galerias, parques em beiras de estrada e assim por diante. Estes são lugares de movimento intermitente, onde se reúnem grupos específicos²². (grifo nosso).

Em observação semelhante, ressalta Sennett a ideia da associação entre espaço público urbano e liberdade de movimento. Nota ele (SENNETT, 2014, p. 31) que, “atualmente, experimentamos uma facilidade de movimentação desconhecida de qualquer civilização urbana anterior à nossa, e, no entanto, a movimentação se tornou a atividade diária mais carregada de ansiedade”. Este sentimento decorre do fato de o deslocamento sem restrições ser considerado um direito absoluto, com as obstruções ao trânsito e os congestionamentos serem avaliados como problemas de mobilidade urbana. O instrumento para o exercício desse direito é o automóvel particular, que também orientou o conteúdo dos projetos de expansão urbana e reconfiguração viária de São Luís a partir da segunda metade do século XX. Assim, o outrora distante e bucólico areal da orla norte foi crescentemente incorporado ao cotidiano da cidade por meio do maior acesso, acompanhado por mudanças na forma de acumulação do capital imobiliário, que se voltou para edificar residências uni e multifamiliares de moradores que para ali eram atraídos pela oferta de terrenos à beira-mar em busca de melhores ares diferentes do Centro, como no depoimento inserido no estudo de caso na seção 4.2.4 adiante, colhido na entrevista com morador do Olho-D’água.

Esse espaço urbano é o cenário onde estão localizadas e transcorrem interações e sociabilidades em situações sociais que se sucedem nas praias. Ao espaço é conferido um

22 Texto de Urry (2007, p. 37) no original em inglês: *such mobilities often also entail distinct social spaces or nodes where these face-to-face encounters take place, such as stations, hotels, motorways, resorts, airports, corners, malls, subway stations, buses, public squares, leisure complexes, cosmopolitan cities, beaches, galleries, roadside parks and so on. These are places of intermittent movement where specific groups come together.*

sentido físico, enquanto lugar em que transcorre a vida social. A esta concepção acrescenta-se a perspectiva que o interpreta em sua configuração simbólica de espaço interacional, no qual as condutas são mediadas por regras exercitadas em copresença; a compreensão do espaço interacional permite revelar posições no espaço social. Desta forma, distâncias interacionais indicam distâncias sociais. Conforme este somatório de atributos pensa-se o sentido do espaço urbano em comento, conferindo-lhe predicados segundo os quais é considerado física, interacional e socialmente. A par destas características, o estabelecimento situado de interações e sociabilidades no espaço urbano da praia transcorre em ambiente também qualificado como público, o qual na acepção de espaço social construído passa a ser objeto de reflexão em suas condições objetivas na seção seguinte.

3.2 A construção social do espaço público

O espaço enquanto público é o resultado de um processo de construção histórica e social, no qual ele tem atributos que passam a ter reconhecidos ao reunir pressupostos, requisitos e elementos que lhe são imputados e o especificam. Determinadas variáveis são ajustadas socialmente para a configuração do que se entende por espaço público. Assim, caracterizar nesta seção do estudo o espaço na condição de público permite articular e enquadrar na dimensão teórica e conceitual os limites dentro dos quais se sucedem as interações e sociabilidades examinadas.

Note-se como as ciências, sobretudo as sociais, operam com oposições de ideias ou dicotomias, comparando por contrastes noções como a de espaço público a que opõe a espaço privado. Qualifica-se, portanto, o espaço enquanto público sem, no entanto, deixar de considerar o que existe juntamente ou ao lado dele, pois os espaços público e privado são articulados e complementares. Conforme assinala Saldanha (2005, p. 31), “o plano público e o privado tocam-se, completam-se, complementam-se”. Isto decorre do fato de que as dinâmicas da vida social se passam em diferentes espaços e dimensões, seja em casa, no ambiente restrito de mais intimidade da família, seja na rua, em espaços com maior exposição e amplo acesso. A construção social e histórica do espaço enquanto público apresenta um curso no qual é ordenado o conjunto de crenças de que resultou sua caracterização.

Em um esforço de resgate histórico, Habermas (2003) discute as categorias do público e do privado, considerando-as como uma herança cultural grega, transmitidas em uma versão romana, segundo a qual a esfera pública representa o debate livre entre iguais. Esclarece ele que, “na cidade-estado grega desenvolvida, a esfera da pólis, que é comum aos cidadãos livres (*koiné*), é rigorosamente separada da esfera do oikos, que é particular a cada indivíduo (*idia*)” (HABERMAS, 2003, p. 15). Habermas chama atenção para a importância social da esfera pública, onde se dá a vida pública ou *bios politikos*, pois é lá que os interesses e negócios são tornados visíveis a todos. Nos limites da casa, na esfera privada, no entanto, as coisas são guardadas e ocultadas. Nas palavras de Habermas (2003, p. 16),

nos limites do *oikos* a necessidade de subsistência e a manutenção do exigido à vida são escondidos com pudor, a pólis oferece campo livre para a distinção honorífica: ainda que os cidadãos transitem como iguais entre iguais (*homoioi*), cada um procura, no entanto, destacar-se (*aristoiein*). As virtudes, cujo catálogo Aristóteles codifica, mantêm apenas na esfera pública: lá é que elas encontram o seu reconhecimento.

Sendo assim, uma primeira observação a fazer quando se trata da construção social do espaço público é sua dimensão ou esfera da vida relacionada à cidade, onde é possível tornar-se visível aos olhos de outros tantos. Sennett explica que as palavras público e privado no curso da história sofreram mudanças ligadas às transformações na cultura ocidental decorrentes da urbanização e da industrialização, com ampliação de seus significados. Relata ele que

as primeiras ocorrências da palavra ‘público’ em inglês identificam o ‘público’ com o bem comum na sociedade. [No século XVI] havia-se acrescentado ao sentido de público aquilo que é manifesto e está aberto à observação geral. [...] Perto do século XVII a oposição entre ‘público’ e ‘privado’ era matizada de modo mais semelhante ao de seu uso atual. ‘Público’ significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto ‘privado’ significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos. (SENNETT, 2014, 33).

Explica Sennett (2014, p. 34) que, quando o termo público já havia adquirido o sentido moderno, ele “significava não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas”. O crescimento das cidades fez aumentar os locais onde estranhos podiam encontrar-se. Foram construídos parques, ruas para passeio, cafés, bares, teatros. Ressalta Sennett (2014, p. 35) que

a difusão das comodidades urbanas ultrapassou o pequeno círculo da elite e alcançou um espectro muito mais abrangente da sociedade, de modo que até mesmo as classes laboriosas começaram a adotar alguns hábitos de sociabilidade, como passeio em parques, antes terreno exclusivo da elite, caminhando por seus jardins privativos ou ‘promovendo’ uma noite no teatro.

Dessa maneira, o público estava relacionado ao âmbito da cidade em que se podia ser visto, agora incluindo a presença também de tantos outros desconhecidos. Nesta perspectiva da rua, do público, do estranho, considera Sennett a importância dos contatos e do convívio com desconhecidos na cidade. Destaca então Sennett (2014, p. 44) que, em meados do século XIX,

a experiência adquirida em companhia de estranhos começa a parecer uma questão de necessidade urgente na formação da personalidade de uma pessoa. As forças pessoais poderiam não se desenvolver se a pessoa não se expusesse a estranhos – poder-se-ia ser demasiado inexperiente, demasiado ingênuo para sobreviver.

Em comparação ao que ocorria no Brasil, com referência às oposições entre as dimensões do público e do privado, menciona Freyre (2004) a pouca importância conferida ao espaço público no período colonial. Foi lento o processo histórico e social no qual a esfera pública foi adquirindo projeção na vida social. Afirma Freyre (2004, p. 135) que “a praça venceu o engenho, mas aos poucos”. Os espaços públicos eram, em muitas circunstâncias, interditos às mulheres e também aos homens. Conta Freyre (2004, p. 145) que “nas ruas só se encontravam as escravas negras e as mulatas com quem às vezes, de noite, os velhotes do Recife namoravam, na ponte da Boa Vista. La Salle diz que também os homens pouco saíam de casa”. Salvo exceções mais ao norte do País, narra Freyre (2004, p. 145) que “no Recife como em São Luís do Maranhão é tradição que viviam quase a tarde inteira na rua”. Dessa maneira, em São Luís e no Recife os homens tendiam a frequentar mais o espaço público do que na Corte. Ainda assim, procuravam sair à rua o menos possível, pois era sinal de fidalguia e distinção ser o menos visto interagindo com o povo mal afamado nos logradouros públicos.

Ao comparar, portanto, o norte com as porções do território colonial mais ao sul, defende Freyre (2004, p. 145) a tese de que “os burgueses de sobrado foram naquelas cidades do norte do Brasil homens de praça ou de rua como, outrora, os gregos, da ágora, ao contrário dos do Rio de Janeiro e da Bahia que raramente deixavam o interior dos sobrados”. Concepção semelhante existia com relação aos escravos, que eram divididos entre aquele que estava a

serviço da casa e o que se destinava aos serviços de rua. Neste sentido, relata Freyre (2004, p. 155), “aquele em contato com os brancos dos sobrados como se fosse pessoa da família. O outro, menos pessoa de casa que indivíduo exposto aos contatos degradantes da rua”. A cidade de São Luís àquele tempo restringia-se ao atual Centro Antigo. Em um qualificativo que sintetize suas particularidades à época, foi designada neste estudo como cidade mercantil portuária e examinada em seus traços urbanos no capítulo 2, seção 2.3.

No que se refere às mudanças históricas nas concepções contrastantes entre o espaço público e o espaço privado, sobretudo no que tem a ver com a cidade, nota Machado (2008, p. 83) que, “na medida em que o espaço da rua passa a ser delineado e exercido enquanto espaço público, passa-se a exigir novas formas de comportamento na rua”. Assim, o que se entende por espaço público tem como exigência o acatamento a rituais e comportamentos que contribuem para o estabelecimento de limites simbólicos entre o que se compreende como vida pública e vida privada. A conservação de condições de sociabilidade exige que se mantenha certo distanciamento do campo da intimidade do outro. Distanciamentos respeitosos, civilidade, trato social são deveres que se impõem aos cidadãos para o convívio no espaço em que se é visto entre tantos mais conhecidos e desconhecidos.

Para caracterizar o espaço como público não bastam predicados como o acesso amplamente facilitado ou seu relativo distanciamento do espaço privado. Mesmo porque essa separação não é absoluta e em diversas ocasiões sociais o público e o privado estão ligados. O essencial é que o espaço público esteja associado à vida pública. Desta maneira, lembra Gomes (2010, p. 160) que, “para que esse ‘lugar’ opere uma atividade pública, é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma copresença de indivíduos”. Ratifica, portanto, a indispensável copresença antes examinada para a caracterização do espaço enquanto público.

O espaço é assim entendido como o lugar da sociabilidade, onde se cultiva a convivência pública das práticas sociais. Os comportamentos em copresença confirmam o estatuto público do espaço. Segundo Gomes (2010, p. 163), configura-se então um espaço social “em que se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da copresença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo”. Certamente, regras de convívio social devem ser observadas para assegurar a manutenção da copresença e das interações. Nesse sentido, concorda Alex (2008, p. 20) que, “embora o

espaço público possa ser também o lugar das indiferenças, ele caracteriza-se, na verdade, pela submissão às regras da civilidade”. Como sintetiza Gomes (2010, p. 164), “o lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço”.

Chama atenção Saldanha (2005) para a ambivalência nos julgamentos de atitudes, pois, conforme o espaço (público ou privado), virtudes e defeitos são avaliados de maneiras diferentes. Nas palavras de Saldanha (2005, p. 146), “a presença dos espaços público e privado não configura apenas uma dualidade, mas às vezes chega a constituir uma ambivalência: os defeitos e as ‘qualidades’, que cada pessoa pode possuir, assumem no público e no privado diferentes sentidos”. São dois sistemas de valores opostos, um tem como referência o público, a cidade; o outro, o privado, a casa.

Assim, comportamentos, atitudes, gestos e palavras podem ser reputados socialmente respeitosos na rua, mas indevidos no âmbito doméstico. No espaço público da rua e da praça, na cidade mercantil, e no espaço da praia, na cidade moderna contemporânea, há comportamentos que sancionados como reprovados socialmente em recinto doméstico, encontram, todavia, aprovação e premiação no espaço público. É o caso de palavras de baixo calão exclamadas durante as partidas de futebol, como as observadas na praia do Olho-D’água no curso da pesquisa de campo. Nestas sociabilidades não basta apenas descompor o adversário, dirigindo-lhe palavras afrontosas, o mais valorizado é reunir habilidades para retrucar *in continenti* um xingamento, em que granjeia respeito quem sabe a medida certa de ofender moralmente com a verbalização de impropérios no momento oportuno.

Outra peculiaridade na construção social do espaço público contemporâneo é a percepção do sentimento de perigo ou risco decorrente de sucessivos episódios de insegurança urbana relatados e vivenciados no cotidiano das metrópoles brasileiras. Nas entrevistas, debatidas no capítulo 4, há 11 (onze) relatos de episódios de violência sofridos ou testemunhados por frequentadores da orla e ocorridos nos limites do calçadão e no transporte coletivo. Nesse sentido, avalia DaMatta (1997, p. 57) que a rua é “terra que pertence ao ‘governo’ ou ao ‘povo’ e que está sempre repleta de fluidez e movimento. A rua é um local perigoso”. A rua e os demais espaços públicos, como a praia, são muitas vezes reputados como arriscados e ameaçadores. Assim, conforme DaMatta (1997, p. 59), evidências permitem concluir que “o espaço público é perigoso e como tudo que o representa é, em princípio,

negativo porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado no descaso”. Deste modo, um dos fatores de repulsa e afastamento do espaço público do litoral norte é o potencial de perigo e risco traduzido em sensação de insegurança para quem intenciona frequentá-lo.

Como considerado na seção anterior, reitera-se na constituição social do espaço público contemporâneo as especificidades dos avanços nas tecnologias da informação e da comunicação (TIC). O advento de invenções como fotografia, cinema, rádio, televisão, computação acarretaram mudanças nos usos, apropriações e percepções do espaço social público, como examinados em escritos de McQuire (2008) e Miralles-Guasch (2002). Atualmente, além de uma localização física, é possível pensar em uma situação virtual, com encontros agendados por meio da *internet*. As chamadas redes sociais possibilitaram um crescimento exponencial na troca de informações e conhecimento de pessoas.

Os meios de comunicação móveis disseminados socialmente suscitaram, segundo McQuire (2008, p. vii, tradução nossa), novas vivências sociais, em que “a experiência espacial da vida social moderna emerge de um complexo processo de coconstituição entre estruturas arquitetônicas e territórios urbanos, práticas sociais e retorno de mídia²³”. Nesse sentido, entende McQuire (2008, p. 203, tradução nossa) que “as plataformas dos novos meios de comunicação têm contribuído para a formação de novos modos de percepção e conhecimento, bem como a produção de novas formas e locais de ação social²⁴”. Assim sendo, “esses novos meios de comunicação apontariam também: para a desestabilização das coordenadas tradicionais de espaço e subjetividade, e sua possível reinvenção em diferentes linhas²⁵” (MCQUIRE, 2008, p. 203, tradução nossa). Pode-se estar presente no espaço físico público, mas estar conectado a outros âmbitos socioespaciais distantes. Ademais, o uso de ferramentas das TIC contribui ainda para uma lógica de aceleração do tempo, permitindo alcançar mais rapidez nos ritmos de fazer e cumprir a agenda diária das pessoas. Dessa

23 Texto de McQuire (2008, p. vii) no original em inglês: [...] *the spatial experience of modern social life emerges through a complex process of co-constitution between architectural structures and urban territories, social practices and media feedback.*

24 Texto de McQuire (2008, p. 203) no original em inglês: *I have suggested that new media platforms have consistently contributed to the formation of new modes of perception and knowledge, as well as the production of new forms and sites of social action.*

25 Texto de McQuire (2008, p. 203) no original em inglês: [...] *new media also point: towards the destabilization of traditional coordinates of space and subjectivity, and their possible reinvention along different lines.*

maneira, diversos eventos agendados para ocorrer nas adjacências da praia buscam alcançar sucesso de público com a divulgação da programação pela internet e canais de comunicação de massa. Como no evento recreativo de férias promovido na praia de São Marcos pelo Serviço Social do Comércio (SESC) – SESC VERÃO ou em programação de estações de rádio em que se destaca o “som das praias”.

Mais uma variável que se pode inserir no exame da construção social do espaço público é o relativo a determinadas formas de apropriação que constituem o bairro. Enfatize-se o incremento populacional que tem contribuído também para delimitar bairros situados na circunvizinhança da orla norte de São Luís. A este respeito entende Mayol (2009, p. 42) que o bairro é

um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo).

Neste sentido, o espaço do bairro representaria uma forma de privatização do espaço público no qual estão articulados e são interdependentes em seus significados o público e o privado. Deve-se enfatizar que os bairros de São Marcos, Calhau e Olho-D’água tiveram expansão no número de seus moradores, compondo uma crescente vizinhança no final do século XX e início deste século XXI. Deste processo resultam as novas relações de vizinhança, a sensação de pertencimento e a possibilidade de reconhecimento enquanto morador do bairro. Assim, segundo Mayol (2009, p. 45), no bairro há

conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento.

O exame acerca da construção social do espaço público urbano permite compreender os significados a ele atribuídos e os recursos acionados pelos cidadãos para a sua incorporação ao cotidiano com as interações e sociabilidades nele situadas. O sentido de público expressa a vida relacionada à cidade, onde os interesses são acessíveis e visíveis. No espaço público exercitam-se civilidades, comportamentos que têm assegurado a convivência entre desconhecidos no espaço urbano, em meio a uma população crescente, socialmente

heterogênea em suas procedências e composição. Atualmente, esse espaço é concebido como físico e ainda virtual, pois as tecnologias da informação e da comunicação viabilizam também a ampliação de seus usos e apropriações. Deve-se igualmente contemplar na análise a dimensão de bairro e vizinhança. Em São Luís o espaço público apresenta características próprias que se vão redefinindo a partir do último quarto do século XX, em que a edificação de novas vias para a mobilidade contribuiu para a expansão urbana, concomitante à consolidação de bairros litorâneos. Assim, refletir sobre a construção social do espaço público é analisar as soluções articuladas historicamente para viabilizar o convívio na cidade e metaforicamente possibilitar a mais cidadãos colocarem os pés na praia, imprimindo em maior quantidade suas pegadas na areia. No caso de São Luís, em razão das peculiaridades geográficas, considera-se também a praia em sua localização insular para a caracterização do espaço social público, objeto de análise na seção abaixo.

3.3 O espaço social público praia na cidade insular

Depois de considerar, no curso da exposição, conceitos para a compreensão da construção social do espaço público urbano, resta agora examinar os termos alusivos ao espaço físico propriamente dito e suas implicações para o intercurso das interações e sociabilidades. Como forma de contribuir para pensar com mais especificidade o espaço social público praia, passa-se a discutir como esse espaço é representado em sua geografia e juridicamente regulado, visando situar os contornos geográficos e o âmbito legal do objeto em análise.

Localizada no norte do estado do Maranhão, São Luís está situada em uma ilha “continental ou costeira”, conforme Guerra (2011, p. 349). Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), integra a mesorregião norte maranhense e a microrregião da aglomeração urbana de São Luís, na região do Golfão maranhense (FEITOSA e TROVÃO, 2006, p. 24-25). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁶, a ilha tem uma área territorial de 1.412,264 km², dividida em quatro municípios: São Luís (834,785 km²), São José de Ribamar (388,371 km²), Paço do Lumiar (122,828 km²) e Raposa

²⁶ Fonte: IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=211130&search=>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

(66,280 km²). São Luís – capital do Maranhão – tem sido alcunhada com diversos cognomes e epítetos como: “Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade”, “Atenas Brasileira”, “Cidade dos Azulejos”, “Cidade dos Sobradões”, “Ilha do Amor”, “Ilha do Bumba Meu Boi”, “Jamaica Brasileira”, “Capital Brasileira do Reggae”, “Ilha Magnética”, “Ilha Quatrocentona”. De acordo com a Constituição do Estado do Maranhão, é nomeada como Upaon-Açu em seu artigo 8º,

a cidade de São Luís, na ilha de Upaon-Açu, é a capital do Estado. (MARANHÃO, 2001).

A cidade sofre o influxo do mar em sua geografia devido ao fato de São Luís ser litorânea e insular, cujas “terras emersas são circundadas de água doce e salgada” (GUERRA, 2011, p. 348). Em certa medida, esta conformação exerceu ou tem exercido influência na ocupação do espaço e na interação de seus habitantes. Seu posicionamento global está

entre as coordenadas [geográficas] de 02° 24’ 09” e 02° 46’ 13” de latitude Sul e 44° 10’ 18” e 44° 29’ 47” de longitude Oeste de Greenwich”. No que tange aos limites, apresenta os seguintes:

Norte – Oceano Atlântico;

Sul – municípios de Bacabeira e Rosário;

Leste – município de São José de Ribamar;

Oeste – municípios de Alcântara, Bacurituba e Cajapió.

(FERREIRA, 2014, p. 23).

De um modo geral, o espaço público urbano frequentado e tomado como seu pelos ilhéus assume diversas formas, representando as praias espaços singulares para determinadas experiências interacionais. Com a incorporação crescente da orla norte às dinâmicas urbanas, processo que se acentuou a partir da última década do século XX e examinado no capítulo 2, as idas e a presença dos cidadãos insulanos tornaram-se mais constantes no litoral, os novos trechos apropriados da orla importam modalidades de vivências urbanas, com sociabilidades contemporâneas concebidas como praianas. O campo no qual transcorrem as interações e sociabilidades é restrito, neste estudo, à área específica da Avenida Litorânea, o referido espaço de incorporação recente aos hábitos urbanos. Assim sendo, considera-se a orla das praias de São Marcos, Calhau e Olho-D’água, onde foi edificada esta via.

Com o propósito de examinar o espaço social público na cidade insular, são discutidas as noções de paisagem, orla e praia, que se articulam ao longo da Avenida

Litorânea. A paisagem é a noção mais abrangente, que inclui as demais, e é definida no Plano Diretor do Município de São Luís no artigo 90, I, como

a composição de elementos estruturadores, naturais e humanos, que geram juízos de valor estético, de identidade e de referência a partir de sua apreciação. (SÃO LUÍS, 2006, p. 37).

O mesmo diploma (SÃO LUÍS, 2006, p. 38), no artigo 92, IV, compreende “praias e dunas” enquanto áreas de interesse paisagístico. Pela leitura deste documento legislativo, as praias são espaços sociais a serem protegidos, conservados e valorizados visando a qualidade de vida e o bem-estar da população. Assim, por imposição legal do artigo 91 do Plano Diretor, no âmbito municipal, deve-se traçar e desenvolver a política de paisagem, que se refere a

um conjunto de objetivos, diretrizes e estratégias que orienta a gestão paisagística da cidade, garantindo sua proteção, conservação e valorização, bem como a qualidade de vida da população. (SÃO LUÍS, 2006, p. 38).

Outra noção que auxilia a análise é o conceito geológico de praia, que, para Guerra (2011, p. 503), faz referência ao “depósito de areias acumuladas pelos agentes de transportes fluviais ou marinhos. As praias representam cintas anfíbias de grão de quartzo [areias], apresentando uma largura maior ou menor, em função da maré”. De acordo também com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, instituído pela lei n.º. 7.661, de 16 de maio de 1988, em seu artigo 10, § 3º, praia é

a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece outro ecossistema” (BRASIL, 2015b, p. 1).

Em determinadas ocasiões, as praias podem ser totalmente encobertas no tempo das marés de sizígia²⁷, quando as águas do mar alcançaram o asfalto em trechos da Avenida Litorânea. Como ensina Guerra (2011, p. 503), “os depósitos de praias [extensões de areias], quando situados a alguns metros acima do alcance das marés de sizígia, servem como indicadores da oscilação entre o nível dos oceanos e das terras”. Neste sentido, São Luís tem como peculiaridade uma grande variação de maré, com acentuadas diferenças diárias em que a

²⁷ Marés de sizígia ocorrem quando o Sol e a Lua se colocam numa mesma linha em relação à Terra, a maré fica mais alta do que o normal. Disponível em: < <http://planetario.ufsc.br/mares/>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

faixa de areia entre o mar e a calçada fica estreita e mínima ou desaparece sob as águas, até ampliadas distâncias com mais de 200 (duzentos) metros que se formam com o recuo do mar.

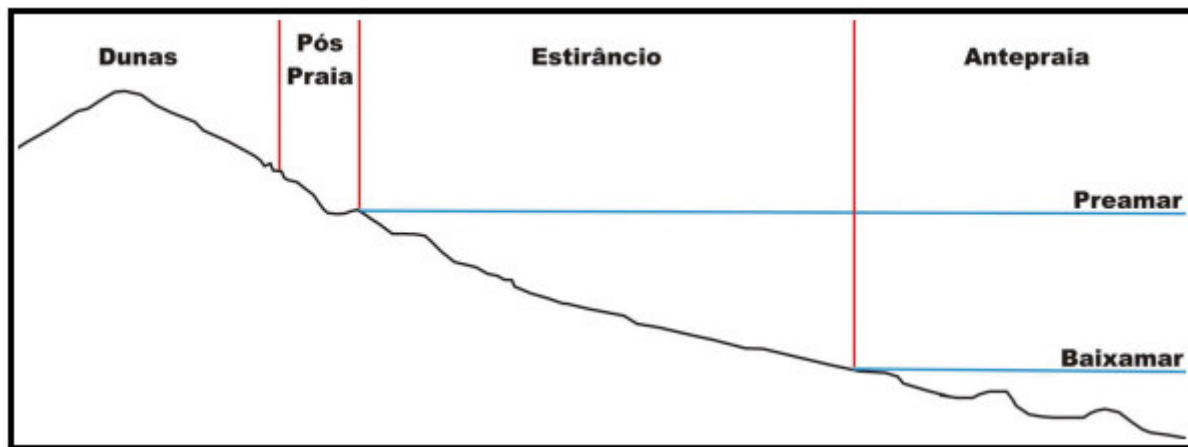
De acordo com Viana et al. (2006, p. 113), as praias do litoral norte da Ilha de São Luís

apresentam largura média de aproximadamente 250 metros, podendo variar em face da grande amplitude de maré. Assim, as praias do litoral norte são compostas por uma faixa de areia que varia entre 200 a 250 metros, com declive suave até a baixamar, a partir dali sucede uma descida acentuada para o mar, a antepraia. A faixa praial possui em geral extensão com cerca de até 8 quilômetros.

Estas praias têm um perfil topográfico típico, conforme a ilustração da figura 15,

o pós-praia [*backshore*], localizado na base das dunas, constitui-se de uma estreita faixa de areia com de material biodetrítico, imerso nas marés de sizígia. O estirâncio [*foreshore*] é a faixa de areia que fica emersa ou submersa, entre a preamar e a baixamar, como indicado a seguir, e constitui-se na praia. A antepraia [*offshore*] é o ambiente submerso em direção ao mar. (VIANNA et al., 2006, p. 114).

Figura 15 – Representação do perfil topográfico das praias do litoral norte de São Luís.



Fonte: VIANA *et al.*, 2006, p. 113.

Ainda de acordo com a perspectiva geomorfológica, entende-se que as praias são compostas, sobretudo, por grãos de quartzo, isto é, areias. Esses grãos de quartzo são “resultantes da desagregação ou da decomposição das rochas em que entra a sílica. [...] São transportados pelos diversos agentes erosivos externos, indo formar as praias, os tômbolos, as dunas etc.” (GUERRA, 2011, p. 54). A praia abrange, portanto, o espaço entre o mar e o início da orla, que neste trabalho, como informado, é o circunscrito ao trecho que compreende a

Avenida Litorânea. Em toda a orla da ilha, as praias apresentam extensões que oscilam bastante, tendo seu perímetro entre a calçada e o mar ora alargado ou reduzido, conforme as marés como afirmado acima. As areias são predominantemente do tipo fina, cujo diâmetro do grão “varia entre 0,125mm e 0,25mm” (GUERRA, 2011, p. 53); há também areia média, com variação “entre 0,5mm e 1,0mm” (GUERRA, 2011, p. 54). Existe ainda a chamada areia grossa, que, na escala, é aquela com grão, “cujo diâmetro varia entre 0,5mm e 1,0mm” (GUERRA, 2011, p. 54).

Para a Constituição Federal (BRASIL, 2005), as praias são bens públicos da União, conforme dispõe seu artigo 20, incisos IV e VII, os quais incluem as praias marítimas e os terrenos de marinha e seus acrescidos. Prescreve o Código Civil (BRASIL, 2013a, p. 164) – lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – no artigo 99, I, que são bens públicos “os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças”. O decreto-lei nº. 9.760, de 5 de setembro de 1946 (BRASIL, 2015a), que dispõe sobre os bens imóveis da União, reza em seu artigo 1º que se incluem entre estes os terrenos de marinha e seus acrescidos. No artigo 2º está a interpretação do legislador no que se refere aos terrenos de marinha, que estabelece o conceito com o qual se limita a abrangência jurídica desses imóveis. Dessa forma, determina o artigo 2º que, entre outros,

são terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha da preamar-média de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés. (BRASIL, 2015a, p. 1).

Acrescenta ainda o parágrafo único do citado dispositivo legal que, “para os efeitos deste artigo, a influência das marés é caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos, do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano” (BRASIL, 2015a, p. 1). Os chamados terrenos acrescidos de marinha constam no artigo 3º, e são aqueles “que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha” (BRASIL, 2015a, p. 1). Deste modo, enquanto bens corpóreos imóveis, as praias são reguladas pela Constituição Federal, pelo decreto-lei nº. 9.760/46 e pelo Código Civil. Quando se considera, todavia, o uso e o acesso à praia, o regulamento está na lei nº. 7.661/88. Consoante este diploma legal, regra ou princípio

essencial alusivo às praias é seu amplo acesso. Neste sentido, reza o artigo 10 desta lei n.º 7.661, de 1988, que as praias

são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica. (2015b).

Continua ainda a lei a fixar no § 1º do mesmo artigo que “não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso” (2015b). Adiante – § 2º – enfatiza o legislador a garantia de entrada nesse espaço ao prescrever que “as modalidades e as características do acesso devem facultar e não podem obstar ou dificultar o uso público das praias e do mar” (2015b). Assim, ao se qualificar as praias como bens de uso comum, fica especificada uma categoria “que admite a utilização por qualquer pessoa, indiscriminadamente, a título gratuito ou oneroso. Exemplo nítido são as praças, os mares e as ruas” (FARIAS; ROSENVALD, 2015, p. 444). Livre, portanto, é a utilização desses bens, não o domínio, que continua a pertencer à entidade federal, no caso a União.

Dessa maneira, o acesso à praia é sempre franqueado a todos, sem necessidade de um consentimento expresse; seu uso não deve ser obstado, nem sofrer restrições ou imposições de ônus. Esse uso pode eventualmente ser concedido a particulares. Como exemplos estão os bares e restaurantes instalados em trechos da praia, que se tornam atrativos a cativar o público que os frequenta, com a acomodação nas cadeiras e mesas dispostas na areia ou nos recintos fechados erguidos sobre pilares na areia até o nível que permite a entrada no estabelecimento pela Avenida Litorânea, possibilitando ingressos sem a necessidade de descer até a areia.

Cabe lembrar ainda que o espaço da praia deveria ser mantido em condições adequadas ao uso, sobretudo, ao banhar ou banho de mar. A conservação da qualidade da areia, da água e do entorno está entre os objetivos da política urbana, que visa ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, conforme o definido no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2013b, p. 1091) – lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Desta maneira, dispõe o artigo 2º sobre as diretrizes da política urbana, entre as quais estão:

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;
VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:
[...] f) a deterioração das áreas urbanizadas;
g) a poluição e a degradação ambiental;
[...] XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

A Constituição do Estado do Maranhão também busca assegurar proteção “às paisagens notáveis e às dunas” situadas no litoral, conforme o artigo 241, IV, alíneas d, e (MARANHÃO, 2001, p. 93). A Lei Orgânica do Município de São Luís prevê igualmente a preservação (SÃO LUÍS, 1997e, p. 51),

Art. 181. § 2º. O Município na defesa da preservação da natureza e do ecossistema não permitirá:
[...] V - A destruição de paisagens notáveis;
[...] VII - A realização de qualquer obra sobre dunas, restingas e manguezais, ou em áreas adjacentes que lhes impeça ou dificulte o livre e franco acesso, bem como às praias e ao mar, seja qual for a direção ou sentido.
Art. 182. O Município assegurará:
[...] II – Preservação de dunas na orla marítima.

Deve-se notar que a legislação nos três níveis ou esferas de governo veio regular os usos de recursos naturais que têm sido apropriados socialmente de forma mais intensa com o incremento da ocupação da orla, em um processo de expansão horizontal da cidade, com as consequências socioambientais resultantes. No que se refere a São Luís, de lugar remoto para idas eventuais em momentos extraordinários da semana, as praias do litoral norte têm sido incorporadas de modo crescente aos hábitos cotidianos.

Com relação ao espaço físico, enfatiza-se que o trecho da orla cujas transformações são investigadas no âmbito deste estudo é o delimitado pela circunvizinhança da Avenida Litorânea, que tem uma extensão de 6,3 quilômetros, construída perpassando os bairros de São Marcos, Calhau e Olho-D’água. Inicia seu percurso na Avenida dos Holandeses, entre os bairros da Ponta do Farol e São Marcos, e prossegue até alcançar o bairro do Olho-D’água, na Rua Vale do Pimenta. Inaugurada em 1993 e prolongada em 2012, representa a extensão de um projeto viário que deu acesso às praias da orla norte de modo permanente, tornando próxima esta outrora distante orla.

Deve-se, entretanto, observar que, por se tratar de uma ilha, o litoral não se restringe aos limites do município de São Luís. Todos os outros três municípios, com os quais São Luís compartilha o espaço insular em unidades territoriais com autonomia política e

administrativa, têm suas praias urbanas na sede e praias selvagens mais distantes. Entende-se necessário ainda lembrar que nas cercanias do núcleo inicial histórico ou antigo de São Luís existiam também praias, como nos bairros do Desterro e da Madre Deus. Eram fisicamente próximas ao Centro, mas não valorizadas simbolicamente de modo sistemático para outras atividades sociais que não a pesca ou o descarte de dejetos. Em 1989, com a construção do aterro do Bacanga, estas praias desapareceram sob toneladas de terra e entulho com que se alteou aquela parte do litoral, circunstâncias consideradas no capítulo 2.

O estudo é, portanto, voltado à orla norte de São Luís, na qual se instalou o equipamento urbano que é a Avenida Deputado Ulisses Guimarães, popularmente conhecida como Avenida Litorânea. Foi no contexto sócio-histórico de sua construção que se tem consolidado um novo símbolo a delinear a cidade moderna das grandes intervenções contemporâneas protagonizadas pelo poder público, no que se refere à mobilidade, e pelo capital imobiliário, no que atine à incorporação de novos lotes de imóveis urbanos. Pensar as mudanças na orla de São Luís é a oportunidade para compreender e interpretar a essência e as contradições do processo social no qual foi gerado o espaço social público contemporâneo da capital do Maranhão. É sobre essas peculiaridades, que resultaram na invenção de novos significados para o litoral norte da cidade, que se trata no capítulo seguinte ao se examinar as dinâmicas que configuram a interação social na orla da Avenida Litorânea.

4 CONFIGURAÇÕES DA INTERAÇÃO NA ORLA DA AVENIDA LITORÂNEA

4.1 Configurações da interação na orla: apresentação

Todo mundo canta sua terra,
Eu também vou cantar a minha.
Modéstia à parte, seu moço,
Minha terra é uma belezinha.

A praia de Olho-D'água,
Lençóis e Araçagi,
Praias bonitas assim,
Eu juro que nunca vi.
(Todos cantam sua terra –
composição de João do Vale e
João Aguiar Sampaio).

João do Vale (Pedreiras/MA, 1933 - São Luís/MA, 1996)²⁸ – cantor e compositor maranhense – foi residir no Rio de Janeiro em 1950 aspirando oportunidades profissionais e reconhecimento no meio artístico da então capital da República. Era a época em que as migrações direcionavam-se, sobretudo, ao Sudeste do País. Suas composições evocavam a natureza e a cultura da terra natal – o Maranhão e o Nordeste –, a quilômetros de distância, em um tempo de comunicações precárias. Naquela ambiência de efervescência musical, o jovem artista exibia suas canções, entre as quais figurava Todos cantam sua terra. Em São Luís, ensaiava-se o processo de incorporação sistemática da orla norte ao cotidiano. A primeira praia mencionada na canção por João do Vale – Olho-D'água – foi a mais buscada inicialmente nas ocasiões extraordinárias de fins de semana, alcançada a partir dos então longos caminhos existentes. Consistia na referência que se ia firmando no imaginário e nos

²⁸ Fonte: DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/joao-do-vale/dados-artisticos>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

usos dos moradores da cidade. Um eventual sonhado retorno ou visita deveria contemplar a beleza que havia nas praias de sua terra.

Como sugere letra da música de João do Vale, o litoral maranhense apresenta uma diversidade de paisagens, seja na aglomeração urbana de São Luís, na costa oriental de areias, dunas e restingas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ou nos mangues das Reentrâncias Maranhenses do litoral ocidental. O Maranhão possui o segundo litoral mais extenso entre os estados brasileiros, medindo aproximadamente 640 quilômetros, compondo 8,7% do total nacional. A faixa litorânea no Maranhão se estende “no sentido oeste-leste da foz do rio Gurupi, na divisa com o estado do Pará, até o delta do rio Parnaíba, no limite com o estado do Piauí” (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 90). Como um todo, a costa atlântica brasileira “se estende por 7.408 quilômetros, desde o cabo Orange, na foz do rio Oiapoque [Amapá], até o arroio Chuí, no Rio Grande do Sul” (GUERRA, 2011, p. 397).

Localizada na região central norte do Maranhão, São Luís tem no Centro a cidade colonial da linha do mar. Ao longo de sua história, apesar da proximidade física do Oceano Atlântico, a construção do casario e o crescimento horizontal estiveram direcionados para o interior dos espaços da Ilha. Mesmo no Centro Histórico ou Centro Antigo, a cidade não era erguida por seus moradores como litorânea; ainda que nas cercanias do porto, o alinhamento das residências não era traçado levando em consideração o horizonte da orla.

Embora fisicamente situadas nas imediações do Centro, praias como as do Desterro e da Madre Deus eram distantes socialmente dos usos cotidianos, observadas a partir de mirantes edificadas no alto de casarões para buscar avistar navios que se aproximavam do porto da cidade. Como esclarece Pereira (2009, p. 237), “até a construção do Cais da Sagração, em 1841, a cidade era servida por várias praias: do Caju, Pequena, Grande, do Desterro, do Portinho e das Mercês”. Não se vivia, no entanto, o que pode ser concebida como incorporação diária dos espaços praianos para sociabilidades relacionadas à diversão.

No mapa de 1820, na figura 16, está assinalado o trecho de litoral onde se encontravam ao sul da Praça do Comércio, nas margens do rio Bacanga, as praias do Caju, Pequena, Grande, do Desterro, do Portinho e das Mercês antes da construção do Cais da Sagração. Apesar de posicionada geograficamente entre as baías de São Marcos e de São José, as maiores do Maranhão, no chamado Golfão maranhense, onde deságuam rios como Pindaré, Mearim, Itapecuru e Munim (FEITOSA; TROVÃO, 2006), apenas no século XX se

instalando, com novos bairros e uma intensificação na ocupação da orla. Com relação a esse histórico distanciamento social do litoral, considera Panet (2015, p. 2) que se verificou,

no final século XIX a mudança de mentalidade na valoração relacionada à praia. No entanto, algumas cidades brasileiras tardam a reconhecer e a mudar a perspectiva relacionada à beira mar. As classes mais altas da cidade de Fortaleza, por exemplo, até o começo do século XX mantinham um desinteresse pela praia, pois o local era frequentado pelos trabalhadores das atividades pesqueiras e ocupado por favelas. O mesmo aconteceu em Salvador onde as zonas de praia eram utilizadas para atividades portuárias e pesqueiras, sendo ocupadas pelas classes sociais mais baixas.

Explica Perrotta (2015) que transformações urbanísticas, em cidades como o Rio de Janeiro, permitiram a circulação e, assim, a fruição de sua natureza. No que se refere à atração de visitantes, esclarece ainda Perrotta (2015, p. 41) que, “conforme a cidade melhorava do ponto de vista urbanístico, oferecia novos atrativos para seus moradores e construía uma cultura de divertimento e lazer, que é o que seduz o visitante”. Processo análogo ocorreu em São Luís, em um período posterior ao do Centro-Sul do país.

Entre os atrativos, esclarece Perrotta (2015, p. 45) que, “além da música e da boemia, os anos 1930 descobriram o esporte, a vida ao ar livre e os banhos de sol”. Essas sociabilidades ainda tardariam a ser exercitadas em São Luís, de maneira ampla e sistemática, mesmo nas pequenas praias citadas e localizadas próximas ao Centro da cidade. Já na década de 1930 “as capitais litorâneas iam descobrindo seu potencial balneário” (PERROTA, 2015, p. 45); em São Luís, no entanto, nada havia mudado de modo significativo quanto à inclusão do banho de mar às rotinas urbanas.

Em algumas capitais brasileiras, as praias serviam também para atrair para os cassinos, com seu glamour. Sobre isto, anota Perrotta (2015, p. 130) que, “além de jogos, os cassinos ofereciam grandes shows, bares e restaurantes de luxo, tendo sido responsáveis pela circulação de turistas em várias cidades do mundo, inclusive no interior do Brasil”. Neste aspecto, deve-se ressaltar que São Luís também teve seu “cassino” – o Casino Maranhense –, que se localiza na Avenida Beira-mar no Centro; instalado em 1911³⁰, tempo anterior à incorporação das praias do litoral norte como opção de lazer, quando não havia ainda as pontes. Era uma associação recreativa ou clube social onde se reunia em ocasiões ordinárias e extraordinárias a elite da sociedade ludovicense de então, ansiosa em exibir sua grandeza e

³⁰ Fonte: A FUNDAÇÃO DOS CLUBES ESPORTIVOS EM SÃO LUÍS. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/a-fundacao-dos-clubes-esportivos-sao-luis/>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

distinção. A jogatina não constava entre suas atividades; com o nome tentava-se evocar o esplendor de cassinos e hotéis-cassinos existentes à época, como o Cassino da Urca, o Copacabana Palace (Rio de Janeiro) ou o Hotel Quitandinha (Petrópolis).

No mesmo tempo, contingentes expressivos migraram em definitivo ou sazonalmente para as cidades. No estado mais rural da Federação, com 36,9% da população residindo na zona rural (IBGE, 2010) – proporção que se manteve com pouca variação ao longo o século XX –, trabalhadores sobretudo jovens, oriundos da pobreza da agricultura de subsistência e da riqueza dos pequenos comércios locais existentes nos rincões interioranos, viam e veem a capital como local para buscar emprego, estudo, qualificação profissional, enfim, oportunidades de uma vida melhor. Toda essa demanda contribuiu para o aumento do contingente de migrantes que se dirigiam para o principal polo de atração do Maranhão, a capital – São Luís. Para Ferreira (2014, p. 86), a implantação dos empreendimentos industriais da Vale e ALUMAR “elevou o poder de atração da cidade de São Luís, que registrou um dos maiores crescimentos demográficos do Brasil no período entre 1980 e 1991”. Em muitos novos bairros, os interiores traspassaram para a capital. Novos habitantes, muitos deles estranhos ao ambiente urbano, somaram-se para perfazer a configuração de uma geografia humana contemporânea da cidade.

Em termos históricos, até recentemente, o Centro representava e era de fato e de direito a cidade. Este sítio em seu núcleo era o espaço por excelência de residência das famílias abastadas; nas cercanias moravam os mais humildes, em casas mais simples; ali ficava a cidade, para o além dali estavam os arrabaldes. Ocorria o que Burnett (2007, p. 174) nomeou de

modernidade para poucos, pois inacessível à maioria da população, segregada e distante dos espaços mais dinâmicos da cidade, os quais, por sua visibilidade e influência político-econômica, monopolizam investimentos públicos e privados, ampliando cada vez mais as diferenças entre os vários ambientes urbanos.

A partir da década de 1960, no entanto, começou um persistente e sistemático abandono por parte desses grupos familiares, que se mudaram para outros bairros. O Centro tradicional se foi exaurindo, sofrendo, então, o esvaziamento e a decadência. Em um exame sobre a desconcentração e a descentralização da função comercial urbana, Castells (2006, p. 320) afirma de modo assertivo que “assistimos cada vez mais a uma perda do papel

propriamente comercial do centro, à medida que a cidade se estende, que a mobilidade dos cidadãos aumenta e que se desenvolvem outras formas de compra além do contato direto”. Dessa maneira, em São Luís também a movimentação dos cidadãos já não convergia mais necessariamente para o Centro, que foi perdendo a posição outrora ocupada no mapa simbólico da cidade.

Estas mudanças tiveram como resultado novas configurações urbanas, com seus atores e ritmos; em um fenômeno que implicou ao mesmo tempo em declínio e renovação. Para Pesavento (apud MACHADO, 2008, p. 96), “a transformação da cidade desencadeia uma luta de representações entre o progresso e a tradição: uma cidade moderna é aquela que destrói para construir, arrasando para embelezar”. A modernidade na paisagem urbana constituiu-se, então, de acordo com Frúgoli Júnior (1995, p. 15), “pelas multidões em movimento pelas ruas. Os espaços públicos são alvo de intensas intervenções urbanas visando priorizar o fluxo”. Em cidades que se pretendiam modernas, como São Luís, rasgaram-se avenidas e ancoraram-se cabeceiras de pontes às margens dos rios para permitir e facilitar a mobilidade viária. Assim, considera Frúgoli Júnior (1995, p. 16) que

o modernismo característico de boa parcela do século XX vai priorizar a segmentação, especialização e funcionalidade do traçado urbano, integrando os espaços através das rodovias, cuja modernidade residiria em sua capacidade de produzir circulação motorizada.

Essa mesma concepção de matriz urbana está presente no desenho da cidade moderna ludovicense que se tornou praiana. Como examinado na seção 2.4, a partir da década de 1960, os governos elaboraram projetos e obras para edificar pontes que ligaram lados de rio outrora distantes, ainda que poucos habitassem nos arredores das margens situadas além do Centro. Novas avenidas passaram a cortar bairros. Longas distâncias precisavam ser percorridas para alcançar os conjuntos residenciais então recentemente construídos fora do Centro, em meio a vazios de população; em alguns locais cercados por areais e dunas da ilha de São Luís.

Antes das obras viárias de construção das pontes, era grande a dificuldade de acesso a trechos do litoral, tanto à Ponta D’areia – situada no litoral norte e mais próxima ao Centro – quanto à Ponta da Guia – localizada ao sul e mais distante. Como se pode verificar na fotografia de 1907, inclusa como figura 5, na seção 2.4, os deslocamentos mais curtos para

cruzar os rios eram feitos de barco; os trajetos alternativos consistiam em contornar os rios antes das nascentes no interior da ilha. Nesta hipótese, seria preciso considerar a extensão dos rios, “o Anil com 13,8 km de extensão, e o rio Bacanga com nascente localizada na região do Maracanã, percorrendo 22 km até sua foz, na Baía de São Marcos” (BARBOSA, 2012, p. 43). Deste modo, quando examina o ritmo de incorporação de novas áreas ao espaço urbano de São Luís, confirma Ferreira (2014, p. 43-44) que este se deu de forma espacial linear,

devido ao fato de que o crescimento horizontal ter-se desenvolvido com base no Corredor Centro-Anil, acompanhando o divisor de águas dos rios Anil e Bacanga, e não se dispôr de ações e estratégias em que tanto o Estado quanto os demais agentes sociais viabilizassem a transposição dos mesmos, e assim, pudessem alcançar (incorporar) mais facilmente os setores Norte e Oeste do município.

Os resultados dessas intervenções modernizadoras na estrutura urbana mostravam-se nos novos conjuntos e bairros então erguidos, ainda sem conexões maiores entre eles. Naquele momento dependentes do Centro, com o tempo, no entanto, passaram a oferecer alternativas na oferta de serviços e opções viáveis para compras. Essa nova configuração desloca o arranjo espacial urbano que antes prevalecia, no qual o Centro tinha um papel social de proeminência, em que a expansão era voltada para o interior na direção leste. A construção das novas pontes e vias foi um fator relevante para que o sítio urbano se fosse espraiando na direção norte do litoral. Deve-se observar também que estas mudanças na estrutura urbana não podem ser associadas a uma linearidade causal, que teria nas edificações viárias uma explicação exclusiva para a incorporação das praias do litoral norte ao cotidiano. Esse processo abrange outros fatores e variáveis, como as representações sociais acionadas acerca das práticas de apropriação do espaço.

Na figura 17 abaixo, destacada em vermelho, está a localização da Avenida Litorânea e sua posição na cartografia da cidade. A construção desta artéria para o escoamento do trânsito na orla norte possibilitou a comunicação mais rápida com as praias; assim, crescentes contingentes passaram a ter acesso facilitado ao litoral. Paralela à Litorânea está a Avenida dos Holandeses, que também serve os bairros adjacentes à orla e possibilita o tráfego de veículos do lado interno dos bairros de São Marcos, Calhau e Olho-D’água. A banda ocidental da ilha é a que tem situada a cidade, onde fica o Centro com o núcleo urbano originário colonial, o qual na imagem aparece com maior rede de vias assinaladas na cor amarela.

Figura 17 – Mapa de São Luís e localização da Avenida Litorânea, detalhe em vermelho.

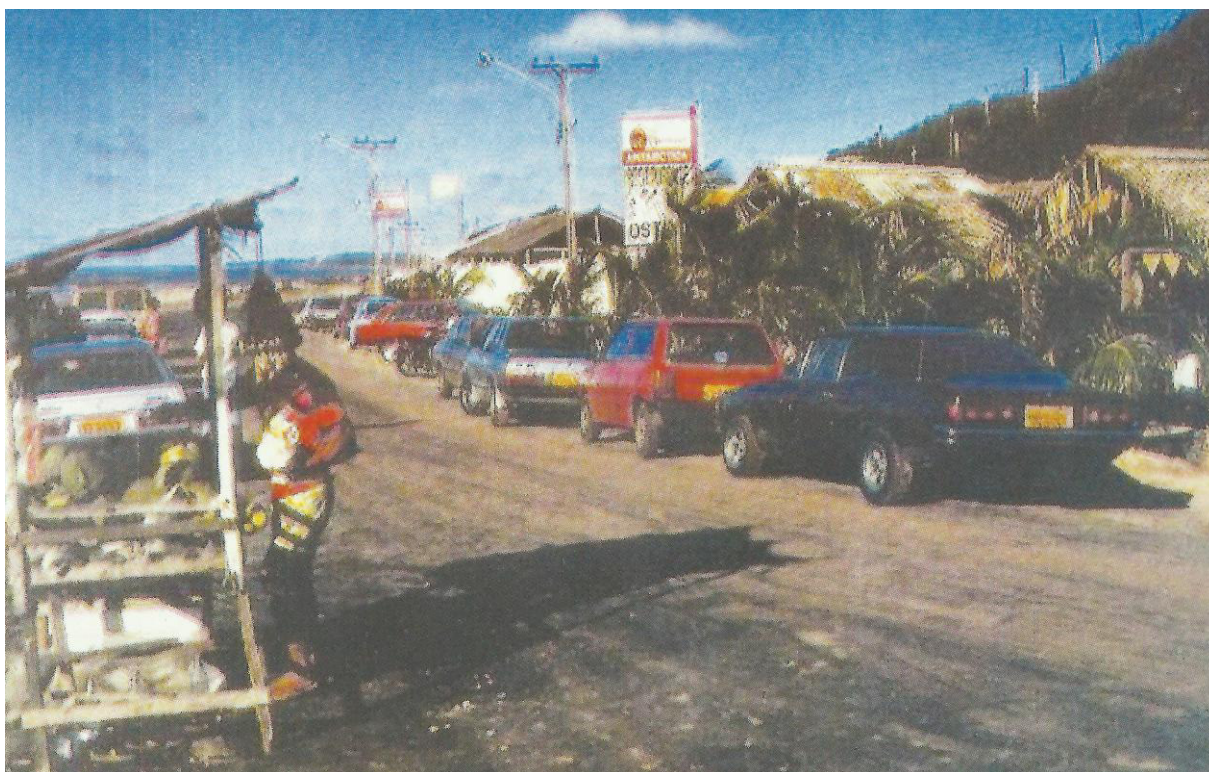


Fonte: IBGE³¹ [adaptado].

Na figura 18 a seguir, datada de 1986, pode ser visto trecho estreito da via pública em frente à praia, com pequeno espaço para a circulação de veículos, em rua com precário calçamento. São observados na imagem automóveis estacionados sem manter um regular distanciamento padrão. A circulação de ônibus neste segmento da via tornava-se inviável, em razão do estreitamento para o trânsito de viaturas de grande porte. Nas barracas, em que eram comercializadas refeições e bebidas, também não se notava um modelo padronizado de construção. A estrutura então construída era a expressão da rusticidade, em um estado – Maranhão – com população majoritariamente rural; conforme os resultados do Censo Demográfico do IBGE de 1980, de uma população total de 3.996.404, 1.255.156 (31,4%) residiam em cidades, 2.741.248 (68,6%) habitavam a zona rural (FEITOSA; TROVÃO, 2006, p. 116). Antes da urbanização de uma avenida no litoral, as sociabilidades apresentavam-se dispersas ao longo das faixas de areia. Em decorrência da falta de estrutura, ir a essas áreas da cidade exigia e expressava um tanto de aventura em momentos apartados da vida social ordinária.

³¹ Fonte: Disponível em: <<http://www.mapas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

Figura 18 – Fotografia da orla antes da construção da Avenida Litorânea (1986).



Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 349.

A frequência às praias era concebida para ser exercitada em ocasiões extraordinárias, pois estavam não só fisicamente afastadas, mas, sobretudo, socialmente distantes. Eram momentos que não se reproduziam ao longo da semana, transcorridos em espaços marcados pela eventualidade de improvisos dos dias de domingo com a família e grupos de amigos. A cidade que é litorânea aos poucos se aproximava do mar, que era visto como local remoto, destinado à navegação de navios e barcos. Como afirmado no capítulo 2, com exceção de alguns trechos da orla, a vida social se passava no interior da ilha. A direção de maior movimento era o caminho da roça, não as trilhas e vias que conduziam ao litoral; como o exemplo do sítio Eldorado, no qual o industrial Cândido Ribeiro passava a temporada de férias com a família na então bucólica e poeirenta Avenida Santos Dumont. Na figura 19 está a fotografia de grupos de jovens surfistas, na década de 1980, descendo a via ainda inacabada rumo à praia de São Marcos. É possível notar na imagem os integrantes dos grupos que param para conversar. Havia também, à direita na imagem, um princípio de meio-fio para

a descida das águas pluviais, demarcando o caminho e assinalando expectativas de um maior uso social da via no futuro.

Figura 19 – Fotografia com surfistas no acesso em construção à praia de São Marcos.



Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 349.

As obras para a pavimentação da Avenida Litorânea foram iniciadas na década de 1980, com a terraplenagem para a edificação da descida da Avenida em direção ao mar, à praia do Calhau. Como informa Oliveira (2010, p. 347), “as obras de construção da avenida começaram em 1983, no mandato do então governador Luiz Rocha. Continuaram depois pelo governo de Epitácio Cafeteira, até serem concluídas pelo governador Édison Lobão”. Abaixo, na figura 20 pode-se ver etapa inicial em que já se divisava o trajeto para a chegada à orla. Ainda carente de equipamentos de infraestrutura, os serviços de engenharia avançavam com o nivelamento da pista e a instalação do meio-fio nas bordas da via, conforme o projeto arquitetônico, “elaborado pela empresa DEURB, Harry Roitman e Reinaldo Marques – Arquitetos Associados” (BARBOSA, 2012, p. 46). Estava-se abrindo e asfaltando a passagem que permitiria a incorporação de outras vastas áreas da cidade, reconfigurando os contornos urbanísticos de São Luís.

Figura 20 – Fotografia da construção da Avenida Litorânea, acesso à praia do Calhau.



Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 348.

As intervenções na infraestrutura urbana feitas nos anos de 1980 visavam dotar a orla de espaços modernos para visitação e lazer, como incentivo ao turismo. Na figura 21, está vista da etapa de construção da subida para ligar a praia com a rotatória do Calhau, em área interna no bairro, apenas com a execução de serviços básicos de limpeza e nivelamento do leito da via. Este trecho seria na década seguinte, ao final da obra, conectado à Litorânea com a urbanização da Avenida dos Holandeses, outra importante via paralela de acesso às praias. Com a conexão destas avenidas [Holandeses e Litorânea], “foi implantado o sistema de transporte coletivo com acesso às praias através das rotatórias e vias de penetração interligando-as até próximo às praias” (BARBOSA, 2012, p. 45). Assim, as obras para a incorporação da orla norte à cidade proveram as vias e o transporte coletivo para chegar às praias. Simultaneamente, erguia-se a cidade moderna e articulavam-se as políticas de preservação do casario do Centro Histórico. Conforme avaliação de Wall e Braga (2014, p. 4) acerca do conjunto de intervenções no contexto urbano de São Luís de então,

as duas cidades, a cidade moderna e a histórica, são planejadas no mesmo movimento do Plano Diretor de 1974. [...] Enquanto se construía pontes e barragem para construção da cidade moderna aconteceu o tombamento federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís, incluindo os bairros da

Praia Grande, Desterro e Ribeirão e complementando as áreas já tombadas anteriormente no Centro Histórico de São Luís.

Figura 21 – Fotografia da construção da Avenida Litorânea, acesso à rotatória do Calhau.



Fonte: OLIVEIRA, 2010, p. 348.

A inauguração da Avenida Litorânea ocorreu em 31 de dezembro de 1993 (BARBOSA, 2012, p. 46), no governo Édison Lobão. A nova via foi então primeiramente batizada com o nome de Avenida Governador Édison Lobão. Com a lei municipal nº 3.314, de 03 de fevereiro de 1994, passou a ser denominada oficialmente como Avenida Deputado Ulisses Guimarães. Tinha seu início na “praia do Caolho, passando pela praia do Calhau até atingir a praia de São Marcos, totalizando uma distância de orla marítima, por volta de 5,5 km de extensão” (BARBOSA, 2012, p. 45). O ingresso naquele pedaço de litoral de agora em diante não se daria mais por vias e trilhas precárias e arriscadas de descida à praia em meio ao mato, mas com acomodações dotadas de moderna infraestrutura de transporte e locomoção.

Na figura 22 abaixo está o trecho atualmente urbanizado para o acesso à orla e ao interior do bairro do Calhau, com calçadas, postes para iluminação pública e sinalização horizontal no asfalto. Na fotografia pode ser visto também um banhista descendo a rua na direção da praia. O lapso temporal entre as duas imagens (figuras 21 e 22) é de aproximadamente trinta anos. Foi o período em que se dinamizou a orla norte com a atração de moradores, visitantes e turistas em decorrência da instalação das comodidades necessárias

para a satisfação do público que passaria a fluir pela cidade moderna, que se vinha estendendo para o litoral.

Figura 22 – Fotografia da Avenida Litorânea, atual acesso à rotatória do Calhau.



Fonte: Fotografia do autor, março de 2015.

Assim, nos anos seguintes ao final das obras de urbanização da Avenida, para também efetivar o projeto de tornar São Luís cidade turística, com a atração de visitantes, a Prefeitura de São Luís planejava a instalação de espaços para bares e restaurantes que seriam localizados na orla norte. Como informa Barbosa (2012, p. 46), durante o ano de 1995, a “Prefeitura Municipal de São Luís implantou o primeiro projeto de barracas padronizadas na Avenida Litorânea, oportunizando maior conforto aos usuários daquele espaço ao longo das praias do Calhau, Caolho e São Marcos”. Em 2004, as barracas passaram por nova reforma, assumindo a estrutura atual, dotadas com “sistema de esgoto público, instalação elétrica, hidráulica, caixa d’água, instalação sanitária interligada à rede de esgoto e um chuveiro público de quatro saídas para banho ao ar livre” (BARBOSA, 2012, p. 47).

A partir de 2009, passava-se a discutir sistematicamente no âmbito da Prefeitura Municipal de São Luís o prolongamento da Litorânea por meio do planejamento de ações em

favor da mobilidade urbana. Neste sentido, o “Plano de Revitalização Urbanística e Viária de São Luís, da Prefeitura Municipal, constituiu-se em uma das principais promessas de campanha de vários candidatos a prefeito” (BARBOSA, 2012, p. 69). O projeto sofreu diversos embargos judiciais. Foi retomado em 2012 e, em 21 de dezembro deste mesmo ano³², inaugurado o trecho estendido em mais 500 (quinhentos) metros, que possibilitou o acesso ao início do Olho-D’água, na foz do rio Pimenta, nos limites da área popularmente conhecida como Caolho, por se localizar entre os bairros do Calhau e do Olho-D’água.

Nesse contexto de rápidas mudanças urbanas, como considerado acima, as praias passaram a ser frequentadas por um número mais expressivo e diversificado de usuários. Com a maior acessibilidade, ocorre simultaneamente um aumento de residentes – conforme se pôde constatar com a comparação de dados do IBGE dos Censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2003; 2010) –, com o capital imobiliário promovendo a incorporação de lotes e a construção de imóveis no litoral norte da ilha.

De modo que se estabeleceram empresários em bares e restaurantes nas concessões do poder público ao longo do calçadão da praia e em imóveis particulares localizados do lado oposto da Avenida. A rede hoteleira se instalou e ampliou a oferta de acomodações e leitos, atraindo outros frequentadores. As configurações das interações entre os agentes envolvidos com os novos usos possíveis para a orla norte são analisadas por meio de etnografia no estudo de caso na seção 4.2 a seguir. Examinam-se situações sociais em que se passou a conviver mais nas praias, as quais se foram concebendo simbolicamente como ambientes para convivência, visitação, diversão e lazer. Não apenas ocasionalmente, mas no dia-a-dia, as sociabilidades praianas sobrevieram para a composi o do cenário e do imaginário da urbe. Pode-se interpretar esse processo social de mudança em que o estar na praia assume outra conota o sociocultural. Neste sentido, Hobsbawm e Ranger (2006, p.9) expõem e discutem o conceito de tradi o inventada, que se refere a

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas [...] através da repeti o, o que implica, automaticamente, uma continuidade em rela o ao passado [...] histórico apropriado.

32 Fonte: Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/12/primeiro-trecho-do-prolongamento-da-av-litoranea-e-entregue-em-sao-luis.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

No contexto contemporâneo, a cidade da linha do mar foi ligada ao litoral física e simbolicamente, de uma maneira diferente de um modelo que predominava até então. São Luís tornava-se também praiana, com bairros erguidos nos quais as interações e sociabilidades litorâneas passavam a fazer parte do cotidiano e de um estilo de vida que se foi crescentemente valorizando. Em um primeiro momento, o acesso facilitado tornou a praia próxima fisicamente; em seguida, permitiu sua junção às ocasiões sociais do dia-a-dia, pois a ela se pôde chegar com as vias construídas, ali ingressar com maior regularidade e permanecer por mais tempo, quando se foi caracterizando a orla como polo de atração para o exercício de novos hábitos urbanos.

4.2 Configurações da interação na orla: o caso das praias da Avenida Litorânea

4.2.1 Introdução ao estudo de caso

Para examinar as configurações que a interação assume na orla marítima de São Luís, foi selecionado o caso empírico da Avenida Litorânea, com uma extensão de 6,3 quilômetros, em que são estudadas as demarcações dos espaços sociais nos quais são estabelecidas territorialmente sociabilidades nas praias de São Marcos, Calhau e o início do Olho-D'água. Após o estudo do processo histórico de ocupação e construção simbólica do espaço urbano de São Luís, são agora examinados os comportamentos característicos, com os recursos interacionais acionados pelos cidadãos para a incorporação do espaço social das praias do litoral norte ao cotidiano da cidade.

Para situar espacialmente as praias pesquisadas, na figura 23 abaixo na sequência do texto, com a representação por meio de mapa do zoneamento do Município de São Luís, observa-se a Avenida Litorânea na parte superior, confrontando com o mar. Ao longo do trajeto da Avenida estão os bairros Ponta do Farol, São Marcos e Calhau, até a estrema do Olho-D'água. Conforme a lei municipal n° 3.253, de 29 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, artigo 3°, estas áreas da cidade compreendem zonas residenciais, turísticas e de proteção ambiental (SÃO LUÍS, 1997b). De acordo ainda com o artigo 6° do citado dispositivo legal (SÃO LUÍS, 1997b), ao definir os limites destas zonas, considera respectivamente no inciso XVI a Zona Residencial 8

(ZR 8). Nos incisos XXII e XXIII está incluída ainda a Zona Turística 2 (ZT 2), cujo trecho vai da Ponta D'areia, passa pela Ponta do Farol e vai até São Marcos, compreendendo ainda o bairro do Calhau e adjacências. Os incisos XXVII, XXVIII e XXIX abrangem a Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA 1), que vai de São Marcos ao Calhau e trata das praias e das dunas; incluindo a Ponta da Guia no bairro do Anjo da Guarda, no litoral ao sul da cidade (SÃO LUÍS, 1997b).

Figura 23 – Mapa de Zoneamento do Município de São Luís, com a orla norte em destaque.



Fonte: Lei municipal nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992 (SÃO LUÍS, 1997, p. 129).

Reitere-se que entre os propósitos da pesquisa estavam identificar e comparar práticas sociais expressas em rituais e padrões de conduta característicos nas formas de revezamento para organizar e demarcar espaços interacionais nos contextos de copresença nas praias localizadas ao longo da Avenida Litorânea, que assinalem significados simbólicos conferidos à orla norte em São Luís. Para isso, são analisados os recursos e consensos interativos instituídos por indivíduos e ajuntamentos para a seletividade de determinados espaços públicos nas praias do litoral norte, que possibilitem a sustentação das situações sociais, nas negociações para a assimilação de disputas por espaço e os conflitos interacionais

motivados por códigos de condutas, tradições, regras e normas divergentes entre seus frequentadores. Assim, a partir de observação direta e de entrevistas, é apontada e examinada a copresença no espaço social público praiano do litoral norte, quando são constituídas sociabilidades e definidos ritmos diários citadinos.

Os espaços urbanos com interações circunscritas passam a compor, conforme Lefebvre (2009, p. 70), a “língua da cidade: as particularidades próprias a tal cidade e que são expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes”. As interações que ocorrem em áreas específicas resultam em revezamentos com limites demarcados simbolicamente.

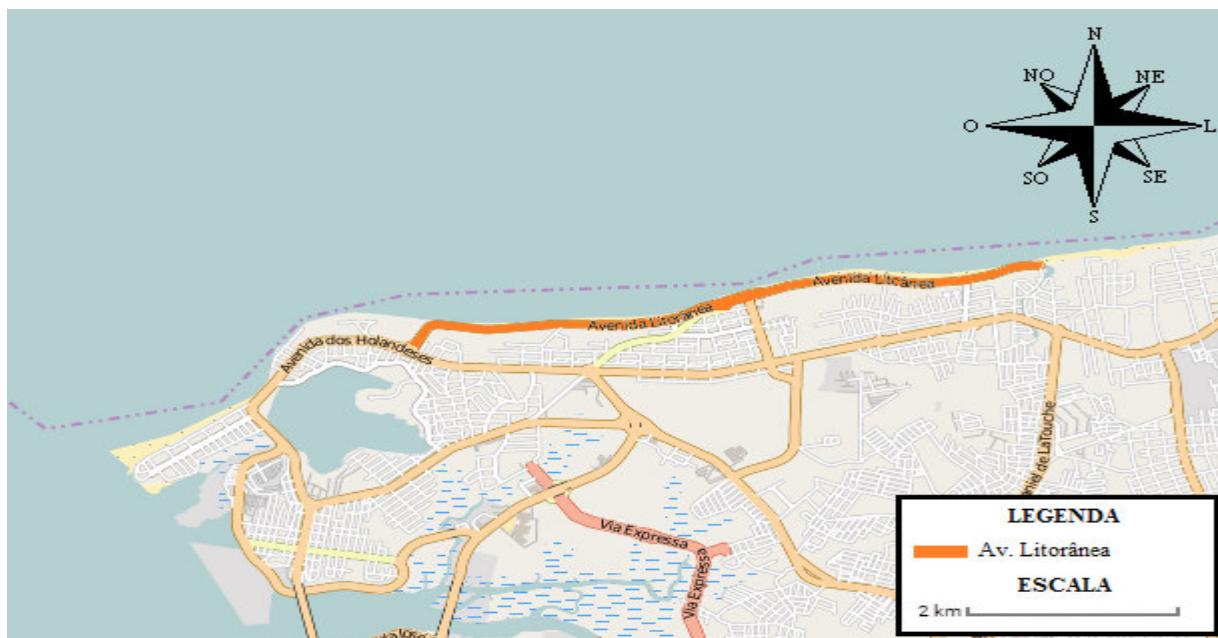
A orla da Avenida Litorânea tem sido objeto de intervenções protagonizadas pelo poder público, que se acentuaram a partir da década de 1990. As praias foram dotadas de infraestrutura e equipamentos, tendo em vista a percepção de seu potencial para expansão da cidade e atração turística. Os reflexos dessas ações não ficaram restritos àquela área, mas tiveram um alcance em que se articulam modificações na cartografia simbólica da cidade e nas prioridades das políticas urbanas, com a “construção da moderna São Luís, na qual [se assiste] simultaneamente à fragmentação do organismo urbano e o surgimento de muitas ‘cidades’ em uma – a histórica, a litorânea, a suburbana, a periférica”, consoante Burnett (2007, p. 190).

Investimentos privados promovidos, mormente, pelo setor da construção civil têm sido direcionados para as adjacências da Litorânea, com vários e sucessivos lançamentos de empreendimentos imobiliários pelas incorporadoras, o que tem contribuído para consolidar ali um perfil residencial socioeconômico de renda média/alta. Imóveis, antes sem edificações ou de propriedade de sitiantes, têm atualmente erguidos em seus terrenos condomínios verticais e horizontais, nos quais habita uma população que tem aumentado continuamente, como evidenciado na sequência deste estudo de caso. No processo de ocupação da orla procedeu-se à remoção de dunas, ao desmatamento, à geração de lixo e poluentes lançados na areia e na água. Similar ao que ocorreu com outras capitais situadas no litoral brasileiro, a verticalização foi tão acentuada em determinados trechos de bairros de São Luís, com a construção de novos edifícios, que se chega a debater a possibilidade da existência de uma barreira em potencial à passagem da ventilação natural aos terrenos circunvizinhos situados atrás dos prédios. Neste sentido, ao fazer um estudo de caso sobre a verticalização na Avenida Litorânea, em São Luís, avalia Leite (2008, p. 31) que,

em algumas capitais da costa do nordeste do Brasil [...] a verticalização de avenidas litorâneas representa uma barreira em potencial contra a passagem da ventilação natural até as áreas posteriores a estas avenidas e ao interior destas cidades. Analogamente, na ilha de São Luís/MA, um processo de ocupação verticalizada de avenidas posteriores às avenidas litorâneas vem se fortalecendo.

Abaixo, ao norte no mapa de São Luís – figura 24 – está assinalada a Avenida Litorânea. Paralela a ela está a Avenida dos Holandeses, que permite o tráfego em áreas internas dos bairros adjacentes. São vistos ainda os traçados das principais vias ali situadas. Da esquerda para a direita, a partir da Avenida dos Holandeses no cruzamento com a Litorânea, está o bairro da Ponta do Farol; na Litorânea, as praias de São Marcos, Calhau e Olho-D'água. Ao sul no mapa são também observadas as pontes que dão acesso ao litoral a partir do Centro da cidade.

Figura 24 – Mapa de São Luís com a localização da Avenida Litorânea.



Fonte: IBGE [adaptado].

A praia de São Marcos é a mais próxima ao Centro – sete quilômetros de distância, conforme escala do mapa acima –, no sentido de quem se desloca a partir das pontes José Sarney e Bandeira Tribuzi, trafegando respectivamente pelos bairros do São Francisco ou do Jaracati. No trecho da Avenida em frente à praia estão bares e restaurantes. As edificações,

compostas por prédios multifamiliares, ficam depois das dunas, as quais dominam a paisagem neste trecho da orla. A praia fica abaixo do nível da Avenida, o que confere distanciamento físico. As residências localizam-se, portanto, após as dunas; na praia estão bares e restaurantes. Há acessos com pista para o fluxo de descida e subida na direção da praia. A descrição e a quantificação de edificações e de bares e restaurantes, supramencionados, serão particularizadas nas seções deste capítulo, à medida que se vai empreendendo a análise acerca das três praias estudadas.

Enquanto espaço social público, a praia de São Marcos é um local de encontro para uma população de procedência diversificada, preferencialmente frequentada por jovens, sobretudo nos fins de semana, como apurado nas entrevistas tabuladas e examinadas nas seções seguintes. Como afirmado, o bairro apresentou um aumento de sua população residente, como atestam os Censos Demográficos do IBGE, com a construção de altos e novos edifícios. Como zona turística, é também visitada por excursionistas que passeiam em suas areias e se hospedam nos hotéis situados nas redondezas. Com fundamento nas observações diretas em campo e nas entrevistas aplicadas, visando analisar as interações, a multiplicidade de frequentadores é explicitada com o registro no texto daqueles que ali se fazem copresentes. São estes identificados como informantes com percepções diferentes, conforme a condição de banhistas, moradores, jovens, idosos, desportistas, peladeiros, surfistas, kitesurfistas, ciclistas, boêmios, turistas, prestadores de serviços e vendedores ambulantes, comerciários e comerciantes estabelecidos de bares e restaurantes, trabalhadores e empresários do setor hoteleiro, bombeiros salva-vidas, agentes de trânsito e policiais militares.

A praia do Calhau é confinante com a praia de São Marcos, tendo como linha divisória o rio Calhau. Situa-se a nove quilômetros do Centro, de acordo com a escala cartográfica dos mapas incluídos na pesquisa. Sua ocupação é da mesma época da praia de São Marcos. Os acessos à praia também são pela Avenida Litorânea e por vias de fluxo secundário que alcançam a paralela Avenida dos Holandeses, como a Avenida Avicênia, a Rua Altamira e a Avenida Copacabana. Como nas demais praias, há paradas de ônibus instaladas – sem equipamentos de proteção contra intempéries – para servir aos passageiros das linhas regulares de ônibus urbanos, o que permite também chegar por esse meio de transporte coletivo. Há edifícios residenciais multifamiliares de até quatro pavimentos defronte da praia. Entre os frequentadores estão, assim, muitos moradores no bairro, como verificado nas entrevistas

aplicadas, que usam o local para encontros e sociabilidades. Com os hotéis ali localizados, restaurantes e pontos de gastronomia, o fluxo de turistas é o maior da orla da Avenida Litorânea. Entre as praias em comento, é a que tem a maior frequência noturna, em razão da presença de estabelecimentos em que há música ao vivo e eletrônica, com funcionamento que se estende ao começo da madrugada.

Por sua vez, a praia do Olho-D'água dista treze quilômetros do Centro da cidade, consoante escala cartográfica. Reitere-se que o trecho contíguo à praia do Calhau recebe popularmente o nome de Caolho, em uma junção de Calhau com Olho-D'água. No Caolho, na foz do Rio Pimenta, termina a praia por onde passa a Avenida Litorânea. Dali em diante, o acesso é feito diretamente pela areia, pois a última fase de obras de expansão da via não alcançou esse pedaço. Assim, dentre as três, é a mais rústica de todas as que estão no curso da Avenida Litorânea, onde existem ainda dunas e vegetação rasteira, bem como bares e restaurantes de construção simples – barracas – com instalações na areia. Há casas nas proximidades da praia, mas sem a estrutura de ter à frente uma avenida urbanizada. No Olho-D'água há também edifícios no entorno da descida para a praia. Linha de ônibus em seu itinerário faz parada terminal nas proximidades, servindo a um público de trabalhadores, com frequência maior no dia de domingo, quando aumentam a copresença e os conflitos interacionais, delineados nas páginas seguintes.

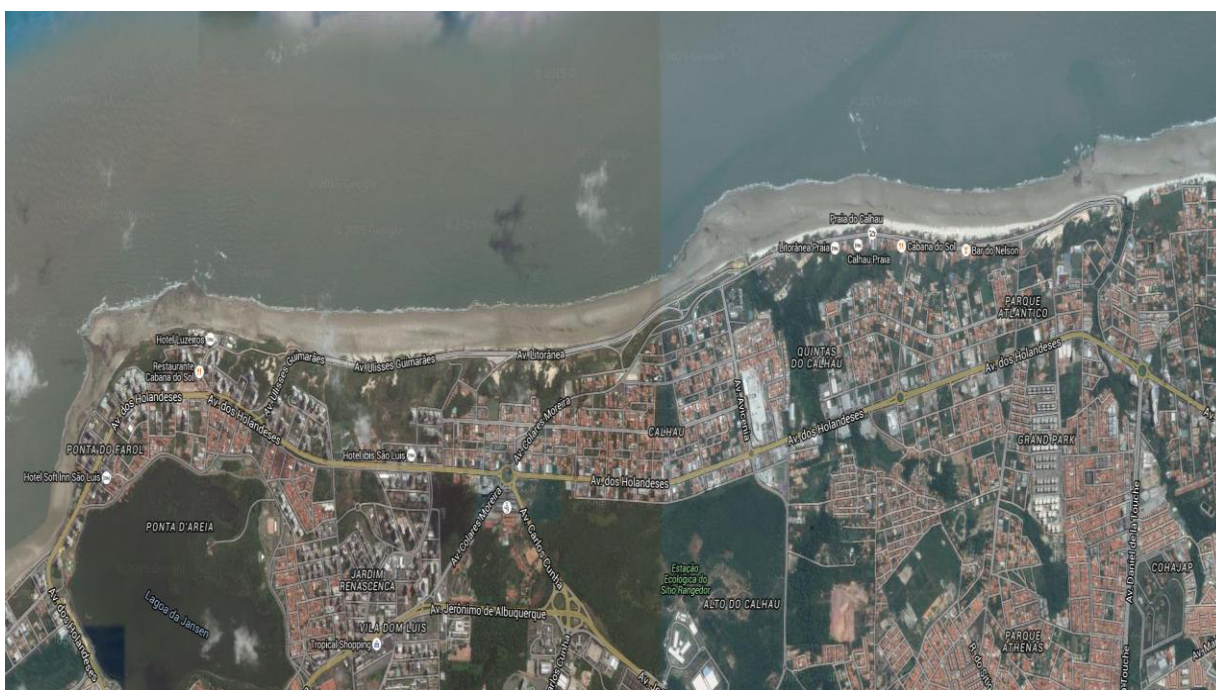
Com o adensamento populacional e a ampliação dos usos das praias, as apropriações do espaço físico, social e interacional nem sempre se dão harmoniosamente. Esse traço do cotidiano citadino procede, segundo Frúgoli Júnior (1995, p. 34), “da coexistência, no mesmo espaço, de uma multiplicidade de códigos e significados, acarretando muitas vezes relações conflitivas entre os grupos sociais, uma vez que se cruzam visões e práticas diferenciadas”.

Dessa maneira, podem ser notados conflitos, que precisam ser negociados, como os que ocorrem quando não são mantidos os limites simbólicos ou territoriais aos espaços sociais que se sobrepõem. Práticas dissociativas nas praias advêm de estados suscitados por atos abusivos, violentos e contrários às razões de direito. Daí decorre que as representações do espaço público contemporâneo o concebem muitas vezes como perigoso, que deve ser evitado como opção de lazer por ser ameaçador. Assim considera Frúgoli Júnior (1995, p. 35), quando afirma que,

dentro desse cenário em permanente transformação, vários grupos sociais imprimem determinados usos ao espaço público, seja para a circulação ou a ocupação cotidiana, definindo, em decorrência, alguns padrões de interação, a partir dos quais se torna possível mapear as ruas, refletir sobre os grupos sociais que buscam se apropriar delas, os conflitos decorrentes dessas ocupações diversificadas, os destinos desses espaços públicos em sua dimensão cotidiana.

Na fotografia de satélite abaixo – figura 25 –, em perspectiva geográfica, observa-se o panorama do litoral norte com as praias e a estrutura urbana disposta, montada com arruamentos e lotes alinhados. São também avistadas na imagem as dunas de São Marcos, a ocupação na área da Litorânea no Calhau e o final da Avenida no Olho-D'água. Com exceção das zonas de preservação ambiental, ainda em parte conservadas, são distinguidos os espaços por onde tem crescido a ocupação da orla, com alternância de determinados trechos em que as construções ora se aproximam mais da praia, ora prevalece um maior distanciamento.

Figura 25 – Fotografia de satélite com a localização da Avenida Litorânea e entorno.



Fonte: IBGE.

Apesar de vizinhas em uma contiguidade, as praias de São Marcos, Calhau e Olho-D'água apresentam suas peculiaridades. Em um enfoque sociológico, com base nas observações e entrevistas, são discernidas, em síntese, diferenças nas configurações

interacionais. À praia de São Marcos aflui um público juvenil, que procura diversões em grandes ajuntamentos, onde estariam situados os “descolados³³ do pedaço”. À praia do Calhau tende a comparecer um público eclético, no qual estão incluídos os visitantes hospedados nos hotéis e pousadas da orla. No Calhau há mais do que se chama de vida noturna; é a praia preferida dos notívagos. Comparecem também famílias para uso dos serviços e equipamentos ali instalados no parquinho. A praia do Olho-D’água é frequentada por grupos familiares que se postam próximos a veículos automotores, nos quais há equipamentos de som instalados para a audição de música. Os bares funcionam em barracas sem padrão definido. É a praia que parece ser a mais desprovida do exercício de ações sociais regulatórias por parte do poder público, com frequentadores em veículos automotores transitando na areia, outros com equipamentos eletrônicos para reprodução de músicas com o volume elevado. Exercitam o que Durkheim considera um individualismo exacerbado, quando os indivíduos não se preocupam com os outros, no entanto, ”somos pegos numa rede de obrigações de que não temos o direito de nos emancipar” (DURKHEIM, 1995, p. 219). Assim, a aparente ausência de normas e falta de limites também representa potencial para o surgimento de conflitos.

Nos espaços sociais das praias ocorrem também sobreposições entre ajuntamentos. Há espaços exclusivos, por exemplo, como os destinados a jogos de bola; outras tantas vezes, os espaços são justapostos e há um compartilhar. Nas praias há esses contornos territoriais, como compreende Magnani (2003) ao elaborar o conceito de pedaço, como detalhado no capítulo 3. Assim, estão presentes redes de relações sociais que também contribuem para a definição do espaço como ponto de encontro. Com as observações foram identificados esses pedaços ao longo da orla, apresentados na sequência do estudo de caso.

Afinidades são atributos com os quais se anunciam requisitos para reconhecimento, aproximação e engajamento para interagir em breves intervalos de tempo ou prolongadamente vivenciar situações sociais. O maior número de integrantes em uma atividade permite ou facilita a imposição de padrões de conduta naquele espaço. A percepção de indivíduos que agem coletivamente pode definir a hegemonia na ocupação de determinados espaços. Mas ser aceito em ajuntamentos previamente estabelecidos não é tarefa simples, requerendo um conjunto de atitudes sequenciais. Mesmo com a proximidade física, pode

³³ As expressões ‘descolados’ e ‘juventude descolada’ são empregadas para fazer referência aos jovens com comportamento e atitudes favoráveis às sociabilidades, sobretudo quando associadas com a conversação.

persistir o distanciamento interacional. As distâncias interacionais e sociais são potencialidades para a eclosão de conflitos, que podem assumir intensidades desde uma discussão moderada a brigas entre integrantes de grupos maiores. As afinidades e os distanciamentos são estudados em seguida, a partir dos resultados das tabulações das entrevistas.

Antes de prosseguir, deve-se destacar o fato de que o pesquisador, ainda que tentasse ser discreto, foi objeto de curiosidade, sobretudo durante as entrevistas. Enquanto estranho, fica-se em observação mais intensa no curso das aproximações. Passa-se por um crivo em que são avaliadas características identitárias básicas. O contato com desconhecidos é evitado por meio do acionamento de expedientes interacionais, como o ignorar o outro. Apesar da provável sutil desconfiança, que fique anotada a boa vontade dos entrevistados em colaborar com o pesquisador. De um modo geral, as pessoas foram receptivas por motivos que, em princípio, podem ser interpretados como decorrentes das expectativas em melhorias socioambientais que adviriam para os espaços sociais públicos das praias como produtos da pesquisa que se estava realizando.

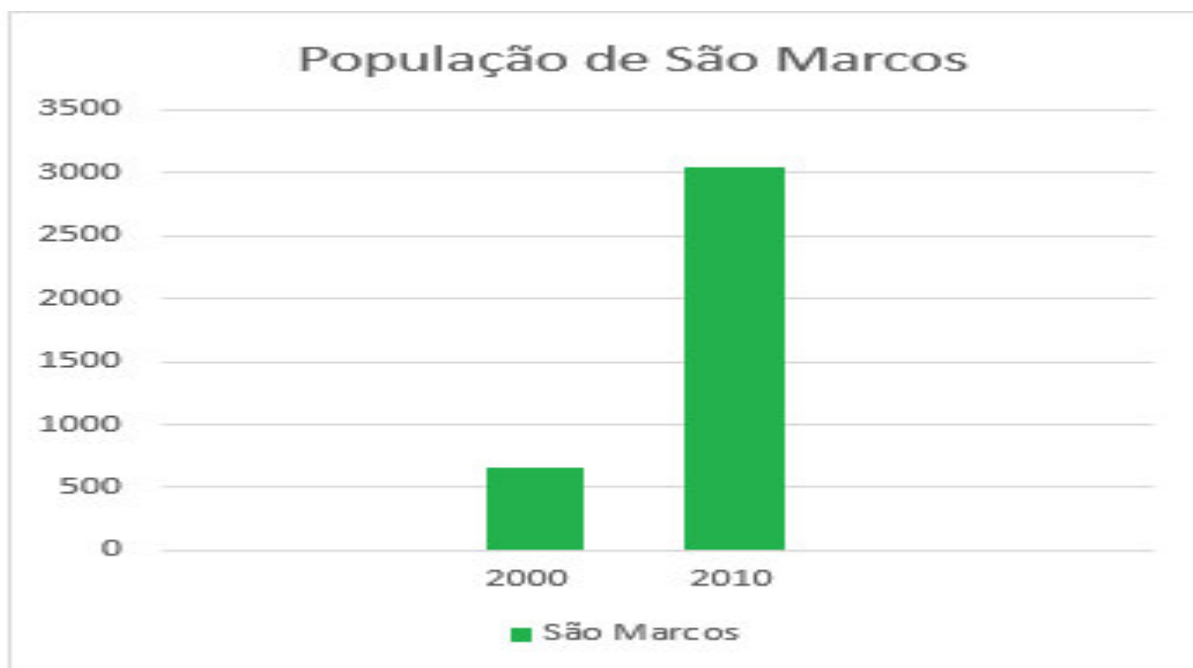
4.2.2 A Praia de São Marcos

A praia de São Marcos está localizada no trecho inicial da Avenida Litorânea a partir da Avenida dos Holandeses. É a praia de maior extensão entre as três pesquisadas pelos quais passa a Litorânea, com 3.300 metros, de acordo com a escala cartográfica e os registros de percurso inscritos em placas fixadas ao longo do calçadão. O início da Avenida, tanto do lado direito, quanto do lado esquerdo, está situada no bairro da Ponta do Farol. A praia de São Marcos geologicamente é uma continuidade da praia da Ponta D'areia. A praia de São Marcos tem como limites ao oeste a praia de Ponta D'areia, a leste a praia do Calhau e ao sul o bairro do Renascença. Entre os altos edifícios e a praia estão as dunas. Na direção dos prédios está a outra via que serve ao bairro, a Avenida dos Holandeses. O trecho verticalizado do bairro de São Marcos é composto por cinco ruas, em uma área de 1,068 quilômetros quadrados, conforme medição extraída a partir da “escala gráfica” (GUERRA, 2011, p.240) contida no mapa do IBGE. Na figura 26 abaixo, na carta geográfica de São Marcos, está a Avenida Litorânea em seu segmento inicial. À frente da praia não há ruas, senão a Avenida. Na parte

cidade com uma sucessão de nomes. Na orla norte existe também outro nome atribuído à parte da praia de São Marcos, que é chamada ainda de praia da Marcela, mas o uso do nome não se sustentou socialmente.

Em uma comparação com o tempo recente, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, conforme as características da população na base de informações, considerando os resultados do universo por setor censitário, em 2000, a população do bairro era de 659 moradores, para uma população total do município de 868.047. Em 2010, habitavam ali 3.040 moradores, para uma população do município de 1.014.837. Na população relativa, confrontando o total da cidade de São Luís com os residentes no bairro, a proporção era de 0,0759% (2000), número este que subiu para 0,2995% em 2010, mesmo levando em conta o aumento da população absoluta do município de São Luís. O gráfico abaixo na figura 27, referente à população residente em São Marcos entre os anos de 2000 e 2010, permite visualizar o incremento de residentes no interstício de dez anos. Na proporção da variação no comprimento das colunas é possível apreciar a diferença apresentada ao final do período em comento.

Figura 27 – Gráfico da população residente em São Marcos, Censos Demográficos de 2000 e 2010.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

Na figura 28 está fotografia panorâmica da praia de São Marcos. Em primeiro plano, pode-se ver a praia com as dunas, atrás das quais estão os edifícios de São Marcos [esquerda] e os da Ponta do Farol [direita]. São observadas também no trecho da areia quatro estruturas nas quais funcionam os bares e restaurantes geminados Kallamazoo/Farol; Jacira/Base da Lenoca Beach; Tupinikim/Alô Alô Marciano; Santinha, este último não reproduz integralmente o padrão de construção dos demais. No instante da fotografia é possível notar banhistas na água e no céu um praticante de *paraglider*³⁴.

Figura 28 – Fotografia panorâmica da praia de São Marcos.



Fonte: Fotografia do autor, março de 2015.

É, sobretudo, ao redor dos bares e restaurantes instalados na areia que transcorre o maior intercurso de sociabilidades, por representarem esses estabelecimentos neste trecho de

34 Fonte: Associação de voo livre do Pico Agudo – “O paraglider [em inglês] ou parapente [em francês] [ou paramotor, em português] é um aeroplano (aeronave mais pesada do que o ar), em cuja asa (inflável e semelhante a um paraquedas, que não apresenta estrutura rígida) são suspensos por linhas o piloto e possíveis passageiros. Costuma-se denominar paramotor o parapente no qual um motor é empregado para propelar o piloto. O voo de parapente é uma modalidade de voo livre. Disponível em: <<http://www.avlpa.com.br/paraglider.php>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

orla pontos de encontro ou pedaços onde se reúnem os frequentadores da praia de São Marcos. Há bares e restaurantes disputados, com fila de espera para acesso às mesas, mesmo nos chamados dias de semana, como o Estrela Dalva. Com poucas construções do lado das dunas na Avenida – uma casa de madeira, três quiosques e uma casa de shows – os espaços da areia atraem praticamente a totalidade dos que para ali afluem. Nas noites de São Marcos, além dos bares e restaurantes, a casa de música e *shows* Casa das Dunas – nome sugestivo para o espaço – contribui para a atração de público à orla.

De um ponto de vista físico e geográfico, a área da praia de São Marcos já foi um grande e distante areal. Ainda hoje à testa da praia estão as dunas, assimétricas estruturas arenosas móveis, “com largura em torno de 7 metros e altura entre 8 e 20 metros” (VIANNA et al., 2006, p. 125). Apresentam-se, mormente, ao longo de toda a costa oriental do Maranhão. Esses depósitos eólicos costeiros de areia podem ser classificados como dunas móveis e dunas fixas. As dunas móveis são caracterizadas “pela ausência de vegetação e ocorrem mais próximo à linha de praia, onde a ação dos ventos é mais intensa” (VIANNA et al., 2006, p. 101). As chamadas dunas fixas, para Vianna et al.(2006, p. 101), estão “à retaguarda ou entremeadas com as dunas móveis e [...] fixação de um revestimento vegetal pioneiro, que impede ou atenua a mobilização eólica”. Prepondera uma vegetação rasteira, com o “domínio de salsa da praia (*Ipomoea pes-caprae*), feijão da praia (*Canavalia rosea*), murici (*Byrsonima sericea*), gramíneas (*Panicum racemosum*)” (BARBOSA, 2012, p. 44).

A busca da preservação dessas formações tem motivado a criação do que poderá vir a ser chamado de Parque Natural Municipal das Dunas, contribuindo para manter a área como *non aedificandi*, como Zona de Proteção Ambiental 1, de acordo com a Lei n° 3.253/1992, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano. Consoante o artigo 77 desta lei, “as futuras ocupações em lotes livres atualmente devem respeitar o meio ambiente local, especialmente as dunas, que devem ser preservadas” (SÃO LUÍS, 1997b, p. 94). Destaque-se, no entanto, que a promulgação desta norma de zoneamento é datada de 1992, quando as ocupações do solo em São Marcos não tinham ainda as dimensões do tempo presente. Adiante na figura 29 está a fotografia de satélite com a imagem dos espaços em que se deve localizar o projetado Parque Natural Municipal das Dunas defronte à praia, em área já prevista como de preservação ambiental; entre a praia e os prédios

situados posteriormente ao monte de areia e vegetação. Ali em frente, está a via de circulação e acesso à praia: a Avenida Litorânea com suas pistas.

Figura 29 – Fotografia de satélite do Parque Natural Municipal das Dunas em São Marcos.



Fonte: SÃO LUÍS – Agência de Notícias³⁵

De acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Luís (SEMMAM), o projeto contempla quatro fases, que envolvem “elaboração do plano planialtimétrico, plano de manejo e de educação ambiental, até a construção da área de vivência, auditório, e centro de ciências que farão parte do parque” (SÃO LUÍS – Agência de Notícias, 2015). No final de 2015 estava sendo realizada a etapa de levantamento fundiário para dimensionar a instalação do Parque. Assim, o trecho inicial da Litorânea deverá ter um espaço de preservação e educação ambiental, como área privilegiada para interações e sociabilidades na orla, a qual segue um curso de ocupação contínua.

No entorno do projetado Parque das Dunas, em uma perspectiva interacional, a praia de São Marcos tem sido espaço para sociabilidades que envolvem diversão, desporto,

³⁵ Fonte: SÃO LUÍS – Agência de Notícias. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/15171/>>. Acesso em: 02 out. 2015.

relações de vizinhança, associações e trabalho. Nos momentos ordinários e nos extraordinários da vida social da cidade, a praia tem sido crescentemente incorporada ao cotidiano em ocasiões sociais situadas no calçadão, nas areias, nos bares e restaurantes, nos hotéis e na vizinhança que se tem constituído neste começo de século XXI, conforme os números do IBGE examinados acima. Ao mesmo tempo em que aumentam as apropriações, deve-se compartilhar – no pleno sentido da palavra, partilhar com, dividir com [os copresentes] – o espaço social público para as interações que se desenvolvem simultaneamente.

No curso da investigação das interações e sociabilidades no espaço social público das praias voltou-se o olhar para o transcurso da convivência, considerando os comportamentos em situações de copresença, por meio da observação direta, em que se buscou a percepção para “as práticas e as interações sociais. O principal desafio para o pesquisador reside, assim, na possibilidade de generalizar a análise e ultrapassar as fronteiras dessa microssociologia” (JACCOUD; MAYER, 2010, p. 285). A observação direta é uma técnica de pesquisa que permite coletar informações e conhecer “os objetos de pesquisa para os quais a sociologia empírica quantitativa se mostra inapropriada. Ela tem a vantagem de levar a uma compreensão mais profunda da realidade social” (JACCOUD; MAYER, 2010, p. 286). Dessa maneira, a partir das observações de práticas sociais exercitadas entre copresentes específicos, buscou-se a possibilidade de estender o que se via para a configuração em geral das interações na praia de São Marcos.

No panorama da fotografia da figura 30 está uma vista parcial da praia, em um dia de domingo no mês de janeiro de 2015. Exemplo de momento extraordinário da vida social por se tratar de um domingo – feriado – e mês de férias escolares, quando são buscadas em maior intensidade opções de lazer. Em primeiro plano, crianças brincam em círculo juntas na areia, há ainda outras ao fundo próximo. São notados também banhistas distantes e dispersos pela areia e na água. Do mesmo modo, são avistados ao longe praticantes de *kite surf*, esporte exercitado na extensão da orla da Avenida Litorânea, onde há escolinha na praia do Calhau para treinamento da modalidade. Nesses grupos e ajuntamentos são configuradas as redes de interdependência, com os envolvidos concorrendo para a continuidade associativa das sociabilidades. As rodas de brincadeiras das crianças são compostas por equipes de representação, cujos componentes contribuem para a sequência do intercurso das ações de divertimento.

Figura 30 – Vista parcial da praia de São Marcos com sociabilidades infantis.



Fonte: Fotografia do autor, janeiro de 2015.

Mesmo nos dias ordinários de pouco movimento de banhistas e transeuntes, como o da figura 31 – um fim de tarde durante a semana –, algumas atividades implicam em respeito civilizado e medido aos demais presentes. Atividades desportivas que envolvem movimento e agitação representam potenciais de conflito, como se pode inferir da tabulação das entrevistas adiante. Ao se jogar futebol na areia, com pequenas traves em que se ocupa um grande pedaço da praia, deve prevalecer o exercício de cautela; por vezes, não evidente em incidentes entre jogadores e caminhantes. Nos pedaços instituídos na praia são identificados e reconhecidos os que têm as credenciais para admissão às sociabilidades e legitimidade para tomar parte na apropriação coletiva do espaço. A condução de um *jet sky* da areia à água por bombeiros guarda-vidas do Batalhão de Bombeiros Marítimo (BBMar) também exige cuidado, zelo e perícia. Dever de atenção que se sobressai ao guiar o veículo no mar, onde estão banhistas. Estas sociabilidades na praia em que prevalece o desporto ou o trabalho apresentam

configurações interacionais em que são diariamente atribuídos significados ao espaço, no sentido lúdico do jogo ou econômico do trabalho.

Figura 31 – Vista parcial da praia de São Marcos com bombeiros salva-vidas.

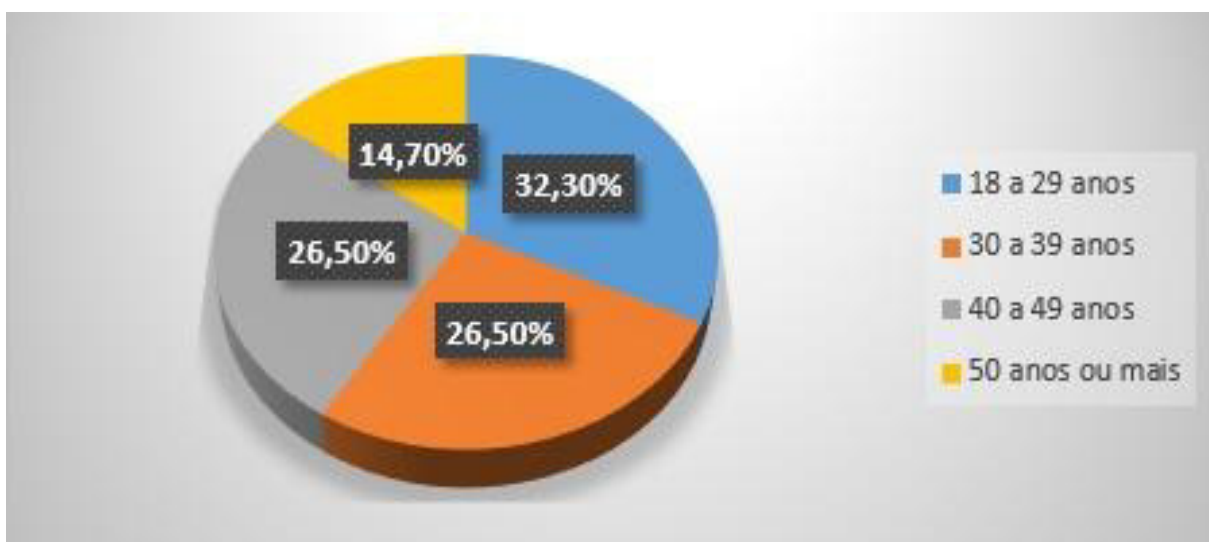


Fonte: Fotografia do autor, janeiro de 2015.

Para avaliar a percepção dos que interagem na praia de São Marcos foram aplicadas entrevistas, consoante metodologia detalhada na introdução deste estudo. Nas fotografias aparecem crianças que, no entanto, não responderam às entrevistas realizadas. Em razão da menoridade, optou-se por não indagar expressamente menores. Mas a presença de crianças e adolescentes pode ser facilmente constatada ao se apreciar qualquer imagem da praia. Entre os respondentes das entrevistas feitas na praia de São Marcos – todos os 34 (trinta e quatro) maiores de 18 anos – estão 11 (onze) ou 32,3% entre 18 a 29 anos; 9 (nove) ou 26,5% entre 30 a 39 anos; 9 (nove) ou 26,5% entre 40 a 49 anos; 5 (cinco) ou 14,7% com 50 anos ou mais – figura 32. Na definição da dispersão das faixas etárias usadas para a tabulação prestigiou-se, a partir da maioridade, intervalos de dez anos, dentro dos quais é possível agrupar frequentadores adultos jovens, adultos e meia-idade/idosos. A esta praia aflui um

público em sua composição com frequentadores jovens, que somados aos adultos perfazem a maioria. Os que se declararam com 50 anos ou mais representam uma parcela menor. Uma das informantes nas entrevistas, a senhora Raimunda, 74 anos, aposentada, como pontuado na seção 3.1, percebia em sua avaliação desrespeito no tratamento dispensado na praia aos idosos pelos mais jovens. A marca deste segmento de orla é a presença da juventude na areia e nos bares e restaurantes como Oásis Beach/Pelicano, L'apero/Marcela e portal do Sol e Paradise.

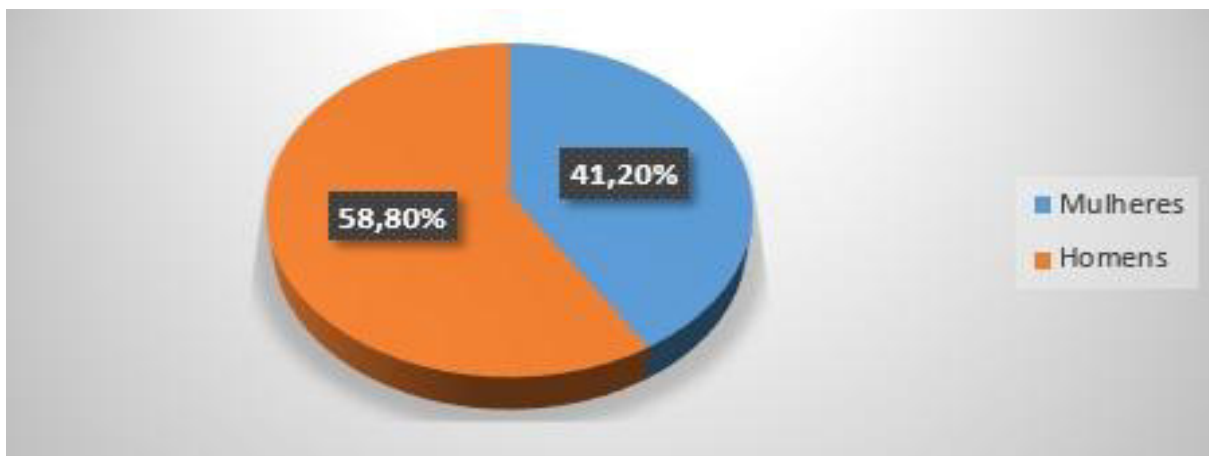
Figura 32 – Gráfico da faixa etária dos entrevistados na praia de São Marcos.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia de São Marcos.

Quanto ao sexo (figura 33), 20 (vinte) – 58,8% – dos entrevistados eram homens e 14 (quatorze) – 41,2% – mulheres. Deve-se enfatizar que os percentuais daí extraídos não representam a frequência à praia, mas o número apurado dos entrevistados. Faz-se ainda necessário esclarecer que as percepções anotadas nas entrevistas realizadas na praia de São Marcos são associadas a uma amostra de público composto majoritariamente por homens adultos jovens. Quanto a este quesito, remete-se às observações de Freyre no que se refere à presença dos homens no espaço público ao tempo do Brasil colonial, que não queriam ser vistos com os demais do povo na rua, pois era sinal depreciativo. A incorporação contemporânea da praia ao cotidiano representa uma ressignificação relativamente ao valor outrora conferido ao espaço social público, em geral, e à orla, em particular.

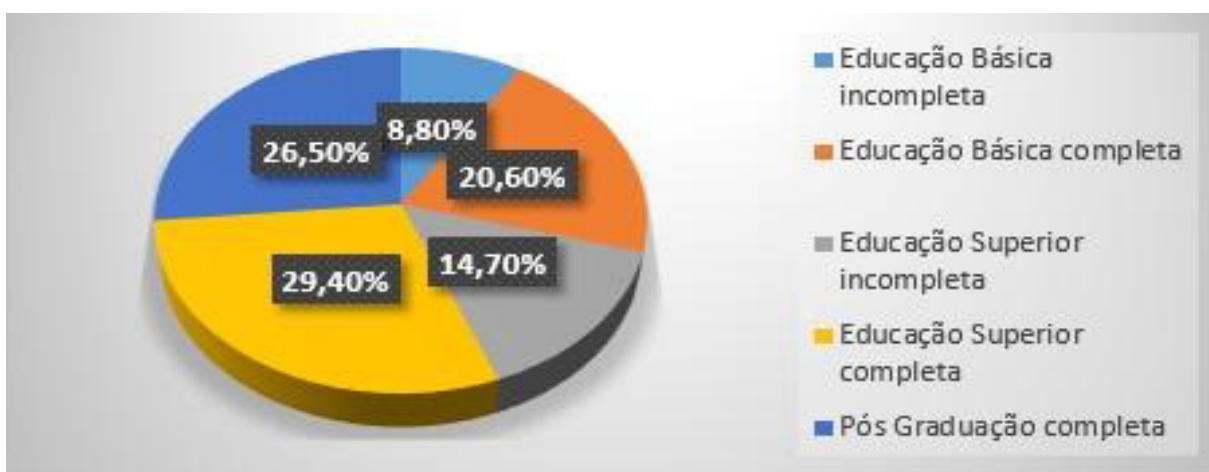
Figura 33 – Gráfico do sexo dos entrevistados na praia de São Marcos.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia de São Marcos.

No que se refere à escolaridade – figura 34 –, também indagada na entrevista, os intervalos apurados foram subdivididos em: 3 (três) indivíduos ou 8,8% com educação básica incompleta; 7 (sete) ou 20,6% com educação básica completa; 5 (cinco) ou 14,7 com educação superior incompleta; 10 (dez) ou 29,4% com educação superior completa; 9 (nove) ou 26,5% com pós-graduação. Os números absolutos e relativos evidenciam um universo em que incide uma escolaridade superior na frequência àquela praia, em que as entrevistas foram feitas na areia próxima aos bares e restaurantes, além de pessoas que estavam no calçadão em paradas de ônibus, caminhando e se exercitando fisicamente.

Figura 34 – Gráfico da escolaridade dos entrevistados na praia de São Marcos.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia de São Marcos.

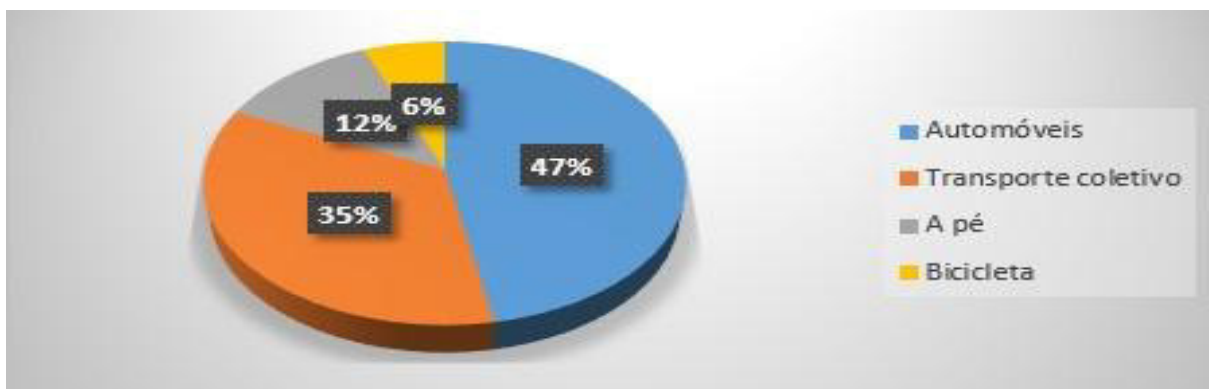
A procedência dos que estão na praia é distribuída pelo conjunto dos bairros de São Luís, o que permite inferir que o estar na orla enquanto preferência não se restringe aos moradores das proximidades. Nota-se, no entanto, um número significativo, com 25% dos entrevistados residindo no que se pode chamar de redondezas, como Renascença, Ponta do Farol e Ponta D'areia. Como afirmado, considerando-se os últimos dez anos, foi expressivo o crescimento populacional de São Marcos e entorno. Nesse tempo, apenas neste bairro, os residentes aumentaram de 659, em 2000, para 3.040, no ano de 2010, de acordo com os respectivos censos do IBGE, mencionados acima.

Somam-se, assim, a proximidade e a maior copresença na praia, em formas de aglomerações que podem resultar em interações mais intensas e em modalidades de pressão socioambiental em razão do descarte inadequado dos dejetos. Quanto a este aspecto, quando indagados, os entrevistados queixaram-se da falta de conservação e asseio, apesar de elogiarem a beleza natural do local. A poluição da água é o principal óbice apontado a usos sociais ainda mais intensos da praia.

Indagou-se também sobre os meios de locomoção para ir à praia. Em resposta ao quesito como chegam à praia – figura 35 –, mesmo quem reside nas proximidades, desce à praia em veículos como automóveis 16 (dezesseis) ou 47%, com pequena diferença na comparação com quem vem em transporte coletivo, 12 (doze) ou 35%. Quem não mora nas redondezas e não tem condução própria para transportar-se, usa as linhas de ônibus que trafegam na Avenida Litorânea. Alguns vêm andando, 4 (quatro) ou 12%, outros usam bicicleta, 2 (dois) ou 6%. Em horários como o anoitecer e também aos sábados e domingos, comparecem praticantes de patins neste trecho da praia. Pode-se afirmar que estes têm um pedaço na orla norte, ao final da Litorânea, no Olho-D'água, onde se encontram com constância ao longo da semana. Os patinadores em São Marcos não compõem ajuntamentos como os que se formam ao final da Avenida. O número dos que vêm de automóvel é representativo, com muitos frequentadores preferindo descer à praia de carro em vez de caminhar. Outra constatação é alusiva à relevância do transporte coletivo para viabilizar o acesso à orla, provendo condução e meios de deslocamento aos residentes em outros diversos bairros da cidade que afluem à orla da Avenida Litorânea. O mesmo projeto moderno de

incorporação social da orla norte possibilitou a banhistas e trabalhadores chegar ao litoral. Popularização ou democratização do acesso e dos usos que nem sempre satisfaz a todos.

Figura 35 – Gráfico dos meios de locomoção dos entrevistados na praia de São Marcos.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia de São Marcos.

Os moradores dos novos edifícios de apartamento que ficam ao largo das dunas encontram-se na praia e vêm acompanhados com crianças e animais; chegam cedo para aproveitar o sol ainda fraco. Reclamam do aumento da frequência nos fins de semana e a maior disputa por espaço para o exercício de comodidades simples, como ter onde se sentar. Os bares e restaurantes instalados na praia de São Marcos tornam, em princípio, a presença na areia mais confortável em razão dos serviços ali oferecidos, convertendo-se em atrativo, sobretudo a quem vai acompanhado com crianças ou idosos.

A propósito, não há programas sistemáticos e continuados dos poderes públicos para a acolhida ao público infantil ou idoso. Ocorre, no entanto, a apropriação de espaços da praia por empreendedores individuais, que desenvolvem atividades direcionadas principalmente ao público jovem. Crianças e idosos têm poucas oportunidades de lazer direcionado, sejam elas organizadas por agentes públicos ou particulares, o que pode representar um fator que resulte em poucos idosos ali presentes. Quando inquiridos, expressam os informantes motivos para estar na praia, como ter um lugar aprazível para o lazer, tomar sol, banhar no mar, pegar uma cor, exercitar-se. Pela manhã estão presentes também praticantes de modalidades esportivas. Na figura 36 estão quiosques em São Marcos; em primeiro plano, barraca com o mesmo nome da praia. Esses locais são mais acionados para um lanche rápido [merenda – como se costuma dizer] e consumo de sucos, pois ali não são

preparadas refeições mais elaboradas. As interações aí são em breves intervalos de pausa feitos nas paradas de caminhantes depois do esforço físico.

Figura 36 – Vista parcial da praia de São Marcos, com quiosques no calçadão.



Fonte: Fotografia do autor, junho de 2015.

Em um balanço da frequência, deve-se reiterar a divisão entre dias de semana ou os chamados dias úteis (entre segunda-feira e sexta-feira) e os finais de semana. Nos dias de semana, destinados ao trabalho, prevalecem interações marcadas pela pressa no anseio de deslocamento a que corresponde um trânsito em ritmo lento na Avenida. Pela manhã e ao encerrar da tarde é maior a frequência infantil. O vespertino é o momento diário em que a praia fica mais vazia. No fim de tarde e início da noite, desportistas e frequentadores dos restaurantes em momentos de *happy hour* passam a fluir pela orla. Além de bares e restaurantes, existe a mencionada casa de música e *shows* Dunas que se está destacando, com uma assistência eclética aos eventos ali promovidos. Os fins de semana, especialmente os domingos, são ocasiões de intensa copresença nas praias. Os bares e restaurantes da praia de São Marcos atraem então majoritariamente um público jovem, sobretudo durante a manhã e à tarde em eventos de praia, com música em alto volume, bebidas alcoólicas e um ambiente em

que as interações e sociabilidades são voltadas à amizade, “curtição, azaração ou zoeira” – como verbalizam os jovens. Consistem essas ocasiões sociais em que procura a prática de sociabilidades, quando são acionados recursos interacionais como linguagem corporal, em que são feitas as leituras de códigos comportamentais inscritos em trajes, olhares e falas. Também nos momentos extraordinários de festas e atividades não corriqueiras, como passeatas e eventos desportivos, comparece um público específico, voltado para prestigiar estas modalidades de ações organizadas.

Como destacado acima, a Avenida Litorânea na praia de São Marcos recebe um público jovem, incluídos os adultos jovens, com acesso ao ensino superior, conforme o gráfico de escolaridade da figura 34. Compõem o perfil reputado socialmente como juventude descolada, cujos ideais expressos nas entrevistas consistem na disposição à conversação, valorização da beleza, relacionamentos fugazes, roupas que realçam a forma física do corpo e práticas associadas ao desporto. Constituem laços de amizade nos ajuntamentos, pois, conforme Rezende (2009, p. 315), “pela amizade, enxergamos a construção de vínculos que fornecem um sentido de pertencimento e localização no mapa social da cidade – do jovem em relação a outros grupos de jovens”.

São Marcos é o pedaço da orla mais utilizado para eventos direcionados à juventude, nos bares e restaurantes que ficam na areia. Compreende-se que ali sobressai uma “ética da aventura” (HOLANDA, 1984, p. 13), expressa em atitudes e falas de frequentadores, como os que vão à procura de “zoeira” ou de “vida louca”, por exemplo, nas formas de recreação e divertimento. Na concepção de ética da aventura estão presentes “as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade” (HOLANDA, 1984, p. 13). Apesar dessas representações, em algumas entrevistas, jovens verbalizaram também aparente sensação de serenidade em estar diante de amplos horizontes, como na fala transcrita a seguir:

- *O que você poderia dizer sobre esta praia?*
- *Aqui é um lugar mais para relaxar, para ficar tranquilo.*
- *O que você costuma fazer nos momentos em que está na praia?*
- *Andar, comer, ver o mar, pensar na vida.*
- *Em sua opinião, o que de melhor a praia tem a oferecer àqueles que a frequentam e utilizam?*
- *O ambiente agradável, com brisa, o barulho do mar, o movimento [das pessoas].*
(Pedro, 18 anos, estudante).

Esses espaços físicos da praia têm uma disputa maior nos fins de semana. No curso ordinário dos dias úteis, não há, em princípio, uma concorrência maior pelo espaço. Nas horas de recuo do mar, as faixas de areia se ampliam e muitas vezes são suficientes para os banhistas. Disputas ocorrem também para sentar às mesas de bares e restaurantes instalados nas praias. Atividades esportivas coletivas, como o futebol, exercitadas na praia de São Marcos demandam espaços que já são previamente delimitados. As equipes de jogadores de futebol estão combinadas com os que trabalham nos restaurantes e guardam os equipamentos que servem de traves para assinalar o gol e o campo de futebol ou de voleibol. Mormente aos domingos, essas equipes para exercícios recreativos demarcam física e simbolicamente espaços na praia ao longo da faixa de areia. Há todo um conjunto de “equipagem”, com times mais preparados do que para uma mera partida – pelada. Os maiores e mais organizados têm entre seus participantes indivíduos na faixa etária dos vinte a trinta anos.

Na época de férias (meses de janeiro e julho), entidades como o Serviço Social do Comércio (SESC), inclusive com ampla divulgação nos modernos meios eletrônicos de comunicação, promovem eventos esportivos e de sociabilidade na areia – conforme a figura 37 – em que se pode ver o SESC VERÃO, com barracas, monitores e comerciários, acompanhados com seus dependentes, amigos e convidados. Na edição de 2016³⁶, por meio de seu *site* na internet, citado no rodapé desta página, o SESC convidava para torneios de vôlei e *beach* soccer. O título da matéria era “Sesc Verão: férias com diversão e adrenalina”. E prosseguia: “quem optar por um domingo à beira-mar, também poderá se aventurar nas oficinas de esporte radicais como caiaque, *slackline*, tirolesa”. É a associação da orla com os prazeres da diversão, da vida boa e da aventura, representado pela expressão de “ir avante e além”, lembrado aos gritos por um banhista que participava das atividades na praia e observado pelo pesquisador. A audácia da chamada ética da aventura está presente nesses esportes considerados radicais, em que se busca viver momentos com “adrenalina” – como expresso no convite veiculado –, muitas vezes até colocando em risco a integridade física. Mas o significativo ali é o desafiar-se e superar seus limites, ainda que não avaliando ou ponderando devidamente as consequências que daí podem advir.

³⁶Fonte: Disponível em: <<http://www.sescma.com.br/exibirNoticia.php?id=2050&lang=pt>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

Figura 37 – Vista da praia de São Marcos com atividade recreativa organizada.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Os bares e restaurantes situados entre a Avenida e a areia executam uma trilha sonora em que, salvo exceções, escuta-se samba, pagode, sertanejo, forró, arrocha, axé. Não houve menção nas entrevistas quanto ao volume incomodar frequentadores ou transeuntes. Na praia de São Marcos há bares que tocam MPB (Música Popular Brasileira), MPM (Música Popular Maranhense) e rock, como o Sonora Beach Club, com sons reproduzidos em equipamentos eletrônicos e cantados ao vivo, em determinados dias e horários. Durante a manhã e pela tarde, essa trilha assume uma conotação social, como destinada a acompanhar o movimento das pessoas e as conversas. À noite, embala os momentos de boemia. Além da duplicidade de nomes para a praia, discutida acima, como São Marcos e/ou Marcela, verificou-se na consulta ao cardápio desses restaurantes, que dois deles informavam seu endereço como Calhau, apesar de situados em São Marcos. A imprecisão na declaração da localização expressa a fraca identidade simbólica da praia na percepção de agentes interlocutores copresentes diariamente nestes espaços da orla.

A figura 38 exibe a fotografia de satélite da praia de São Marcos. Diferente da imagem similar de páginas anteriores, esta se apresenta mais aproximada. O recorte permite visualizar desde o início da Avenida – esquerda da foto – com a alça de acesso à via na Ponta

mercadores ambulantes do Espírito Santo, igualmente viajando para negociarem artigos de artesanato. Sem necessariamente incorrer em um arroubo retórico, pode-se afirmar que se vende quase tudo nas areias!

Além do comércio de mercadorias, há ainda ao longo da Avenida a oferta de serviços e expedientes por pessoas que fazem da Litorânea seu local de ocupação e trabalho. Há, por exemplo, guardadores autônomos de veículos – popularmente conhecidos como “flanelinhas” – no espaço destinado ao estacionamento de veículos. Vigiam e lavam os automóveis parados em frente à praia, prática comum em toda a orla da Litorânea. Nos fins de semana aumenta a frequência desses trabalhadores, que não comparecem usualmente nos chamados dias úteis. Dizem que é mais fraco o movimento e aproveitam para outros serviços, como de pedreiro, jardineiro. Alguns têm entre si graus de parentesco e conhecem os colegas de ofício. Conseguem identificar os frequentadores costumeiros, seus clientes na guarda e lavagens de carros. Eventualmente, algum freguês deixa as chaves do veículo para uma lavagem interna do carro. Interações em que a lealdade e a boa-fé são essenciais.

Agentes dos poderes públicos, evidenciados pelo uso de fardas e veículos oficiais ostensivamente identificados, também comparecem à Avenida. Entre eles estão bombeiros militares guarda-vidas, agentes de limpeza pública, técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), policiais militares e agentes de trânsito da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT). Exercem funções diferentes. Os bombeiros guarda-vidas, lotados no Batalhão de Bombeiros Marítimo (BBMar), com sede na Litorânea no bairro do Calhau, tinham dois postos de salvamento ao longo da Avenida, um na praia de São Marcos e outro na praia do Calhau. Estes locais destinados a postos de salvamento estão instalados na areia da praia para prestar o serviço de socorro aos banhistas, como os postos de *sauvatage*, inaugurados em 1918 na orla de Copacabana (GASPAR, 2004, p. 11).

O posto de São Marcos é bem guarnecido. Nas rondas preventivas, os bombeiros circulam a pé e em pequenas motocicletas quadriciclos monitorando as pessoas na areia; na água fazem o serviço em motoaquáticas – *jet skis*. Poderiam, no entanto, andar um pouco mais a pé ou ter postos móveis erguidos mais próximos à água. A presença dos guarda-vidas é muito discreta, mas permanente. Nos períodos de férias – janeiro e julho – há reforços no contingente de bombeiros. Inversamente à quantidade de bares e restaurantes contados em São

Marcos, 21 (vinte e um), quiosques 4 (quatro), barracas 2 (duas), existe apenas um posto de salvamento situado na praia, a qual tem uma extensão de 3.300 metros.

No início do final de semana, desde cedo, grandes caminhões e máquinas escavadeiras hidráulicas pesadas a serviço da Prefeitura Municipal de São Luís retiram toneladas de detritos da orla de São Marcos, seja o que resulta do comércio de bares e restaurantes ou o que traz a maré até a praia. Trabalham muito em uma atividade que não cessa. Por mais que se limpe, continua imprópria a qualidade da areia e da água. Placas com a inscrição de “imprópria” seguem afixadas na praia, conforme na figura 39, com os prédios ao fundo. Para os estudos das condições de banho, contribuem os técnicos da SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais), que realizam coletas de amostras da água da praia para medições. Neste aspecto, deve-se observar uma prática que poderia ser evitada, para colher frascos da água, os técnicos entram na areia da praia em automóveis *pick-ups*, o que não é recomendado. Além de o tráfego de veículos representar um risco aos banhistas, importa em mais um possível emissor de resíduos poluentes na areia. Pode-se argumentar que as equipes de limpeza entram igualmente com seus tantos caminhões e tratores. Neste caso, no entanto, deve-se admitir o ingresso para recolhimento da grande quantidade de detritos e dejetos ali descartados e amontoados.

Figura 39 – Vista da praia de São Marcos, com aviso de praia com água imprópria.



Fonte: Fotografia do autor, junho de 2015.

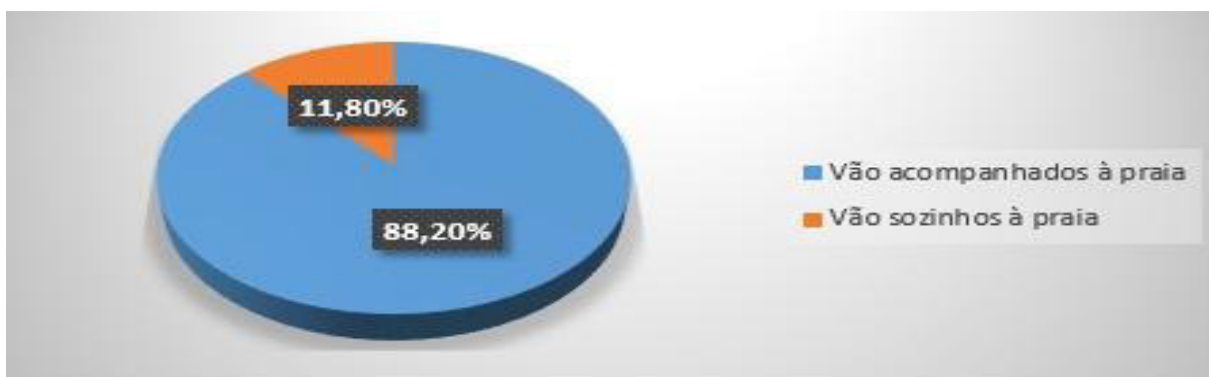
Os policiais militares, enquanto integrantes do sistema de segurança, contribuem com o trabalho de bombeiros militares guarda-vidas e agentes de trânsito. Executam igualmente a vigilância conduzindo motos quadriciclos em rondas pela areia. Zelam, sobretudo, pela segurança dos frequentadores. Aos agentes de trânsito da SMTT cabe disciplinar a circulação, o tráfego e o estacionamento de veículos na Avenida, que tem servido crescentemente como via alternativa de passagem dos carros que trafegariam pela Avenida dos Holandeses, paralela à Litorânea. Esta opção para escoar e dar fluidez ao trânsito tem elevado o volume dos deslocamentos pela orla. Em momentos de pico – chamados também de “hora do *rush*” –, de manhã cedo e no início da noite, além da quantidade, a velocidade dos veículos exige uma cautela maior por parte de pedestres e condutores.

Turistas, procedentes principalmente de rumos domésticos, frequentam também as areias de São Marcos. A presença de visitantes estrangeiros, entretanto, é menos expressiva. Em comum, estrangeiros e nacionais admiram a beleza das praias e o diferencial de bares e restaurantes localizados nas areias. Com a instalação de hotéis na orla da Avenida Litorânea, há uma maior presença desses hóspedes. A pouca contagem de estrangeiros entre os turistas pode decorrer da não existência de voos diretos ou da fraca divulgação de São Luís como destino turístico no Brasil e no exterior.

Enquanto atividade voltada para a diversão e o lazer, o turismo é um poderoso setor econômico que pode contribuir para alavancar a cadeia produtiva de serviços. Há, contudo, um tipo de visitante que traz muito do que precisa e gasta pouco no comércio da Litorânea. Especialmente nas ocasiões de feriados prolongados, chegam os excursionistas; fretam ônibus, que fazem ainda a função de pousada, para uma curta hospedagem na orla. Essas excursões são oriundas dos interiores do estado. Mas podem ser vistos ainda comboios provenientes de outras unidades próximas da Federação, do Norte e Nordeste, como Piauí, Ceará, Pará e Tocantins.

A figura 40 mostra em gráfico os percentuais dos que vão sozinhos ou acompanhados à praia de São Marcos. Entre os entrevistados, 30 (trinta) ou 88,2% vêm acompanhados à praia, enquanto 4 (quatro) ou 11,8%, de um total dos 34 (trinta e quatro) entrevistados nesta praia, vêm sozinhos. Seja na condição de morador, visitante, turista ou excursionista, o ir ou estar na praia é um ato coletivo.

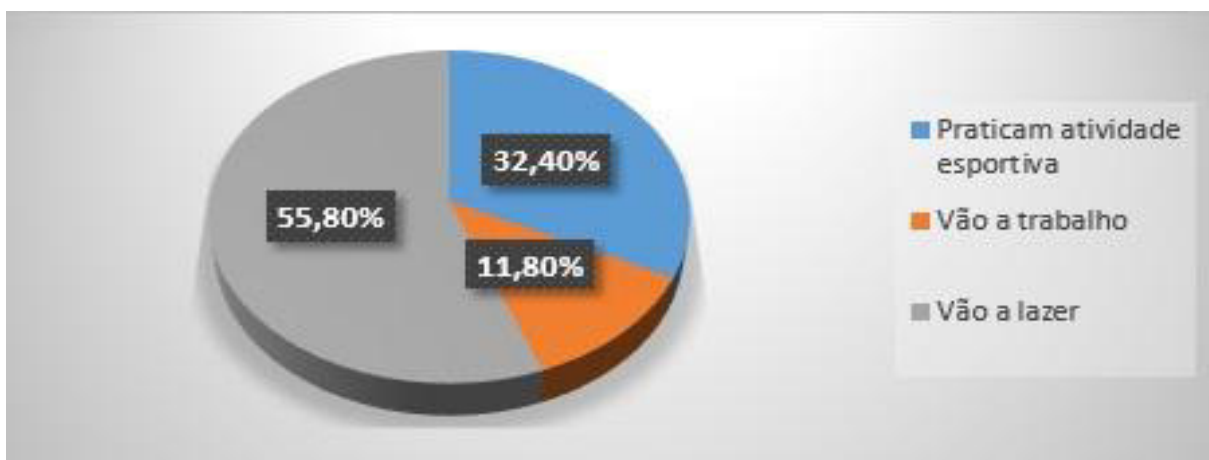
Figura 40 – Gráfico dos acompanhantes dos entrevistados na praia de São Marcos.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia de São Marcos.

Declararam ainda que, nos momentos em que estão na praia de São Marcos, 11 (onze) ou 32,4% praticavam alguma atividade esportiva, 4 (quatro) ou 11,8% estavam a trabalho e 19 ou 55,8% em ocasião de lazer, em ajuntamentos para o gozo do que julgam um merecido ócio para espairecer. O gráfico da figura 41 exhibe as sociabilidades exercitadas preferencialmente em São Marcos, com a orla sendo apropriada para sociabilidades de lazer e diversão e de cunho desportivo. A praia de São Marcos tem sido, de modo progressivo, associada a espaços para diversão e práticas desportivas.

Figura 41 – Gráfico das sociabilidades dos entrevistados na praia de São Marcos.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia de São Marcos.

A fotografia da figura 42 ilustra as ocasiões de sociabilidades desportivas que passa a ter a orla de São Marcos. Mesmo ao anoitecer, prossegue o jogo de futebol ao acender das luzes dos postes instalados na Avenida Litorânea. Com a incorporação da praia ao cotidiano por meio de condições para seu acesso, usos e apropriações, interações e sociabilidades não ficam restritas aos determinantes dos horários indicados pela natureza, mas são exercitadas conforme os envolvimento nos ajuntamentos ali situados.

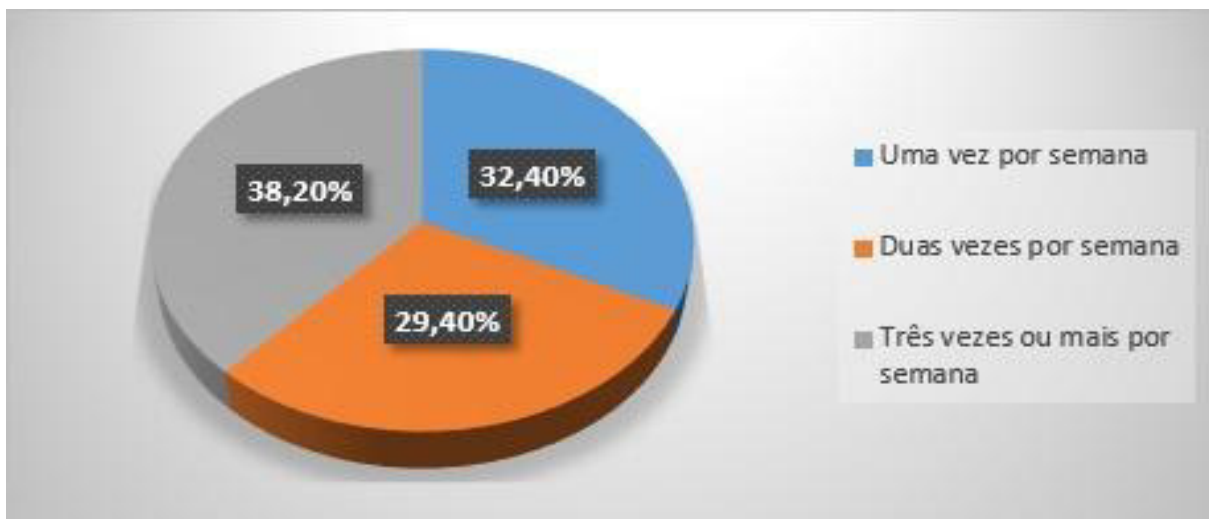
Figura 42 – Cenário de sociabilidades na praia de São Marcos ao anoitecer.



Fonte: Fotografia do autor, junho de 2015.

A incorporação da praia de São Marcos ao dia-a-dia, expressa no número de vezes que se vem à orla, é evidenciada nas entrevistas. Pois, 11 (onze) ou 32,4% declararam ir à praia apenas uma vez por semana, em média; 10 (dez) ou 29,4% comparecem duas vezes e 13 (treze) ou 38,2% relataram comparecimento em três ou mais vezes na semana. Esses informantes fazem, assim, dos espaços da Litorânea locais habituais que visitam em seus cotidianos. A figura 43 ilustra esta distribuição da frequência com que se comparece à praia de São Marcos ao longo dos dias da semana, em que prevalecem as visitas à orla duas a três vezes.

Figura 43 – Gráfico da frequência semanal dos entrevistados à praia de São Marcos.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia de São Marcos.

Apesar das possibilidades de variações, os frequentadores costumam repetir os lugares em que se estabelecem, em uma atitude de demarcação simbólica em que se identificam espaços partilhados de presença. A cada vinda, reproduzem os posicionamentos e os arranjos socioespaciais. Entre a continuidade de praias na Avenida, a distinção da praia de São Marcos é o público jovem que a frequenta, com destaque para as ocasiões de fim de semana, sobretudo o domingo. A partir desta contiguidade socioespacial, prossegue-se a exposição com o escopo de revelar e apontar sutilezas no curso das sociabilidades, que realcem a estabilidade e as variações nas configurações do espaço interacional na orla da Litorânea.

4.2.3 A Praia do Calhau

Enquanto espaço físico e geográfico, a praia do Calhau é uma continuidade da praia de São Marcos. O limite de separação para fins administrativos e de circunscrição é o rio Calhau, que tem sua foz nas proximidades do chamado parquinho da Litorânea, nas imediações da Avenida Avicênia, transversal à Litorânea, onde também está situado o Pestana São Luís Resort Hotel. Dali em diante é permitido erguer edifícios de frente para a praia, diversamente da praia de São Marcos na qual, em razão das dunas, não há prédios imediatamente no frontal do mar. Assim, além do hotel mencionado acima, hotéis e pousadas

como Tulipp Inn, Solare Praiabella Hotel, Litorânea Praia Hotel, Calhau Praia Hotel, Hotel Adventure, Pousada Tambaú, San Fernando Praia Hotel foram instalando-se na orla da praia do Calhau, atraindo turistas que neles se hospedam e empresas que alugam seus salões para eventos. Estes hotéis têm ainda restaurantes, que contribuem para o movimento no bairro. Juntamente com hotéis, pousadas, bares e restaurantes, a orla do Calhau comporta residências em seu entorno por não ter dunas situadas entre os edifícios e a praia.

Como antes afirmado, em síntese, neste segmento do litoral as construções estão situadas mais perto da praia. Sua extensão de 2.500 metros, assinalada ao longo da ciclovia do calçadão e medida conforme escala cartográfica do mapa da figura 45, é menor em comparação com a praia de São Marcos. Tem como limites a Avenida Avicênia até as proximidades da Avenida Copacabana, com uma área de 2,4 quilômetros quadrados, de acordo com medição feita a partir da escala gráfica do mapa da figura 45 e da fotografia de satélite da figura 46, documentos estes produzidos pelo IBGE.

Na figura 44 está a fotografia de dois bares e restaurantes situados na praia em frente ao Calhau Praia Hotel, no qual se hospedou o pesquisador e de onde foi colhida a imagem. O prédio que abriga os bares e restaurantes é dividido ao meio, em construção geminada. À esquerda está o Oceano's, à direita o Concha's. Perto deles estão situados o Landruá Mariscos, o Pescatore Restaurante, a Pizza Vignoli, o Escuna do Mar e o Coração do Mar. Em espaços físicos tão próximos, o que diferencia e pode atrair e cativar clientela é o cardápio dos pratos oferecidos e a atenção no atendimento às especificidades do que gosta e aprecia o freguês. Grande parte do público estaciona seus carros em concorridas vagas ao longo da calçada de frente aos restaurantes. Esses estabelecimentos são espaços para sociabilidades, em que a pauta se refere também à percepção e disseminação de tendências a respeito do que acontece na vida social e provoca reflexos como inquietação e clamor. Enquanto locais de concentração e afluência de pessoas em marchas que seguem pela Avenida com o propósito de sensibilização e mobilização social, sobretudo no que tem a ver com a saúde, ou protestos políticos, os bares e restaurantes da orla compõem lugares antropológicos no sentido de abrigar encontros e reuniões para intercâmbios sociais. Caracterizam-se esses estabelecimentos em referências para situar relações sociais como as formas de luta. A título de ilustração, nas ocasiões de jogos, como os da Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2014, havia grande animação e profusão de enfeites e balões como forma de propaganda e chamariz

de torcedores, pois, antes de cativar a clientela, é preciso atrair a freguesia, superando a concorrência com os demais restaurantes da orla.

Figura 44 – Bares e restaurantes localizados na praia do Calhau.

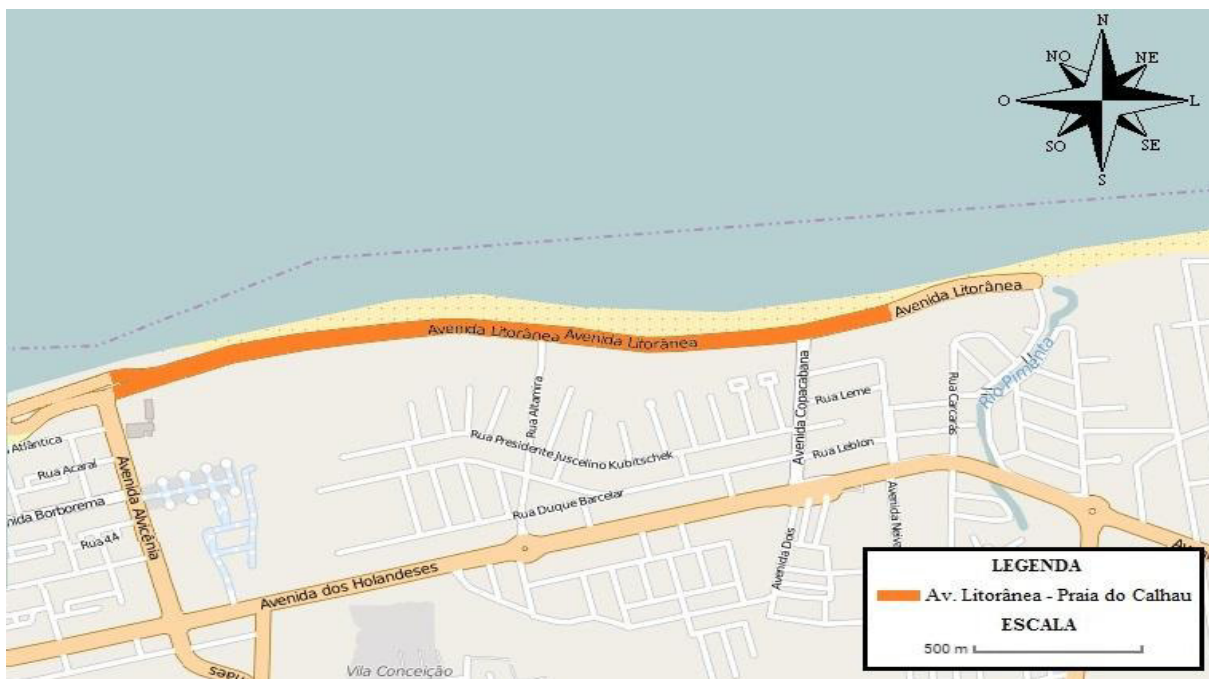


Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

No bairro do Calhau estão instaladas também importantes instituições públicas e privadas, como o Clube do Ipem, o Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão, a Estação Ecológica do Rangedor, onde se localizam a Assembleia Legislativa do Maranhão (Palácio Manuel Beckman) e o Multicenter Sebrae. Situam-se ainda o Golden Shopping Calhau [em construção]; na foz do Rio Calhau está o Parquinho da Litorânea. Encontra-se em seguida, o Círculo Militar de São Luís, depois o Pirata Beach, na sequência o Beach Society Clube. O Rio Calhau separa trecho do Calhau do bairro Quintas do Calhau.

Na figura 45 está o mapa assinalado com o trecho da praia do Calhau em que se pode notar maior arruamento no bairro em comparação com São Marcos e a composição de uma vizinhança. No Calhau as construções avançaram com mais evidência sobre os areais, os quais não continham elevadas dunas como as existentes em São Marcos. Neste mapa não consta representada a quantidade de prédios diante da praia, que pode ser observada em maiores detalhes na figura 46 adiante.

Figura 45 – Mapa com trecho da Avenida Litorânea, praia do Calhau.

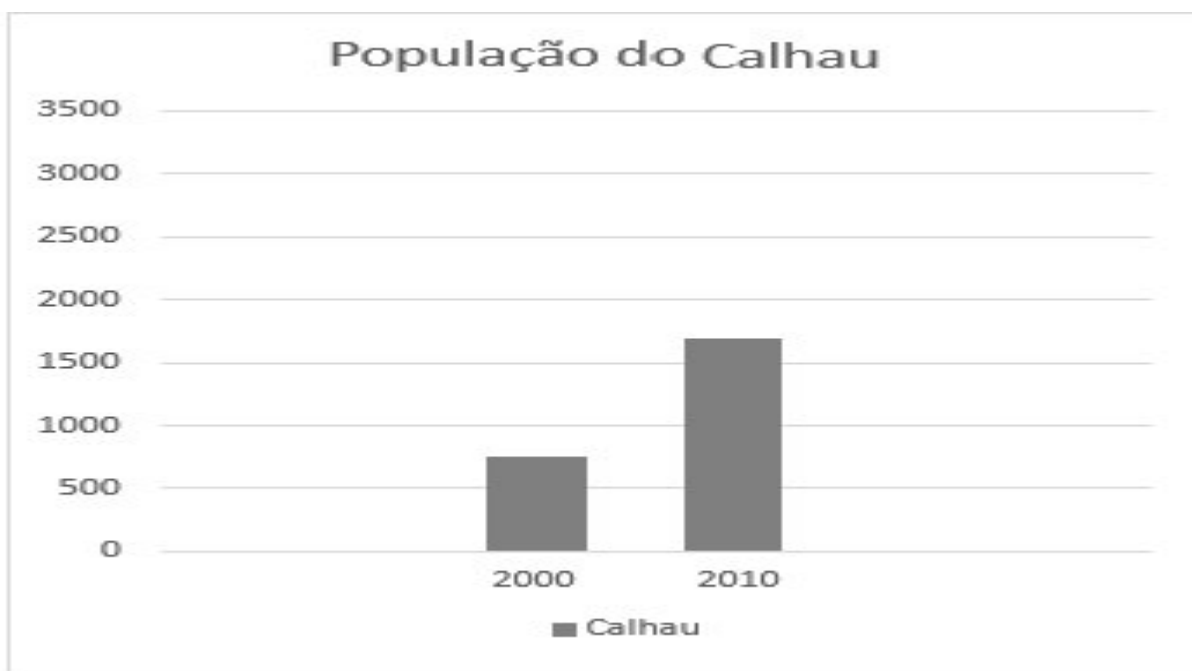


Fonte: IBGE [adaptado].

Assim sendo, entre as três praias o Calhau é a que tem a vizinhança mais próxima, pela remoção de obstáculos naturais outrora existentes. Como se pode visualizar na fotografia de satélite da figura 46, mais prédios situam-se diante da orla. Na parte central do bairro estão as residências unifamiliares de padrão alto/médio. Na composição do bairro do Calhau deve-se ainda assinalar que, nos trechos mais afastados do litoral, depois da avenida interna – Avenida dos Holandeses –, há habitações precariamente construídas em algumas comunidades, o que difere de São Marcos, que não conta com conjuntos de moradias deste padrão socioeconômico. A praia do Calhau é a que tem um maior, mais contínuo e distribuído público frequentador na comparação com São Marcos, em razão, sobretudo, do número superior de estabelecimentos de comércio e de serviços ali instalados. O lado de dentro do bairro liga-se à orla por vias transversais que descem em direção à praia, proporcionando a fluidez entre as áreas da vizinhança e a orla. Em comparação com São Marcos, existe uma maior apropriação dos moradores que declararam nas entrevistas realizadas vivências em que incidem mais ocasiões de copresença na praia, a qual é, portanto, mais integrada às experiências comunitárias.

que dobraram em um processo de adensamento populacional; o que representa também uma pressão sobre os recursos naturais desta zona urbana, como os mananciais de água potável, acarretando a necessidade da oferta dos serviços de fornecimento de água e rede de esgotamento sanitário doméstico. Resulta ainda em aumento da demanda imobiliária por terrenos disponíveis para a construção futura de casas.

Figura 47 – Gráfico da população residente no Calhau, Censos Demográficos de 2000 e 2010.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

Nesta pesquisa, avaliou-se a praia do Calhau como a mais urbana das praias da Avenida Litorânea. Entre os critérios para formar este juízo está a localização em um trecho central, com vias que permitem o acesso fácil à praia e ao interior do bairro, acionadas para deslocamentos de veículos e passagem de pedestres. Como afirmado, quando se quer sair do trânsito mais intenso da paralela Avenida dos Holandeses, o trajeto preferencial é a pista da Litorânea. Também com a construção de um casario do lado oposto da praia passou a existir a diuturna movimentação de pessoas, com uma constante e regular presença de transeuntes, banhistas, moradores e frequentadores durante toda a semana. Na orla os prédios têm até três andares acima do plano do passeio público, erguidos conforme as normas municipais para edificações na Avenida – Zona Residencial 8 – com o “gabarito máximo permitido igual a 03

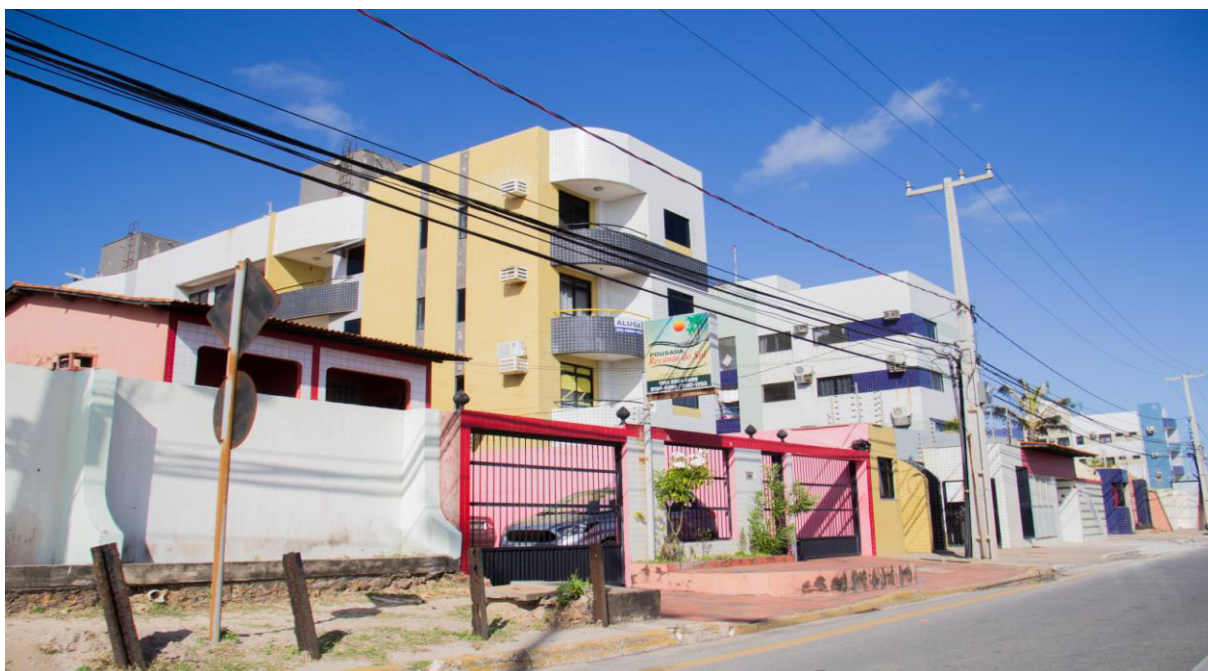
(três) pavimentos”, consoante o artigo 39, IV, da Lei de Zoneamento Municipal (SÃO LUÍS, 1997b, p. 90).

No detalhe da fotografia – figura 48 –, é possível observar os desníveis nas calçadas que não conservam os padrões legais definidos. O caminhar deste lado da Avenida torna-se uma atividade dificultosa. Cada proprietário faz o passeio público de seu imóvel conforme sua conveniência, a única norma que se atende é o alinhamento com o meio fio da Avenida. De maneira diversa ao cuidado com o calçadão do lado da praia, a este outro flanco da via não é direcionada a mesma atenção por parte de moradores e agentes do poder público. O direito de caminhar com segurança e os mínimos requisitos de acessibilidade são assegurados pela legislação; a eficácia da norma, no entanto, não opera plenamente para os pedestres na Litorânea. Sobre esta matéria trata a lei municipal nº 3.478, de 27 de março de 1996 (SÃO LUÍS, 1997d, p. 244), que dispõe,

Art. 1º. Fica proibida a construção e colocação de obstáculos em calçadas, no perímetro urbano de São Luís.

Art. 2º. O Poder Executivo, através do órgão competente, fará a retirada de obstáculos colocados em calçadas, os quais possam dificultar o trânsito de pedestres e o acesso de pessoas portadoras de deficiência.

Figura 48 – Fotografia com calçadas irregulares em frente à praia do Calhau.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Do lado do calçadão, enquanto espaço social público urbano, o parquinho da Litorânea também contribui para a atração de visitantes com brinquedos e quiosques para lanches. Outrora, a estrutura desta área de lazer era equipada como brinquedos instalados pelo poder público. Esses equipamentos, no entanto, deterioraram-se e não foram reformados, mas removidos, o que concorreu para que o espaço fosse apropriado precariamente por prestadores de serviços particulares, que diariamente montam, desmontam e alugam brinquedos infláveis, em uma privatização do espaço público. Ao redor dos brinquedos, artesãos armam feira para exposição e venda de seus produtos, com permissão da Prefeitura – figura 49. Estão, portanto, autorizados e se postam em posição central no parquinho. As interações e sociabilidades estão voltadas ao comércio de peças artesanais que retratam signos de uma identidade maranhense. Achegam-se, no entanto, a esta feira vendedores ambulantes, que nada têm a ver com os objetos de procedência artesanal, em uma descaracterização dos fins da permissão de uso da área para uma atividade econômica ou cultural específica. Espalham mercadorias importadas precariamente no chão próximo ao meio-fio, considerando na entrevista a possibilidade de rapidamente recolher seus produtos em razão de eventual fiscalização rigorosa.

Figura 49 – Vista parcial da praia do Calhau com brinquedos e feira de artesanato.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Na figura 50, fotografia tirada a partir do aclive que separa o trecho final de São Marcos do Calhau, com vista panorâmica noturna dos acima referidos brinquedos e da feira de artesanato no parquinho da Litorânea, no início da praia do Calhau. Próximos ao centro da imagem estão os brinquedos infláveis, à direita encontra-se a feira com barracas nas quais são vendidos produtos artesanais. A foto foi colhida no momento diário de maior agitação neste trecho de praia, 20 horas, quando aumentam a circulação de pessoas e o tráfego de veículos na Avenida. Praticamente, não há vagas livres ali para o estacionamento de carros, a rotatividade é grande; ao sair um automóvel, outro vem parar no lugar que, em frações de minutos, esteve desocupado.

Figura 50 – Vista panorâmica dos brinquedos e feira de artesanato na praia do Calhau.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Conforme pode ser visto na figura 51 a seguir, o espaço conexo ao parquinho durante os horários do dia é menos concorrido. À direita na fotografia está banca de revistas construída em alvenaria; à esquerda, os automóveis estacionados nas vagas demarcadas para veículos. Há também dois quiosques onde se comercializa água de coco e são dispostas cadeiras de plástico para acomodação da freguesia. Pode-se ver ainda um *trailer* adaptado para a venda de comidas típicas – acarajé. Por se tratar de hora próxima ao final da manhã, 11

horas, com mais intenso calor, poucos são os praticantes de atividades desportivas no instante da captação da imagem.

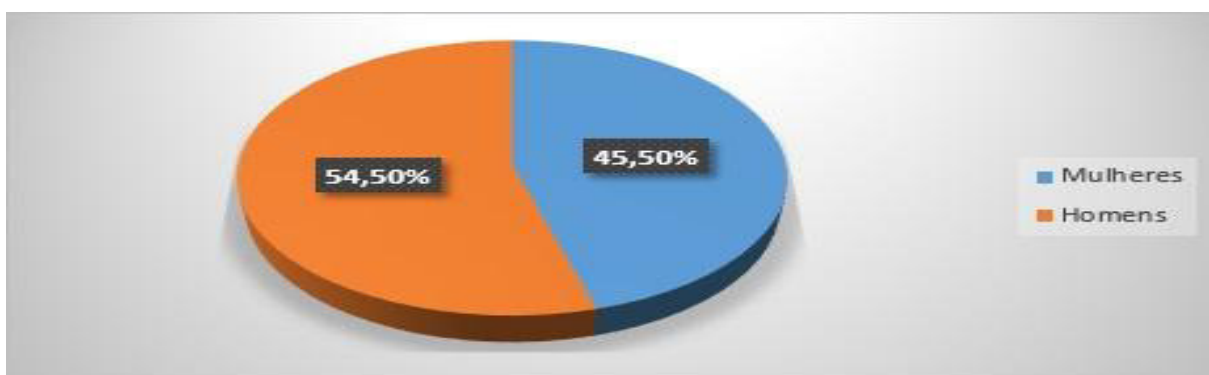
Figura 51 – Vista do estacionamento da praia do Calhau nas proximidades do parquinho.



Fonte: Fotografia do autor, março de 2015.

Com relação aos frequentadores da praia do Calhau, como em São Marcos, foram igualmente aplicadas entrevistas. Entre os consultados – figura 52 – estavam 18 (dezoito) homens ou 54,5% de um total de 33 (trinta e três) pessoas; 15 (quinze) ou 45,5% eram mulheres. Procurou-se preservar a proporção entre homens e mulheres na apuração das percepções dos informantes registradas nas entrevistas feitas na praia do Calhau.

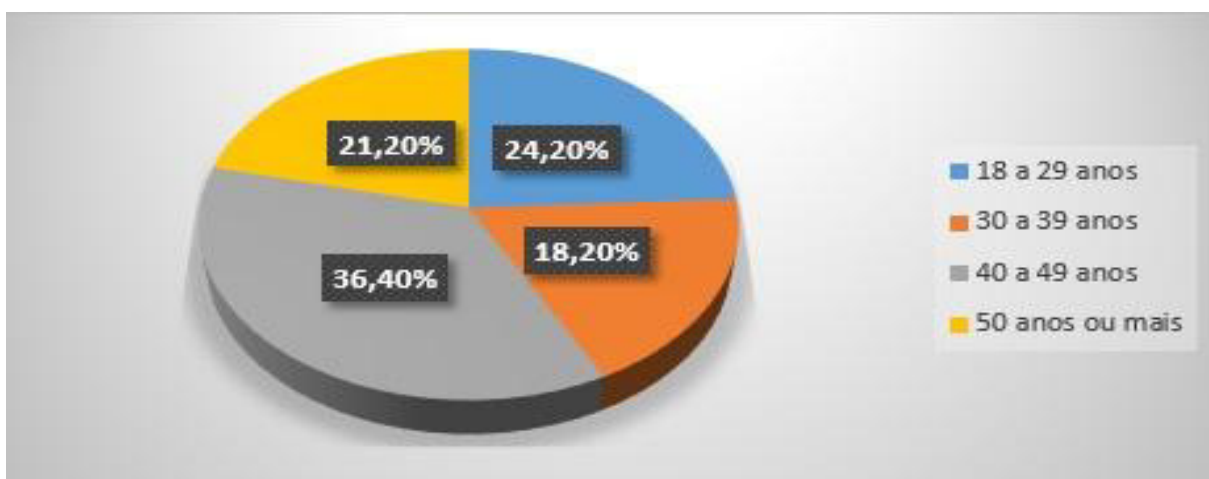
Figura 52 – Gráfico do sexo dos entrevistados na praia do Calhau.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Calhau.

Quanto à idade, 8 (oito) ou 24,2% estavam entre 18 a 29 anos; 6 (seis) ou 18,2% tinham entre 30 a 39 anos; 12 (doze) ou 36,4% estavam na faixa entre 40 a 49 anos; e 7 (sete) ou 21,2% tinham 50 anos ou mais, conforme o disposto no gráfico da figura 53. Reitere-se que estes percentuais não expressam necessariamente a composição da frequência à praia do Calhau, mas o universo de quem se dispôs a participar voluntariamente da entrevista nesta área da orla. Deve-se também notar que, ao apreciar a idade, houve uma maior incidência de respondentes mais velhos em comparação com a praia de São Marcos, permitindo inferências relacionadas com a caracterização do perfil dos usuários desses espaços sociais, relativamente a comportamentos, maneiras e preferências.

Figura 53 – Gráfico da faixa etária dos entrevistados na praia do Calhau.

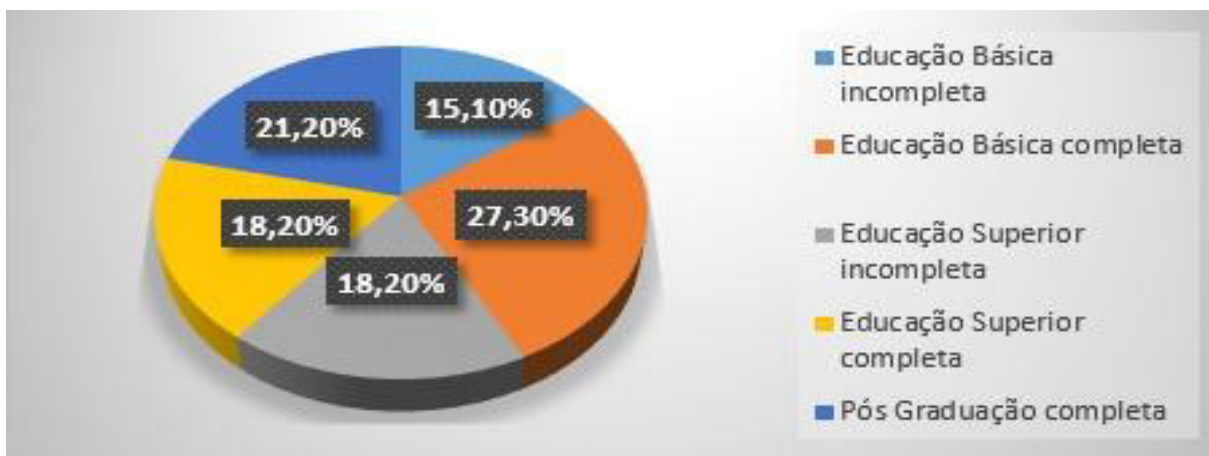


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Calhau.

Segundo esse critério de idade, as sociabilidades apresentam suas diferenciações conforme as faixas etárias. Nos espaços sociais nas praias, em que há a frequência de pessoas mais velhas, é numerosa a presença de grupos familiares, com pais, mães e filhos, sendo estes, mormente, representativos de uma faixa etária infantil. Assim, notam-se famílias no pedaço do parquinho da Avenida, onde há ainda lugares para lanches nessas ocasiões sociais de diversão ao ar livre de crianças e adultos. Em razão da necessidade de atenção aos filhos menores, os pais engajam-se nas interações focadas cujos propósitos são vigilância e proteção. Ao quesito idade articula-se a escolaridade, conforme os dados arrolados a seguir.

Quando se indagou sobre a escolaridade, os resultados apurados e apresentados no gráfico da figura 54 foram os seguintes: 5 (cinco) entrevistados ou 15,1% com educação básica incompleta; 9 (nove) ou 27,3% com educação básica completa; 6 (seis) ou 18,2 com educação superior incompleta; 6 (seis) ou 18,2% com educação superior completa; 7 (sete) ou 21,2% com pós-graduação. As entrevistas foram realizadas nas imediações do parquinho da Litorânea, nos bares e restaurantes, nos equipamentos para exercício físico, na parada de ônibus e ainda com clientes do Calhau Praia Hotel, onde esteve hospedado o pesquisador. Na praia do Calhau apurou-se a percepção de um público mais velho e com menores níveis de escolaridade. De acordo com o cruzamento das informações prestadas, inferiu-se que a maior incidência de frequentadores com educação básica deveu-se à presença de indivíduos economicamente ocupados que exercem seus ofícios na orla, com a praia do Calhau acolhendo o maior número de trabalhadores entre as praias da Avenida Litorânea. Assim, além de um público com idade mais elevada, é a que tem mais usuários que a ela se dirigem para sociabilidades relacionadas ao trabalho.

Figura 54 – Gráfico da escolaridade dos entrevistados na praia do Calhau.

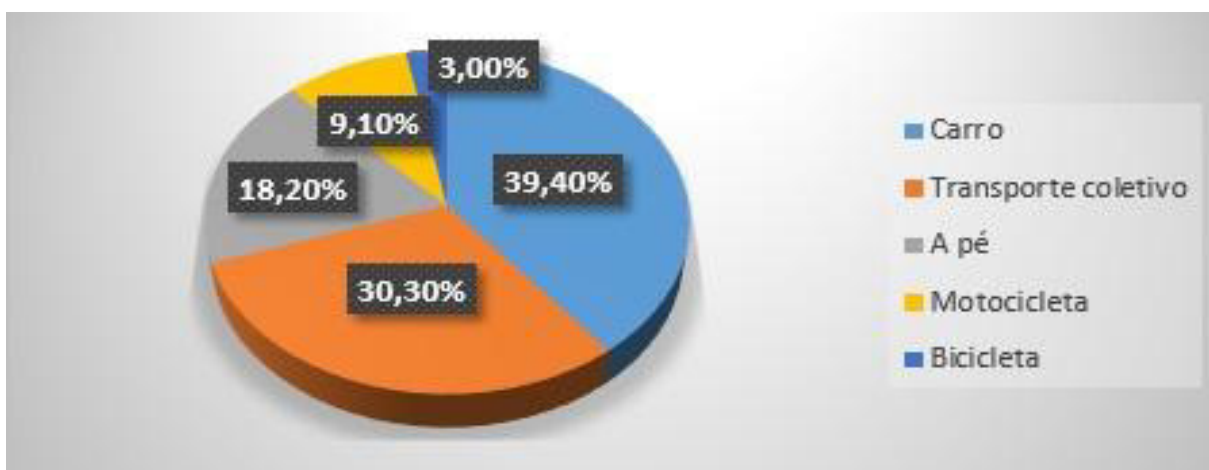


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Calhau.

Declararam 13 (treze) ou 39,4% dos informantes nas entrevistas que residem em bairros no entorno do Calhau, como Alto do Calhau, Quintas do Calhau, Barramar, Grand Park, Parque Athenas, Quitandinha, Vila Conceição, Cohafuma, Vinhais e Bequimão, além de São Marcos, Ponta do Farol e Renascença. Como afirmado, em anos recentes foi acentuado o crescimento da população residente no bairro do Calhau e adjacências. A urbanização de lotes

e a construção de mais casas têm contribuído para o aumento do número de moradores. Como exposto no gráfico da figura 55, os que vêm à orla declararam chegar à praia em condução própria, com 13 (treze) ou 39,4% vindo de carro; 10 (dez) ou 30,3% chegaram de ônibus; 6 (seis) ou 18,2% vieram andando; 3 (três) ou 9,1% usaram motocicleta; 1 (um) ou 3,0% estava com sua bicicleta. Em comparação com as outras praias, é que a tem um número maior de entrevistados que vêm andando. Ao articular a informação referente ao local de residência com o meio de locomoção, conclui-se que há um maior percentual de moradores nas imediações que frequentam a praia do Calhau. Aparece também na amostra os que vêm de motocicleta. Declararam estes que exercem ofícios ligados ao setor de serviços; assim, trabalhando no Calhau.

Figura 55 – Gráfico dos meios de locomoção dos entrevistados na praia do Calhau.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Calhau.

Essa frequência de procedência heterogênea comparece à Avenida durante todo o dia, em maior número no início da manhã e começo da noite. Entre os participantes das entrevistas estão os que julgam os momentos nos transportes coletivos – figura 56 – como problemáticos, sobretudo nos horários de fluxo intenso de trânsito, em razão da insuficiência do número de veículos e da contestada qualidade na oferta do serviço. As horas de maior ingresso pela manhã, e ao final da tarde, quando os banhistas deixam a praia, são as ocasiões de maiores conflitos. Um dos entrevistados (Carlos, 35 anos, agente de portaria) relatou furto ao entrar no ônibus em um dos dias em que veio à praia; afirmou ter percebido que estava sem

a carteira quando ia pagar a passagem. Queixam-se os banhistas do fato de precisar esperar em demasia para embarcar nos ônibus, que trafegam pela praia do Calhau, conforme o depoimento abaixo:

- *Como você chega à praia do Calhau?*
 - *Venho de ônibus.*
 - *O que você pode dizer sobre o ônibus que lhe traz à praia?*
 - *Quer saber? É caro, sem conforto, insuficiente. Devia ter mais ônibus, conforme o fluxo, por exemplo. Para o Turu, poderia ter mais ônibus.*
- (Carlos, 35 anos, agente de portaria).

Figura 56 – Passageiros banhistas deixando a praia do Calhau em tarde de domingo.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Os ônibus possibilitaram um impulso na frequência de um público procedente de bairros mais distantes, copresença que nem sempre é do agrado dos residentes mais próximos que passam a ter de dividir o espaço da orla com outros tantos concorrentes. Nos fins de semana, quando a praia conta com um grande número de banhistas, as sociabilidades reproduzem os padrões do que pode ser pensado ou interpretado a partir do conceito de pedaço. Em ajuntamentos nos espaços sociais reúnem-se os que vão acompanhados e encontram outros mais quando chegam à orla. As amizades situam os frequentadores em rede

de relações que combinam afinidades, procedência, vizinhança. Conforme no trecho de entrevista:

- *Qual foi o critério de escolha utilizado para frequentar a praia do Calhau?*
 - *Estar próxima da natureza, me conectar com a natureza.*
 - *Quais os horários do dia que você frequenta a praia?*
 - *No final de tarde.*
 - *O que você costuma fazer nos momentos em que está na praia?*
 - *Tomo água de coco.*
 - *Você vem sozinha ou acompanhada? Se acompanhada, com quem?*
 - *Acompanhada, porque só é perigoso.*
 - *Quando vem à praia você se estabelece sempre no mesmo local?*
 - *Sim.*
- (Diana, 22 anos, estudante).

Em termos de oferta de serviços aos que procuram o litoral norte, o Calhau é o segmento da orla melhor servido – com perdão ao trocadilho – de bares, restaurantes, lanchonetes, pizzarias, sorveterias, churrascarias; uma fartura em termos de culinária. Junto ao calçadão estão bares e restaurantes como O Deusimar/O Guarani, Bar Refúgio Alternativo/Bar Litorânea, Beach Bar/Sol Nascente, Landruá/Pescatore, Oceano's/Concha's, Escuna do Mar/Coração do Mar, Arpoador/Marar, Adventure Beach Bar/Kaiack, Ôba! Ôba! Arari/Carnaubar, Iracema/Sete Estrelas, Di Capri/Ilha Mar, Henrique/Mallibu Praia Bar, Normandie/Pele Morena. Do lado oposto, ficam estabelecimentos como Restaurante Feijão de Corda, Pizza Vignoli, Bar do Néelson, Barril Restaurante & Eventos, Cabana do Sol, Canto da Pizza, Casa do Caranguejo, Pizzaria Maggiorasca, Churrascaria Quero Mais.

No fim de tarde, ao anoitecer, começa a movimentação em bares e restaurantes, tanto para fins de consumir lanches e refeições quanto para conversação ou flerte. Durante o período de observação direta constatou-se que há bares e restaurantes voltados preferencialmente ao público boêmio, com atração musical que se alonga pela noite. Estas interações, direcionadas a um público específico, transcorrem o dia todo, mas é à noite que se destacam, pois perceptíveis e visíveis, com atitudes dos copresentes por meio de trajés e modos com os quais se procura chamar atenção. A música ao vivo contribui para o ambiente de descontração para as sociabilidades. Empresários do subsetor econômico de bares e restaurantes têm investido também em hotéis – como é o caso do *Adventure Beach Bar* – completando sua ação empresarial, englobando então bares, restaurantes e hotéis. Como um

convite à conversação, as pessoas são vistas e se encontram nos bares e restaurantes da orla do Calhau.

A par do comércio regularmente constituído, há também os prestadores de serviços e vendedores ambulantes formais e informais que interagem na praia do Calhau. Entre os que oferecem seus préstimos na areia estão músicos e cantadores, tatuadores de henna; em meio aos vendedores estão os que oferecem picolé, queijo, bolo, doce, salgadinho, ostra, camarão, ovo de codorna, frutas típicas (*in natura* e salada de frutas), artesanato, rede, toalha, óculos, chapéu, brinquedo... Eventualmente, atribuem nomes às suas ocupações na praia, onde se tornam, por exemplo, picolezeiros, ostreiros.

Sugere a memória de trecho da canção de João do Vale, citada em epígrafe no início deste capítulo: “E os meninos que vendem derresol³⁷ a cantar, derresol ê ê ê ê sol. [...] E o caboclo da Maioba vendendo bacuri”. A lembrança decorre não só pelo que se vende ou pela maneira de se apregoar o que se oferece, mas advém do fato de diversos ambulantes serem oriundos das periferias, distantes espacialmente como a Maioba ou próximas como a Prainha ou a Vila Conceição. Um destes informou na entrevista que chegava à praia de motocicleta. Outros vêm caminhando e ainda percorrem toda a orla da Litorânea. Quando a mercadoria é alimento, o que não for vendido e, portanto, convertido em dinheiro, retorna para a alimentação do núcleo familiar.

Na figura 57 observa-se ambulante em bicicleta, em modalidade de comércio nomeada como “*bike* lanche”, que vende salgados e sucos de fruta e, seguindo na direção contrária, encontra-se homem montado a cavalo (cavaleiro ou vaqueiro) passeando pela praia. A propósito, deve-se realçar o fato de não existir política municipal clara de controle e fiscalização da presença de animais de pequeno ou grande porte na areia, que acarretam riscos à saúde e à integridade física dos banhistas que afluem à orla norte. O espaço social público urbano pode ser pensado em seus usos e apropriações com as noções de hiper-regulação e sub-regulação, examinadas no capítulo 3. A falta de controle, a relativa ausência ou divergência de regras para o uso, somadas, acarretam dificuldades e insegurança quanto à possível e pacífica apropriação que deveria ser assegurada. A liberdade e a variedade de comportamentos em circunstâncias como estas constituem também obstáculos ao acesso dos frequentadores.

³⁷ Derresol é “doce típico do Maranhão cujo nome deriva da corruptela da expressão ‘dez réis só’” (NERES; BARROS, 2011, p. 48).

Sobretudo banhistas em condições de vulnerabilidade, como idosos e crianças, têm tolhidos usos seguros e autônomos a esses espaços com práticas como a da figura 57.

Figura 57 – Vista da praia do Calhau com vendedor ambulante e transeunte a cavalo na areia.



Fonte: Fotografia do autor, janeiro de 2015.

No comércio ambulante exercido na Litorânea não prevalece uma concorrência direta com os bares e restaurantes, pois o preço, a qualidade e a espécie dos produtos ofertados são diferentes. Prática recorrente aos atendentes ou garçons e garçonetes de bares e restaurantes é eventualmente facilitar o troco ou adiantar o dinheiro ao ambulante que vende a freguês sentado e consumindo em mesa posta em suas dependências, conforme entendimento com o cliente. Ao circularem pelas praias, oferecendo suas mercadorias, caminham preferencialmente pelas areias, onde estão os fregueses em sua maioria, pois o calçadão é para o rápido trânsito, a circulação e o acesso ou a saída da praia. Na imagem da figura 58 está o registro de parte do percurso de vendedor de sorvete/picolé caseiro artesanal ou picolezeiro por bares e pela areia. Há também quem comercialize na praia produtos oriundos de pequenas fábricas de sorvete situadas na cidade, como informou um dos entrevistados na praia do

Calhau. Cedo faz a aquisição do que traz ao público consumidor; quanto antes acabar o que tem em estoque, melhor para o regresso à sua casa.

Figura 58 – Praia do Calhau com restaurante e vendedor ambulante.



Fonte: Fotografia do autor, janeiro de 2015.

Algumas mercadorias podem deteriorar-se com mais facilidade. É o caso do vendedor ambulante, cuja imagem é vista na figura 59 a seguir. Marcha pela areia oferecendo camarão seco temperado e ovos de codorna cozidos. Ambas as modalidades de artigo vêm embaladas em pequenos sacos plásticos e guardadas no pequeno recipiente de isopor que carrega em sua companhia. Uma amostra nas mãos é a atitude providencial para chamar a atenção da clientela, que precisa ver e assim querer consumir; conservar tudo guardado não ajuda vender. Segundo informou na entrevista, tudo começa a ser preparado na véspera para estar em condições próprias à consunção na manhã seguinte. Em atividades como esta estão engajados familiares como esposa e filhos, que colaboram em forma de equipe em momento anterior para a viabilidade da venda futura. Para os ambulantes a praia é, especialmente, espaço e cenário para ganhar o sustento. Os membros da família que não vêm trabalhar diariamente na orla comparecem nas ocasiões de domingo, quando apreciam o litoral. Se houver capital para investir na aquisição de mais itens, outros integrantes do grupo familiar

podem também ser convocados a colaborar com o sistema de vendas e contribuir para um produtivo incremento nos negócios, em que o pai e a mãe assumem a posição e o papel social de chefes daquele comércio.

Figura 59 – Praia do Calhau com restaurante e vendedor ambulante na areia.



Fonte: Fotografia do autor, janeiro de 2015.

Na fotografia da figura 60 abaixo pode ser visto instante em que é servido o almoço de domingo; neste dia, bares e restaurantes ficam lotados com a maior afluência da clientela. Sentados às mesas estão os comensais para o consumo e o deleite de refeições tipicamente praianas, elaboradas majoritariamente a base de alimentos como caranguejo, camarão e peixe. Outras carnes são menos requisitadas nessas ocasiões sociais. As cadeiras espreguiçadeiras para repouso e banho de sol são também concorridas; no momento retratado há nelas usuários interagindo em conversas. Os atendentes e o pessoal da cozinha que prepara as refeições se desdobram para atender a contento os pedidos. Neste aspecto, mencione-se o fato de que a cozinha maranhense e a ludovicense, em particular, são fartas em pratos elaborados a partir de alimentos originados no mar e procedentes de pomares. Ao centro está vendedor, que passa oferecendo frutas, como pitomba, cajá, cajazinho, transportadas presas a

uma vara que o ambulante repousa alternadamente nos ombros. Quem não traz algo de casa com que se banquetear, disposto a gastar seu dinheiro, tem nesses mascates variadas opções para saciar o apetite. Servem como complemento ou sobremesa ao prato principal, apreciadas por muitos que passam horas na areia. Em resposta à pergunta relativa aos horários do dia que frequenta a praia, a maior incidência nas entrevistas indicou o meio da manhã, isto é, 9 horas, como o horário de chegada e o início da tarde para partida, entenda-se 14 horas.

Figura 60 – Frequentadores de restaurante na praia do Calhau.



Fonte: Fotografia do autor, janeiro de 2015.

O comércio ambulante de alimentos na Avenida Litorânea não se restringe a produtos caseiros e naturais. Como antes afirmado sobre os picolés e sorvetes, há também pequenos lanches industrializados, apresentados em sortidos pacotes de biscoitos e salgadinhos feitos de trigo, milho, tapioca, castanha e amendoim. Geralmente, consumidos em maior quantidade por crianças e adolescente. São guloseimas ou “gordices” – neologismo criado pelos jovens – à venda nas areias.

A seguir, na figura 61, está o registro de vendedor de outros produtos não alimentícios caminhando ao largo de bar; ele porta sacolas plásticas nas quais acondiciona papagaios ou pipas para a diversão das crianças. Exibe um exemplar que empina como

estratégia de exposição de mercadoria e indução à compra. Assim, consegue o ambulante ali negociar seus artigos lúdicos. A praia com amplos espaços físicos e sem fiação exposta de cabos para a iluminação pública favorece esta sociabilidade. Seus adeptos estão espalhados ao longo da praia, onde comparece um público em que pais trazem seus filhos menores. Quando afastados de outros que também empinam papagaio, existe menor risco de ter a linha cortada ou embolada. Para alguns, entretanto, esta é a meta do jogo.

Figura 61 – Vista da praia do Calhau com restaurante e vendedor ambulante.



Fonte: Fotografia do autor, janeiro de 2015.

Há também interações entre os frequentadores e servidores públicos que trabalham na praia do Calhau. O Batalhão de Bombeiros Marítimo (BBMar) – figura 62 – tem sua sede nesta praia, em uma casa localizada na Avenida Litorânea, que serve como prédio para a guarnição que cuida da segurança de banhistas na orla, monitorando a areia e a água. Em frente está também instalada uma tenda que funciona como posto dos bombeiros guarda-vidas. Ali se concentram bombeiros guarda-vidas com motocicletas quadriciclos. Quando indagados, os frequentadores do Calhau expressam o entendimento que o poder público poderia cuidar

um pouco melhor da praia. Notam os banhistas entrevistados, além da poluição na água e na areia, a degradação de alguns trechos da Avenida, onde calçadas e muretas quebradas denotam falta de zelo. Para os turistas, a negligência é imperdoável; para os residentes, converte-se em mais um obstáculo ao melhor proveito do espaço social público da praia. Aqueles podem não regressar após o primeiro passeio; alguns destes, que incorporaram o hábito de ir à praia, conformam-se com a precariedade – com riscos à saúde e à integridade física –, outros deixam de frequentar. Um dos quesitos da entrevista indagou se o banhista deixou de frequentar a praia e o motivo desse contingente afastamento. Nas respostas afirmativas, as causas de maior incidência foram atribuídas à poluição e à insegurança.

Figura 62 – Sede do Batalhão de Bombeiros Marítimo – BBMar – na praia do Calhau.

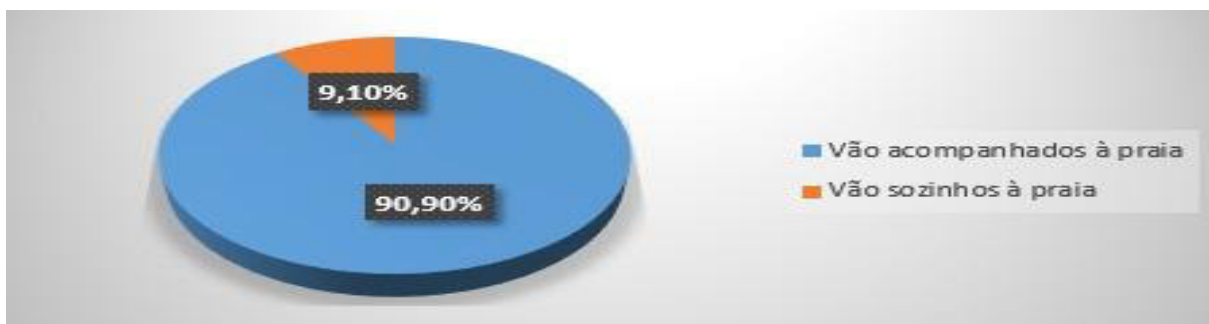


Fonte: Fotografia do autor, junho de 2015.

De maneira semelhante às demais praias estudadas, a maioria dos banhistas vem em companhia e se reúnem com conhecidos na areia. Os copresentes que responderam as perguntas identificam outros frequentadores, a quem buscam também ao chegar à areia. 90,9% ou 30 (trinta) dos que participaram das entrevistas disseram vir acompanhados; 9,1% ou 3 (três) afirmaram vir sozinhos – figura 63. Assim, perfaz-se um padrão em que o estar na orla é um ato coletivo e não solitário. Mais do que identificada como um patrimônio natural do

bairro, a praia do Calhau é percebida como um prestigiado espaço social para sociabilidades cotidianas diurnas e noturnas [a faixa de areia é iluminada à noite] exercitadas em associação com outros.

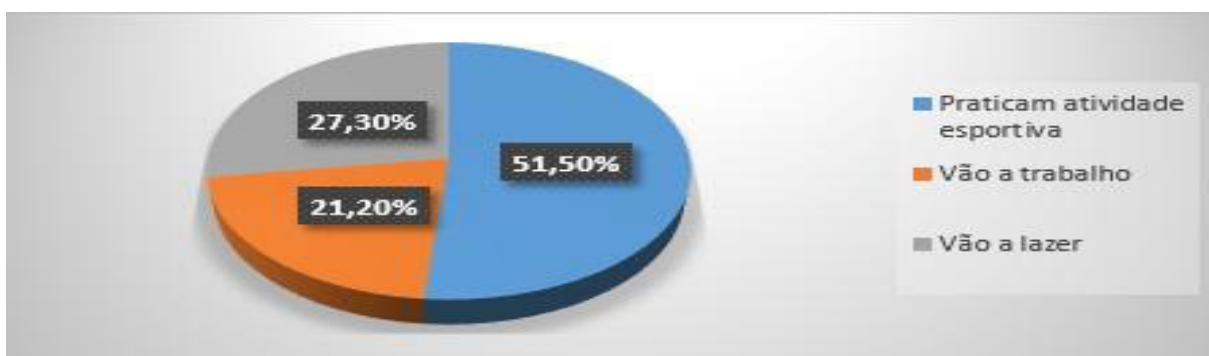
Figura 63 – Gráfico dos acompanhantes dos entrevistados na praia do Calhau.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Calhau.

As respostas variam ao se indagar as razões de escolha daquela praia como opção de programa. Há quem disse morar próximo; uns vão lanchar, pegar uma cor, tomar banho de mar, namorar, conversar, descansar, repousar, curtir. Nas entrevistas as pessoas observaram também a praia enquanto espaço para o lazer, com sua vastidão de areia, onde podem ser realizadas com folga atividades desportivas, como jogar bola. Quando convertidos em números e tabulados, contaram 17 (dezesete) ou 51,5% dos copresentes que exercitam atividades esportivas, 7 (sete) ou 21,2% vêm a trabalho e 9 (nove) ou 27,3% do total apurado expressaram estar nos momentos de descanso e recreio, conforme consta no gráfico da figura 64. Assim, entende-se no tempo presente que a praia é reiteradamente associada a sociabilidades desportivas.

Figura 64 – Gráfico das sociabilidades dos entrevistados na praia do Calhau.

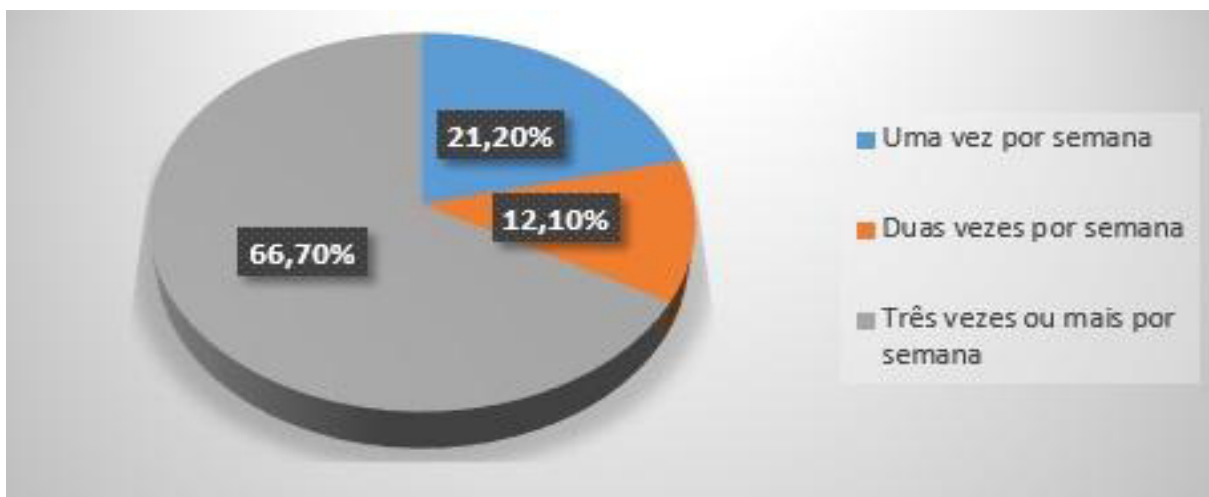


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Calhau.

Os bares e lanchonetes são uma atração, avaliados entre o que de melhor a praia tem a oferecer, ainda que pese o fato de muitos banhistas não poderem arcar com os custos de comprar nesses locais. Dentre estes estão os que frequentam o circuito da praia de um modo específico, perfazendo a mostra do que se pode chamar de farofeiros no discurso tradicional do universo praiano. Vêm à praia com caixas de isopor, nas quais trazem bebidas, farofa e galeto ou alimentação similar. Têm toalhas, pequenos mochos ou o mais que o valha para se abancar na areia. Como cobertura para proteger da inclemência dos raios de sol estão os coqueiros, próximos aos quais se instalam. Compõem a fração de perfil dos usuários que chegam à orla utilizando o transporte coletivo ou as excursões provenientes de outras cidades e estados. Percebem conflitos em forma de preconceito com que são recebidos por frequentadores que os veem como indesejados.

Não são frequentadores habituais ao longo da semana. Compõe parte da frequência em ocasiões, sobretudo, extraordinárias do calendário mensal ou anual, como os domingos e eventos como a virada do ano civil. Assim, responderam os entrevistados – figura 65 – que 7 (sete) ou 21,2% vêm uma vez por semana, 4 (quatro) ou 12,1% comparecem duas vezes na semana à praia do Calhau e 22 (vinte e dois) ou 66,7% têm como hábito frequentar a praia três ou mais vezes na semana, denotando aquele padrão diário de incorporação do espaço social da praia à sua rotina, inclusive com o encontrar-se reiteradamente nos mesmos espaços da praia.

Figura 65 – Gráfico da frequência semanal dos entrevistados à praia do Calhau.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Calhau.

A praia do Calhau, diferente da praia de São Marcos, tem um público composto por residentes no entorno, que não têm a barreira das dunas e circulam pela orla do bairro durante a semana. As opções de diversão são maiores nesta praia, que conta, além dos bares e restaurantes do lado do calçadão, com os localizados no outro flanco da Avenida. Recentemente, um grupo empresarial investiu em restaurante e em hotel que construiu nas imediações, complementando parte da cadeia produtiva; desse modo, atraindo o turista a se hospedar no hotel e vir a se divertir simultaneamente em seu restaurante. O notável na praia do Calhau é, portanto, a quantidade de hotéis, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que atraem e recebem um grande e eclético público. Como característica física peculiar, em comparação com as demais praias da orla norte, está a maior quantidade de coqueiros, o que proporciona sombra durante o dia a quem escolhe valer-se das areias do Calhau para momentos à beira-mar. O cenário das interações e sociabilidades também apresenta suas configurações quando se examina o espaço social na próxima praia, o Olho-D'água, por onde se continua o percurso investigativo pela orla da Avenida Litorânea.

4.2.4 A Praia do Olho-D'água

A praia do Olho-D'água, contígua à praia do Calhau, é segmentada inicialmente pela porção de orla que se conhece popularmente por Caolho, por ser o limite e a junção entre o Calhau e o Olho-D'água. Pode-se entender que o nome ou apelido Caolho decorra da facilidade em aglutinar a denominação Calhau com Olho-D'água. É possível também inferir que o designativo Caolho denote a criatividade para indicar o que está próximo. É um costume – naquele sentido inicialmente aqui debatido e tratado por Weber (2009) –, apelidar pessoas e lugares, que passam, assim, a ser referidos com maior grau de familiaridade. Por vezes, em decorrência da notoriedade, a alcunha suplanta o nome oficial, que se torna inclusive desconhecido socialmente. Na orla norte de São Luís nomes como Olho-D'água e Caolho são vocativos que se referem simultaneamente ao pedaço adiante examinado da Avenida Litorânea.

O perímetro estudado é o que finaliza a Avenida, com uma extensão de 500 metros, distância esta conforme o informado no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de

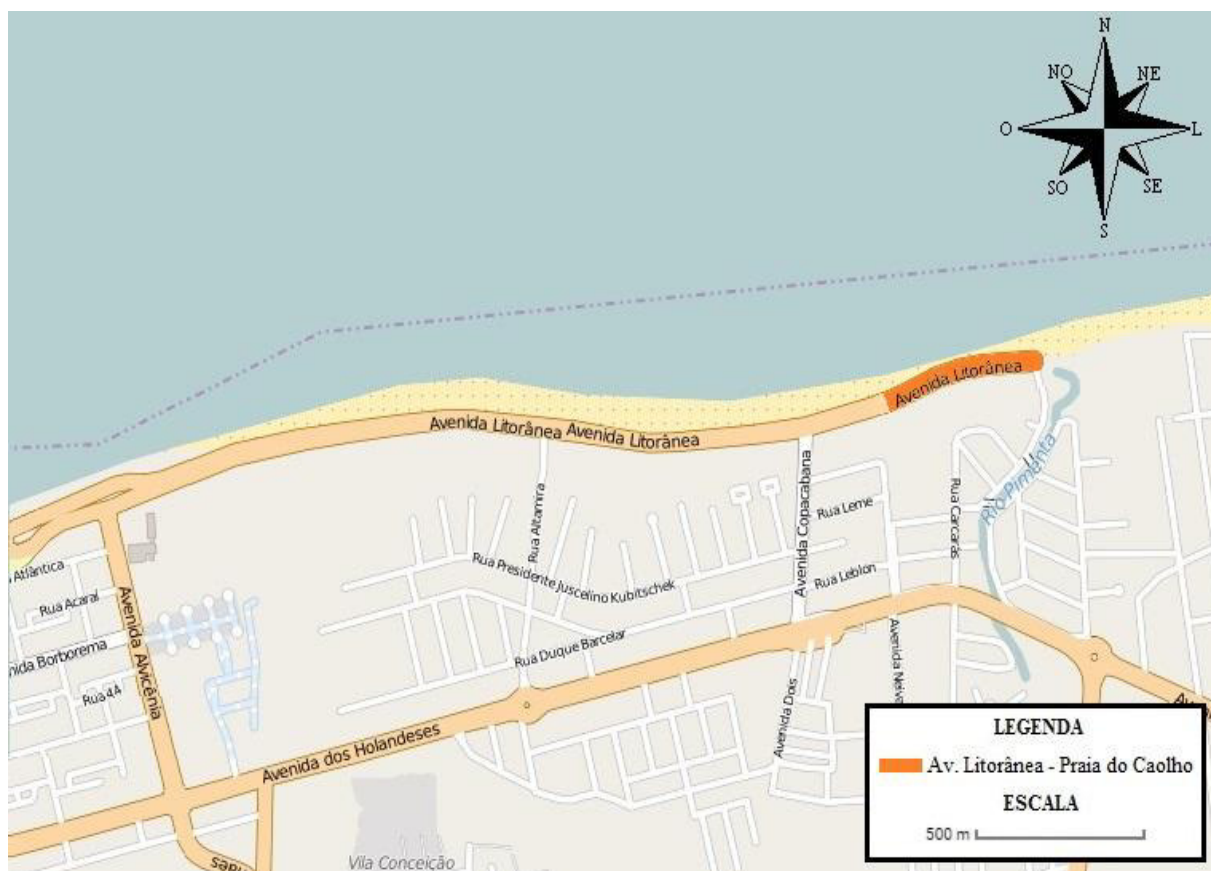
expansão, segundo ainda escala cartográfica e de acordo com os registros de percurso assinalados no calçadão. Corresponde ao último trecho ampliado até a foz do Rio Pimenta. Localizam-se ali conjuntos de residências como o Parque Smithland, o Parque Atlântico, o Parque Topázio, o Jardim de Allah, em uma área de aproximadamente 1,1 quilômetros quadrados, segundo medição partir da “escala gráfica” (GUERRA, 2011, p.240) contida no mapa do IBGE. Por estar também situada na Zona Residencial 8, o gabarito máximo permitido é igual a 03 (três) pavimentos, conforme o artigo 39, IV, Lei de Zoneamento (SÃO LUÍS, 1997b, p. 90).

Em sucinta remissão à seção 2.4, reitere-se que o bairro do Olho-D’água foi um dos primeiros a atrair maior número de visitantes e moradores ao litoral norte, por ser – apesar de distante e bucólico – até onde os caminhos antigos levavam com mais facilidade. A fração da orla analisada, como mencionado acima, não se referiu, portanto, à praia do Olho-D’água em sua totalidade, mas àquela pela qual cruza a Avenida Litorânea.

Como antes narrado, esta foi a última parte de Avenida ampliada no início da década de 2010. As dimensões das faixas de rolamento para veículos e calçadas são menores em comparação com as outras duas praias. Como é recente a construção, não é dotada da mesma infraestrutura urbana de bares e restaurantes, há apenas pequenas barracas onde são vendidos lanches. A via expandida alcança somente um pequeno segmento da praia do Olho-D’água que prossegue adiante, mas sem a Avenida Litorânea margeando seu contorno. No mais, subsiste uma praia com barracas de madeira, em cenário cujo espaço social é o arremedo das cabanas de vilas de pescadores, como as situadas nas franjas e beiras do extenso litoral maranhense.

Na figura 66 pode-se visualizar no mapa a fração final da Avenida Litorânea, com a praia pesquisada. Para as finalidades deste estudo, foram consideradas as margens direita e esquerda do Rio Pimenta – representado em azul – como espaços integrantes do bairro do Olho-D’água. Quando inicia este trecho de orla retorna-se ao ambiente de areal e não há muitas construções avançando em direção à praia. Neste mapa não está incluída a representação dos prédios existentes nas imediações, que podem ser vistos na figura 67. Os imóveis são basicamente compostos por residência unifamiliares de médio/alto padrão, que integram a vizinhança. Há habitações de tipo subnormal no bairro e no espaço do litoral, que caracterizam diferenciações sociais em relação às outras duas praias da Avenida Litorânea.

Figura 66 – Mapa com a localização da praia do Olho-D'água.



Fonte: IBGE [adaptado].

A seguir, na figura 67, está em detalhe fotografia de satélite que exhibe o perímetro da praia do Olho-D'água, conforme compreendido neste estudo. Pode-se ver a Avenida Deputado Ulisses Guimarães [Litorânea], em seu final até a Rua Vale do Pimenta, que ladeia com duas pistas as margens do rio de mesmo nome, por onde os veículos transitam para entrada e saída da orla. O contorno da praia em apreço tem limites a partir da Avenida Copacabana – perpendicular à praia – até a Rua São Geraldo, à direita na foto, com alcance até a Avenida dos Holandeses, compondo um quadrilátero. Ao observar a imagem é possível visualizar as residências construídas em amplos imóveis, em algumas são ainda notadas piscinas. Depois da Rua Vale do Pimenta, o trecho de litoral prossegue somente em areia, conforme se vê na imagem, sem a Avenida à frente. Em ambas as margens do rio Pimenta

estão localizadas construções, entre as quais se destacam o Clube da Caixa Econômica Federal, o restaurante Feijão de Corda e o Chalé Praia Residence.

Figura 67 – Fotografia de satélite da praia do Olho-D'água.

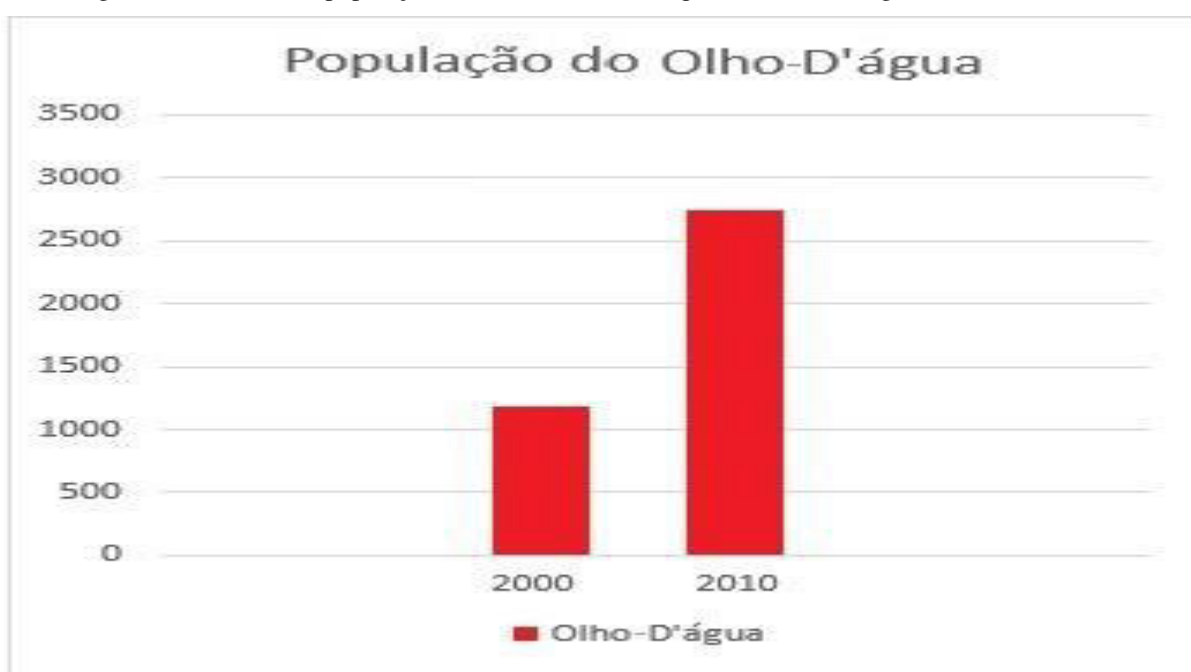


Fonte: IBGE.

Quando são comparados os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE acerca da população residente, apreciando os resultados do universo por setor censitário, percebe-se que a população do bairro e adjacências era de 1.184 moradores, em 2000, para uma população total do município de 868.047. Em 2010, residiam ali 2.744 moradores, para uma população de 1.014.837. Em confronto com o total do município de São Luís, a proporção da população relativa do bairro era de 0,136% (2000), número este que cresceu para 0,270% em 2010, ainda que se leve em consideração o aumento da população do município no período. Assim, conclui-se que esta zona residencial na orla apresentou na primeira década do século XXI um aumento de mais de 100% em sua população. Na figura 68 está o gráfico

referente à população residente nos anos de 2000 e 2010. O bairro do Olho-D'água, cuja ocupação sistemática data a partir dos anos 1940, como examinado na seção 2.4, é composto por residências unifamiliares de alto padrão. Como informado, existem também habitações em condições precárias de construção, como as remanescentes de moradores que residiam na outrora pouco atrativa faixa de areia próxima à foz do Rio Pimenta, por onde hoje atravessa a Litorânea. Com o adensamento populacional nos últimos trinta anos, as relações de vizinhança têm passado por mudanças em suas configurações interacionais.

Figura 68 – Gráfico da população residente no Olho-D'água, Censos Demográficos de 2000 e 2010.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

Na figura 69 tem-se a vista panorâmica da praia do Olho-D'água, onde são observados em manhã de domingo banhistas em interações e sociabilidades na borda da areia junto às águas. Em meio aos pequenos grupos há caminhantes, famílias com pais e filhos, casais e ao centro da imagem está motocicleta quadriciclo com a qual dois bombeiros salvavidas circulam e monitoram os copresentes. A calma e a relativa tranquilidade do local entre a segunda-feira e a sexta-feira, decorrentes da pouca copresença, cessam com o burburinho dos dias destinados a encontros, diversão, brincadeiras e lazer, que ocorrem então

em maior intensidade. A quantidade e a dispersão dos banhistas pela orla reflete o fato de que o desfrute dessas ocasiões sociais de lazer tem sido incorporado crescentemente como alternativa de diversão na cidade nos últimos trinta anos.

Figura 69 – Vista panorâmica da praia do Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

No que se refere ao prolongamento da Avenida Litorânea, com o qual se alcançou pela orla o Olho-D'água, visando atender requisito legal para a concessão de autorização para o começo da obra, o projeto executivo contemplou também o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Segundo este documento, a intervenção na paisagem urbana era, *in verbis*,

parte integrante do desenvolvimento de São Luís e proporcionará um atrativo turístico, além de ampliar a estrutura viária da cidade, promovendo o crescimento sustentável da capital e melhoria à população concernente ao deslocamento. (CONSPLAN, 2010, p. 6).

Justificava-se o projeto não apenas como fator de atração de investimentos voltados principalmente ao turismo naquela zona, mas também em razão das necessidades de mobilidade urbana. Objetivavam-se, portanto, melhorias na estrutura viária como estratégia para a atração de investimentos; conforme o texto do RIMA,

as melhorias nas condições de tráfego e na infraestrutura urbana, bem como o aumento do fluxo e movimentação de veículos, podem contribuir para atrair novos investimentos, uma vez que a variável infraestrutura é de grande peso na tomada de decisão locacional e vários empreendimentos, especialmente os ligados ao turismo. (CONSPLAN, 2010, p. 33).

De acordo com o RIMA, “o investimento da infraestrutura viária dá-se pelo crescimento exponencial do número de veículos rodando em São Luís” (CONSPLAN, 2010, p. 6). Declarava ainda o instrumento que a ampliação da Avenida era parte de um projeto maior da Prefeitura Municipal de São Luís, que previa “a construção de outras avenidas, pontes e viadutos para melhorar a fluidez das vias local e auxiliar” (CONSPLAN, 2010, p. 6).

O discurso articulado no documento assinalava a importância do turismo na orla. Segundo o item 7 do RIMA, que tratava da descrição e avaliação dos impactos ambientais nas fases de construção e operação do empreendimento de ampliação da infraestrutura viária,

a região terá significativo reforço na infraestrutura viária ao incrementar as condições de tráfego, pois se espera uma projeção em torno de 2,0% ao ano em relação ao fluxo atual, e oferecer uma via de escoamento para áreas turísticas da cidade, possibilitando uma melhoria significativa para indústria turística e expansão imobiliária. (CONSPLAN, 2010, p. 33).

Destacou igualmente o Relatório que o prolongamento da Avenida proporcionaria um impacto positivo na valorização dos imóveis ali situados, pois a obra representava “melhoramento do plano urbanístico da cidade e garante uma valorização das áreas do entorno, visto que promove a ocupação organizada e um melhor aproveitamento do potencial paisagístico” (CONSPLAN, 2010, p. 33). Sendo assim, de acordo com o documento, o prolongamento da avenida acarretaria, em síntese, importantes impactos na melhoria da mobilidade urbana, no impulso de expansão imobiliária e na dinamização do turismo com a incorporação econômica das vantagens extraídas do potencial paisagístico. Em seus termos, expressava a consolidação de uma visão que concebia a orla como recurso natural e paisagístico a ser acionado e mobilizado enquanto valor material e simbólico para o desenvolvimento do turismo e a atração de visitantes à cidade.

Torna-se a afirmar que este o último trecho construído não segue o padrão anteriormente definido para a Avenida. Como na praia de São Marcos, não há construções no lado oposto ao da praia. Ao final da via, no entanto, estão as casas de moradores que passaram a residir ali desde meados da década de 1970, compondo a comunidade hoje conhecida como Prainha – figura 70. Quando a praia era deserta e não existia ainda acesso para a passagem de automóveis, ninguém os incomodava, reivindicando os terrenos. Com a visibilidade na Avenida, começaram demandas do Serviço de Patrimônio da União (SPU) e do Ministério Público Federal (MPF), reclamando ou questionando a posse e a construção de casas na área. O fundamento jurídico contra a ocupação ou a usucapião está no § 3º do artigo 183 da Constituição Federal, que trata da política urbana, e no parágrafo único do artigo 191, que regula a política agrícola, fundiária e a reforma agrária. Ambos os dispositivos constitucionais dispõem que “os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião” (BRASIL, 2005, p. 125).

Figura 70 – Final da Avenida Litorânea com casas da comunidade da Prainha.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Dessa maneira, ainda que a posse viesse desde longa data, os possuidores não poderiam usucapir os imóveis situados no final da Avenida Litorânea por se tratar de bens da União, não induzindo, portanto, a posse *ad usucapionem*. Ademais, a área é destinada à preservação permanente, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012. Segundo este dispositivo legal, que delimita áreas de preservação permanente,

Art. 4º. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:
VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues. (BRASIL, 2012)

Em que pese a interpretação legal estrita, há os que advoguem a permanência na área, considerando os moradores como socialmente vulneráveis, em estado de pobreza, cuja situação social acarreta reflexos nas habitações subnormais em que residem e na submissão a precárias relações de trabalho e baixos níveis de renda. Características que denotam seu distanciamento social e simbólico da vizinhança do bairro, que reside em casarões de alto/médio padrão econômico. Necessitariam, assim, da concessão de benefícios assistenciais para viver com dignidade. Importante medida compensatória seria então a continuação no local, ainda que intervenções do poder público precisem ser feitas para minorar os impactos socioambientais. Entre os que defendem a manutenção da comunidade no lugar estão aqueles que discutem a existência de um racismo ambiental, como Panet (2015, p. 9), para quem

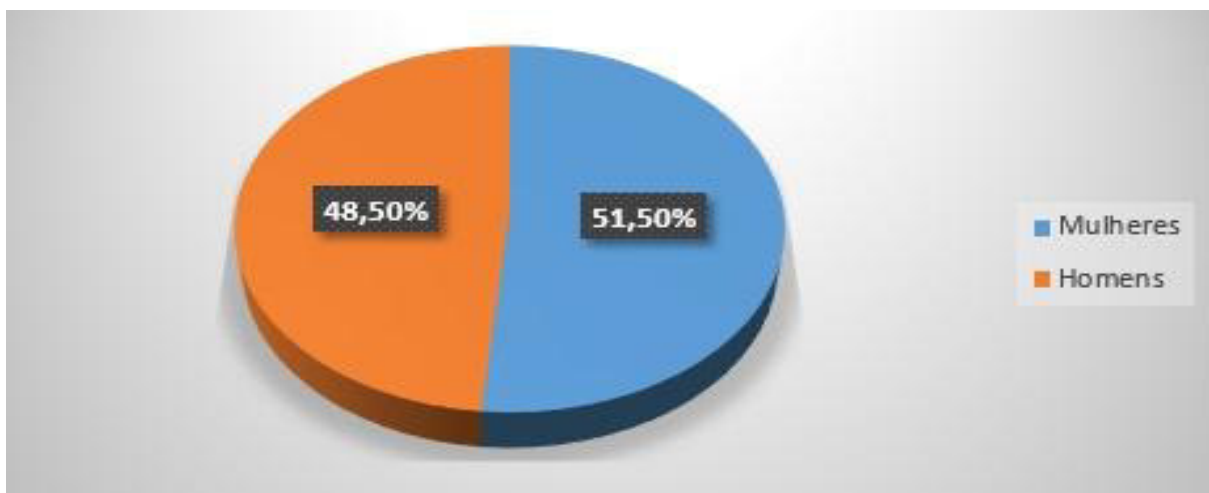
a localização socialmente privilegiada em que se encontravam (de frente para o mar), face a condição de pobreza e miséria, além da condição de ‘ocupantes’ sem título de propriedade, os fizeram não habilitados a estarem ali. A questão ultrapassou visivelmente o interesse de salvaguarda ambiental e cedeu aos interesses especulativos do capital imobiliário, revelando por aí mesmo, um racismo ambiental que chamo de invertido, no sentido de que: ‘ser pobre não lhes dá o direito de morar em área privilegiada, na praia’. Aos pobres resta morar em barracos nas áreas insalubres e pouco ou nada atrativas da cidade.

Apesar de ameaças de remoção, a comunidade compõe o cenário da extremidade da Litorânea no bairro do Olho-D’água, com seus habitantes vivendo, residindo e se empenhando diariamente naquele local em busca do sustento. No trecho da Avenida, imediatamente próximo às suas moradas – figura 70 –, trabalham como guardadores de carros, vendedores de cocos e lanches, como donos de pequenos bares que servem à comunidade e

aos transeuntes ou ainda como domésticos nas elegantes residências próximas. Participam das interações naquele pedaço do litoral, tendo a orla na frente do quintal de casa na Prainha.

Como nas outras duas praias, no exame das interações e sociabilidades na praia do Olho-D'água foram também entrevistados, durante o período de observação, 33 (trinta e três) indivíduos e integrantes de ajuntamentos ocasionais e habituais, identificados estes naquela fase da pesquisa. As entrevistas foram aplicadas na área de expansão da Avenida Litorânea e também no entorno das barracas que não estão situadas na Avenida, adiante, portanto, na direção do Olho-D'água. Apurou-se que, do total de entrevistas nesta praia, 16 (dezesesseis) ou 48,5% dos respondentes eram do sexo masculino, enquanto 17 (dezesete) ou 51,5% consistiam no sexo feminino, conforme o gráfico da figura 71. Como afirmado com relação às duas outras praias da orla litorânea, tentou-se manter a proporção dos entrevistados no que se referia ao sexo dos informantes.

Figura 71 – Gráfico do sexo dos entrevistados na praia do Olho-D'água.

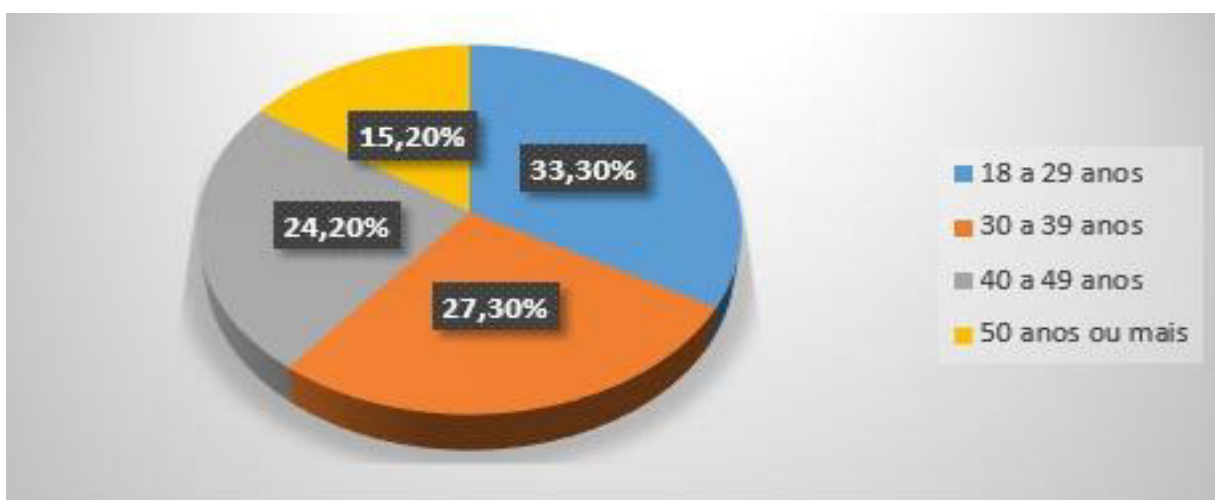


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Olho-D'água.

No que alude aos intervalos de idade – gráfico da figura 72 –, 11 (onze) ou 33,3% declararam ter entre 18 e 29 anos; 9 (nove) ou 27,3% tinham de 30 a 39 anos; 8 (oito) ou 24,2% estavam entre 40 a 49 anos; 5 (cinco) ou 15,2% tinham 50 anos ou mais, percentual arredondado em decimais nesta última porção para integralizar os 100% da amostra. O intervalo com maior participação neste universo pesquisado na praia do Olho-D'água foi composto por pessoas na faixa dos 18 aos 29 anos. Como é a praia menos dotada de bares e

restaurantes, os instalados não proporcionam conforto e comodidade; os que ali vão fazem parte de um público jovem, com atividades interativas e sociabilidade de movimentos, como a prática de esportes ou as paradas para lanches rápidos. A palavra movimentos, utilizada para interpretar o que se vê e viu, deve ser compreendida enquanto ação que não denote, por exemplo, agitação, como a da praia de São Marcos. Movimento, neste contexto, é uma alusão ao sentido mecânico, próprio de atividades corporais motoras relacionadas às práticas desportivas observadas na praia do Olho-D'água. Entre os episódios interativos iniciados neste canto de praia, estão percursos feitos de bicicleta, caminhadas, corridas.

Figura 72 – Gráfico da faixa etária dos entrevistados na praia do Olho-D'água.

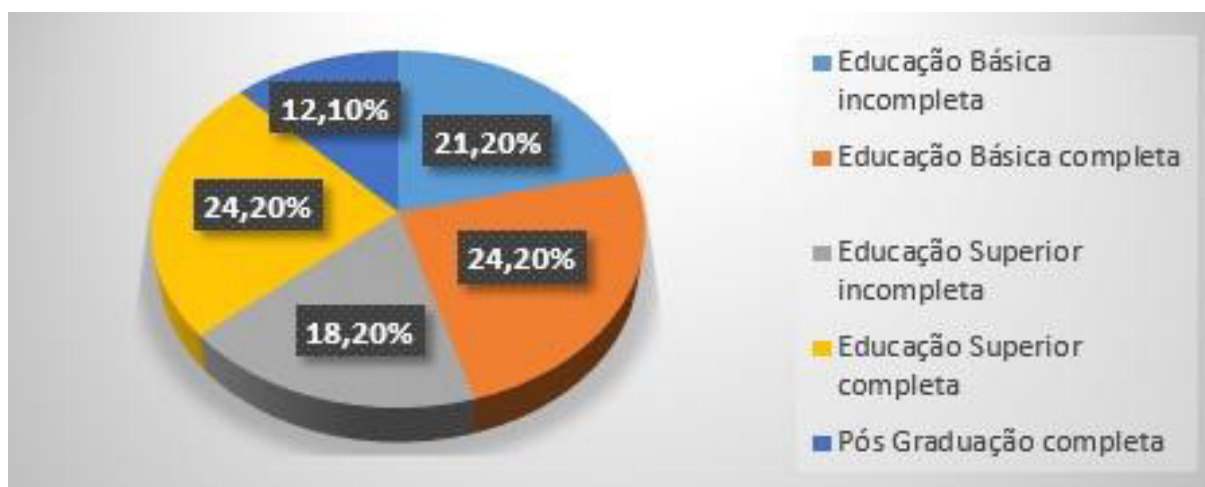


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Olho-D'água.

Sobre a escolaridade, tabulada no gráfico da figura 73, disseram 7 (sete) ou 21,2% dos entrevistados ter a educação básica incompleta; 8 (oito) ou 24,2% tinham concluído a educação básica; 6 (seis) ou 18,2% tinham a educação superior incompleta; 8 (oito) ou 24,2% declararam ter concluído o ensino superior; 4 (quatro) ou 12,1% afirmaram ter pós-graduação. Como narrado acima, neste pedaço da praia há residências precárias ou subnormais, cujos moradores exercem ocupações econômicas nas redondezas, tanto no comércio formal e informal na praia quanto nas casas elegantes da vizinhança como domésticos, em funções de cozinheiro(a), jardineiro, vigia, pedreiro, zelador de piscina. Estes moradores também estão incluídos na composição da mostra do quesito escolaridade. Os frequentadores desta praia compuseram um perfil com maior equilíbrio proporcional em termos de escolaridade, na

comparação com os entrevistados nas praias do Calhau e de São Marcos, sendo nesta constatado maior nível de escolaridade entre os informantes.

Figura 73 – Gráfico da escolaridade dos entrevistados na praia do Olho-D'água.



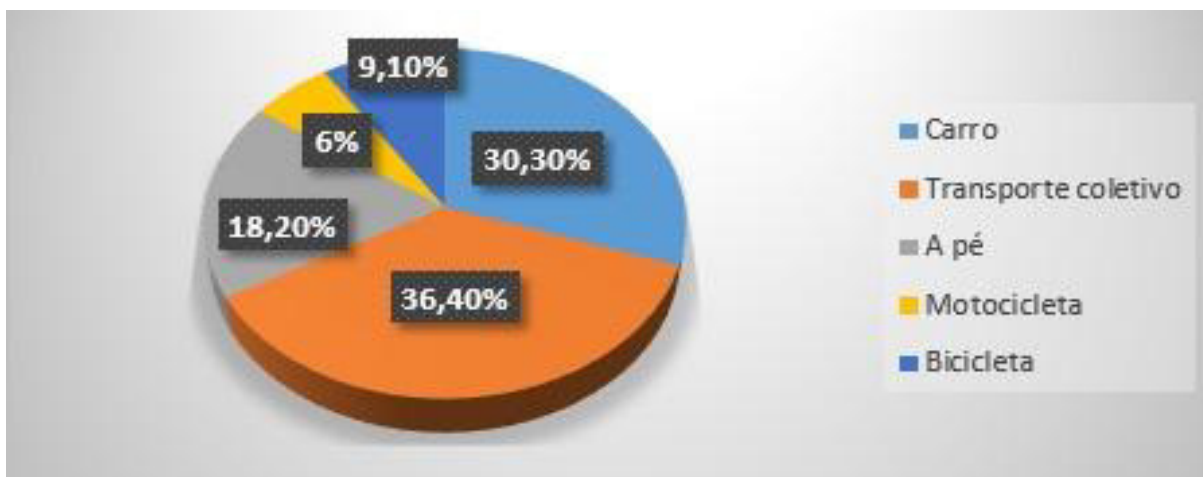
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Olho-D'água.

Ainda na parte inicial da entrevista, para caracterizar os usuários da praia, quanto à residência, disseram morar, além do Olho-D'água, em comunidades próximas como Vila Luizão, e em bairros adjacentes como Parque Smithland, Parque Atlântico, Barramar, Calhau. O Olho-D'água experimentou, como toda a orla norte de São Luís, um forte crescimento populacional nas últimas três décadas. Assim, procedentes das imediações e até de bairros mais afastados, declararam 12 (doze) ou 36,4% dos entrevistados chegar à praia de ônibus; 10 (dez) ou 30,3% afirmaram vir de carro; 6 (seis) ou 18,2% explicaram vir andando; 2 (dois) ou 6,0% vieram de motocicleta; 3 (três) ou 9,1% estavam de bicicleta, consoante gráfico relativo aos meios de locomoção contido na figura 74 adiante.

Detalhe que merece menção é o uso do automóvel, mesmo os que residem em áreas apegadas preferem vir de carro a andar até a praia. Quando indagados, justificam alegando conforto, segurança e rapidez ao fazer o trajeto de ida e volta. Não se parece flunar por essas plagas internas dos bairros, ainda que estejam estes situados nas imediações do litoral. O espaço social reservado ao passear ocasionalmente e caminhar ao acaso é mesmo a praia. Sobressai ainda o número dos que vêm à praia de ônibus. Entre as praias da Avenida Litorânea é aquela em que prepondera o uso deste meio de transporte, que a tornou acessível a

moradores de outros bairros da cidade. Sobretudo nos dias de domingo, o afluxo de visitante frequentadores decorre da disponibilidade desses grandes veículos.

Figura 74 – Gráfico dos meios de locomoção dos entrevistados na praia do Olho-D'água.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Olho-D'água.

Ao longo dos momentos ordinários da semana, entre os horários mais frequentados estão as manhãs, com maior copresença anotada a partir das 7h30min, e os fins de tarde, 17 horas em diante. Cedo, ao alvorecer – 6h30min –, comparecem praticantes de atividades e exercícios físicos, como caminhada, corrida e ciclismo. Não há equipamentos instalados pelo poder público no trecho construído na expansão recente, como os que existem nas outras duas praias, mas ainda assim há desportistas no local. Pessoas na areia nesses dias mais circulam do que permanecem paradas em algum ponto da orla. Mas há mais praticantes de atividades desportivas nos trechos da Avenida Litorânea dotados de estrutura para isso.

Quando identificados moradores das adjacências, pôde-se apurar que vão à praia para diversos exercícios típicos de um estilo de vida praiano, como tomar sol, caminhar, correr, jogar bola, surfar e kitesurfar. Entendem os frequentadores que o espaço da praia é para o lazer e ali comparecem também para lanchar e eventualmente passear com seus animais de estimação. Quando indagados nas entrevistas sobre o que de pior tem a praia, reclamaram da falta de conservação, da insegurança, da poluição das águas e da sujeira da areia. Existe resistência no que se refere à questão do transporte coletivo, não valorizado por quem condena

o excesso de facilidade para se chegar à orla do Olho-D'água. Moradores mais antigos descreveram mudanças pelas quais têm passado a cidade e o bairro:

- *Como você chega à praia?*
 - *Venho caminhando; moro aqui perto.*
 - *Há quanto tempo você vem frequentando esta praia?*
 - *Desde criança, quando a família mudou do Centro para cá, há uns trinta anos, para que meu pai que era asmático respirasse melhor.*
 - *Qual foi o critério de escolha utilizado para frequentá-la?*
 - *Fica perto de casa.*
 - *O que você poderia dizer sobre esta praia?*
 - *Um presente de Deus, mas maltratada por gestores públicos e por pessoas que jogam lixo à vontade na areia.*
 - *O que você costuma fazer nos momentos em que está na praia?*
 - *Muitas coisas, mas acho que o principal hoje é caminhar.*
- (Sílvia, 45 anos, empresário).

De acordo com o relato acima, passou-se a buscar também a orla para respirar melhor. Em outra época, no entanto, como a de Aluísio Azevedo, procuravam-se paragens diferentes para isso. Remete-se outra vez ao romance *O mulato*, onde se lê “[...] nesse tempo moravam no Caminho Grande, numa casinha térrea, para onde a moléstia de Mariana os levava em busca de ares mais benignos” (AZEVEDO, 2010, p. 22). Neste fragmento, é feita referência à localidade situada no primeiro rumo de expansão do sítio urbano para além do Centro; posteriormente, pouco mais de meio século depois, a orientação voltava-se para a orla norte da cidade.

A praia também é visitada no fim de tarde e início da noite, quando muitos chegam para apreciar o pôr do sol e se comprazer bebendo uma água de coco; comprazer, sim, pois com pouco ficam por ali um ‘bom tempo’ em que a conversação flui entre os copresentes. Entenda-se por ‘bom tempo’ o intervalo de hora e meia, entre o fim de tarde [17h30min] e a noite [19h]. É uma praia mais simples, rústica; por isso, os interlocutores conversam sentados em bancos e cadeiras de plástico ou à beira da calçada, voltados preferencialmente para o lado da praia. Moradores mais antigos no bairro contaram nas entrevistas que apreciam o bate-papo na orla, mas têm deixado de ir à praia com a constância de outros tempos em razão da poluição e da falta de segurança.

Situados na areia nos limites entre a praia do Olho-D'água e a praia do Calhau, no segmento de orla antes da expansão, estão bares e restaurantes geminados como *Brisa do Mar/Capitão do Mar*, *Felipe/Brilho da Lua*, *Raízes da Ilha/Pioneiro*. Estes dois últimos citados

recebem uma clientela composta por praticantes do surf. Na figura 75, fotografia do bar Brisa do Mar. Tem um perfil de fregueses diferente de estabelecimentos citados no Calhau, como o Adventure. Mesmo ao longo da semana, a procura não cessa e bares como o Brisa do Mar recebem seus fregueses. Após esses bares, não há outros similares na Avenida Litorânea na direção do Olho-D'água.

Figura 75 – Vista do início da praia do Olho-D'água com bar na areia.



Fonte: Fotografia do autor, junho de 2015.

Na figura 76 está imagem do final da Litorânea, no rumo do Olho-D'água, onde se pode notar a ausência de outros equipamentos urbanos a não ser o calçamento, com pistas para caminhantes e ciclovias, separadas por uma faixa de terra com grama situada entre elas. Na fotografia, em instante ao anoitecer, está criança brincando de bicicleta na pista destinada ao ciclismo. Há também alguns frequentadores que caminham no calçadão. Adiante uma pequena barraca para a venda de água de coco. À direita na foto pode-se ver outra barraca mais próxima do lado oposto ao da praia, onde também se vende água de coco por moradores das casas situadas no entorno da Avenida. Como ali não há bares e restaurantes, é possível interromper o caminhar e deter-se um tanto na contemplação da paisagem com a vista franqueada para a praia abaixo do nível da Avenida, com o nascente na direção do Olho-D'água [em frente na imagem] e o poente na banda do Calhau.

Figura 76 – Final da Avenida Litorânea, trecho sem bares e restaurantes.

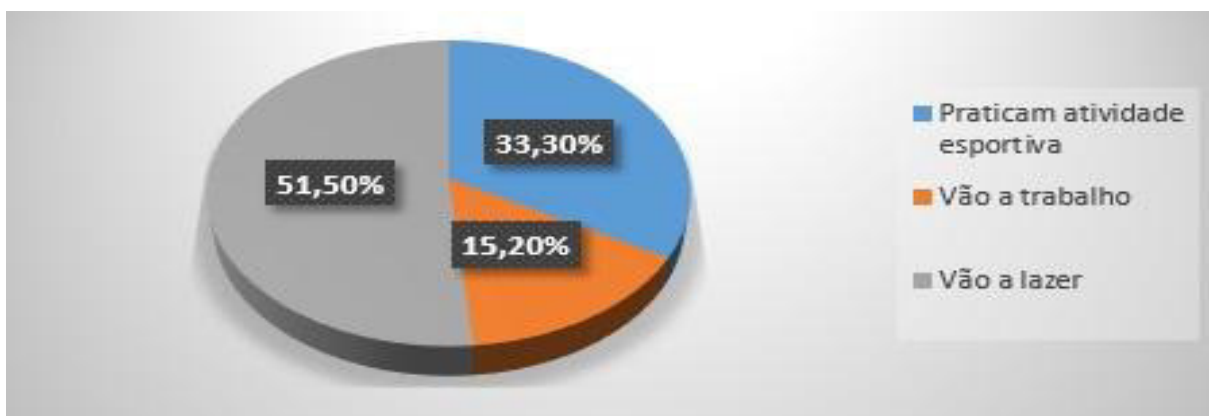


Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Como mencionado acima, há muitos que se ocupam nas cercanias em busca de ganhos econômicos, de modo formal ou informalmente, no exercício de funções relacionadas ao comércio e à prestação de serviços, em sociabilidades voltadas ao trabalho. Quanto às atividades esportivas, este pedaço da praia é o início ou o final de circuitos desportivos, pois diversamente de outros pedaços da orla não há equipamentos fixos, no trecho da expansão, como os instalados pela Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL), que favoreçam a atração e a permanência de um público direcionado ao desporto, como antes enfatizado.

As preferências sobre o que fazer quando se está na orla reportam padrões de comportamento, expressos em arranjos reiterados no que se faz e onde se fica ao estar no espaço social da praia. Práticas reproduzidas perfazem um estilo com o qual se convive na praia do Olho-D'água. Com relação a isso, responderam 5 (cinco) ou 15,2% dos entrevistados na pesquisa que estão a trabalho; outros 11 (onze) ou 33,3% exercitam alguma atividade esportiva; 17 (dezessete) ou 51,5% estão recreando, como registrado no gráfico referente às sociabilidades contido na figura 77. Dessa maneira, antes do trabalho e do esporte, as modalidades de usos referentes ao lazer e à diversão são as mais lembradas pelos informantes nas entrevistas, o que denota as representações acerca do espaço social da praia nesta parte da orla norte.

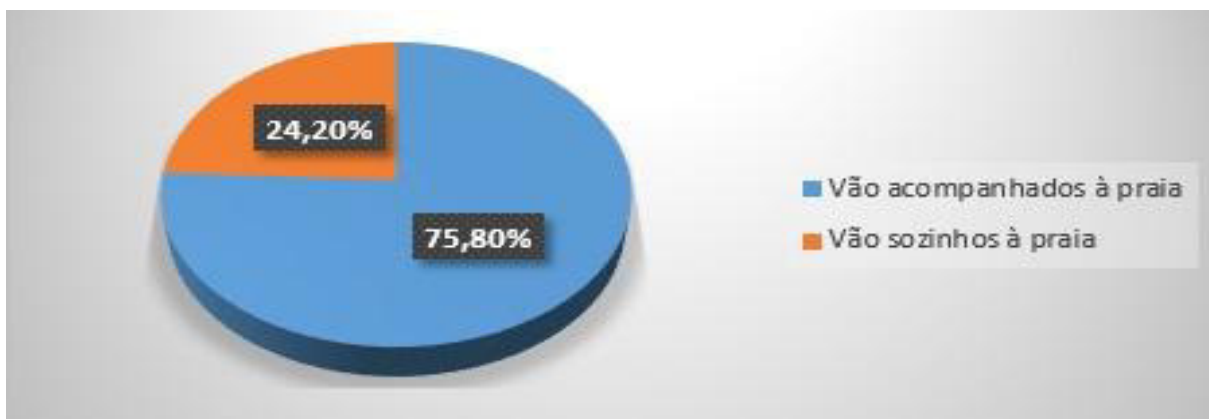
Figura 77 – Gráfico das sociabilidades dos entrevistados na praia do Olho-D'água.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Olho-D'água.

Também no Olho-D'água a maioria vem com familiares e/ou amigos. Eventualmente, reúnem-se a conhecidos que já estejam na praia. Assim, 75,8% ou 25 (vinte e cinco) afirmaram que vêm acompanhados; 24,2% ou 8 (oito) vêm sozinhos, conforme consta no gráfico da figura 78. Por ser a praia um espaço público, lá transcorrem interações entre estranhos e também entre pessoas com quem se têm relações decorrentes de convívio anterior, em razão disto prevalece um estado de confiança. Quando há intimidade, a conversação é farta, tagarela-se em animadas rodas de amigos; com quem não se tem proximidade, nos casos de afastamento interacional e social, procura-se proceder com certa cautela como a “desatenção civil”, a que se refere Goffman (2010, p. 96), no trato com os demais copresentes.

Figura 78 – Gráfico dos acompanhantes dos entrevistados na praia do Olho-D'água.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Olho-D'água.

Como ressaltado, a orla norte é servida pela Litorânea a partir de São Marcos até a Rua Vale do Pimenta, dali em diante de frente à praia do Olho-D'água não há arruamento. Para chegar à areia deve-se andar e eventualmente adentrar conduzindo veículo motorizado, como motocicleta. Por ter uma estrutura mais simples, usa-se ali o designativo da barraca para fazer referência a bares e restaurantes. É o melhor para indicar o construído em forma de casas simples com madeiramento aparente e mesas cobertas com frágeis armações de sarrafos instaladas à sua frente. Barracas e mesas servem de espaço para a venda e o consumo de comidas e bebidas. Esse serviço oferecido na areia acompanha as ocasiões sociais na praia, quando os barraqueiros ou micro comerciantes informais recebem e procuram agradar os fregueses. Conforme pode ser visto na imagem da figura 79, disputam clientes entre si e, nesta praia, com os vendedores ambulantes que por aí também oferecem o que comer, alegrando pela boca as sociabilidades na praia.

Figura 79 – Fotografia de barracas na praia do Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, fevereiro de 2015.

No início de 2016 cinco desses bares foram demolidos em operação articulada por entidades como a Delegacia de Costumes, a Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), a Blitz Urbana – órgão vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação

(SEMURH) –, Ministério Público Estadual e Polícia Militar³⁸. Entre os estabelecimentos postos abaixo estavam Caranguejo Bar, Bar Olho Dagua (*sic*) [fotografados na figura 80 a seguir], Bar Real, Zé do Forró e Dunas. Entre as causas jurídicas aventadas para justificar esta intervenção extrema dos poderes públicos estavam prostituição, venda de drogas e irregularidades territoriais fundiárias. Esta última é a mesma razão de direito arguida para a remoção da comunidade da Prainha, próxima ao local. Para os banhistas que frequentam a praia, indagados pelo pesquisador, não há consenso quanto a benefícios que possam advir decorrentes da remoção.

Figura 80 – Fotografia das barracas derrubadas antes da demolição na praia do Olho-D'água.



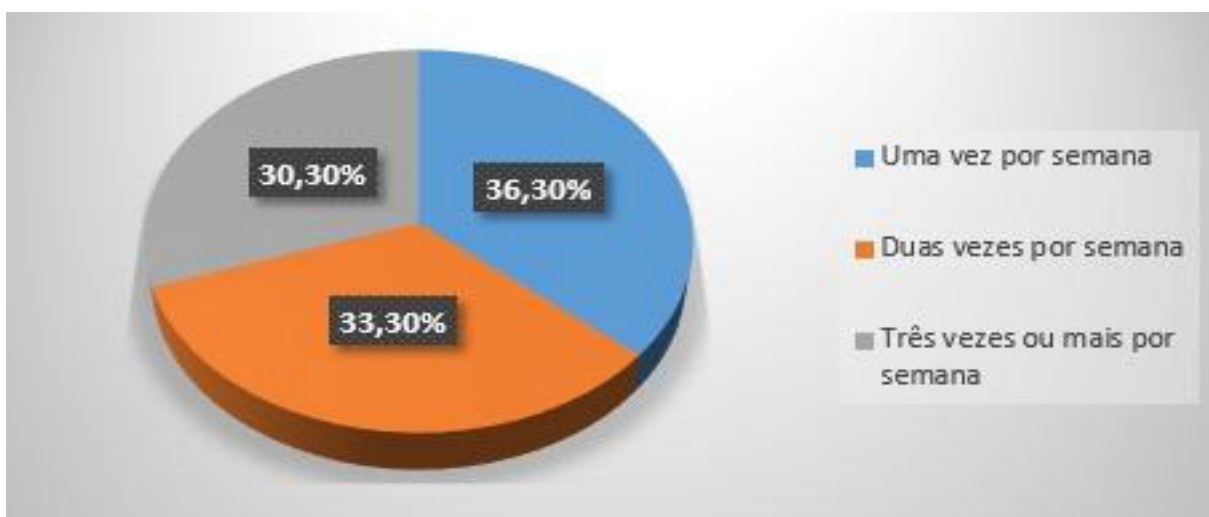
Fonte: Fotografia do autor, fevereiro de 2015.

Em meio às barracas que permanecem instaladas na areia, estão os banhistas cuja frequência foi apurada nas entrevistas aplicadas. Afirmaram 12 (doze) ou 36,3% comparecer apenas uma vez na semana; 11 (onze) ou 33,3% vão duas vezes e 10 (dez) ou 30,3% se fazem presentes três ou mais vezes por semana, conforme gráfico da frequência semanal informado na figura 81. De acordo com o que se apurou, a frequência à praia é distribuída nos três

³⁸ Fonte: O Estado do Maranhão. Disponível em: <<http://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/04/20/cinco-bares-localizados-na-praia-do-olho-dagua-estao-sendo-demolidos-em-operacao-conjunto.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

intervalos pesquisados, segundo a quantidade de idas semanais. As incidências são equivalentes e permitem compreender a caracterização de uma copresença semanal, em que ir à praia é uma preferência social também direcionada ao Olho-D'água. A proporção tabulada reflete também nesta praia a incorporação da orla norte como espaço cotidiano de sociabilidade.

Figura 81 – Gráfico da frequência semanal dos entrevistados à praia do Olho-D'água.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados das entrevistas aplicadas na praia do Olho-D'água.

Na figura 82 está fotografia na qual são vistos micro comerciantes informais ou barraqueiros que atendem em estruturas precárias em que prevalece o improvisado. Como mencionado acima, uma das razões alegadas no discurso oficial que justificava a remoção das barracas foi a irregularidade fundiária em que os possuidores estariam privatizando, tomando para si e se apossando indevidamente de espaços públicos destinados ao livre uso coletivo. Os que permanecem na área continuam fazendo seu serviço e vendendo a seus clientes. Como é o trecho da orla da Avenida Litorânea menos dotado de infraestrutura, comodidades ainda que erguidas por populares satisfazem os que buscam serviços. Quando os poderes públicos se retraem, abre-se a possibilidade de percepção de autorizações concessivas de uso ainda que não expressas para prática diversas. Há banhistas que por ali mesmo no entorno das barracas se instalam, utilizando os serviços oferecidos e consumindo o que se vende; muitos outros, no entanto, apenas passam a caminho de partes da praia situadas mais distantes no Olho-D'água.

Ao fundo, jovens usam bicicletas para chegar e circular pela areia. Entre as três praias examinadas, esta é aquela em que foi apurada a maior frequência de deslocamentos feitos com o uso de bicicleta.

Figura 82 – Fotografia de barracas na praia do Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, fevereiro de 2015.

Estão também presentes agentes públicos, como policiais, bombeiros militares guarda-vidas e agentes de trânsito. Os bombeiros guarda-vidas estão constantemente na orla pela continuidade das rondas que fazem em motocicletas quadriciclos. Apesar de não terem ali um posto fixo, como nas outras duas praias, a mobilidade motorizada permite observar de perto, ainda que transitoriamente de passagem, o que acontece no espaço da praia. Seja a pé ou nesses veículos, desempenham seu papel social de salvaguardar protegendo – intervindo quando necessário – banhistas mais afoitos e desavisados dos perigos de uma praia com declives pouco acentuados, que descem com suavidade da orla na direção do mar.

Na vista da praia da figura 83 aparece ao centro o veículo dos bombeiros guarda-vidas. Eventualmente, mormente nos fins de semana, há também agentes de trânsito nos retornos da Avenida e em ruas onde são colocados cones para controlar o sentido do fluxo de

veículos. Entre as queixas dos banhistas, anotadas nas entrevistas, com relação ao que há de pior na praia, repetem-se relatos de roubos. Em um balanço a partir das observações realizadas, no que se refere à regulação do espaço, é pequena – pois não se nota sempre – a presença de um efetivo contingente de policiais militares para o exercício de patrulhamento ostensivo nas areias. Dentre os agentes do poder público, os serviços destes últimos são os menos percebidos por estas areias.

Figura 83 – Vista parcial da praia do Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Este canto da orla é o pedaço de copresença dos ajuntamentos que podem ser identificados como constituídos por surfistas, *kite* surfistas, patinadores, ciclistas, jogadores de futebol ou peladeiros, pois voltados preferencialmente a estas sociabilidades. No início do trecho novo da Avenida, ainda parte do Caolho no rumo ao Olho-D'água, destacam-se grupos como o de surfistas, situados na fotografia da figura 84, onde são vistos 12 (doze) com pranchas na água. Estabelecem-se onde estão os últimos bares e restaurantes na Avenida Litorânea. Preferem o bar Raízes da Ilha, que tem ao lado outro estabelecimento similar chamado O pioneiro. Por ali sentam, conversam e vão para a água. A praia, ou melhor, o mar para este grupo é o espaço onde exercitam sua sociabilidade preferida, pegar onda. As

interações são as que são nomeadas como desportivas e ligadas às atividades motoras. Envolvem a audácia das manobras no mar. Como para os grupos jovens de São Marcos, os integrantes desses ajuntamentos também se identificam a partir de um conjunto de trajes, como bermudas e camisas, e ações. Ser do pedaço ali é praticar ou apreciar o *surf* e valorizar o que é relacionado ao esporte.

Figura 84 – Surfistas no mar na praia do Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Os *kite* surfistas distribuem-se, sobretudo, entre as praias do Calhau e Olho-D'água, pois praticamente velejam conforme os ventos em suas pranchas-pipas. Existe uma escolinha – como se usa indicar instituições que ofertem cursos a iniciantes – de *kitesurf*, surf, caiaque, *windsurf*, *stand-up* na praia do Calhau, referência local no ensino e treinamento a interessados no esporte, o *Soulsurf Kite Club*. Na figura 85 aparecem os *kite* surfistas distantes e espalhados no mar em busca de ventos e ondas. Em comparação aos surfistas, movimentam-se com maior velocidade, executando subidas impulsionadas pelos ventos com os quais deixam momentaneamente a superfície da água a partir de pequenas manobras aéreas. A combinação de velocidade com saltos representa um relativo perigo, que deve ser

dimensionado pelos praticantes do esporte. Esta prática esportiva exige um preparo físico mais apurado que o indicado ao assemelhado *surf*.

Figura 85 – Banhistas e kitesurfistas na praia do Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, julho de 2015.

Neste final da Avenida localizam-se também patinadores. Diversamente dos outros grupos antes citados, preferem exercitar sua modalidade esportiva à noite, principalmente, em razão do fato de que com o sol o calor no piso de base asfáltica ou de cimento compromete o desempenho do equipamento e o bem-estar dos desportistas. Patinam pelo calçadão e no asfalto; exibem destreza concorrendo às vezes por espaço com os carros que trafegam por ali. Os ciclistas também não tem base fixa, pois pedalam por toda a extensão da ciclovia no calçadão, que não tem um nível diferente para as bicicletas; o único traço diferenciador é a cor do piso, separado pela antes mencionada faixa central de terra. Isso confunde os usuários que circulam uns entre os outros e, assim, transitam intercalando entre as pistas para pedestres e ciclistas.

Em toda a orla há os praticantes de futebol ou peladeiros. Uma característica peculiar a eles é que, neste pedaço da orla, não prevalece uma organização sistemática maior, com uniformes e equipagens – como chamam –; tal como os jogos disputados em São Marcos.

Existe na praia do Olho-D'água bem mais a vontade de jogar do que os trajes e a proteção para tanto. Ocupam as maiores porções de espaço físico da praia. Em geral, estabelecem o jogo com as partidas em áreas mais distantes dos demais copresentes, alheios a esta forma de sociabilidade. Na figura 86 são vistos ajuntamentos para as peladas, com disputa em andamento, em primeiro plano, e reunião de jogadores ao fundo da imagem.

Figura 86 – Peladeiros na praia do Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, fevereiro de 2015.

Como ressaltado, as partes de praia mais providas de estrutura são as que ficam em frente à Litorânea (Caolho). Nos demais pedaços da orla, no Olho-D'água propriamente, predomina uma aparente desorganização liberativa, com o acesso facilitado, ou pelo menos não obstruído, de veículos, que podem ficar mais próximos dos banhistas situados na areia. Assim procedendo, alguns mantêm o som ligado para ouvir sua seleção preferida de repertório musical; vários condutores de veículo quando chegam fazem o mesmo. Dessa maneira, o ambiente não permanece agradável aos ouvidos com uma mistura de músicas executadas em determinado volume acústico.

Quanto mais afastado da Avenida, maior é a liberdade concessiva de entrada de veículos na praia, configurando arranjos interacionais em que prepondera destacada autonomia

entre ajuntamentos localizados nas proximidades. Nesta circunstância, fica-se perto, mas cada um na sua. Na fotografia abaixo – figura 87 – é possível notar frequentador banhista com motocicleta ao lado de sua mesa. Ao adentrar na areia com veículos assume-se o risco de colisões com os demais copresentes; a poluição e a sujeira na areia também são agravadas com os ocasionais derrames de óleo dos motores.

Figura 87 – Banhistas, barracas e motocicleta na praia do Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, fevereiro de 2015.

O trânsito de motocicletas é exercitado mesmo por quem quer vender suas mercadorias na praia. Na figura 88 pode-se avistar motociclista circulando pela areia da praia do Olho-D'água transportando sacos com algodão-doce cor de rosa. Pilotar um veículo entre banhistas que descansam sentados na areia ou caminham despreocupadamente é uma atitude em que se deve assumir a contingência de um acidente. Ainda que se trafegue em velocidade inferior a 30 (trinta) quilômetros por hora, sempre existe a possibilidade de um desavisado ou de uma criança cruzar diante da trajetória do veículo. Apesar de os banhistas estarem espalhados pela areia e haver espaço na praia entre eles por onde dirigir, por vezes o condutor precisará executar com habilidade movimentos para desviar dos que ali estão em momento de descanso e lazer, sem preocupações aparentes com veículos que nem notam.

Figura 88 – Vendedor ambulante de algodão-doce conduzindo motocicleta no Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, fevereiro de 2015.

Não obstante o trânsito na areia, o aspecto ainda bucólico, semisselvagem e simples da praia, diferente das outras duas praias contíguas, que contam com uma rede de serviços e comodidades, representa um fator de atração mencionado pelos banhistas nas entrevistas. A falta de estrutura não necessariamente acarreta repulsão. Esta praia reproduz uma ambiência da São Luís de outrora, ao menos no litoral, quando se ia à praia levando consigo muitas tralhas, pois lá pouco haveria além da natureza. É essa sensação do contato intenso com a natureza e o mar, a percepção de liberdade o que de melhor a praia tem a oferecer, conforme preferência de quem a visita expressa nas entrevistas.

O espaço social da praia é demarcado também por díades. Nestes casos estão os casais que interagem na orla do Olho-D'água, divertindo-se na areia e na água, gozando a liberdade em maior ou menor descomedimento. Podem ser questionados os limites de tolerância com a visão do que sejam consideradas manifestações excessivas de afetos em público, que caracterizariam desrespeito em um espaço social no qual há certa complacência com o costumeiro desregramento. Afinal, onde predominam precárias ações fiscalizadoras por

parte das autoridades, prevalece uma permissividade tácita. Outras namorações têm intercurso no interior de veículos estacionados na Avenida, observáveis em maior quantidade a partir do anoitecer. Caminhar pela areia e orla é um exercício igualmente praticado aos pares, sobretudo, durante as horas do dia.

Problema comum às praias do litoral norte, no entanto, é a grande quantidade de detritos resultantes das sobras de atividades econômicas de venda de alimentos ali realizadas pelo comércio nas barracas e por vendedores ambulantes. Deve-se registrar que a praia é limpa diariamente. Ao começo e ao final do fim de semana, são intensificados os esforços dos serviços públicos de asseio e conservação, mas salta aos olhos o fato de a praia afigurar-se mais suja a cada dia. Convive-se com monturos de objetos industriais e naturais descartados. A propósito, na imagem abaixo – figura 89 – está vendedor ambulante agachado em perspectiva atrás da pilha de lixo, o qual tem sido também parte integrante da paisagem no litoral norte.

Figura 89 – Vendedor ambulante atrás de pilha de lixo no Olho-D'água.



Fonte: Fotografia do autor, fevereiro de 2015.

No que se refere à qualidade da água para o banho de mar ou balneabilidade, o Programa Mais Saneamento³⁹, conduzido pelo governo do Estado do Maranhão, com obras de despoluição realizadas pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA) a partir de setembro de 2015, vem realizando ações interventivas com o propósito de interligar parte do esgotamento sanitário para retirar os dejetos antes lançados *in natura* pelas residências diretamente no Rio Pimenta. A boa qualidade da água na foz do rio é afetada pelo insuficiente cuidado, assim comprometendo também a saúde dos que escolhem banhar nas imediações da praia do Olho-D'água. Os dois rios – Calhau e Pimenta – que deságuam na orla da Avenida Litorânea apresentam-se com a água em cor escura, devido ao grande volume dos despejos irregulares e sem tratamento adequado neles vertidos. Essas circunstâncias implicam nas frequentes interdições das praias com o diagnóstico de impropriedade para o banho.

São Luís tem uma infraestrutura precária com insuficiente alcance na prestação do serviço de esgotamento sanitário aos domicílios. De acordo com o índice médio de atendimento urbano por rede coletora de esgotos, informado no Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, publicação anual da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, o Município de São Luís apresenta percentuais de rede coletora instalada para os domicílios que variam na faixa de “40,1% a 70%” (SNSA/MCIDADES, 2016, p. 31). Os indicadores relativos ao Maranhão reduzem-se a percentis entre “10% a 20%” (SNSA/MCIDADES, 2016, p. 29). Desta maneira, em comparação com a média do Maranhão, o Município de São Luís tem maior rede implantada para a coleta de esgoto. Ambos os dados citados são do ano de 2014 e refletem o fato de que a expansão urbana não tem sido acompanhada pela necessária construção de rede coletora de esgotos sanitários, com a consequente degradação ambiental causada pela contaminação das águas ao redor da ilha.

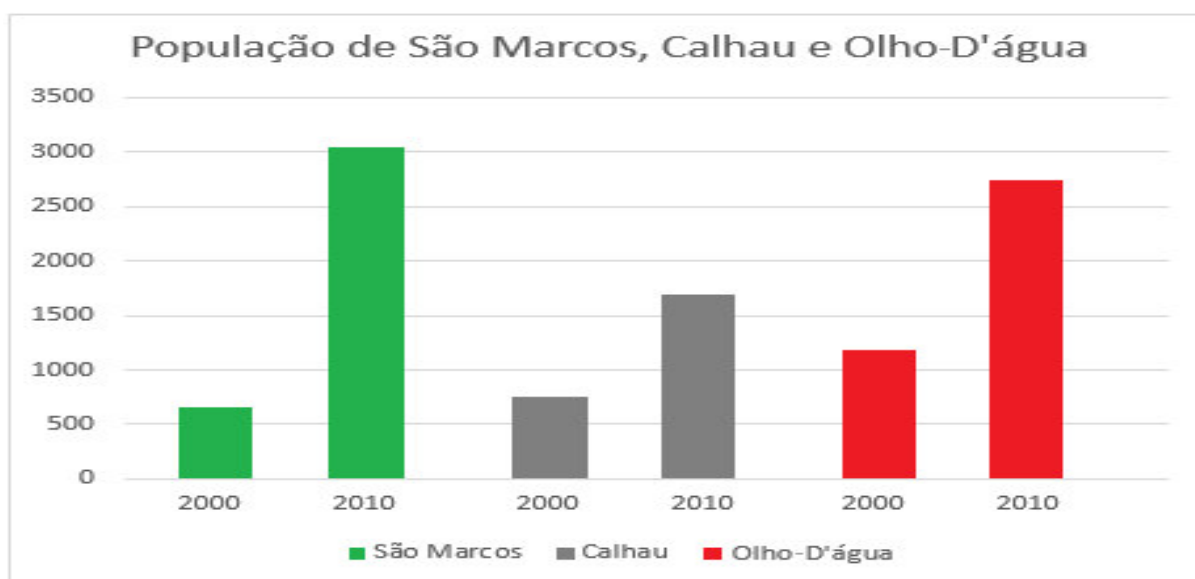
A praia do Olho-D'água e as demais que compõem a orla norte onde foi construída a Avenida Litorânea refletem o processo de expansão urbana que alterou a configuração cartográfica e simbólica da cidade. Apesar de próxima do mar, São Luís não havia associado a orla ao seu estilo de vida por meio da valorização simbólica da praia. Mudanças substanciais incorporaram a paisagem do litoral à dinâmica urbana. Deixava-se o Centro Antigo da colonial beira-mar e erigia-se a cidade moderna da orla atlântica. A partir da década de 1990 a capital

³⁹ Fonte: PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Disponível em: < www.ma.gov.br/tag/mais-saneamento/>. Acesso em: 16 mar. 2016.

do Maranhão foi aos poucos se tornando a metrópole litorânea, afetada por processo similar ao que ocorria em outras capitais nordestinas. Com isso, uma crescente população passou a ver a praia como espaço por onde transitar, circular, permanecer, residir e trabalhar. Assim, alteravam-se as sociabilidades cotidianas daí decorrentes.

No gráfico da figura 90, com os dados dos Censos do IBGE listados lado a lado referentes às três praias, é possível notar nas colunas a transcrição da citada expressiva expansão populacional no litoral norte de São Luís. Agrupadas em paralelo pode-se, com mais facilidade, verificar os quadros temporais relativos a 2000 e 2010. No primeiro momento analisado, a área de maior população era o Olho-D'água, o bairro por onde se deu inicialmente o povoamento sistemático da orla norte. Em 2010, neste bairro continuou o processo de expansão urbana e demográfica. Na mesma ocasião, no entanto, o Olho-D'água foi superado por São Marcos, onde houve o aumento exponencial do número de lançamentos de empreendimentos imobiliários verticalizados; em uma pequena área adensou-se a população residente. A proximidade física do litoral e a semelhança simbólica, representadas pelo desejo de morar na orla, passaram a atrair cada vez mais um maior número de candidatos a residentes. Anseio que o setor da indústria da construção civil capitaneou para alavancar suas vendas. Em um interstício de dez anos, configurou-se outro cenário para a orla em que vizinhanças foram edificadas onde antes há pouco havia um areal.

Figura 90 – Gráfico da população residente em São Marcos, Calhau e Olho-D'água (2000 e 2010).



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE).

Depois de percorrer os pedaços da Avenida Litorânea, examinando como o espaço físico é incorporado socialmente ao cotidiano por meio das configurações que assumem as interações e sociabilidades na orla, remete-se no final do capítulo aos novos significados atribuídos ao litoral na cidade moderna. Parte das sociabilidades na orla norte deve-se aos atributos conferidos a esta área no imaginário dos moradores da cidade, que se fez litorânea na urbe contemporânea. O estar por lá em momentos de lazer, desportividade ou trabalho, em ocasiões sociais ordinárias ou extraordinárias, na condição de residente ou mesmo visitante, ainda que ocasional, compõe este ideal. Desconstruíram-se e construíram-se interações nas quais passou a prevalecer um estilo de vida associado à copresença diária nos espaços sociais da praia.

5 CONCLUSÃO

Com este estudo buscou-se evidenciar as configurações que assumem as interações na orla da Avenida Litorânea, a partir da incorporação simbólica do espaço social das praias do litoral norte ao cotidiano em São Luís – São Marcos, Calhau e Olho-D'água. Todas associadas à vida social da cidade em recente processo de expansão urbana. Com estas linhas visa-se anunciar criticamente as principais conclusões a que se chegou após o percurso investigativo para, inclusive, dar subsídio a outras pesquisas que possam advir das provocações aqui suscitadas. É a etapa da pesquisa em que se apõe a tese para fins de avaliação e subsídios para a eventualidade de futuras investigações. Os resultados dos estudos encetados demandaram observar o cotidiano nos comportamentos de cidadãos e interpretar seus estilos de vida.

Entende-se que examinar o curso de sociabilidades nas praias do litoral norte permitiu compreender parte das dinâmicas sociais contemporâneas de São Luís. As praias são o espaço onde transcorrem interações em que são diariamente encenados quadros nos quais prevalecem sociabilidades ditas praianas, em cujas peculiaridades há maior exposição de corpos, liberdade renovada em reiteradas negociações para usos simultâneos do espaço físico. Assim, as praias foram concebidas como espaços públicos, nos sentidos físico, interacional e social.

Deve-se enfatizar que a apropriação material e simbólica do litoral enquanto lugar para desenvolvimento de sociabilidades afeitas à orla é um fato recente na história da cidade, datando apenas dos últimos trinta anos. Antes, as praias eram vistas como espaços para os momentos extraordinários da vida social, dissociados do cotidiano. Com isso, passou-se a ensaiar e a conhecer um novo estilo de vida, com areia, sol, água do mar e o que mais daí decorre. Esse espaço é seccionado e partilhado concomitantemente por frequentadores que exercitam sociabilidades ditas praianas, voltadas, sobretudo, ao lazer e ao desporto.

Ao longo do período examinado, visou-se destacar o processo histórico de construção social do espaço urbano na orla de São Luís, especialmente o litoral norte. De um aldeamento tupinambá, passando por uma póvoa de portugueses, refundada por franceses e retomada por portugueses, a cidade passou por importantes transformações urbanísticas. Nos primórdios foi a cidade acampamento militar, situada em uma ilha que carecia de defesa

contra invasores. Adiante no tempo, a riqueza advinda do comércio representou fator relevante para erguer sobrados e começar a conferir à cidade uma identidade própria que a diferenciaria de outras no contexto da colônia. Caracterizava-se, então, a cidade mercantil portuária. Seu traçado distintivo decorria da atividade de comerciantes situados no entorno do cais. A decadência e o fraco dinamismo econômico da primeira metade do século XX contribuíram para manter de pé o casario que comporia o Centro Histórico ou Antigo. Na segunda metade daquele século, no entanto, principalmente a partir da década de 1960, começava a se delinear a cidade moderna, cujos traços eram inscritos à medida que caminhos eram então construídos para permitir ao automóvel alcançar com regularidade os bairros adjacentes ao litoral norte da cidade, acompanhando uma lógica de mercado imobiliário. O avanço para as praias deixaria para trás as ruas estreitas da cidade mercantil portuária dos séculos XVIII e XIX, para ostentar avenidas largas da cidade moderna contemporânea. Entre as três últimas décadas do século XX e o decênio seguinte ocorreram importantes mudanças que contribuíram para promover valores e padrões de convivência condizentes com novos estilos de vida nas capitais nordestinas brasileiras, propícios à consolidação de práticas culturais que resignificaram a orla em cidades como São Luís. Configurava-se, enfim, a cidade moderna praiana.

No caso de São Luís, pode-se indagar o porquê de a Avenida Litorânea só ser construída no final do século XX e não antes. A modernidade litorânea tardou a consolidar-se na capital do Maranhão. A partir da década de 1970 programas de desenvolvimento atraíram para São Luís migrações oriundas dos interiores do estado, compostas por crescentes contingentes camponeses. Naquele momento, o projeto e a decorrente construção da Avenida Litorânea visava atender uma concepção urbana em que se prestigiava o automóvel enquanto opção estratégica de mobilidade. Os efeitos desta política já se sentiam com a criação de novas avenidas que cortavam a cidade, alcançando afinal o litoral norte, as áreas para onde se dirigiam os que buscassem espaços selecionados, não mais o Centro ou o São Francisco, mas Renascença, Ponta D'areia, São Marcos, Calhau, Olho-D'água.

O novo delineamento socioespacial urbano em que as praias se vão consolidando na atração de um público frequentador é acompanhado também da disseminação da televisão, da computação e da *internet*, com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação. Estes recursos midiáticos somaram-se para contribuir com a divulgação de sociabilidades em que se cultuavam práticas de lazer e desportividade na praia. As

possibilidades de interações não se restringem apenas à copresença no mesmo espaço físico, pois o espaço social amplia-se ao virtual. Admira-se a praia sem, no entanto, precisar estar presente fisicamente. A exposição pública, disseminada com as novas mídias, não se situava mais da maneira com que se ia tradicionalmente à praça, mas à praia. Assim, evidenciavam-se outras formas sociais de lidar com os espaços litorâneos – praias. Se antes, ir à orla ocorria em momentos extraordinários da vida social, o ir à praia cada vez mais pôde ser exercitado no cotidiano.

Com a edificação da Avenida Litorânea dava-se prosseguimento ao mesmo projeto de construção das pontes. Na primeira década do século XXI consolidava-se a incorporação do litoral. Em 2012 inaugurava-se a expansão da Avenida, cuja obra pretendia, conforme o RIMA, “oferecer uma via de escoamento para áreas turísticas da cidade, possibilitando uma melhoria significativa para indústria turística e expansão imobiliária” (CONSPLAN, 2010, p. 33). No que se refere aos bairros de origem dos banhistas, as sequências obtidas nas entrevistas aplicadas na pesquisa apresentam uma amplitude que caracteriza a irradiação pela cidade do público que procura a orla norte para momentos à beira-mar. Gente de toda a cidade afluía então à orla. Assim, apurou-se um público frequentador residente nos bairros próximos, como Renascença, Ponta do Farol, Cohama, Vinhais, mas também foram verificados nas amostras da pesquisa moradores de outras áreas da cidade como Anjo da Guarda, Sá Viana, Parque Vitória, Vila Luizão, Coroadinho.

Em função da variada procedência, nos espaços sociais das praias do litoral norte há diferentes interações e sociabilidades nas quais sobressai a exposição; conscientes ou inconscientemente, banhistas desfilam para ver e serem vistos. Ao contrário da cidade dos séculos anteriores, em que se reprovava a presença ostensiva no espaço público, ter hoje sua imagem associada à praia pode denotar saúde e privilégio de uma boa vida em zona urbana que se tem firmado como de distinção social. Ao mesmo tempo, encerra em seu conteúdo a utopia de que todos convivem igualmente no espaço social público, apregoado reiteradamente como democrático.

Pode-se supor que as contradições sociais se dissipam quando e onde todos podem estar próximos no espaço físico da praia. Ao verificar, no entanto, o espaço interacional, expressão do espaço social, conclui-se que na vida social as sociabilidades dependem de uma série de circunstâncias ou credenciais entre as quais estão preferências, gostos e afinidades a

partir das quais são selecionados os parceiros para as interações. Neste sentido, buscou-se apurar quem interage com quem e de que formas isso ocorre nos ajuntamentos situados na orla. O espaço social do litoral é um reflexo do conjunto de interações que ali transcorrem.

As sociabilidades apresentam suas peculiaridades, apesar da contiguidade das praias na orla norte da cidade. São Marcos, Calhau e Olho-D'água compõem diferentes espaços sociais demarcados física e simbolicamente ao longo de suas praias para interações e sociabilidades nos ajuntamentos ali situados. Para refletir sobre as práticas interacionais e examinar as apropriações do espaço para sociabilidades, de acordo com as observações e as entrevistas realizadas, foram identificados perfis de usuários da orla norte. Desta maneira, perceberam-se frequentadores reconhecidos como banhistas, jovens, idosos, moradores, desportistas, como jogadores de bola, ciclistas, patinadores, surfistas, kitesurfistas, trabalhadores no entorno, como prestadores de serviço e vendedores ambulantes, comerciários e comerciantes estabelecidos de barracas, bares, restaurantes, pousadas e hotéis, policiais militares, bombeiros militares guarda-vidas, agentes de trânsito, agentes de limpeza. Esses interlocutores foram inicialmente considerados conforme ainda o sexo e a idade. Quanto ao primeiro quesito – sexo – procurou-se manter uma proporção de igualdade com relação à amostra dos entrevistados, perfazendo-se uma média de entrevistados nas três praias de 53,93% de homens e 46,07% de mulheres. As faixas etárias estão dispersas nas amostras e nas observações, mas prevalece um público frequentador composto basicamente por adultos jovens.

Fatores próprios aos ajuntamentos como a predominância do sexo e idade influenciam no estabelecimento das configurações interacionais. Ao associar estes dois pontos, consideram-se diferenças nos estilos dos frequentadores da orla. A praia de São Marcos é a mais verticalizada, com grandes zonas de dunas na frente do litoral. Há um maior número de eventos para jovens; é a praia mais jovial. Na praia do Calhau estão hotéis, bares e restaurantes, equipamentos para crianças e construções diante da orla; é a praia familiar. A praia do Olho-D'água ainda hoje é a mais bucólica, com a Avenida Litorânea alcançando em um pequeno trecho. É a praia de determinados ajuntamentos como surfistas e patinadores.

Com relação à escolaridade dos frequentadores da orla norte, apurou-se que nas entrevistas as praias com maior copresença de usuários com educação básica são Olho-D'água (45,4%) e Calhau (42,4%). Inversamente, os maiores níveis com pós-graduação foram

encontrados em São Marcos (26,5%). Fator que contribui em parte para a caracterização dessas diferenças está associado ao maior universo de trabalhadores na praia do Calhau, que tem mais espaços sociais como hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Para o convívio é forçosa a observação de atitudes que denotam o respeito aos outros, assim possibilitando aproximações nos espaços disponíveis. O que se admite e valoriza, o que se tolera e se resigna, e o que não se aceita e se proíbe, configurando o espaço interacional. Quando não se reconhecem esses códigos, ocorrem desavenças em relação àqueles que se supõe não ser ali o lugar deles. Neste caso, a referência é elaborada tomando como fundamento a condição social. Determinados moradores residem nas proximidades da orla, mas em habitações precárias ou subnormais, como a comunidade da Prainha. Conforme esta perspectiva articulam-se significados com os quais se passa a acreditar em quem deveria ser ou não credenciado a residente na área da praia. Pertencer por direito ao bairro requer o preenchimento de requisitos simbólicos, que nem todos teriam, devendo, assim, ser removidos de onde estão situados.

De um modo ou de outro, para interagir nas ocasiões sociais é preciso manter o que Goffman chamaria de ordem da interação, acionando no tempo certo os recursos apropriados de que se dispõe, conforme o conjunto de circunstâncias. Passa-se a ser ou não aceito de acordo com o proceder na sequência de interações. Prevalcem, no entanto, acordos coletivos implícitos às condutas em que se lida com a fragmentação do espaço público, selecionando e reservando temporariamente para alguns ajuntamentos pedaços que são posteriormente franqueados e liberados para o uso comum novamente. Assim, os arranjos interacionais apresentam diariamente novas configurações ou reconfigurações, expressas em atitudes e comportamentos com que são demarcados os espaços. Facilita o trânsito e a interlocução a percepção de atitudes e ações que permitem inferir uma receptividade e um bem-querer ou sugerem o gosto pelo alheamento ao que acontece em derredor, ainda que de forma cortês.

Acrescentou-se à análise as modalidades de acesso à orla norte, que também são diferenciadas, conforme as praias examinadas. A praia a que se chega, sobretudo, de transporte coletivo é o Olho-D'água; por onde se observa também na mostra das entrevistas um maior número de usuários de bicicleta. Ao cruzar os dados entre os que chegam de ônibus com os bairros em que residem, foram apurados bairros como Vila Nova, Anjo da Guarda, Parque Vitória. Frequência que aumenta nos domingos, dia de folga semanal dos

trabalhadores. Esses visitantes não necessariamente são bem-vindos. No curso das observações pôde-se assistir morador reclamar da quantidade de usuários dos ônibus que descem na praia do Calhau, como se não devessem existir linhas regulares de transporte coletivo para conduzir à orla. A partir de declarações como esta, infere-se a caracterização de um discurso que defende a seletividade para a admissão de frequentadores. Em uma perspectiva interacional, quando são emitidos e lidos sinais, modos e códigos atitudinais, ouvidos e percebidos, desprezando pela repulsa, mostra-se quem e quando não se é convidado.

A fluência mais ou menos esparsa à orla também foi objeto de análise. Nas praias de São Marcos e Calhau os informantes declararam nas entrevistas comparecer a um número maior de vezes durante a semana. Existe, por conseguinte, uma regularidade maior a estas praias, com sua incorporação enquanto espaço cotidiano para o exercício de sociabilidades. Neste aspecto, a praia menos frequentada com constância é o Olho-D'água. Entende-se que isso decorra da menor infraestrutura para receber visitantes ao final da Avenida Litorânea. Para a incorporação social dos espaços da orla, os dias de estar na praia são também relevantes. Há horários em que prevalece a copresença de trabalhadores, como os alusivos às horas posteriores ao expediente ou fora dele, quando estes estão em ocasiões de lazer. Neste aspecto, destaca-se o dia de domingo. O exame das práticas interacionais levou em conta os horários e intervalos de tempo em que transcorrem as sociabilidades. As atividades voltadas ao lazer acontecem, sobretudo, durante o dia, à luz do sol. A manhã cedo é um dos momentos de maior afluência à orla. O início da noite proporciona um ambiente em que predominam interações e sociabilidades esportivas, de lazer e voltadas à culinária, em que o foco é estar à beira-mar, mas não necessariamente sob a caloreira do dia. São as ocasiões diárias em que a boemia, outrora restrita ao Centro, também é exercitada na orla.

Juntamente com a frequência semanal, apuraram-se ainda os critérios para escolha da praia. Quanto a este quesito, em São Marco a preferência aventada foi o lazer, com 55,8% dos respondentes afirmando terem comparecido para o exercício dessas atividades. No trecho seguinte da orla norte, no Calhau, a prioridade informada por 51,5% dos entrevistados foi relativa à prática de atividade esportiva. O lazer também representou a maior opção no Olho-D'água, com 51,5% das respostas. Nesse sentido, deve-se destacar que o desporto está entre as principais sociabilidades praianas. As fronteiras simbolicamente estabelecidas para a prática simultânea dessas atividades devem ser conservadas. Em situações sociais como jogos com

bola, objetos são deixados de modo disperso pela areia como forma de assinalar o espaço físico, tornando o pedaço reservado ou interdito a outras interações, configurando assim um espaço social. Nos jogos de futebol, voleibol, em atividades desportivas com exercícios físicos, como treinamento funcional, equipamentos são dispostos na areia tanto para demarcar quanto para serem usados naquele conjunto específico de práticas.

As maiores evidências de divergências e potencialidades de antagonismos observados estão nos jogos, tanto entre os participantes, quanto quem é alheio e é eventualmente atingido por uma bola em decorrência de uma jogada desastrada. Conforme o número dos integrantes dos ajuntamentos, com mais ou menos componentes, advém uma maior amplitude do espaço a ser tornado pedaço destinado àquelas atividades. Apesar das mudanças recentes, o banhar, o jogar e o lanchar são reiterados e exercitados nos ajuntamentos ao longo da orla; entre as novas e específicas sociabilidades estão as protagonizadas pelos praticantes de modalidades esportivas como *paraglider* e *kitesurf*, com escolinha na Avenida Litorânea.

De outro modo, para fins de trabalho, a praia mais procurada foi o Calhau, com 21,2% dos respondentes apontando este motivo para se dirigir àquele segmento da orla. Avalia-se que a praia do Calhau apresentou maior frequência dos que a ela comparecem para finalidades de trabalho em razão dos estabelecimentos nela situados, em quantidade maior do que nas duas outras praias do litoral norte.

Para os que trabalham e exercem ocupações ao longo da Avenida, o espaço é percebido enquanto mercado em que atendem seus fregueses, clientes, patrões, e outros designativos conforme o ramo de atividade. Nos setores de bares e restaurantes há tarefas a serem rotineiramente desenvolvidas para captar e bem atender a clientela. Além dos instantes à mesa há ainda procedimentos que antecedem a chegada do freguês. Fornecedores descarregam mercadorias para bares, restaurantes e quiosques. Os muitos hotéis que têm sido instalados na Avenida Litorânea com o crescimento do turismo doméstico e internacional representam também espaços interacionais. As sociabilidades da clientela neles hospedada ocorrem tanto nas alas e setores circunscritos a seus recintos, na privacidade dos quartos ou nos espaços comuns de piscina e restaurante, quanto em ambientes mais amplos situados fora das pousadas, por onde passeiam os turistas para visitar e conhecer a cidade. Nas chamadas atividades informais, os muitos vendedores e prestadores de serviços ambulantes também

procuram agradar por diversos meios seus patrões – os fregueses. Entre os prestadores de serviços, que interagem na orla norte, estão guardadores de veículos, músicos, tatuadores, profissionais desportistas; dentre os vendedores estão os que oferecerem picolé, queijo, bolo, doce, salgadinho, ostra, camarão, ovo de codorna, frutas típicas, artesanato, pipa, rede, toalha, óculos, chapéu, brinquedo.

No que se refere ainda ao trabalho, há interações marcadas pela copresença do poder público nas praias. Bombeiros militares guarda-vidas, policiais militares, agentes de trânsito e de limpeza urbana atuam por toda a orla norte. Nas praias de São Marcos e Calhau são mais percebidos; na praia do Olho-D'água, contudo, a presença parece ser menos ostensiva. Os agentes têm postos para estada na Avenida Litorânea, entre estes o mais notado é o do Batalhão de Bombeiros Marítimo por suas instalações em pontos fixos e móveis. As possibilidades de estabelecer sociabilidades na orla dependem em parte da ação desses agentes. Não só no cotidiano com a prestação continuada dos serviços, mas considerando também os aportes financeiros necessários do poder público para conservação, manutenção e ampliação dos trechos urbanizados da orla. Quando indagados os usuários sobre ter ou não deixado de frequentar as praias da Avenida, as principais reclamações são alusivas à falta de segurança, com relatos de furtos e roubos no calçadão, na areia e no ônibus que traz à praia. Como informaram os entrevistados, outro fator de afastamento e diminuição de ida à praia é a poluição da água.

Mesmo com essas queixas, como se verificou no período de observação em campo, os que afluem à orla têm o hábito de comparecer em companhia de amigos e familiares. Ir ou estar na praia é, sobretudo, um ato de convivência. Nas entrevistas apurou-se que os frequentadores vêm acompanhados à orla, com 88,2% em São Marcos, 90,9% no Calhau e 75,8% no Olho-D'água, o que perfaz uma média de 84,97% para as três praias. Neste sentido, transcorrem sociabilidades associadas aos casais que namoram na areia. Essas dúades, que vão aos pares à orla, preferem permanecer a dois, ainda que em copresença de tantos outros ali na praia. Institui-se um espaço em que não se cultivam, em princípio, intromissões.

Ainda quanto à companhia, nas praias as interações são, portanto, processadas em ajuntamentos de conhecidos, a partir dos quais as sociabilidades tomam lugar. Fora desses pedaços, há um maior distanciamento no espaço interacional. Prevalecem nas chamadas bordas do espaço (MAGNANI, 2003) afastamentos em relação a desconhecidos ou estranhos.

Nos ajuntamentos as redes de interdependência fazem com que transcorram com intensidade as interações entre aqueles que se reconhecem enquanto pares. Conforme essas coligações sejam estabelecidas, há valores comuns a partilhar, nos grupos juvenis ou familiares, contribuindo para a sequência interacional.

Os copresentes em situações sociais de lazer ou de desporto estabelecem espaços interacionais, em que o espaço público da orla norte é incorporado simbolicamente aos usos cotidianos. Os limites físicos não são delimitados claramente, nem sempre há sinais aparentes que separem os ajuntamentos, o que demanda negociações para compartilhar as bordas e o centro dos pedaços em interações e sociabilidades, com diferenças rituais nas regiões morais das três praias da Avenida Litorânea, conforme prevaleçam no espaço indivíduos e ajuntamentos jovens ou familiares reunidos. A depender dos ajuntamentos, os expedientes interacionais têm a ver com formas de linguagens que possibilitam o trânsito entre indivíduos de procedências diversas. Como na praia de São Marcos nas animadas sessões entre jovens nos fins de semana; ou no grupo que pratica *surf* no começo da praia do Olho-D'água; ou ainda a comunidade da Prainha.

O exame das configurações da interação na orla da Avenida Litorânea possibilitou compreender como o espaço físico é convertido em espaço interacional e social, em um contexto social e histórico ao longo do qual a cidade de São Luís passou por mudanças urbanas e no jeito de ser cidadão de seus moradores. Buscou-se, enfim, como essas sociabilidades se estabelecem e se desenvolvem, ainda que transitoriamente, nos espaços do litoral. Como cenários do cotidiano, o estar na praia com os meios e recursos a isso conducentes tem sido incorporado aos hábitos urbanos e ao jeito de ser na cidade agora litorânea.

Assim sendo, com o presente estudo refletiu-se sobre a incorporação social do litoral norte por meio das sociabilidades exercitadas na cidade que se pretende moderna e praiana. Desloca-se a interpretação, deslocando-se o olhar. Os navios avistados outrora a partir de mirantes do Centro na entrada da Baía de São Marcos são hoje percebidos diariamente por quem olha para o mar da praia na Avenida Litorânea, compondo a paisagem atual. Se ao pensar a cidade for possível sintetizar seu espírito – em uma terminologia derivada do alemão – ou sua alma – palavra que melhor guarda o sentido que ora se discute –, epítetos como os inicialmente mencionados foram criados para, em palavras, resumir ou qualificar seu caráter.

Dessa forma, indaga-se sobre os tantos cognomes que melhor intitulem a cidade de São Luís contemporânea. De certo, algo deverá fazer referência ao litoral norte, por onde a cidade se tem expandido com a maior circulação de cidadãos.

A concepção de cidade litorânea se foi definindo de forma sistemática a partir da década de 1990. No decênio seguinte este processo tomou maior impulso e a orla norte sofreu verdadeira mutação, com ruas, edificações, moradores e visitantes passando a ter doravante copresença constante nesses espaços. Foi o momento em que se intensificava a caracterização de um jeito de ser praiano, que passava a inspirar segmentos da vida social urbana. A ideia de uma cidade litorânea com a orla oceânica cotidianamente ao dispor de banhistas tardou a se consolidar em São Luís. A alvorada do século XXI foi, portanto, relevante para a invenção social, a construção histórica e a ressignificação cultural do estar nas praias do litoral norte na capital maranhense. Como considerou na pesquisa um dos populares entrevistados, nos momentos à beira-mar chega-se cedo à orla, porque, “se teve praia, teve bom domingo”.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA JR, José Odval. **Sociabilidades em ônibus urbano**. São Luís: EDUFMA, 2011.
- ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- ARAÚJO, Joseh Carlos. **Crônicas de São Luís: 1612, a fundação da cidade sob o olhar tupinambá**. v. 1. São Luís: Halley S.A., 2015a.
- _____. **Crônicas de São Luís: 1615, a expulsão francesa do Maranhão sob o olhar indígena**. v. 2. São Luís: Halley S.A., 2015b.
- ÁREA TERRITORIAL OFICIAL POR MUNICÍPIO. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial>>. Acesso em: 19 dez. 2015.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2010.
- BARBOSA, Antonio Carlos Leite. **Espaço urbano e percepção do ambiente na “Avenida Litorânea” em São Luís do Maranhão**. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.
- BECKER, Howard Saul. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2005.
- BRASIL. **Código Civil**. Vade Mecum. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2013a.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei n°. 10.257, de 10 de julho de 2001. Vade Mecum. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2013b.
- BRASIL. Decreto-lei n° 9.760, de 5 de setembro de 1946. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19760.htm>. Acesso em: 17 ago. 2015a.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7661.htm>. Acesso em: 17 ago. 2015b.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 11 jan. 2016.

BUENO, Alexei. **São Luís 400 anos**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Sergio Fadel, 2013.

BURNETT, Frederico Lago. Da cidade unitária à metrópole fragmentada: crítica à constituição da São Luís moderna. In: LIMA, Antônia Jesuíta de (Org.). **Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CARVALHO, Fernanda C. Ordenamento territorial e impactos socioambientais no Distrito Industrial de São Luís – MA. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes; PEREIRA, Madian J. F.; ALVES, Elio J. P.; PEREIRA, Carla R. A. (Orgs.) **Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim**. EDUFMA, São Luís, 2009.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. **Urbanização em São Luís: entre o institucional e o repressivo**. 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Ação e presença dos portugueses na Costa Norte do Brasil no século XVII – a guerra do Maranhão: 1614-1615**. Teresina: EDUFPI/Ethos, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

CONSPLAN – CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA. **Relatório de impacto ambiental: projeto de prolongamento da Avenida Litorânea e da duplicação e prolongamento da Rua das Cegonhas até a Litorânea, em São Luís – MA**. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís/Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), 2010.

COSTA, Flaviano Menezes da. **Moradas e memórias: o valor patrimonial das residências da São Luís antiga através da literatura**. São Luís: EDUFMA, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2006.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DICIONÁRIO CRAVO ALBIN DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA. João do Vale. Disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/joao-do-vale/dados-artisticos>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

DICIONÁRIO ILUSTRADO NOVO MICHAELIS. v. II. 15. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1974.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Introdução à Sociologia.** Lisboa: Edições 70, 2008.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil:** parte geral e LINDB. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FEITOSA, Antonio Cordeiro; TROVÃO, José Ribamar. **Atlas escolar do Maranhão:** espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá.** São Paulo: Editoras HUCITEC/UnB, 1989.

FERREIRA, Antonio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão:** passado e presente; há futuro? São Luís: EDUFMA, 2014.

FREHSE, Fraya. Erving Goffman, sociólogo do espaço. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 23, n. 68, p. 155-166, out. 2008. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6937/art_FREHSE_Erving_Goffman_sociologo_do_espaco_2008.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mar. 2014.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos:** decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 15. ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **São Paulo:** espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology.** Cambridge: Polity Press, 2008.

GASPAR, Claudia Braga. **Orla carioca:** história e cultura. São Paulo: Metalivros, 2004.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas:** o antropólogo como autor. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Comportamento em espaços públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. The interaction order: American Sociological Association, 1982 Presidential Address. **American Sociological Review**, Vol.48, No.1. (Feb.,1983), p.1-17. Disponível em: <http://www.asanet.org/about/presidents/Erving_Goffman.cfm>. Acesso em: 10 jul. 2012.

GOIFMAN, Felipe. **Maranhão: um litoral de histórias e encantos**. 2. ed. São Luís: Instituto Geia, 1996.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GUIMARÃES, Maria de Lourdes Ribeiro; SARDINHA, Marcelo Ribeiro Vaz; SARDINHA, Célio Gitahy Vaz. **Cândido Ribeiro**: o maior industrial do Maranhão dos séculos XIX e XX. São Luís: EDUFMA, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HERITAGE, John C. Etnometodologia. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: agregado por setores censitários dos resultados do universo. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: painel dos resultados do universo, setor censitário. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibe.gov.br/painel/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

JACCOUD, Mylène; MAYER, Robert. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microssociologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 3. ed. São Luís: Editora UEMA, 2008.

LEÃO, Ricardo. **Os atenienses: a formação do cânone nacional**. Imperatriz, MA: Ética Editora, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2009.

LEITE, Carolina Gaspar. **Alterações na ventilação urbana frente ao processo de verticalização de avenidas litorâneas: o caso da Avenida Litorânea de São Luís/MA**. 2008. 227 f. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPEZ, Adriana. **Franceses e tupinambás na terra do Brasil**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MACHADO, Ricardo. **Entre o público e o privado: gestão do espaço e dos indivíduos em Blumenau (1850-1920)**. Blumenau: Edifurb, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MARANHÃO. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Maranhão**. Brasília, DF: Senado, 2001.

MARÉ DE SIZÍGIA. Disponível em: Disponível em: < <http://planetario.ufsc.br/mares/>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

MARQUES, Márcia Tereza Campos. **Condições de habitabilidade no Centro Histórico de São Luís-MA: estudo das atividades comerciais e de serviços necessárias e das atividades incompatíveis**. 2002. 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. v. 2. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCQUIRE, Scott. **The media city: media, architecture and urban space**. London: Sage Publications Inc., 2008.

MELA, Alfredo. **A sociologia das cidades**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

MIRALLES-GUASCH, Carme. **Ciudad y transporte: el binomio imperfecto**. Barcelona: Editorial Ariel S. A., 2002.

MOTA, Antônia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. **São Luís do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a Lei das Sesmarias**. São Luís: Edições FUNC, 1998.

NERES, José; BARROS, Lindalva. **Maranhão na ponta da língua: palavras e expressões do vocabulário maranhense**. São Luís: Edição Virtual, 2011.

O'DONNELL, Julia. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Antonio Guimarães de. **São Luís: memória e tempo, São Luís nos cartões postais e álbuns de lembrança. Primeiro volume**. São Luís: Nova Graf, 2010.

PANET, Rose-France de Farias. A ironia de ser pobre e morar na praia: conflitos fundiários e socioambientais no caso da 'Prainha'. **Revista do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB**, v. 1, n.º. 2, mar/jul., 2015. Disponível em: <<http://www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

PARK, Robert. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. Vão-se os anéis e ficam os dedos: escravidão, cotidiano e ideias abolicionistas no Maranhão do século XIX. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Orgs.). **O Maranhão oitocentista**. São Luís: Editora UEMA, 2009.

PERROTTA, Isabella. **Promenades do Rio: a turistificação da cidade pelos guias de viagem de 1873 a 1939**. Rio de Janeiro: Hybris Design, 2015.

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

POPULAÇÃO BRASILEIRA E DOS MUNICÍPIOS ESTIMATIVAS. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em 02 jan. 2015.

POPULAÇÃO RESIDENTE ENVIADA AO TCU - ESTIMATIVAS - 2001 - 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/serie_2001_2015_TCU.pdf>. Acesso em 30 dez. 2015.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Mais Saneamento**. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/tag/mais-saneamento/>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

PORTO DO ITAQUI. Disponível em: <<http://www.emap.ma.gov.br/portodoitaqui/historico>>. Acesso em 27 dez. 2015.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia brasileira**. v. 1, 2 e 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1961.

REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos. Repensando a adesão do Maranhão à independência. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, Ano 1, v. 45 (set. 2014) – São Luís: IHGM, 2014.

REZENDE, Claudia Barcellos. Amizades em meio urbano: experiências de pesquisa. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (Orgs.). **Cidades: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Global, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **Diários índios: os Urubus-Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612 – 1991**. 2. ed. São Luís: Ed. do Autor/FUNC, 2001.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. Urbanidade e segregação: usos do território, modos segregados de moradia e imagens urbanas em São Luís, cidade patrimônio cultural da humanidade. In: LIMA, Antônia Jesuíta de (Org.). **Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SÃO LUÍS. Agência de Notícias. **Prefeitura conclui mais uma etapa da criação do Parque das Dunas**. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/15171/>>. Acesso em: 02 out. 2015.

SÃO LUÍS. Lei n° 3.252, de 29 de dezembro de 1992. **Legislação urbanística básica de São Luís**: Plano Diretor do Município de São Luís. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís/Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo (SEMTHURB), p. 59-71, 1997a.

SÃO LUÍS. Lei n° 3.253, de 29 de dezembro de 1992. **Legislação urbanística básica de São Luís**: Lei de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís/Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo (SEMTHURB), p. 72-129, 1997b.

SÃO LUÍS. Lei n° 3.254, de 29 de dezembro de 1992. **Legislação urbanística básica de São Luís**: Lei de operações urbanas. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís/Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo (SEMTHURB), p. 130-133, 1997c.

SÃO LUÍS. Lei n° 3.478, de 27 de março de 1996. **Legislação urbanística básica de São Luís**. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís/Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo (SEMTHURB), p. 244, 1997d.

SÃO LUÍS. Lei n° 3.514, de 04 de julho de 1996. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ma/s/sao-luis/lei-ordinaria/1996/352/3514/lei-ordinaria-n-3514-1996-estabelece-criterios-para-declaracao-de-utilidade-publica-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

SÃO LUÍS. Lei n° 4.669, de 11 de outubro de 2006. **Plano Diretor do Município de São Luís**. Disponível em: <<http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

SÃO LUÍS. Lei Orgânica do Município de São Luís. **Legislação urbanística básica de São Luís**. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís/Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo (SEMTHURB), p. 21-58, 1997e.

SCOTT, John (Org.). **Cinquenta grandes sociólogos contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – SNSA. Ministério das Cidades. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**: diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2014. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2016.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. **Sociología:** estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

UNESCO. **Patrimônio mundial no Brasil**. 2. ed. Brasília: UNESCO/CEF, 2002.

URRY, John. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. Evidências da capoeira na São Luís oitocentista. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**, Ano 1, v. 45 (set. 2014) – São Luís: IHGM, 2014.

VIANA, Janilson Rosa et al.. Erosão e progradação no litoral brasileiro: Maranhão. In: MUEHE, Dieter (Org.). **Erosão e progradação no litoral brasileiro**. Brasília: MMA, 2006.

WALL, Marluce; BRAGA, Ingrid. Indicador para avaliação do estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais: o caso de São Luís do Maranhão. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. Eixo temático: Patrimônio, cultura e identidade, p. 1-20. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-PCI-003-04-WALL-BRAGA.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

WEBER, Max. Conceito e Categorias da Cidade. In: VELHO, Otávio (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Economia e Sociedade**. v. 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (Org.). **O Fenômeno Urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DOUTORADO

Entrevista: _____

Local: _____

Data: ___/___/___

Perfil do usuário:

- 1- Sexo: () Feminino () Masculino
- 2- Estado Civil: _____
- 3- Idade: _____
- 4- Escolaridade: _____
- 5- Profissão: _____
- 6- Você está trabalhando atualmente? _____
- 7- Você reside em São Luís? Se afirmativo, em que bairro? _____
- 8- Em sua casa, residem quantas pessoas? _____
- 9- Que lugares você frequenta nos momentos de lazer? _____
- 10- Como você chega à praia? _____
- 11- Há quanto tempo você vem frequentando esta praia? _____
- 12- Desde que você começou a frequentar esta praia, os banhistas têm mudado ou são os mesmos? _____
- 13- Qual foi o critério de escolha utilizado para frequentar esta praia? _____

- 14- O que você poderia dizer sobre esta praia? _____

- 15- Quantas vezes na semana você vem à praia? _____
- 16- Quais os horários do dia que você frequenta a praia? _____
- 17- Quanto tempo por semana (horas) você faz esse lazer na praia? _____
- 18- Se pudesse você gostaria de vir à praia em outro horário? Qual? Por quê? _____

- 19- Deixou de frequentar a praia em algum momento? Se afirmativo, qual foi o motivo? _____

- _____
- 20- O que você costuma fazer nos momentos em que está na praia? _____

- 21- Você vem sozinho(a) ou acompanhado(a)? Se acompanhado(a), com quem? _____

- 22- Quando vem à praia você se reúne com algum grupo de conhecidos? Quem? _____

- 23- Você identifica algum grupo de usuários que constantemente frequenta a praia? Se afirmativo, qual? _____
- 24- Quando vem à praia você se estabelece sempre no mesmo local/parte da praia? _____

- 25- Em sua opinião, o que de melhor a praia tem a oferecer àqueles que a frequentam e utilizam? _____
- 26- Em sua opinião, o que de pior a praia tem a oferecer àqueles que a frequentam e utilizam? _____

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

CRUZ, Marco Antônio Martins da.

CONFIGURAÇÕES DA INTERAÇÃO NA ORLA DA AVENIDA LITORÂNEA
: incorporação do espaço social das praias do litoral
norte ao cotidiano em São Luís / Marco Antônio Martins da
CRUZ. - 2016.

272 f.

Orientador(a): Prof. Dr. José Odval Alcântara Júnior.
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís-MA, 2016.

1. Configuração. 2. Espaço. 3. Interação. 4. Orla.
5. Sociabilidade. I. Alcântara Júnior, Prof. Dr. José
Odval. II. Título.